



SUMÁRIO

	3	Editorial
TEXTOS	5	Lacan e a arte zen do psicanalista: uma leitura da abertura e primeiro capítulo do <i>Seminário I</i> André Camargo Costa
	15	Lacan (◇) Derrida Frida Saal
	25	A urgência e o poder da fala <i>dentro</i> da análise: trauma e construção da subjetividade – reflexões a partir de um caso José Martins Canelas Neto e Sandra Lorenzon Schaffa
	37	Maria Madalena e o Édipo complexo: são novas narrativas necessárias na psicanálise contemporânea? Giovanna Bartucci
	49	Às escondidas Suzete Capobianco
	55	O casamento mitopoiético de Ted Hughes e Sylvia Plath: <i>Like a Lariat</i> Purificacion Barcia Gomes
	65	O casamento mitopoiético de Ted Hughes e Sylvia Plath (II): o sacrifício da Deusa Purificacion Barcia Gomes
	77	Maternidade e erotismo na modernidade: assepsia do impensável na cena de parto Vera Iaconelli
	85	A clínica dos farrapos – por uma clínica psicanalítica das desorganizações Rubens Marcelo Volich
	99	A clínica psicanalítica das psicoses: criação de possibilidades de existência Alessandra Monachesi Ribeiro
	109	Regulamentação das psicoterapias: o precedente francês Fernando Aguiar
ENTREVISTA	121	Furacão freudiano Emílio Marcos Rodrigué
DEBATE	125	Psicanálise e cultura: uma herança freudiana? Chaim Samuel Katz, Charles Melman, Catarina Koltai, Mário Pablo Fuks



LEITURAS

- 133 A psicanálise e os impasses da filosofia contemporânea (*Os limites da razão, Habermas, Lyotard, Melanie Klein*)
Luis Cláudio Figueiredo
- 135 Solidão: Dimensões de vida e morte (*Circuitos da Solidão – entre a clínica e a cultura*)
Nelson Ernesto Coelho Júnior
- 137 O psicanalista como perito judicial (*Psicanálise e Direito: A escuta analítica e a função normativa jurídica*)
Sidney Shine
- 139 Fernando Pessoa e a ficção do sujeito (*Fernando Pessoa, alguém do eu, além do outro*)
Cleusa Rios P. Passos
- 142 Melanie Klein: a “tripeira inspirada” em versão iluminista (*Melanie Klein – Estilo e Pensamento*)
Alfredo Naffah Neto
- 145 Invenções do feminino (*A relação mãe-filha*)
Marli Ciriaco Vianna
- 149 Os impasses da reação terapêutica negativa (*O perigo de curar-se*)
Sérgio Telles
- 151 Admirável *chip* novo (*Desafios para a psicanálise contemporânea*)
Nayra Cesaro Penha Ganhito
- 157 Vasos comunicantes: sintonia e dissonâncias entre arte e psicanálise (*Arte e Psicanálise*)
Edson Luiz André de Sousa
- 161 Abstracts in English
- 165 Colaboradores deste número
- 167 Normas para o envio de artigos e resenhas
- 169 Onde encontrar *Percurso*
- 171 Para assinar *Percurso*

O artigo que fecha este número de Percurso aborda, com informações e referências precisas, a questão da regulamentação das psicoterapias e vários pontos de vista a partir dos quais esta vem sendo discutida por instituições e grupos psicanalíticos franceses.

Sabe-se que vivemos um momento em que, também no Brasil, o assunto é crucial.

Dentre inúmeros agrupamentos, dentro e fora do Instituto Sedes Sapientiae, tem sido objeto de reflexão e debate no Departamento de Psicanálise. Sem que se desconsidere a especificidade do modo pelo qual este vem à baila em nosso país, é importante tomarmos conhecimento das vicissitudes do *precedente francês*, que sugerem, a multiplicidade de aspectos por serem levados em conta.

Destacando apenas um, já podemos lembrar a especial atenção que Derrida, filósofo próximo da psicanálise (em vários sentidos), dedicou “à pulsão de poder”, para ele, implicada “em todas as outras, na medida em que toda economia do princípio de prazer e de seu para-além se regula pelas relações de *domínio*.”

Na história que hoje se faz, prestamos justa homenagem a Derrida e a Celso Furtado, ilustres mortos recentes, *pensando seus pensamentos*.

É claro que as relações de domínio estão presentes em quaisquer políticas públicas, e o campo da política expressa-se em Percurso, que, desde o início vem se dispondo a pensar a respeito da psicanálise como “algo que se historiciza”.

Para além do intrapsíquico, a complexidade enfrentada pela análise econômica da América Latina, especialidade de Celso Furtado, exige “o estudo dos processos históricos” e “o aprofundamento da compreensão do comportamento dos agentes econômicos a partir de contextos perfeitamente definidos”. De que modo se inserem as práticas psicoterapêuticas e psicanalíticas em países nos quais se fala em políticas públicas “em favor dos mais carentes”? Esta expressão foi utilizada por Ricardo Lagos, atual presidente do Chile, em artigo dedicado ao economista brasileiro¹, lembrando que, segundo suas análises, o crescimento econômico só nos conduz ao desenvolvimento “se existem políticas públicas que levem esse crescimento em benefício daqueles que mais necessitam dele, assim criando uma sociedade com grau maior de coesão social.” De que maneira a questão da regulamentação profissional está relacionada com concepções de políticas públicas? Com que finalidade? De que modo se insinua aí a *pulsão de poder*?

Não cabe aqui trazer respostas, mas vale assinalar a possibilidade de as indagações, a que a prática psicanalítica nos conduz, ganharem consistência ao se imbricar com idéias, jamais perdidas, dos dois grandes pensadores.

NOTAS

1. “Celso Furtado e a América Latina” – Ricardo Lagos, *Folha de São Paulo*, 28 de novembro de 2004, p. A3.



Lacan e a arte zen do psicanalista:

uma leitura da abertura e primeiro capítulo do *Seminário I*

No primeiro parágrafo da abertura do *Seminário I*, Lacan parte do peculiar modo de agir de um mestre zen para caracterizar a epistemologia e, depois, a prática da psicanálise. O presente artigo visa a investigar esta curiosa associação.

A primeira vista, abordar psicanálise e budismo em um mesmo texto pode soar estranho. Afinal, trata-se, de um lado, de um método científico ocidental do final do século XIX, dedicado à investigação e tratamento da dor psíquica e, de outro, de uma tradição religiosa oriental muito mais antiga.

É essa intrigante combinação, contudo, que dá início à longa seqüência dos *Seminários* de Lacan. Com efeito, o primeiro Seminário, de 1953, começa assim:

“O mestre interrompe o silêncio com qualquer coisa, um sarcasmo, um pontapé. É assim que procede, na procura do sentido, um mestre budista, segundo a técnica *zen*. Cabe aos alunos, eles mesmos, procurar a resposta às suas próprias questões. O mestre não ensina *ex-cathedra* uma ciência já pronta, dá a resposta quando os alunos estão a ponto de encontrá-la.”¹

As histórias zen, em que se inspira esse parágrafo inicial, são conhecidas pelo seu caráter profundamente

enigmático, cujo objetivo é romper com os padrões de pensamento em que se ancora a dúvida do perguntador. Assim como piadas, elas não podem ser explicadas nem compreendidas com o intelecto: são *gestos*, e apontam diretamente para a verdade.

Essa escola enfatiza a experiência direta de realização: “não se deixe levar por ouvir dizer, ler, nem pelo legado de outros, nem pela autoridade dos ensinamentos, nem por argumento, reflexão, método ou respeito a um mestre ou a uma tradição...”: a verdade só pode ser agarrada com as mãos nuas.

Qual seria, no entanto, a relação disso com a psicanálise, a ponto de Lacan iniciar um seminário sobre os escritos técnicos de Freud mencionando o zen? Será

André Camargo Costa é psicólogo licenciado pelo IP/FE USP, mestre em psicologia pelo IP/USP, psicanalista em formação pelo Instituto Sedes Sapientiae.

possível que essa fala tenha recebido destaque porque o psicanalista, em seu ofício, se identificava com o ofício de um mestre zen?

Voltemos ao texto. Lacan dizia que o mestre zen dá a resposta quando o discípulo está a ponto de encontrá-la. E prossegue assim:

“Essa forma de ensino [a técnica zen] é uma recusa de todo sistema. Descobre um pensamento em movimento – serve entretanto ao sistema, porque apresenta necessariamente uma face dogmática. O pensamento de Freud é o mais perpetuamente aberto à revisão. É um erro reduzi-lo a palavras gastas. Nele, cada noção possui vida própria. É o que se chama precisamente a dialética.”²

A transição do zen para o pensamento freudiano, portanto, acontece de forma direta, sem mediações, dentro de um mesmo parágrafo. O texto os coloca lado a lado; qual é, porém, a natureza dessa relação? Trata-se de uma analogia, de uma simples aproximação ou de uma contraposição? E, afinal, de onde vem o interesse de Lacan pelo zen, que justifique utilizá-lo para introduzir os problemas da técnica?

A atração de Lacan pelo Extremo Oriente é razoavelmente conhecida. Sabe-se, por exemplo, que sua “busca do absoluto” chegou a conduzi-lo por duas vezes ao Japão, a primeira em 1963 e a segunda em 1971.³ Também chegou a planejar uma viagem à China, cancelada de última hora.

Estudante apaixonado da língua e do pensamento chineses, Lacan considerava o Confucionismo uma das grandes filosofias do mundo. Por quatro anos (entre 1969 e 1973), o psicanalista francês tomou aulas particulares com um sinólogo. Tendo em vista uma de suas preocupações centrais, a formalização da tópica do Real, Simbólico e Imaginário, ele mergulhou com seu professor no estudo do clássico fundador do taoísmo, o Tao Te Ching.

Segundo um mestre taoísta chinês, *O Livro do Caminho* [Tao] e da

Lacan
considerava o
Confucionismo
uma das
grandes
filosofias
do mundo.

Virtude, escrito entre 250 e 350 a.C., na China, é “um texto profundo e ao mesmo tempo simples porque apresenta, por meio da linguagem, aquilo que se experimenta na sua ausência”.⁴ Daí o profundo interesse de Lacan.

Mas o foco dos estudos lacanianos recai, em particular, sobre a passagem que fala da origem das coisas: “o Tao de que se pode falar não é o Tao. Para compreendê-lo, é necessário abandonar a linguagem e os nomes. O Tao encerra o princípio de todas as coisas, mas ele mesmo não tem forma nem corpo: é silencioso, eterno e imutável. O Nada é a essência do Tao, a fonte original de onde brotam o Céu e a Terra. Do Céu e da Terra brotam as inúmeras coisas. A ausência de intenção é necessária para se contemplar as inúmeras coisas; a aspiração, para contemplar a Luz. Nada e Existência possuem nomes diferentes, mas ambos provêm do Tao. O maior dos mistérios é o Tao, a fonte da criação

das inúmeras coisas.”⁵ De acordo com Roudinesco, a noção de vazio extraída desse livro “será utilizada por Lacan para sua nova definição do real no quadro de sua teoria dos nós.”⁶

Haveria, portanto, um papel de destaque, ainda que apenas nos bastidores, para a noção de um *vazio taoísta* neste momento da teorização lacaniana. A passagem da formalização da tópica do Real, Simbólico e Imaginário para o modelo dos *matemas* e dos *nós*, neste sentido, revela a busca de Lacan por um modelo teórico capaz de dar conta da transmissão do inefável.

A necessidade de pensar como se articulam campos para além da linguagem, isto é, o que não se expressa nem como imagem nem como símbolo, conduz a tópica lacaniana a uma mudança de ênfase radical: o lugar determinante antes ocupado pelo Simbólico agora cabe ao Real.

Essas teorizações, ao mesmo tempo, revelam uma vocação positivista presente de modo cada vez mais nítido no pensamento de Lacan. Tratava-se da pretensão de constituir, apoiada na clínica da psicose, uma ciência exata do Real. Lacan, acima de tudo, não queria ser mal-interpretado.⁷

Neste ponto, avançamos até as formulações próprias à primeira metade dos anos 1970, e aparentemente muito distantes do que em princípio nos interessa: o seminário de 1953, sobre os escritos técnicos de Freud. No entanto, apesar do intervalo de cerca de 20 anos, é possível apontar entre a abertura desse seminário, onde consta a referência ao zen, e essa teorização final, apoiada sobre elementos do taoísmo, importantes pontos de contato.⁸ Essas associações, particularmente em relação ao além-da-linguagem, à ruptura de sentido e ao vazio fértil, deverão ser reencontradas na seqüência do texto.

Antes de empreender esta breve excursão histórica pelos interesses de Lacan acerca das disciplinas



orientais, onde terminamos por destacar a relevância da idéia de *vazio* em seu pensamento, nos perguntávamos qual a relação entre a técnica zen de *apontar diretamente para a verdade* e a epistemologia freudiana, já que, na abertura do Seminário, o psicanalista francês as coloca lado a lado.

Lacan parece julgar a técnica zen uma via privilegiada para introduzir o seu tema. Tomando em consideração o fato de que Freud jamais fez menção ao budismo, podemos supor que o zen oferece uma perspectiva singular de onde abordar questões fundamentais da prática da psicanálise? Vejamos.

Há decerto muita coisa concentrada naquele pontapé inicial do mestre zen. Ao iniciar uma palestra desse jeito inusitado, ele rompe o campo do convencional. Para Lacan, trata-se fundamentalmente de um gesto de recusa; ao se expressar de modo a rejeitar o que dele se espera, gera um efeito de ruptura; o vazio de seu gesto, porém, convida mais à plenitude do sentido do que à tagarelice de seus discípulos.

O comportamento desconcertante do mestre zen tem por objetivo romper com padrões de pensamento condicionados, isto é, com formas equivocadas, caducas, de constituir a realidade. Desaloja.

Ao mesmo tempo, trata-se da expressão direta de sua verdadeira natureza. O mestre zen é um ser liberto; ele se liberta das convenções sociais rompendo com os limites impostos pelo ego, e com isso se torna capaz de enxergar para além dos conceitos e definições. A morte do ego o põe em contato com a natureza *vazia* da realidade convencional.

Lacan fala da técnica zen como uma recusa de todo sistema. Esta palavra, *sistema*, adquire um papel fundamental adiante, no mesmo texto. Ele afirma:

“O absurdo fundamental do comportamento inter-humano só é compreensível em função desse *sistema* – como o denominou de for-

ma feliz Melanie Klein, sem saber o que dizia, como de hábito – que se chama o eu humano, a saber, esta série de defesas, de negações, de barragens, de inibições, de fantasias fundamentais, que orientam e dirigem o sujeito.”⁹

Aí está o ponto. *Trata-se de definir, no âmbito da clínica psicanalítica, a pertinência e o alcance da superação desse sistema, o eu.* Esse é o ponto nuclear, até mesmo, é o ponto de mira do texto que estamos examinando, para onde converge toda sua argumentação.

Sabemos que o pontapé de Lacan nesse seu seminário, além de atingir Melanie Klein, dirigia-se de modo especial a um sistema de pensamento, a chamada *Ego Psychology*. O mestre da psicanálise francesa considerava essa corrente psicanalítica americana, ligada à figura de Anna Freud, uma versão domesticada, uma espécie de deturpação puramente adaptativa da *peste* em seu potencial subversivo, enraizada nas pulsões desestabilizadoras do id. Esse

é o caráter que ele procura resgatar, sob o signo do retorno a Freud.

É dentro desse espírito provocador que Lacan encerra sua introdução aos escritos técnicos de Freud, lançando mão de uma questão bastante incisiva e que, ao mesmo tempo, condensa admiravelmente as trilhas abertas pela sua fala. Ele pergunta aos seus ouvintes:

“O conjunto do sistema de cada um de nós – falo desse sistema concreto que não precisa já ter sido formulado para que esteja aí, que não é da ordem do inconsciente, mas que age na maneira pela qual nos exprimimos cotidianamente, na mínima espontaneidade do nosso discurso – está aí algo que deve efetivamente, sim ou não, servir, na análise, de medida?”¹⁰

Examinemos com mais cuidado sua postura. Trata-se, em última instância, de atacar uma concepção de análise fundada numa relação entre analista e analisando de ego a ego. O entendimento da prática psicanalítica a partir de uma lógica

Para Lacan,
trata-se
fundamentalmente
de um gesto de recusa;
ao se expressar
de modo a rejeitar
o que dele se espera,
gera um efeito
de ruptura.

binária, identitária, gera ilusões de complementariedade e de simetria e, nesse sentido, alimenta expectativas de completude.

A relação analítica não é marcada por uma lógica da identidade, mas por uma lógica da diferença, da dissonância: a palavra do analisando, nos momentos de fato analíticos de uma sessão, não cumpre a função de comunicar, mas de revelar: a associação livre pressupõe um nível de tensão interna do discurso, um grau de abertura a rupturas de sentido imprevisíveis.¹¹

No interior do modelo criticado por Lacan, não haveria espaço vazio, e tampouco abertura. A figura do analista tende a deslizar para lugares incompatíveis com a atividade analítica; trata-se, portanto, de um modelo que mantém e reforça o narcisismo e a onipotência, e encoraja a encarnação de ideais de ego.

O analista cujo eu serve de medida do que é o real solidifica-se em pura presença; ele se distanciará da concavidade própria à escuta analítica, uma presença em ausência. O analista acabará por se converter em uma figura fálica intensamente catequizada, à qual o analisando deverá se apegar com um afã masoquista.

Ao submeter-se à fascinação exercida pela personalidade do analista, o analisando sacrifica a construção da própria subjetividade. Permanece, por assim dizer, subjetivamente colado a seu analista, numa espécie de pacto vampírico. O conluio intersubjetivo assim constituído deverá engessar de modo irremediável a dinâmica transferencial deste tratamento.

Quando o paciente adota o analista que se oferece como referencial narcísico e identificatório, o par estabelece uma aliança perversa que conduz a subjetividade à centralidade no eu – a crença na existência última de um falo todopoderoso – e portanto à obturação do vazio constitutivo da existência. Recusa-se a condição fundamental de desamparo do sujeito humano,

a condição de perpétua insuficiência simbólica da linguagem frente às insistentes demandas pulsionais.

A relação transferencial sado-masoquista paralisa o analista no gozo com a anulação da singularidade do outro, enquanto esse outro se submete passivamente. Uma dinâmica que revela a impossibilidade de sustentar a experiência-limite no abismo do além-da-linguagem, ali onde se esconde a face sombria da morte, da loucura e da inexistência,

A relação analítica não é marcada por uma lógica da identidade, mas por uma lógica da diferença, da dissonância.

mas também toda possibilidade autêntica de criação, de sublimação, de espontaneidade, de singularidade e de genuína fruição. O eu eleva-se à condição de um ídolo fálico, e ambos, na verdade, analista e analisando, acabam submetidos. O superinvestimento do ego é essencialmente resistencial, e tem o efeito de tamponar o vazio radiante de onde brotam as associações livres.

Trata-se, portanto, de uma verdadeira tragédia da *servidão* na psi-

canálise, como a denominou Joel Birman, forjada pela incapacidade de lidar com a angústia do sem-nome:

“... [o analista] lançará mão, inequivocamente, de seus ideais fálicos, de suas utopias de algibeira, para apaziguar sua angústia e a do analisando. Com isso, inevitavelmente promoverá um pequeno assassinato da alma, pois vai impedir que um sujeito possa se constituir a partir da experiência limite do desamparo. Empreender um pequeno assassinato implica, pois, fazer obstáculo para que um estilo singular de existência possa se constituir numa individualidade, fundado na experiência trágica da feminilidade.”¹²

Qual, então, a posição do eu do analista numa análise para que ela não fique obstruída – de suas manias, de seus dogmas, suas crenças e valores, seus humores, suas coerências e incoerências, de seus hábitos de fala, de pensamento e de comportamento – de sua vaidade?

Lacan relativiza a importância do eu na estrutura da situação analítica atribuindo à palavra um papel mais decisivo que o de mero coadjuvante. É como pretende romper com a lógica binária da pura relação intersubjetiva: propondo uma lógica ternária, em que à linguagem cabe uma posição central.

Precisamente aí ele faz intervir esse terceiro elemento: analista, analisando, a linguagem. Teríamos, então, em princípio, três corpos: o eu do analista, o eu do analisando e a palavra, elemento sobre o qual recai o acento lacaniano; esta tríade comporia a estrutura da situação analítica. Mas não fiquemos por aí. Determinemos, a partir do próprio texto, a tríade analítica em outros termos: o eu, a linguagem e seu negativo, o vazio.

Cabe lembrar, antes de prosseguir, em que terreno essas questões se enraízam. São temas metapsicológicos, mas de incidência muito viva no modo como a clínica é concebida e praticada. Diz Lacan: “É sempre em função da questão o



que fazemos quando fazemos análise? que esse comentário de Freud foi trazido aqui por mim.¹³ E o que está em pauta, deve ficar claro, é a relação entre o eu, a linguagem e o vazio.

Assim, vale a pena procurar entender, a partir do texto, como esses temas se articulam em relação a um modo – deste Lacan, de 1953 – de conceber a clínica psicanalítica, e usá-lo para retomar a questão que colocamos mais acima – sobre o papel do eu do analista numa análise – iluminada por alguma contribuição que o budismo possa nos oferecer. Esse é o caminho que devemos seguir até a conclusão do artigo.

Lacan ensaia uma espécie de desconstrução do eu ao longo deste texto. Já o citamos, mais acima, tratando-o como “uma série de defesas, de negações, de barragens, de inibições, de fantasias fundamentais, que orientam e dirigem o sujeito”.¹⁴ Ainda antes disso, afirma categoricamente que “o eu está estruturado como um sintoma. No interior do sujeito, não é senão um sintoma privilegiado. É o sintoma humano por excelência, é a doença mental do homem.”¹⁵

Devemos assinalar, neste ponto, a proximidade dessa concepção do ego como o sintoma humano por excelência, conquanto seja aquilo que o orienta e dirige, com o tratamento budista da questão do eu. Segundo os ensinamentos budistas, a crença na existência de um eu independente, separado de todo o resto, bem como a organização psíquica e o modo de vida sustentados por essa crença fundamental, estão na raiz de todo sofrimento humano.

Em função desta visão restrita da realidade, vivemos tempos de degenerescência. Vamos produzindo problemas em um nível individual, sem nos preocuparmos com as conseqüências, e deixamos para a coletividade e para as gerações futuras a tarefa de resolvê-los. Nesse grupo se incluem, por exemplo,

a poluição, o derretimento das calotas polares, o sucateamento dos sistemas de saúde, educação, saneamento básico, etc., todos resultantes de visões imediatistas e autocentradas. Para o budismo, a desatenção com essa produção maciça de dificuldades que, cedo ou tarde, nos atingirão a todos, é uma espécie de miopia própria a nós, seres confusos, encarcerados nos desejos individuais.

Responder de modo unilateral às demandas do eu só aumenta a sensação de isolamento e de suspeita em relação ao outro, em função do conflito insolúvel entre este eu e o ambiente de cuja salubridade depende sua felicidade. A confusão mental associada à sensação de não pertencer a uma comunidade maior, pela necessidade contínua de proteger os próprios interesses, nos condena a sentimentos de perplexidade, inquietação, embotamento e vazio. Um estado de dispersão de si, enraizado na preocupação excessiva consigo mesmo, que faz perder de vista a natureza insubstancial e interdependente de tudo o que há.

Em última instância, aquilo que sustenta essa visão separativa do eu é o mundo convencional dos conceitos – o eu só pode ter sua existência assegurada em meio aos labirintos da linguagem; mas a realidade conceitual ofusca a onipresença do absoluto. A cegueira a essa dimensão fundante da experiência humana, eis, para o budista, a doença mental do homem.

Mais adiante, no mesmo texto, Lacan coloca o problema do eu¹⁶ da seguinte forma: “O que é que é o ego? Em que, o sujeito, estará ele preso, que é, afora o sentido das palavras, bem outra coisa – a linguagem, cujo papel é formador, fundamental na sua história.” (p. 26)

O que fica evidente na posição lacaniana é o caráter imaginário, isto é, sem substância, do eu – em oposição ao caráter simbólico do sujeito do inconsciente. Trata-se apenas de uma pálida imagem num espe-

lho, com a qual, entretanto, ficamos embevecidos, hipnotizados. Incapazes de apreender quem de fato somos, identificamo-nos com aquela imagem, reduzindo-nos a ela, o que representa, no entanto, uma terrível armadilha. Sacrificamos a totalidade de nossas possibilidades existenciais, os mais altos cumes de prazer e dor, à regularidade da nossa superfície consciente, em nome da previsibilidade e do controle – e a vida se banaliza. A partir do desenvolvimento da concepção do estádio do espelho, de onde provêm essas reflexões, o eu é considerado o núcleo do registro do imaginário na tópica lacaniana.

Aqui emerge com clareza a predileção de Lacan, nos limites da segunda tópica freudiana, pela instância do id, em detrimento da ênfase colocada no ego pelos seus contemporâneos: “Para ele, trata-se de mostrar que o eu não pode surgir no lugar do isso, mas que o sujeito (*je*) deve estar ali onde se encontra

O eu
só pode
ter sua existência
assegurada
em meio aos
labirintos
da linguagem;
mas a realidade
conceitual ofusca
a onipresença
do absoluto.

Na clínica
psicanalítica,
o vazio
radiante,
para além
das palavras,
compõe
o fundo
sem fundo
de onde brotam
as associações
livres.

o isso, determinado por ele, pelo
significante.”¹⁷

Então, apesar de ser aquilo a
que nos referimos e a que fazemos
referência o tempo todo, o ponto
capital de articulação das coisas e
eventos do mundo, não há anterioridade
ou exterioridade do eu em
relação à linguagem; ele se faz de
carne representacional. E, ainda que
haja apropriação individual da
linguagem, ela tampouco pode ser
reduzida ao eu, como uma produção
sua, mas, ao contrário, pertence ao
campo do coletivo. Daí a natureza
puramente ilusória e ofuscante do
ego: “tudo aquilo a que se acede,
embora não seja, por outro lado,
senão uma espécie de obstáculo, de
ato falho, de lapso.”¹⁸

O eu, portanto, compõe-se de
lado a lado de matéria não-eu, pró-
pria ao campo formal, vazio, da re-
presentação; ele é regido pelo funci-
onamento da linguagem, ao mesmo
tempo em que dela crê se utilizar
como instrumento de comunicação.

Mas além de permitir as trocas
simbólicas inter-humanas, e com isso
a criação e manutenção de comuni-
dades, a linguagem estabelece cená-
rios para a emergência subjetiva, ou
seja, suas malhas constituem condi-
ções de revelação, de realização ou
de atualização de um sentido de si,
ou ainda a sua negação, a alienação
psíquica. O sujeito encontra as condi-
ções de alienação e de realização de
si na sua articulação com a lingua-
gem, isto é, a possibilidade de habitar
– ou de constituir – um mundo
provido ou desprovido de sentido.

Neste ponto encontramos uma
área de sobreposição entre o eu
budista e o eu da psicanálise, pois,
é bom que se diga, os dois termos
não se recobrem senão de forma
parcial. O conceito de ego é um dos
mais problemáticos da teoria freu-
diana.¹⁹ De todo modo, afastado
progressivamente da sua vinculação
com a consciência, e assumindo
porções legitimamente inconscien-
tes, há uma complexa tessitura me-
tapsicológica subjacente ao concei-
to freudiano.

O eu do budismo, em contra-
partida, não é um conceito formal,
ou seja, não tem o seu sentido co-
dificado; trata-se apenas de uma
noção. É uma espécie de releitura
do eu consciente extraído da experi-
ência imediata, que repousa sobre
a base segura da auto-evidência.
Mas o pensamento budista, assim
como a psicanálise, sem no entanto
preocupar-se em defini-lo, demons-
tra que esse eu carece de essência
ou substância. Ambos rompem com
o princípio da identidade, ao rejei-
tar a idéia de uma consciência ab-
solutamente autônoma, uniforme ou
transparente a si mesma. Em termos
do entendimento do eu, psicanáli-
se e budismo convergem quando
concebem o eu enraizado na lin-
guagem, sendo que o campo da lin-
guagem não esgota a totalidade da
experiência humana.

Basta lembrar que a palavra não
diz, nem pode nunca dizer tudo. A
palavra diz o que diz a partir de um

fundo que vai de murmúrios, gemi-
dos e gritos, até o mais profundo
silêncio. A linguagem não recobre
o mistério do sentido; é desta ten-
são da linguagem com o seu nega-
tivo, o silêncio, o branco das entre-
linhas, que irrompe, como um
relâmpago, o imprevisível transbor-
dante do sentido.

Nessa acepção falávamos de
um *vazio fértil*; assim como uma ja-
nela, cujo valor reside em sua trans-
parência, em sua *vacuidade*, que,
ao nada conter, nos deixa conhecer
toda a amplitude do mundo lá fora,
podemos falar, citando Fédida,
numa *potência radiante do vazio* –
um vazio que explode em luz.

Fédida não fala de janelas, mas
de telas e aquarelas, o que, de cer-
to modo, pode ser bem parecido.
Diz ele:

“É notável que as aquarelas so-
bre papel, de Cézanne, tenham um
poder de irradiação da luz a partir
do vazio. O branco do papel é a
matéria das vibrações. Com efeito,
pensamos em Cézanne – e também
em Paul Klee – para evocar a potên-
cia radiante do vazio – como *cheio
de luz* – sempre relacionado ao *fun-
do* da tela de onde emergem as ten-
sões da cor até a ruína da forma de-
senhada do motivo. Ora, para
Cézanne, o branco é a capacidade
luminosa de toda cor: o branco não
como cor, mas como vazio. Esse
vazio energiza as tensões até seu
limite tectônico, que é o *momento
de decisão* da obra, seu aconteci-
mento. Simultaneamente, ele cria
a luz como o tempo de germina-
ção da obra, o espaço interno de
seu recolhimento e repouso. O
cheio de luz é o silêncio do vazio, e
é o vazio que age e articula a tec-
tônica dos movimentos.”²⁰

Na clínica psicanalítica, o vazio
radiante, para além das palavras,
compõe o fundo sem fundo de onde
brotam as associações livres. Daí a
atividade analítica ser pensada como
pura abertura, uma abertura que pre-
cisa ser preservada com cuidado
frente às pressões por soterrá-la com



crenças, ideais e utopias. Vale lembrar que também concepções teóricas, mesmo e sobretudo acerca da técnica analítica, servem de material egóico apto a cumprir esta função resistencial, a saber, a de afastar a angústia associada à vivência do vazio representacional.

Nesse sentido, é possível conceber o ego como um sistema, uma espécie de aparelhagem psíquica que se monta para dar conta do vazio. O eu serve para evitar o contato com a ausência de substância, de controle, de previsibilidade e de solidez inerentes à condição humana. Trata-se de algo como uma prótese, convertida, todavia, num ídolo fetichizado, posicionado no centro da existência, e nos agarramos tanto mais a ele quanto menos preparados estamos para tolerar o desamparo de existir sem garantias, sob o signo da incerteza.²¹

Encarando-o como uma instância ultrapassada, fundada no medo, e cujo efeito é a despulsionalização da experiência de estar vivo, é apenas natural que falemos da extinção do eu. Como vimos, o apego ao eu pode ser compreendido como algo que está na raiz do estado de dispersão de si e do vazio desvitalizado próprios à subjetividade contemporânea. Podemos considerá-lo, ao mesmo tempo, um

sintoma: um comportamento que revela a incapacidade de integrar, na experiência, a condição última de ser em desamparo – a fratura em ser. Seguindo esse raciocínio, a consolidação do eu no interior do indivíduo é ao mesmo tempo causa e efeito do medo de existir.²²

Ao colocarmos as coisas nesses termos, tem-se a impressão de que o eu deve ser eliminado. No entanto, a experiência clínica nos indica de modo claro e inequívoco a existência de patologias que demonstram ser preciso trabalhar na constituição e no fortalecimento do ego. Pessoas que sofrem porque não encontraram condições suficientemente boas para se constituírem num eu razoavelmente integrado.

Com isso, atingimos um certo grau de complicação: não podemos decidir se, afinal, a terapia analítica deve se dirigir ao fortalecimento do ego, atrofiado pela pobreza simbólica e pelo conflito neurótico, ou à sua extinção. É possível escapar dessa dicotomia?

Como se pode perceber, ficamos longe de resolver a questão. Para enfrentá-la, cumpre ainda lançar luz sobre o que se quer dizer com a *extinção do eu*, e em que medida isso é possível, em particular no âmbito da situação analítica.

Na verdade, paradoxalmente, a extinção do eu supõe o seu fortalecimento. Um ego suficientemente bem estruturado é necessário para que se possa experimentar a ausência de eu – do contrário, a pessoa pode aproximar-se perigosamente da loucura. Mas como isso é possível? Vejamos:

“Esta abordagem sugere que o ego, embora importante para o desenvolvimento, pode de alguma maneira ser transcendido ou deixado para trás. Temos de lidar, neste ponto, com uma lamentável confusão de vocábulos. (...) Não é o ego, no sentido freudiano, o verdadeiro objetivo do *insight* budista; ao contrário, é a imagem que temos de nós mesmos, o componente *representativo* do ego, a *verdadeira* experimentação interior do eu de cada um de nós.”²³

Mark Epstein sugere que a raiz da dificuldade está no fato de agruparmos sob um mesmo nome definições distintas. O *eu* do senso comum – e do budismo – não possui o mesmo significado do *ego* na trama conceitual da psicanálise. Neste sentido, o ego freudiano, entendido como uma estrutura psíquica, não pode mesmo ser eliminado; o eu que deve ser extinto, cujo núcleo cumpre a função de no informar sobre quem somos, corresponde a apenas uma parte desse ego.

Se recorrermos à obra freudiana, encontraremos o eu da psicanálise descrito como uma instância psíquica que em sua essência é defensiva, histórica e contingente; o ego pode adoecer (quando se enfraquece e fica vulnerável à invasão das paixões) e é responsável por uma síntese identitária de caráter imaginário. No entanto, embora sede da auto-imagem, nas palavras de Manoel Tosta Berlinck,

“O eu não supõe um substrato íntegro denominado identidade. Ao contrário, tudo indica que o eu é sempre uma *bricolage* de identificações, incorporações, possessões.

Não é o ego, no sentido freudiano,
o verdadeiro objetivo do *insight* budista;
ao contrário, é a imagem que temos
de nós mesmos, o componente *representativo*
do ego, a *verdadeira* experimentação interior
do eu de cada um de nós.

Entretanto, é inegável que o eu tem sempre uma concepção íntegra de si que pode ser denominada de *identidade* e é imaginária.”²⁴

Ainda que o eu forme de si uma imagem homogênea, uniforme e transparente a si mesma, quando examinado mais de perto desfaz-se num aglomerado de processos impessoais. Esses processos caracterizam-se por modalidades habituais de reação emocional – os mecanismos utilizados para proteger essa imagem e mantê-lo coeso frente às adversidades ambientais. São os mecanismos de defesas infantis, e ultrapassados, que alienam o ego adulto do mundo externo, ocasionando o seu enfraquecimento patológico.²⁵

O apego a mecanismos de defesa obsoletos mantém o ego imaturo, reativo e aprisionado pela força do hábito. Protegendo-se de perigos imaginários, ou sensivelmente exagerados, o sujeito aliena-se no sofrimento neurótico. Mas esses perigos relacionam-se à necessidade de perpetuar uma “concepção íntegra de si”. O ego quer, acima de tudo, crer-se sólido, permanente e imutável.

Assim, o ego não pode ser transcendido enquanto tal; a meta terapêutica da psicanálise envolve incluir na síntese do ego as demandas pulsionais, diminuindo, com isso, a magnitude do conflito psíquico. Tornando-se o id cada vez mais acessível às influências do ego, inscrevendo-as em circuitos associativos, as pulsões cessam de buscar de modo independente o caminho à satisfação. Ao mesmo tempo, ao ampliar a capacidade de inscrição dos afetos em representações, aumenta a proteção do aparelho psíquico frente ao excesso de excitações geradoras de angústia.

A expansão da capacidade simbólica do ego, cujas conseqüências envolvem tanto a atenuação do conflito psíquico quanto uma maior proteção em relação à angústia causada pelos afetos sem ligação, é o que chamamos de *fortalecimento do ego*.

Por outro lado, a última das operações fundamentais do ego, qual seja, a função de regular os investimentos objetais do psiquismo, depende da possibilidade de extinção do eu. Isso porque o sujeito só pode se abrir para o mundo, por assim dizer, na justa medida em que se des-hipnotiza de si mesmo. A abertura para o relacionamento objetal satisfatório implica uma diminuição significativa dos investimentos eróticos nos processos ligados à constituição e ao apego à própria imagem.

Na leitura de Renato Mezan, o mecanismo de identificação “...vai-se progressivamente revelando como o processo essencial da constituição do ego, a ponto de Freud poder afirmar, em 1923, que o ego nada mais é do que um precipitado de identificações abandonadas.”²⁶

Acompanhando o comentário de Mezan, podemos conceber a identidade como um núcleo do passado, isto é, daquilo que já está morto, no interior do aparelho psíquico. A isso corresponde a falta de vitalidade e espontaneidade característica das patologias ligadas ao apego narcísico ao eu.

Mas não é só. Há algo de artificial na imagem que criamos de nós mesmos. Nossa identidade se compõe de um núcleo de apreensões idealizadas dos outros, o que nos faz intensamente paralisados pela sua influência sobre nós. Estranho quanto possa parecer, a identidade corresponde à sede do alheio no mais íntimo de si. Corresponde à incorporação de aspectos e atributos dos outros, processo levado a cabo com o objetivo de nos tornarmos mais aceitáveis aos nossos olhos e aos olhos daqueles que prezamos. Eis o seu caráter imaginário, por um lado, e seu efeito alienante, por outro.

É possível encarar este eu, portanto, como uma espécie de *impositor*, um viés essencial que condiciona nossas reações, nosso modo de agir, sentir e pensar, o que tende a torná-los mecânicos, infantis e estereotipa-

Nossa
identidade
se compõe de
um núcleo
de apreensões
idealizadas
dos outros,
o que nos faz
intensamente
paralisados
pela sua
influência
sobre nós.

dos – se bem que não seja fácil conceber como é existir para além das fronteiras do eu (afinal, se não sou neste com quem acostumei a me identificar, onde sou?)... De qualquer modo, tornamo-nos, em nosso narcisismo, reféns do olhar dos outros: são eles que virão a confirmar ou desconfirmar a nossa existência. Nas palavras de Octave Mannoni:

“Não faltam os paradoxos. O narcisismo, por exemplo, não supõe uma verdadeira identificação consigo mesmo. O papel dos outros é mais importante. Para saber quem somos, é preciso passar pelos outros: eu sei quem sou porque os outros sabem. Não se pode precisar muito bem como isso funciona. Eu me identifico com alguém que me identifica.”²⁷

Se em princípio o eu bem demarcado abarca o propósito de gerar uma sensação de soberania e controle sobre os eventos do mundo, a profunda submissão ao outro, gerada ao longo desse proces-



Contemplar
a morte
do eu
envolve
abrir mão dos
referenciais
narcísicos e
identificatórios.

so, condena-o a uma dependência desamparada; o indivíduo torna-se refém de um desejo que não controla. A busca de controle termina por controlá-lo.

Assim, o projeto subjetivo de constituir e manter-se apegado a uma identidade sólida corresponde à busca por defender-se das instabilidades e precariedades da existência como ser humano. À medida que o ego se fortalece, no entanto, torna-se possível desapegar-se dessa auto-imputada sensação de solidez, e deixar-se fluir com a torrente do existir; torna-se possível, então, abrir mão das complicações emocionais ligadas ao ímpeto de fazer caber a realidade na métrica do desejo egocêntrico. Correlativamente, abrir mão das próprias identidades, sempre frágeis e cambiantes, possibilita ao ego fortalecer-se, porque lhe permite rever seus automatismos, enraizados em mecanismos de defesa arcaicos.

Neste ponto, talvez a psicanálise se aponte na mesma direção do

caminho zen: ampliar a capacidade do eu de contemplar a própria destruição e reagir com humor.²⁸

Se a identidade, ou auto-imagem, articulada aos mecanismos de defesa do ego, operam no interior do aparelho psíquico como sede dos fenômenos de alienação e empobrecimento simbólico-pulsional que viemos examinando, e se é o mecanismo psíquico de *identificação* que lhe dá suporte, torna-se possível, afinal, formular algo de decisivo para o nosso recorte: que *a morte do eu caracteriza-se por um processo de desidentificação*.

Isto é o que se quer dizer – em vocabulário psicanalítico – com a meta terapêutica de extinção do ego: contemplar a morte do eu envolve abrir mão dos referenciais narcísicos e identificatórios.

Este seria o árduo caminho no sentido de habitar-se a si mesmo: haver-se com a força mortífera que mantém a libido aprisionada em antigas catexias, no recolhimento do espaço analítico, a ponto de criar o distanciamento de si que permite tomar consciência das próprias identificações, que são sempre inconscientes: “...é preciso justamente que sejamos nós mesmos para nos *descobrirmos* identificados ao outro.”

²⁹ É preciso desidentificarmos-nos para florescermos em vívida singularidade. Ainda nos resta, contudo, precisar a incidência dessas formulações no trabalho do psicanalista.

A constituição de uma identidade definida é uma etapa indispensável ao desenvolvimento psíquico. Tão necessária quanto essa etapa, contudo, é o abandono das construções imaginárias, o desapego das imagens idealizadas que criamos a nosso respeito e que nos esforçamos por manter a despeito dos golpes narcísicos que a vida nos impõe. Esta é uma fonte primordial de conflito – a discrepância entre o que somos e aquilo que gostaríamos de ser.

O rompimento com uma experiência de mundo baseada na centralidade do eu está associado à

possibilidade de reconhecer-nos para além do que possamos conceber a respeito de nós próprios e do mundo. Pois, como já afirmamos, o campo do pensável e do representável não recobre a totalidade da experiência humana.

Há a possibilidade de acesso a uma dimensão de subjetividade plena, por falta de uma expressão melhor, em que o contato possível com os afetos informes, com as intensidades puras, não é obstruída seja pelo pensamento, seja pela linguagem. Ainda temos muito a estudar, porém, sobre o modo de funcionamento dessas outras formas de continência – afora a linguagem – que tornam possível o contato com o inefável sem acarretarem um mergulho na angústia e no desamparo.

Essa dimensão além da linguagem não tem nome; podemos denominá-la simplesmente de *isto*, como fariam os budistas ao chamar a atenção para a percepção direta da realidade (como alguém que aponta, apenas, sem nada dizer). Com isso, é possível retomar uma citação do início do texto de Lacan, com o objetivo de associar essa reflexão à meta da terapêutica analítica.

Segundo ele, “o ponto a que conduz o progresso da análise, o ponto extremo da dialética do reconhecimento existencial, é – *Tu és isto*.” E completa: “Esse ideal nunca é de fato atingido”.³⁰ Para além da dimensão egóica, no reino do Inconsciente sem palavras, somos *isto*. Diluem-se as fronteiras que separam o eu e o outro, o sujeito e o mundo, o existente e o não-existente. Não há contradição, não há separação.

O eu fundado na auto-imagem atua, no interior do indivíduo, como um sistema, uma espécie de instância de controle. Daí a pertinência do gesto de Lacan, no texto que estivemos estudando, de introduzir a técnica zen de recusa de todo sistema como forma de abordar a prática psicanalítica.

O efeito analítico pode com isso ser examinado à luz da excentrici-

dade de um mestre zen. Ambos geram uma ruptura de sentido no campo do convencional, arremesam seja o discípulo, seja o analisando em direção ao além-da-linguagem, frente à experiência do vazio representacional. Psicanálise e zen são métodos essencialmente desconstrutivos.

A possibilidade efetiva de que algo assim ocorra no decorrer de um processo analítico, todavia, está associada ao desenvolvimento progressivo no analista – e, afinal, no analisando – de uma capacidade bastante sofisticada: a capacidade de tolerar a condição última de desamparo. Para deixar avançar o processo de desconstrução das identidades alienantes, é necessário reconhecer na própria dinâmica mental a insuficiência da linguagem face à intensidade do fato de existir.

Quanto menos desenvolvida essa capacidade, mais se ancora o processo analítico numa dimensão egóica, com seus desejos, ideais, crenças e valores, à medida que é esta instância que servirá de suporte ao par como forma de evitar a angústia do real.

Quanto à especificidade do trabalho do analista, e de sua formação pessoal e profissional, é possível afirmar que um processo de transformação tão significativo quanto possível é necessário, a fim de que ele ou ela possa caminhar na direção de um desidentificar-se de seus referenciais narcísicos e de um constituir-se como sujeito a partir do vazio. Trata-se de condição *sine qua non* para atender à exigência ética de colocar-se de lado, desapegar-se de si mesmo como abertura à alteridade encarnada naquele que repousa à sua frente, no divã.

Para conduzir o processo analítico rumo à radicalidade da experiência do vazio sem suportes, é necessário estruturar-se de modo a suportar tornar-se pura abertura: todo o ser do analista deve tornar-se escuta. A ausência em ser é

necessária para ouvir o silêncio imanente à fala. E isso, como sublinhou Lacan, talvez seja um ideal inalcançável.

Pois o fundo sem fundo de onde emergem as palavras precede o eu, e portanto é refratário a tentativas de controle. É também, no entanto, responsável pela beleza fugaz dos gestos espontâneos, reveladores da singularidade escondida sob as próteses egóicas que a protegem dos olhares e julgamentos alheios.

Um analista inspirado por uma ética de desapego, desembaraçado das pressões coercitivas do eu, é capaz de experimentar, no seu ofício, a fruição poética do simples coexistir. Habitando uma paisagem mental de desprendimento de si, é possível que suas intervenções comecem a parecer um tanto acidentais, à medida que se descobre capaz de contemplá-las como se não as tivesse produzido, como se tivessem brotado por si sós.

Não é, afinal, o ego pensante que as produz, e portanto elas não pertencem nem ao analista, nem ao paciente – são como *pensamentos sem pensador*. De fato, ao nos entregarmos ao fluir da experiência atual, renunciamos ao controle e, no limite, à autoria. Algo em nós age, movimenta e fala.

Com Fédida, a arte zen do psicanalista depende de um tempo de germinação próprio, no “espaço interno de recolhimento e repouso”, de onde explode o cheio de luz que é o silêncio do vazio. O vazio que, no âmago do acontecimento analítico, “age e articula a tectônica dos movimentos”.

NOTAS

1. J. Lacan, *O Seminário*: Livro I: Os escritos técnicos de Freud, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1986 [1953], p. 9.
2. J. Lacan, op.cit., p. 9.
3. E. Roudinesco, *Jacques Lacan*: esboço de uma vida, história de um sistema de pensamento, São Paulo, Companhia das Letras, 1994, p. 356.
4. W. J. Cherg, Introdução, in: *Tao Te Ching: o livro do caminho e da virtude*, de Lao Tse, São Paulo, Ursa Maior, 1996, p. 9.

5. Adaptado de W. J. Cherg, op. cit., p. 19.
6. E. Roudinesco, op. cit., p. 354.
7. Cf. E. Roudinesco e M. Plon, *Dicionário de psicanálise*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1998, p. 502.
8. Cabe lembrar, como mencionado mais acima, que as idéias taoístas constituem parte fundamental do zen budismo. Elas compõem, ao lado das idéias confucionistas, o “elemento chinês” acrescentado ao Budismo original hindu, que o permitiu assumir essa forma inédita de religião/filosofia: o budismo *zen*.
9. J. Lacan, op. cit., p. 27, grifo do autor.
10. *Ibid.*
11. cf. N. Silva Jr. “Modelos de subjetividade em Fernando Pessoa e Freud. Da catarse à abertura de um passado imprevisível”, in: M. E. C. Pereira (org.), *Lecturas da Psicanálise: estéticas da exclusão*, Campinas, Mercado de Letras, 1998.
12. J. Birman, *Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000, p. 46.
13. J. Lacan, op. cit., p. 19.
14. J. Lacan, op. cit., p. 27.
15. *Ibid.*, p. 25.
16. Neste texto os termos *eu* e *ego* estão sendo usados de forma indistinta.
17. E. Roudinesco e M. Plon, op. cit., p. 212.
18. J. Lacan, op. cit., p. 25.
19. cf. L. R. Monzani, *Freud: o movimento de um pensamento*, Campinas, Editora da UNICAMP, 1989, p. 244-9; R. Mezan, *Freud: a trama dos conceitos*, São Paulo, Editora Perspectiva, 1982, p. 175-188.
20. P. Fedida, *Depressão*, São Paulo, Editora Escuta, 1999, p. 111.
21. O segundo dualismo pulsional marca a instalação da incerteza no âmago do ser: às ameaças externas de destruição, às quais estamos irremediavelmente submetidos, juntam-se ameaças vindas do interior do corpo – os afetos sem contorno que irrompem de dentro e desestabilizam, para além das tentativas de controle.
22. O medo de existir, segundo esta abordagem, está relacionado às angústias de dissolução, de fragmentação e de engolfamento, verdadeiros alicerces da vida mental apoiada na linguagem. O medo de existir é correlato do medo de deixar de existir; só quem se ampara na autoconsciência pode ter medo de desaparecer, e portanto “eu” e sofrimento existencial podem ser considerados fenômenos co-emergentes. Conseqüentemente, para além do eu não há medo das transformações inerentes ao nosso modo de ser – a dor, a velhice e a morte. Ultrapassar as fronteiras do ego, então, leva a experimentar-se, e ao mundo, não mais como entidades separadas, mas como *fluxo*.
23. M. Epstein, *Pensamentos sem pensador: uma perspectiva budista para a psicoterapia*, Rio de Janeiro, Gryphus, 1996, p. 92.
24. M. T. Berlinck, “O eu e as paixões”, in: M. T. Berlinck, *Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, Escuta, 2000, p. 173.
25. S. Freud, “Análise terminável e interminável”, in: *Edição Eletrônica Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, Volume XXIII, 1937.
26. R. Mezan, *Freud: a trama dos conceitos*, São Paulo, Editora Perspectiva, 1982, p. 188. Trata-se de uma citação referente ao capítulo III de “O Ego e o Id” (S. Freud, *Edição Eletrônica Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, Volume XIX, 1923).
27. O. Mannoni, “A desidentificação”, in: M. Mannoni, *As identificações na clínica e na teoria psicanalítica*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994, p. 186.
28. Frase sugerida pelo Prof. Nelson da Silva Jr., em relação ao *satori* – a experiência de iluminação súbita do zen budismo.
29. O. Mannoni, op. cit., p. 175.
30. J. Lacan, op. cit., p. 11.



Lacan (◊) Derrida

Frida Saal

Lacan e Derrida são dois pontos altos do pensamento francês no século XX. Este artigo propõe uma nova visão do vínculo entre as suas contribuições, procurando evitar colocá-los meramente como opostos ou complementares

Ao começar minha fala, quero ressaltar alguns paradoxos que se irão esclarecendo – espero, – no correr da própria exposição. O primeiro se inscreve na história desses Colóquios da Fundação Mexicana de Psicanálise, dos quais participei em quase todos, desde o início. Se em todos eles apresentei um trabalho escrito, neste, dedicado ao tema da escritura, farei uma intervenção oral, que posteriormente será escrita.

Relacionar Lacan com Derrida não tem, em si, nada de novo. Muito já se escreveu sobre o assunto a partir de diversas posições, às vezes tratando de aproximar suas propostas, outras vezes tratando de opô-las. Alguns autores têm falado de Lacan *com* Derrida; outros preferem considerar Lacan *contra* Derrida. De qualquer forma, é indubitável que o nome de Derrida não pode estar ausente em um colóquio dedicado ao tema da escritura em sua relação com o inconsciente.

Nossa proposta é colocar a punção (◊) entre os dois nomes, porque na relação / não relação que se estabelece entre Lacan e Derrida aparece uma tensão que implica um duplo movimento de união e disjunção, na perspectiva de um encontro teórico que é, ao mesmo tempo, necessário e impossível. A punção tem assim a

função de juntar e, ao mesmo tempo, separar os dois nomes. Indica-se, assim, que seria totalmente impossível sobrepôr a obra de um à do outro, sem que deixem ambos – e em muitos momentos – de se influenciarem reciprocamente. É uma relação em que o que prevalece é a *diferença*, que será um dos temas centrais de nossa exposição e que esclareceremos mais adiante.

No campo dos paradoxos se incluem as características absolutamente opostas dos dois homens. De um lado, Lacan, mais conhecido por vocês, personagem apaixonado, exuberante, cujo ensino, que deixa profunda marca, é essencialmente oral, e que publica seu

Frida Saal (Córdoba, Argentina, 1935 – México, 1998) foi psicanalista, docente da Universidad Nacional Autónoma de México – UNAM – por 25 anos. Investigadora e fundadora do Centro de Investigación e Estudios Psicanalíticos, autora de numerosos artigos reunidos no volume *Palabra de analista* (México, Siglo XXI, 1998), publicou ainda *La bella (in)diferencia*, co-editado com Marta Lamas (México, Siglo XXI, 1994); Este artigo é a transcrição de uma fala proferida no 10º Colóquio da Fundação Mexicana de Psicanálise, o qual teve como tema “Escrita e Psicanálise”, em maio de 1994.

Tradução: Sérgio Telles é psicanalista membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae de São Paulo, escritor e autor de *O Psicanalista vai ao Cinema*, Casa do Psicólogo / EdUFSCar, 2004, e *Mistura Fina*, Casa do Psicólogo, 2004, entre outros.

Não é toda a obra de Lacan que se relaciona com toda a obra de Derrida; portanto, suas contribuições devem ser diferenciadas.

livro mais importante com o título, talvez discutível, de *Escritos*. Do outro lado, em Derrida, encontramos um personagem incomensuravelmente comedido, cujas aulas se resumem à leitura de textos cuidadosamente escritos, nos quais tenta apagar do enunciado, tanto quanto possível, sua presença. O ensino de Derrida alcança uma notável repercussão nos Estados Unidos, território em que Lacan sempre quis ter acesso e no qual só pôde chegar de maneira parcial: nunca por meio das sociedades psicanalíticas, e sim, com dificuldades, por meio dos Departamentos de Literatura de algumas universidades.

Entre tais personagens, o que se pôs em cena foi um encontro, de filosofia, de belas artes, de ciências políticas, que, como todo encontro, teve muito de desencontro. Lacan e Derrida se encontraram pessoalmente apenas em duas ocasiões; desses momentos há dois relatos: o de Elisabeth Roudinesco¹ e

o do próprio Derrida². O primeiro encontro aconteceu em 1996, em Baltimore. Na ocasião, Derrida já havia publicado na revista *Critique* o artigo que deu origem a seu livro *Da Gramatologia*³, o qual Lacan lera cuidadosamente. Os *Escritos* de Lacan estavam então no prelo e ainda não haviam aparecido. Lacan diz então a Derrida: “Foi necessário vir até aqui, no estrangeiro, para nos encontrarmos!”.

Nesse momento, segundo Derrida, o tema que os une, de maneira velada e secreta, é o tema da morte. Às vésperas do aparecimento de seu livro, Lacan se preocupa em como seriam lidos seus trabalhos quando Derrida e ele já não estivessem vivos. Os temas da transcendência e da posteridade estavam implícitos nessa conversa. Também falaram da escritura sobrevivendo à morte e da relação da escritura com a morte.

“Assim, ele tinha a morte entre nós, ele fez questão da morte, direi mesmo somente da morte de um de nós, como ocorre com ou entre aqueles que se amam. Ou, mais ainda, ele falava, ele, sozinho, pois em nenhum momento eu disse coisa alguma, ele falava sozinho, de nossa morte, da sua que não tardaria a chegar e da morte ou, mais ainda, do morto no qual, segundo ele, eu gozava.”⁴

Para abordar a relação de Lacan com Derrida em termos teóricos, precisaríamos muito mais tempo do que dispomos agora. O que ali importa implica em sutilezas, detalhes, em tênues alusões, em minúcias que não poderemos explorar a fundo agora. O que vou tentar é uma espécie de resumo, um esqueleto estrutural, que nos permita ver em que, *não toda* a obra de Derrida e *não toda* a obra de Lacan se aproximam, se relacionam entre si e em que, portanto, suas contribuições devem ser diferenciadas. Se darei mais ênfase a Derrida, é por acreditar – talvez equivocadamente – que ele é menos conhecido para vocês.

A formação filosófica de Derrida se enriquece com um marcado interesse pela literatura, esse que o leva a propor um apagamento das fronteiras entre ambas e a propor modos de trabalho cuja fecundidade é visível na multiplicação dos textos de orientação derridiana. No campo da filosofia, sustenta uma postura ativa que impugna a “metafísica da presença”, metafísica que Derrida assinala como solidária das psicologias da consciência. O pressuposto que sustenta essa metafísica, aliada dessas psicologias, é o da transparência, da proximidade do significado, que prometeria um acesso à presença da coisa por meio do signo que a representa para a consciência. Na colocação derridiana, esse acesso direto é impossível. É dessa forma que as considerações filosóficas o levam a se interessar pelos problemas da lingüística.

Derrida encontra na leitura da obra freudiana um poderoso questionamento à concepção do que haverá de entender como escritura e descobre, na concepção do inconsciente, o instrumento maior que permite problematizar a metafísica da presença.

O próprio Derrida afirmou sobre sua primeira obra:

“*Da Gramatologia*” era o título de um artigo e de um livro, aparecido uns cinco anos antes, e esse é um dos numerosos erros e desconhecimentos de Lacan e de tantos outros nesse assunto, pois jamais propus uma gramatologia, alguma ciência ou disciplina positiva que leve esse nome; pelo contrário, fazia grandes esforços para demonstrar a impossibilidade, as condições de impossibilidade, o absurdo de princípio de toda ciência ou de toda filosofia que leve o nome de gramatologia. Esse livro, que tratava *da gramatologia*, era tudo, menos uma gramatologia.”⁵

Podemos dizer que *Da Gramatologia* é uma *desconstrução*. Que implica esse termo tão estritamente associado com os trabalhos de Der-



rida? É mais fácil começar por uma definição negativa: não se trata de um método ou de uma técnica. Numa aproximação positiva, podemos afirmar que é uma estratégia, estratégia de leitura, por meio da qual, indo além das intenções explícitas do autor, pode-se pôr em evidência o texto em si, em sua capacidade produtiva. O trabalho desconstrutivo enfatiza o tropeço em que se põe de manifesto outro significado presente no texto, além das

pouco há referências objetivas que possam abarcar a árdua questão da realidade ou abrir um caminho que garanta a presença do objeto. Sempre temos de nos ver às voltas com relações de intertextualidade ou, para dizê-lo em termos nietzschianos – e Nietzsche é autor caro a Derrida – que se trata, sempre, de interpretações. Há, pois, uma multiplicidade de sentidos e interpretações, a realidade em sua totalidade tem um caráter textual, está feita de

güística; e Rousseau, por seu *Ensaio sobre a origem das línguas*.

Em primeiro lugar nos confrontamos com os pressupostos que organizam o conceito de “signo” na obra de Saussure. Já se sabe que o signo, em sua dupla vertente de significante e significado, aparece como representante e substituto de uma presença originária, presença da coisa em si que o signo viria a substituir. Nesse sentido, a teoria do signo continuaria sendo subsidiária e sustentação de uma metafísica substancialista. Derrida se propõe então a “destruir o conceito de signo e toda a sua lógica”.⁶

O signo, como nos diz Derrida, encontra sua essência formal na presença suposta da coisa, e o significado adquire um privilégio por sua proximidade ao *logos* como *phoné*, à razão como palavra falada. Nietzsche, ao assinalar o caráter de interpretação de tudo o que é pensado, contribuiu para liberar o significante de sua dependência metafísica do *logos*, colocando-se assim como precursor das críticas ao fonologocentrismo, antes mesmo da concepção formal do signo.

Convém que nos detenhamos numa chamada de pé de página:

“...não quer dizer, por uma mera inversão, que o significante seja fundamental ou primeiro. A “primazia” ou a “prioridade” do significante seria uma expressão insustentável e absurda de se formular illogicamente dentro da lógica que pretende, sem dúvida legitimamente, destruir. Nunca o significante precederá de direito o significado, sem o qual deixaria de ser significante, e o significante “significante” já não teria nenhum significado possível. O pensamento que se anuncia nessa impossível fórmula, sem conseguir instalar-se nela, deve, portanto, enunciar-se de outra maneira: não poderá fazê-lo senão tornando suspeita a própria idéia de signo, de “signo de”, que sempre permanecerá ligada ao que aqui questionamos. Portanto, no

O signo, como nos diz
Derrida, encontra
sua essência formal
na presença suposta da coisa,
e o significado
adquire um privilégio
por sua proximidade
ao *logos*
como *phoné*,
à razão
como palavra falada.

intenções do autor e põe especial atenção e ênfase nas margens, nas bordas, nos enquadramentos que, por meio de novas contextualizações, abrem espaço para novas leituras que são, por sua vez, novas escrituras.

A desconstrução põe em evidência que não há um significado transcendental. A disseminação é constante e nos abisma no fracasso da transmissão e na impossibilidade de fechamento do sentido. Tam-

textos que criam e recriam essa realidade. O que (acreditamos que) há... são efeitos de textos.

A desconstrução que é posta em jogo em *Da Gramatologia* é uma desconstrução da lingüística por meio da análise da obra de três autores essenciais e diferentes: Ferdinand de Saussure, no que dele nos legou como *Curso de lingüística geral*; Levi-Strauss, pelo que produz no campo da antropologia e, mais ainda, por sua interpretação da lin-

limite, destruindo toda a conceitualidade ordenada em torno do conceito de signo (significante e significado, expressão e conteúdo, etc).⁷

Detivemo-nos amplamente nessa citação porque nela se explicita um dos pontos mais polêmicos da relação Lacan-Derrida.

Lacan persiste na referência ao signo saussuriano e, seguindo Levi-Strauss, propõe a primazia do significante, subvertendo assim a concepção de signo. Na passagem citada, Derrida pontua e destaca as conseqüências inadvertidas de tal operação. Cremos que essa pontuação será levada em conta por Lacan sem chegar a reconhecê-lo explicitamente: assim, a passagem da concepção de *palavra plena* (1953) para a de *dizer pela metade* (1973), bem como o abandono da proposta do *ponto de basta* (ponto ideal da suposta concordância entre significado e significante), seriam admissões de Lacan da pertinência de

ditas pontuações, ainda que não sejam somente elas as determinantes de suas mudanças no discurso.

A lingüística do signo persiste prisioneira da ilusão dos sistemas escriturais fonológicos que nos fazem supor que a escritura é secundária e que a fala é o primário. Ferdinand de Saussure, convencido da natureza primordial da palavra falada, chega a excluir a escritura do campo da lingüística: “Língua e escritura são dois sistemas de signos distintos; a única razão de ser do segundo é a de representar o primeiro; o objeto lingüístico não fica definido pela combinação da palavra escrita e da palavra falada, esta última é a que constitui, por si só, o objeto da lingüística.”⁸

Essa ilusão desconhece que não há nenhuma escritura que seja puramente fonética: as pontuações, os silêncios que escandem as palavras, são elementos claramente não fonéticos, mas sem os quais a escritura seria impensável. Do outro

lado, as escrituras hieroglíficas ideográficas incluem sempre elementos fonéticos, sendo esse o caminho que permitiu decifrar a escritura hieroglífica.

Diz Derrida:

“A distinção entre a escritura fonética e a escritura não-fonética, mesmo levando em conta quão indispensável e legítimo ela o é, permanece como totalmente derivada frente ao que se poderia denominar uma sinergia e uma sinestesia fundamentais. Disso se conclui que não somente o fonetismo nunca é todo-poderoso, como também que, desde sempre, começara a trabalhar o significante mudo”.⁹

Não podemos seguir passo a passo a análise que Derrida faz das teses de Saussure. Em todo caso, põe em evidência que, ao colocar a escritura como representação da língua falada, dá-se à escritura um caráter de exterioridade, uma exterioridade puramente instrumental e secundária.

Agregado ou suplemento de uma fala em si plena, o salto à escritura aparece, pois, como um fato de violência, uma “usurpação” que remete então à possibilidade de uma *essência* não contaminada inscrita na fala.

Depois de denunciar a metafísica inerente à idéia de signo, Derrida sustenta que a língua oral é já escritura. Essa reversão implica uma modificação profunda do conceito de escritura. Sua pretensa “derivação” requer uma condição: que não tenha existido nunca a pressuposta linguagem original, natural. Tal linguagem primária já foi, desde sempre, escritura. Esse é o conceito da *arqui-escritura*, outro nome da *diferença*¹⁰, da qual falaremos mais adiante.

Derrida aplica os mesmos princípios desconstrutivos em sua leitura dos textos de Levi-Strauss. O fundador da antropologia moderna maneja uma concepção da linguagem de inspiração saussuriana, a partir da diferença corriqueira entre língua falada e escritura. O aparecimento secundário da escritura

Depois de denunciar
a metafísica inerente
à idéia de signo,
Derrida sustenta que a língua
oral é já escritura.
Essa reversão implica
uma modificação profunda
do conceito
de escritura.



O
termo-chave
para dar
conta dessa
concepção
não-restrita
da escritura,
é a *diferença*.

estaria ligado, para o antropólogo, a sociedades em que se exerce a exploração do homem pelo homem. Ao negar assim o caráter de escritura para a língua falada, produz-se um apagamento da arquimarca que permite voltar a esse outro mito das origens, o do bom selvagem, o dos povos anteriores à escritura e nos quais não existiria a exploração do homem pelo homem. Mas – sustenta Derrida – a postulação da existência de povos sem escritura é uma ilusão daqueles que reduzem a escritura à forma vulgar, considerando-a a gráfica de uma pretendida substância fonética.

Derrida assinala o etnocentrismo que está em jogo em tal concepção.

“Mas um etnocentrismo que, pelo contrário, *considera-se* como anti-etnocentrismo, etnocentrismo dentro da consciência do progressismo liberador. Ao separar radicalmente a língua da escritura, ao colocar esta última abaixo e fora, ao

crer pelo menos poder fazê-lo, ao fazer-se a ilusão de liberar a lingüística de toda passagem pelo testemunho escrito, pensa-se efetivamente devolver o estatuto de língua autêntica, de linguagem humana e plenamente significativa a todas as línguas praticadas pelos *povos que, apesar de tudo, continuam sendo chamados de “povos sem escritura”*. Idêntica ambigüidade afeta as intenções de Levi-Strauss, e não por acaso.”¹¹

Essa não é uma crítica de pouca monta, quando recai sobre o investigador que denunciava o etnocentrismo presente na denominação de “povos primitivos”, ou sobre quem colocou em evidência a complexidade estrutural das *estruturas* pretensamente *elementares do parentesco*.

É por isso que, voltando ao paradoxo do começo, quando ironizávamos, dizendo que, nesse colóquio dedicado à escritura, fazíamos uma exposição oral, é necessário agora matizá-la invertendo-a, por assim dizer, desconstrutivamente: é somente porque, de alguma forma, está escrita, que esta colocação pode ser expressa em sua forma falada.

Em um trabalho anterior¹², parafraseando Thomas Mann, dizíamos que o sonho foi sonhado porque já fora antes interpretado. No mesmo sentido, que o falado esteja já escrito não nos deve surpreender. Por isso, não é casual que o *poster* que representa esse colóquio seja uma pintura de Miró¹³: escritura sem significado, pontos e traços sobre um azul infinito, forma de escritura que inclui, forçosamente, sem poder excluí-la, a pintura. Isso se aplica também a essas inscrições ponteadas de certas etnias às quais Levi-Strauss nega a hierarquia de escritura e frente ao que Derrida abre um enorme ponto de interrogação: com que direito, sob que princípios, pode-se sustentar tal denegação?

O termo-chave para dar conta dessa concepção não restrita da escritura, e que já o tínhamos mencionado, é a *diferença*. Derrida esclare-

ce que não se trata de uma palavra nem de um conceito, mas de um mecanismo, que ele chama *la différance*.¹⁴ Consiste em uma mudança de uma letra na escritura em francês da palavra *différence* na qual se substitui um *e* por um *a*. Fonologicamente essa mudança de uma vogal não pode ser reconhecida. Produz-se assim uma *marca muda*, uma intervenção gráfica e transgressiva calculada para poder abrir a questão da escritura e a relação desta com a fala.

Foram feitas duas propostas para a tradução desse neologismo derridiano: a primeira é chamá-la *diferancia*, e nos parece que essa proposta não cumpre o requisito da marca muda, já que em espanhol essa substituição do *e* pelo *a* produz uma diferença fônica. A segunda proposta é traduzí-la por *diferenzia*, e com isso se recuperaria o valor homofônico da proposta em francês com os requisitos de marca muda e seu caráter transgressivo ortográfico. De nossa parte, preferimos traduzi-lo por *diferencia*, que reúne os requisitos antes mencionados com o acréscimo, em espanhol, da inclusão ali do *ens*, do ente, produto também da escritura.

... “...se a *diferença* é (ponho o “é” barrado) o que faz possível a apresentação do presente, ela não se apresenta nunca como tal”¹⁵.

A *diferença* nos põe mais claramente na pista daquilo a que aponta Derrida quando critica a metafísica da presença.

Ao carecer de essência e de existência, não sendo palavra nem conceito, a *diferença* é uma proposta estratégica, que permite evitar ou prevenir toda a possível reapropriação ontológica ou teleológica.

A análise semântica permite que nos aproximemos da compreensão do que consiste esta aventura, este jogo da *diferença*. Diferir tem dois sentidos (isto é válido tanto em francês como em espanhol): o primeiro remete a postergar, deixar para mais tarde, especifica uma determinação *temporal*. Derrida usa para isso o termo “temporaliza-



TEXTOS

ção”. O segundo sentido de *diferir*, que é também o mais utilizado, tem a ver com o diferente, como o não-idêntico nessa acepção destaca a importância da repetição, do *espaçamento*.

“... ‘diferença’ designa a causalidade constituinte, produtiva e originária, o processo de ruptura e de divisão cujos diferentes ou diferenças seriam produtos ou efeitos constituídos.”¹⁶

Aplicando isso à lingüística do signo, evidencia-se que ele (o signo) se apresenta como uma presença diferida, como uma postergação do momento de encontro com a coisa em si, essa que supostamente poderia, em virtude do signo lingüístico, encontrar-se ante quem fala. A *diferença* questiona essa origem, questiona toda possibilidade de encontro com a coisa e a representação não teria assim um caráter secundário. A *diferença* é a que produz as diferenças e não está antes delas, e, mais ainda, nunca está pre-

sente. Assim, coloca-se em questão toda idéia de origem. Trata-se de um deslocamento indefinido, já que é a origem que não é originária. O que importa não é o encontro, senão o eterno desencontro com coisa. Aquilo que, sendo diferido, necessita da repetição diferenciadora. Desencontro entre o que se passa pela primeira vez e a segunda vez (primeira vez que nunca ocorreu e que é efeito retroativo do espaço que abre a própria *diferença*). Para empregar os termos de Nietzsche, a máscara abre o espaço da representação, e a representação é a própria realidade, não remetendo a nenhuma presença que estaria atrás dela.

Por isso Derrida questiona a possibilidade de se perguntar: o que difere?, quem difere? – perguntas que necessitam ser impugnadas por estarem habitadas pelos pressupostos de um *que* ou de um *quem*, anteriores à própria *diferença*. O que e o quem são produtos dessa *diferença*.

Deste modo, a *diferença* nos põe em relação com o que ignoramos e que excede a alternativa da presença e da ausência. É a essa alteridade radical que Freud deu o nome de Inconsciente.

“... o inconsciente não é, como se sabe, uma presença escondida de si mesma, virtual, potencial... Essa alteridade radical, com relação a todo, modo possível de presença, se assinala em efeitos irreduzíveis de destempo, de retardamento.”¹⁷

Em Nietzsche, em Freud, em Levinas, Derrida vê delinear-se um fechamento do tempo da ontologia e o início de uma nova perspectiva onde a *diferença* encontrará um lugar.

De Levinas toma essa magnífica expressão, com a qual se define o enigma da alteridade: “um passado que nunca foi presente” e que, para nós, define o próprio campo da atividade psicanalítica.

Por essa via de encontros, Derrida realiza uma metódica e rigorosa leitura dos textos freudianos.

Tal leitura não teria sido possível sem o *retorno a Freud* de Lacan.

A pergunta que instiga a investigação freudiana é: em que consiste a memória? Aquilo que puder explicar a memória em todas as suas formas – incluindo o esquecimento – explicará a realidade psíquica.

Derrida reconstrói o trajeto de Freud, desde o *Projeto de uma Psicologia para Neurologistas* de 1895¹⁸, até a *Nota sobre o Bloco Mágico* de 1924.¹⁹ Tudo ali está marcado pelas referências escriturais que, no entender de Derrida, não são metáforas: “Indubitavelmente, Freud não maneja metáforas, se manejar metáforas é fazer alusões com o conhecido a respeito do desconhecido. Mediante a insistência de sua inversão metafórica, torna enigmático, pelo contrário, aquilo que se acreditava conhecer sob o nome de escritura”²⁰.

No *Projeto*, Freud se vê obrigado a conceber diferentes aparelhos supostamente neurológicos, que têm de responder a um duplo requisito: serem capazes de apagar a marca do estímulo para deixar sempre livre e receptiva a superfície, e conservar em outro sistema aquilo mesmo que apagou. Nisso consiste o próprio mistério da memória.

Do *Projeto* podemos passar para a famosa *Carta 52* de sua correspondência com Fliess, de 6 de dezembro de 1896. Ali apresenta um esquema de aparelho psíquico que inclui vários sistemas diferenciados em suas funções. A possibilidade da passagem das marcas de um sistema a outro, ou de seu estancamento, dependem de sua “reordenação segundo novos nexos, uma retranscrição (*Umschrift*)... a memória não preexiste de maneira simples, mas múltipla, está registrada em diversas variedades de signos.”²¹ O modelo de uma memória que já é escritura impregna toda essa carta.

De *A Interpretação dos Sonhos* só nos reterão dois aspectos. Primeiro: as *considerações de figurabilidade* – mecanismo do trabalho

Em Nietzsche,
em Freud,
em Levinas,
Derrida vê
delinear-se
um fechamento
do tempo da
ontologia.



de sonho que tem de dar conta do caráter visual desse sonho. Freud ilustra a formação dos sonhos fazendo alusão a diversas analogias – os hieróglifos, o *rebus*, os *comics* ou a escritura ideográfica; todos eles modelos escriturais. Os modelos escriturais abrem a cena onde o sonho e a história poderão se representar²². Segundo: o aparelho psíquico que tem de dar conta dessa colocação em cena, *a outra cena*, está constituído por traços mnêmicos, marcas escriturais que poderão ou não ser ativadas, segundo suas vias de facilitação (*Bahnungen*).

Em *Mais além do princípio do prazer*, Freud apresenta o jogo do *fort-da*, com o seu neto lançando e recolhendo o carretel. A repetição aparece ali como fundadora da marca. É no *Seminário II* que Lacan trabalha esse texto de Freud, postulando a relação da linguagem com a morte. Ali Lacan desmonta toda referência biologista da pulsão de morte e propõe o registro simbólico como aquele onde a palavra, sendo a morte da coisa, faz da morte condição de possibilidade da vida. Derrida aceitaria, seguramente, essa homologação da linguagem com a morte, sempre e quando essa linguagem seja já uma escritura.

Chegamos assim à *Nota sobre o Bloco Mágico*, esse artefato consistente de uma superfície encerada e uma folha solta de celulóide que a cobre e que permite conservar na superfície encerada o que foi escrito sobre o celulóide e que se apaga sempre que o celulóide é separado da superfície encerada. Esse artefato permite a Freud exemplificar maravilhosamente o duplo requisito da memória, o requisito do apagamento e da conservação, ou, melhor dito, que a memória permite conservar porque foi apagado.

Os sistemas de transcrições que Freud propõe supõem uma escritura primeira, uma origem. Esse é o limite que Derrida vai questionar,

Freud inventa
uma primeira
experiência
real de
satisfação,
para dar conta
da satisfação
alucinatória.

postulando a inexistência de tal origem. Trata-se de um deslocamento perpétuo. Sempre teremos de nos haver com transcrições que são – ao mesmo tempo – originais e cópias, porque o “verdadeiro” original está sempre *deslocado*.

Freud inventa uma primeira experiência *real* de satisfação, para dar conta da satisfação alucinatória do desejo. Esse grau zero da escritura e da memória é, na realidade, uma experiência primeira e nostálgica que nunca aconteceu. Mas é também um mito teoricamente necessário: *um passado que nunca foi presente*, efeito retroativo de uma limitação ao gozo que procede da própria natureza, mas que o sujeito oscilará logo em atribuí-la ao Outro ou a si mesmo. No campo da literatura, essa situação foi reiteradamente trabalhada por Rilke, e a esses trabalhos Cláudio Magris dedicou um excelente ensaio em seu livro *El Anillo de Clarisa*²³. Rilke, o escritor da nostalgia, também se pergunta

constantemente: quando é o presente? Vivemos constantemente empurrados para um passado mítico, a partir de um agora que também será mitificado.

Realizamos até aqui um rápido percurso por alguns textos freudianos. Tratamos de sublinhar a incidência dos escritos de Freud no pensamento de Derrida e os pontos em que insere seus comentários críticos. Isso pelo lado de Freud e no modo como este é lido por Derrida.

Entremos agora pelo lado de Lacan. *Da Gramatologia* faz duas referências implícitas a Lacan, ainda que seu nome não seja citado. São os pontos em que Derrida menciona a *impossibilidade* da palavra plena. Todos sabemos que esse é um tema lacaniano por excelência, proposto e amplamente considerado no *Discurso de Roma* (1953), quando a lingüística saussuriana está mais presente para Lacan e é o instrumento que lhe permite realizar uma leitura absolutamente original da obra de Freud. Não obstante, essa associação não dura muito e entra em crise quando Lacan impugna um conceito fundamental da lingüística saussuriana, qual seja, o conceito de significação²⁴. A separação de Lacan dos enunciados de Saussure fica marcada com a cunhagem de dois neologismos: a *significância* e a *lalíngua*. A *significância*, como efeito de significação, trata de subtrair-se ao que Derrida critica como efeito de presença por meio do significado. Enquanto a *lalíngua*, Braunsntein²⁵ assinala que o equívoco se produz no aparecimento de uma marca escritural e não fônica, o que responde estritamente à definição de *diferença* de Derrida.

São essas mudanças uma resposta de Lacan a uma interpretação implícita na leitura derridiana? Deixemos aberta a pergunta, conformando-nos com a mera sugestão.

Sabemos que Lacan passará da proposta de *palavra plena* para o de *dizer pela metade* (*mi-dire*), e à condição de *não toda*, que caracte-

O segundo tema problemático que separa a leitura que os dois autores fazem de *A carta roubada* é conseqüência de seus respectivos pontos de partida.

rizará, em sua obra, *A mulher* (que só existe barrada, quer dizer, tal como a *diferença*) e a *verdade*. Ambas, *A mulher* e a *verdade* só podem se dizer pela metade. Essas modificações que Lacan introduz em sua obra, e que estamos sublinhando, vão na direção dos assinalamentos de Derrida, movimentos de incompletude, de não-fechamento.

Outro ponto de *encontro* / *desencontro* entre os autores que nos ocupam surge da cuidadosa leitura que Derrida faz do *Seminário* que Lacan dedicou ao conto de Edgar Allan Poe, *A carta roubada*²⁶. O próprio Derrida se ocupa de assinalar os pontos polêmicos entre ele e Lacan a respeito da leitura do texto de Poe e explícita oito deles²⁷. Remetemos o leitor ao texto integral de Derrida. De nossa parte, nos detemos em três pontos que consideramos fundamentais na controvérsia.

O primeiro ponto é o do trajeto próprio e circular da carta (da *lettre*): se a carta sempre chega ao

destinatário – como postula Lacan – ainda que ela sofra um desvio, significa que a carta, a *letra* (carta e letra são homônimas em francês), tem um destino próprio. Isso deixaria aberta a possibilidade de um encontro, em algum momento, do significante com o significado, questão sobre a qual já nos estendemos ao abordar o problema do signo, e na qual Derrida postula explicitamente seu desacordo com Lacan. A quem pertence a carta? Há um texto fascinante de Derrida, intitulado *Envois*²⁸, texto que Derrida diz não saber se é legível. Trata-se de cartões-postais enviados entre 3 de junho de 1977 e 30 de agosto de 1979. Há um *eu* que escreve e um *tu* destinatário, sem idade, sem sexo definido, às vezes homem, às vezes mulher, nessa carta aberta que é um cartão postal. Esse *divertimento* pode ser pensado como uma resposta lúdica de Derrida a Lacan em torno do tema da carta. Lacan é indubitavelmente um dos destinatários, um entre todos, pois quem quiser poderá lê-lo. Não obstante, à luz dessa conversação secreta, o texto produz, a cada volta, efeitos caleidoscópicos. Derrida analisa ali inúmeras situações críticas sobre a questão da carta, desde o cartão postal, passando pela análise de uma história da rainha Ester, tema da festa de Purim na tradição judaica que contém – como no conto de Poe – um rei, uma rainha, um ministro e o uso do selo real. Depois, detém-se na análise das cartas de Platão, 13 cartas de autenticidade duvidosa em distintos graus, para fazer ainda mais complexa e variada a gama de possibilidades: de quem é ou a quem está dirigida uma carta de autenticidade duvidosa? De nossa parte, poderíamos acrescentar o exemplo das *Cartas a Milena*, de Kafka, a recompilação destas cartas inclui referências a uma carta de Milena a Kafka, de cujo conteúdo este nunca chegou a se inteirar, desde que Milena pediu encarecidamente a Kafka que a devolvesse

sem lê-la. A pergunta sobre a quem pertence a carta permanece aberta.

Contextualizemos o momento em que Lacan dita o seminário consagrado a *A carta roubada*. Ele se coloca como o autêntico herdeiro da letra freudiana frente à princesa Marie Bonaparte. Daí a necessidade de sustentar que a carta sempre chega a seu destino, que a carta forja o destino, esse é o desígnio de Lacan. Para Derrida, o significante nunca se encontra com o significado e, por isso, não se pode pretender fechar a significação em algum ponto, por importante que este seja. Desse modo, o conto de Poe continua aberto à disseminação e não remete a nenhuma *verdade*.

O segundo tema problemático que separa a leitura que esses dois autores fazem do conto de Poe é conseqüência do anterior. Trata-se da *verdade* como *desvelamento*. Essa conceituação, próxima do pensamento de Heidegger, permite a Derrida assinalar que ela não consegue superar a metafísica, como supunha. Heidegger, levando a metafísica a seus limites, fica no campo da ontologia – e sua conceituação da verdade é uma das razões pelas quais não consegue transcendê-la – diferentemente de Nietzsche, a quem Derrida diz seguir. Para Nietzsche, não há verdade com maiúscula, tampouco existe significante algum que seja transcendente. Assim nos vemos levados ao tema seguinte.

O terceiro ponto que nos interessa sublinhar na polêmica diz respeito à posição transcendental do falo, ponto em que, paradoxalmente, a interpretação de Lacan coincide com a da princesa Marie Bonaparte. Os dois psicanalistas apontam para o falo, o pênis faltante da mãe. Sobre esse ponto, Derrida objeta que não há possibilidade de falocentrismo sem falocratismo, que a diferença não é uma simples distinção, já que implica sempre numa hierarquização²⁹.

Mas assim como assinalamos o afastamento de Lacan da lingüística saussuriana, também vale a pena su-



blinhar o caminho que vai, na produção lacaniana, desde *A Significação do Falo* (1958)³⁰ e *Idéias diretivas para um congresso sobre a sexualidade feminina* (1960)³¹ até o Seminário XX, *Encore*³², onde Lacan postula as fórmulas de sexualização e propõe, além do gozo fálico, a existência de um outro gozo, o gozo do Outro, gozo feminino, entendido como suplementar. O falocentrismo segue sendo um eixo na teoria; não obstante, o gozo fálico não é mais o único.

Lacan aborda o gozo feminino chamando-o de *suplementar*. Esta palavra provoca evocações que não acreditamos serem gratuitas. Quando Derrida analisa na *Da Gramatologia* o ensaio de Rousseau sobre *A origem das línguas*, sublinha, com especial ênfase, a categoria de *suplemento*. Se para Rousseau a escritura é um suplemento da fala, assinalando assim o seu caráter secundário, Derrida se detém na qualidade múltipla do termo, já que também se supre o que não há, o que falta. É nesse sentido que Derrida postula a necessidade de uma nova lógica do suplemento.

Será o gozo *feminino*, o gozo suplementar, a resposta lacaniana a essa nova pontuação de Derrida? O gozo feminino que se caracteriza porque *não pode se dizer* e que, não obstante, *pode escrever-se*, marca escritural, então, e não fônica, com o que responde à própria definição de *diferença*.

A esta altura de nossa exposição, podemos afirmar que o trajeto lacaniano vai desde um assunto de *linguagem*, em *Função e campo da palavra em psicanálise* a um assunto de *escritura*, em *A Instância da letra no inconsciente* (1957) (texto que Lacan se dá ao trabalho de esclarecer que é “anterior a toda a Gramatologia”). A partir de então, a reflexão de Lacan não deixa de se ocupar da escritura. Como exemplo, vale recordar o *Seminário XX, Encore*, onde, além de formular a proposta do gozo feminino, Lacan de-

fine o Real como “aquilo que não cessa de não *escrever-se*” e ao Simbólico como “aquilo que não cessa de *escrever-se*”. Mais adiante ainda, poderíamos chegar até o seminário consagrado a Joyce onde, justamente, Lacan postula a possibilidade de estabilização e de suplência do Nome-do-Pai na psicose por meio da *escritura*.

Seguimos o percurso de Derrida mostrando como o encontro com a obra de Freud permitiu-lhe propor novas hipóteses e articulações. Assinalamos os pontos críticos de sua relação com Lacan e a maneira pela qual Lacan foi modificando suas posições, aproximando-se cada vez mais das postulações de Derrida. Vimos que Derrida postula em *Da Gramatologia* a impossibilidade da primazia do significante e da palavra plena, posições que Lacan se viu levado a abandonar. Em *“O carteiro da verdade”*, Derrida aponta para a impossibilidade de um destino pré-estabelecido que permitiria esperar o encontro harmônico do significante com o significado. Lacan define mais adiante o S (sujeito barrado), e em *fading* entre um S1 impronunciável e um S2 que vem representá-lo. Será demasiado arriscado afirmar que essa definição tem aproximações com a *diferença*: o sujeito como efeito da repetição entre um primeiro tempo irrecuperável e um segundo tempo que virá representá-lo? Mais adiante, nas fórmulas de sexualização, o gozo fálico já não reina como único, e mais: Lacan reconhece a possibilidade de outro gozo, o gozo *suplementar* da sexualidade feminina. Concluiremos por isso que ambos estão dizendo o mesmo ou que Lacan se tornou derridiano (como sugere Derrida em *Pour l'amour de Lacan*)? Ou, como propõem alguns supostos *defensores* de Lacan, que a crítica de Derrida não tem cabimento porque o que Lacan queria dizer é o que Derrida disse?

Não creio que nenhuma dessas seja a resposta adequada, pois com elas estaríamos assimilando um

ao outro. Melhor seria conservar a *diferença* e os efeitos de fecundação recíproca que estão em jogo nessa particular intertextualidade.

Passemos, para terminar, a outra anedota de desencontro relatada pelo próprio Derrida: Lacan havia dito a René Girard em Baltimore³³. “Sim, sim, mas a diferença entre ele (Derrida) e eu é que ele não tem de lidar com gente que sofre”. Derrida considera muito imprudente essa expressão referida a algo sobre o que Lacan não poderia saber, nem quanto ao sofrimento das pessoas com quem tinha de lidar, nem quanto à transferência. Em outras palavras, Derrida lhe negava, dessa forma, o lugar que Lacan pretendia arrogar-se, o de *Sujeito Suposto Saber*.

Também aqui Derrida tem razão: tudo o que tem que ver com a escritura tem que ver com o sofrimento, porque a escritura é enfrentamento com a morte, e tem também que ver com a transferência, à medida que seu lugar é o de sus-

Lacan
aborda o gozo
feminino
chamando-o
de *suplementar*:
esta palavra provoca
evocações que não
acreditamos serem
gratuitas.

tentação de múltiplas transferências. E, não obstante, também Lacan tem razão. Porque o que, em nosso entender, marca um hiato, uma diferença radical em suas práticas, é que o psicanalista dever encarregar-se do problema da psicose.

Se, no campo da literatura, a leitura em abismo abre ao infinito a possibilidade de outras leituras, que acontece quando no sujeito falta esse tamponamento que pode pôr limite ao deslizamento infinito dos significantes? Tal situação é a própria experiência da loucura.

Esse papel de tampão para o incessante deslocamento significativo na loucura é cumprido, no ensino de Lacan, pelo significante do nome-do-pai que deve substituir o desejo da mãe na *metáfora pater-na*. Quando essa função falha, e desencadeia-se a psicose, é a *metáfora delirante* a que corresponde a função de tamponar, de frear o escoamento dos significantes e permitir assim um processo de restauração, de estabilização de alguma realidade, por pessoal que seja.

Essa diferença, qual seja, em Derrida a disseminação que é infinita e em Lacan a de se repetirem os modelos que buscam um ponto de estabilização, pode ser rastreada em distintos momentos na obra de Lacan. Para mencionar alguns: no *Seminário XI³⁴*, Lacan propõe o modelo da rede de pesca com uma abertura em que coloca o objeto *a*, o que possibilita a “pulsão temporal do inconsciente”; e, quando mais adiante, encontramos-nos com a fórmula do fantasma $S \diamond a$, o objeto *a* vem também obturar o mais além do nada e produz assim o umbral do representável.

Gostaria, assim, para terminar, de deixar colocada a hipótese de que a principal diferença que fica em pé nesse campo cultivado por Lacan e Derrida é a elaboração lacaniana do objeto *a*, perda necessária para que se constitua o sujeito. Por isso o campo da psicose é o lugar das diferenças e da *diferença*.

A relação de Lacan com Derrida merece, por sua complexidade, um estudo detalhado de tudo o que aqui fica apenas esboçado.

Muitas perguntas permanecem pendentes: será que a desconstrução e o recorrer à *diferença* permitem à filosofia sair do campo da metafísica? Da mesma forma que Heidegger, de quem Derrida diz que fica dentro do campo da ontologia que pretendia superar, também ele não permaneceria na mesma disjuntiva? Será uma disjuntiva insuperável?

Em recente entrevista jornalística³⁵, Derrida sustenta que a desconstrução é a experiência do impossível. Se bem que são distintas práticas que fazem incursões até o limite do impossível, não podemos deixar de ter em conta que tanto Lacan como Freud definiram a psicanálise como a prática do impossível.

Derrida psicanalista? Um Derrida lacaniano? ■

Maio de 1994

NOTAS

1. E. Roudinesco, *Histoire de la psychanalyse en France*, Seuil, Paris, 1986, p. 418 (*História da Psicanálise na França*, vol. 2, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1988).
2. J. Derrida, “Pour l’amour de Lacan” in *Lacan avec les philosophes*, Albin Michel, Paris, 1991, p. 406.
3. J. Derrida, *De la grammatologia*, Siglo XXI, México, 1986.
4. J. Derrida, “Pour l’amour de Lacan” – op. cit. p. 407 – citado em francês: “Donc il y avait la mort entre nous, il fut surtout question de la mort, je dirai même seulement de la mort de l’un de nous, comme avec ou chez tous ceux qui s’aiment. Ou plutôt il en parlait, lui, seul, car je n’en ai jamais, moi, soufflé mot, il parlait lui, seul, de notre mort, de la sienne qui ne manquera pas d’arriver, et de la mort ou plutôt du mort dont selon lui je jouais”.
5. J. Derrida, “Pour l’amour de Lacan” – op. cit., p.407.
6. J. Derrida, *De la grammatologia*, op. cit., p.12.
7. J. Derrida, *De la grammatologia*, op. cit., p.26.
8. F. de Saussure, *Curso de lingüística general*, Losada, Buenos Aires, 1971, p. 729.
9. J. Derrida, *De la grammatologia*, op. cit., p.120.
10. Como se verá adiante, esse é um conceito fundamental no corpo teórico de Derrida, no qual joga papel importante a própria grafia. Como não há um consenso em torno da tradução em português, escolhi essa forma, que me parece atender às exigências explicitadas pelo autor.
11. J. Derrida, *De la grammatologia*, op. cit., p. 157.
12. F.Saal, “El lenguaje en la obra de Freud” in *El lenguaje y el inconsciente freudiano*, Siglo XXI, México, 1982.
13. J. Miró, – Blues II.
14. J. Derrida, “La différance” in *Márgenes de la filosofía*, Cátedra, Madrid, 1989, p. 37.
15. J. Derrida, “La différance”, op. cit., p. 41.
16. J. Derrida, “La différance”, op. cit., p. 44.
17. J. Derrida, “La différance”, op. cit., p. 55.
18. S. Freud, *Obras Completas (OC)*, Amorrortu, Tomo I, p. 323.
19. S. Freud, *OC*, Amorrortu, Tomo XIX, p. 239.
20. J. Derrida, “Freud y la escena de la escritura” in *La escritura y la diferencia*, Anthropos, Barcelona, 1989, p. 275.
21. S. Freud, *OC*, Amorrortu, Tomo I, p. 274.
22. J. Derrida, “Freud y la escena de la escritura”, op.cit.
23. C. Magris, *El anillo de Clarissa*, Península, Barcelona.
24. N. Braunstein faz um cuidadoso seguimento desse percurso em “Lingüisteria” in *El Lenguaje y el inconsciente freudiano*, Siglo XXI, México, 1982, p. 161.
25. N. Braunstein, “Lingüisteria”, op. cit., p. 215/6.
26. J. Derrida, “El Cartero de la verdad” in *La tarjeta postal. De Freud a Lacan y más allá*, Siglo XXI, México, 1986.
27. J. Derrida, “Pour l’amour de Lacan”, op. cit., p. 411.
28. J. Derrida, “Envois” in *La carte postale de Socrate a Freud et au delà*, Flammarion, Paris, 1980.
29. Este é um ponto das postulações de Derrida do qual os movimentos feministas têm usado. Isso não significa que coloquemos Derrida como um feminista.
30. J. Lacan, *Escritos*, Siglo XXI, México, 1984, p. 665.
31. J. Lacan, *Escritos*, op. cit., p. 704.
32. J. Lacan, *Le Seminaire, Livre XX, Encore*, Seuil, Paris, 1975.
33. J. Derrida, “Pour l’amour de Lacan”, op. cit., p.418.
34. J. Lacan, *Le seminaire, Livre XI, Les quatre concepts fondamentaux de la psychanalyse*. Seuil, Paris, 1973, p. 131.
35. S. Michel, The New York Times Magazine, Jan. 23, 1994.



A urgência e o poder da fala *dentro* da análise:

trauma e construção da subjetividade

Sandra Lorenzon Schaffa

Qual o papel da linguagem na divulgação do sentido técnico da análise? Essa questão é aqui discutida a partir de diferentes níveis de sustentação da fala, especialmente em situações de incapacidade associativa.

*O tempo então é mais que coisa:
é coisa capaz de linguagem,
e que ao passar vai expressando
as formas que tem de passar-se.*

JOÃO CABRAL DE MELO NETO, 1994.

O poder da fala em análise advém da capacidade do analista em habitar o lugar transfereencial, que lhe é imposto sempre de maneira única e singular, em cada análise. Esta consideração implica o sentido que, para nós, assume a

função analítica pertinente ao terreno de uma discussão sobre o papel da linguagem dentro da análise na delimitação e na definição do seu sentido técnico

Pierre Fédida retoma, a partir do *Corpus hipocrático*, o sentido da palavra *anamnesis* (relembrar, o lembrar remontado, reconstruído) para sublinhar um aspecto que torna o médico, mais do que simples médico, um terapeuta: é preciso que ele se coloque à *justa dis-*

Sandra Lorenzon Schaffa é membro efetivo da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo.

tância que permita ao doente falar. Mais abaixo, no mesmo artigo, acrescenta: “o saber é necessário ao médico para que este se torne terapeuta, mas ele só será terapeuta se junto a ele se dispuser a fala do doente – *fala em sofrimento de seu desejo de falar*”. E é isso que ocorre quando a fala do terapeuta se forma em um questionamento singular e pessoal, “fala que não precisa nem mesmo ser pronunciada para ser fala que o doente escuta”.¹ (Fédida P., 1992, p. 14)

Abordar a doença psíquica, tendo a linguagem como horizonte técnico, é designar o ato da escuta como atenção dirigida à *fala em sofrimento de seu desejo de falar*. É, em certos casos, ir ao encontro da fala no lugar onde ainda não pode ser pronunciada. Em nossa clínica encontramos-nos com frequência diante de situações que reconhecemos como a de um impedimento da entrega da fala ao trabalho associativo. Essa *resistência*, que por vezes faz fracassar o esforço analítico, é também a fonte de um questionamento fortemente produtivo sobre os limites da escuta e a sua referência ao terreno da linguagem como próprio à instauração, em sua especificidade, do trabalho analítico.

Fédida enfrenta o desafio técnico de ampliar e fundamentar o sentido metapsicológico do trabalho elaborativo exigido do analista em sua atividade de escuta. Partindo de considerações de ordem psicopatológica que justificam um cuidado de natureza psicoterapêutica – a psicoterapia entendida como *complicação*² da ordem psicanalítica – reconhece o traumático na raiz de estados de incapacidade associativa. O reconhecimento do trauma é relativo ao aparecimento de um *lugar* psíquico de *destruição da linguagem*. Distintamente do valor atribuído ao acontecimento traumático, passível de reconstrução a partir dos *restos* que a fala transferencialmente conserva e que alimentam a atividade da fantasia (Freud), a es-

cuta analítica por vezes se depara com estados de incapacitação rememorativa a denunciar uma ruptura dramática na capacidade associativa da fala. Evocaremos o caso de Roberto, no qual um estado de urgência em dizer denunciava a presença do traumático na transferência como terreno flagelado da linguagem.

Reconstituir um período dessa análise para evidenciar o papel da linguagem na direção do trata-

encontrando neles dois vetores do tratamento.

O primeiro contato com Roberto foi organizado por sua mãe, que ligou para o analista para marcar uma consulta para o filho. Por alguns minutos levou-o a pensar que se tratava de uma criança, o que não era o caso: Roberto era um adulto. Após esse ato da mãe, afinal seu filho havia assim sido *entregue* aos seus cuidados, o analista pediu a ela que dissesse a Roberto que li-

Fédida enfrenta
o desafio técnico de ampliar
e fundamentar o sentido
metapsicológico
do trabalho elaborativo
exigido do analista
em sua atividade
de escuta.

mento nos leva, antes de mais nada, a nos afastarmos de um ponto de vista norteado pela história pessoal do analisando, tal como poderia ser retirada do conteúdo de sua fala. Diríamos que o trabalho analítico foi se construindo a partir da fala, dos *estados* que a fala transferencial assumia na análise. A escuta analítica orientava-se diante destes estados polarizados: urgência e poder (de sustentação simbólica da ausência),

gasse para ele para que marcassem uma entrevista. O choque do encontro com o analista, contudo, faria surgir “um olhar de uma atenção singular”, o estabelecimento do ‘desenho interno da fala’: “desenho que a linguagem confia ao olhar, quando o olhar se deixa conduzir por aquilo que vê. Fédida pensava que o visível não diz nada à vista enquanto a linguagem não puder torná-lo... visível”.³ (Fédida P., 1992, p. 15)



O
problema
que se coloca
para o analista
é o de
*ficar fora
da cena
analítica.*

O início do percurso analítico com Roberto foi marcado por um grande esforço, da parte do analista, para manter uma “justa distância”, sem ficar fora da cena analítica. Em outras palavras, o *delineamento*, que a fala realiza no trânsito da escuta como *desenho interno* da fala em análise, foi conquistado com grande esforço para que se mantivesse a *justa distância*, na qual se forma a palavra analítica. Esse esforço poderia ser também definido como o de um *cuidado com a linguagem* que desse sustentação à cena analítica. *Ficar fora da cena analítica* é ter o olhar imobilizado, fascinado pelo visível *que não diz nada à vista*, congelado na atualidade da imagem considerada fora da linguagem, das ligações associativas às palavras.

O clima que se instalou desde o primeiro encontro analítico era intenso, carregado de muita angústia e de um peso tal que levava o analista a ver-se colado à poltrona.

Roberto tinha uma excessiva urgência para falar, a qual desafiava a instauração de uma cena sustentada na linguagem. A urgência do analisando podia ser reconhecida pelo analista como fruto de uma necessidade imperiosa de assegurar a sua continuidade psíquica e, por meio desta, alicerçar sua identidade. Fora criada então uma possibilidade de ali estar, diante de um outro investido simbolicamente do poder de reconhecimento de sua singularidade. Falava de suas mais íntimas angústias, e, ao fazê-lo, captava o olhar e a atenção do analista, parecendo dirigi-lo para um ponto: poder ser único e sexuado.

Roberto *impunha* assim sua presença. Uma tal modalidade de presença, uma *exigência* de presença, coloca-se como questão técnica indo ao encontro de uma *compreensão procurada*, tal como a considera Fédida: “Sob a pressão do que vive – e cujo caráter transferencial atuado alucinatoriamente sobre um terceiro ele não percebe – o paciente faz de sua análise o exclusivo recurso de uma compreensão procurada. Sua palavra atribui-se imaginariamente à pessoa do analista como destinatário do que ela crê ter para comunicar-lhe. É nessas condições que o analista vê sua própria atenção ater-se ao conteúdo dramático da palavra que lhe é endereçada na sessão.” (...) “Esta atualização faz desaparecer toda associatividade de que a palavra seria capaz se a vivência fosse mantida naquilo que é, ou seja, uma formação alucinatoria de desejo.”⁴

O problema que se coloca para o analista, de *ficar fora da cena analítica*, neste sentido, seria perder a capacidade de trânsito associativo da escuta, ficar capturado em toda a sua atenção na condição presente da imagem (afundado na poltrona: fechado no interior de uma formação alucinatoria de desejo, numa situação tal como a do *Huis clos* descrito por Sartre). *Ficar fora da cena analítica* é permanecer

suspensão *fora da linguagem*, suspensão no presente de uma imagem que condensa todos os sentidos numa atualidade plena, incapaz de se entregar à fragmentação exigida pelo trabalho associativo.

Cuidar da linguagem é diagnosticar a doença da fala, de uma fala doente de sua avidez (de preenchimento). Como lembrava Fédida, evocando o *Corpus hipocrático*, trata-se de “uma fala em sofrimento de seu desejo de falar”. Cuidar da linguagem é manter uma reserva silenciosa de *perlaboração/elaboração* das impressões vividas no encontro, que permita à fala analítica formar-se como capacidade de reconhecimento. Para tanto, é preciso que o analista encontre um *intervalo* para ouvir, ao mesmo tempo que sustenta a pressão (para responder de modo compreensivo) que o *cola à poltrona*.

O estado de angústia em que se encontrava o analisando ao chegar às sessões levava o analista a considerá-lo como o de um *momento crítico*. No *Manuscrito E*, Freud apresenta a angústia como não-afeto. Ela é designada como sinal de um *momento crítico* em que o afeto não se produz devido ao acréscimo da tensão interna. Como escreve Freud:

“A tensão psíquica aumenta e atinge seu ponto culminante, podendo então suscitar um efeito psíquico, mas em tal caso, e por uma razão qualquer, a conexão psíquica que lhe é oferecida permanece insuficiente; o afeto psíquico não pode se produzir, pois certas condições psíquicas encontram-se parcialmente ausentes, o que ocasiona a transformação em angústia da tensão que não está psiquicamente ligada”.⁵ (Freud S., 1894, grifos nossos)

O reconhecimento desse momento crítico apresentado por Roberto ao chegar para a análise, coloca-nos diante da questão de como favorecer a transformação dessa tensão psíquica em psíquico.

Para Fédida, o questionamento singular e pessoal do analista

A referência ao sonho
tem um papel
paradigmático na reflexão
que o psicanalista
desenvolve sobre a linguagem
dentro da análise: “ao se afastar
do paradigma do sonho,
a psicanálise transforma-se
rapidamente em
psicologia dinâmica
ou psicologia social.”

participa da insistência porque há resistência. Assim fazendo, desperta a linguagem em sua “reserva de silêncio” para alcançar uma percepção singular do outro. Esse autor pensa a linguagem *dentro* da análise de uma maneira que nos parece de extremo interesse. Pensa que olhar e escutar não solicitam a linguagem se forem impacientes, e que a atenção do analista não pode ser ansiosa demais, nem erudita. A capacidade de escuta (não no sentido de continência) do terapeuta é colocada à prova no *falar* do paciente. O desafio trazido pela resistência é o de despojar o terapeuta dos esquemas teóricos pré-formados em sua percepção e de despedaçar as representações trazidas em sua fala.

A potência poética (no sentido da origem grega, de *poïese*: criação, fabricação, confecção) nasce de uma capacidade de espera que o analista pode constituir em cada análise (em cada sessão), espera necessá-

ria para deixar surgir, deixar vir à tona, naquilo em que sua linguagem, solicitada pela insistência da resistência, possa formar como olhar de uma atenção singular.

A análise de Roberto, desde o início, solicitava da intervenção analítica uma abertura de espaço de representação, uma brecha para encontrar esse olhar de uma atenção singular. Uma resposta do analista, numa circunstância que poderia ser tomada como exemplar, viria a constituir-se num momento inaugural do processo analítico.

Numa das primeiras sessões o analisando fala, desesperado, sentido no divã, como num *momento crítico*, de como sua mãe invade sua vida privada. Diz ao analista que este não sabe como sua mãe é com ele, e que ela vai “pegar no seu pé”; é totalmente impossível para ele contar para a mãe da existência de sua namorada, porque ela é morena. Isso vai deixá-la furiosa. Ela não quer que ele namore alguém de cor

e de classe mais baixa. Roberto, muito angustiado, suando muito, olha então para o analista como se implorasse uma ajuda por meio de suas palavras. Diz o analista:

— Então vamos ter de enfrentar juntos sua mãe!

Essa *resposta* acalma Roberto. Poderíamos considerá-la como um *ato psicoterapêutico* de acolhimento da angústia do paciente a permitir o prosseguimento na busca de um espaço de representação. Nesse momento, parece ter-se criado um “espaço para a cena analítica”, no sentido da construção de um “espaço de sonho”. Condição a partir da qual o sintoma da urgência na fala, como sinal crítico de evidência do trauma, ganharia o valor psíquico de *impressão* ligada à repetição traumática e favorecendo o poder de memória da fala.

Freud fala da existência de duas cenas separadas numa análise.⁶ Fédida fala do “corpo do analista como lugar de engendramento de espaços cênicos” (Fédida P., 1992, p. 30), no sentido do *corpo-teatro-linguagem*. A referência ao sonho tem um papel paradigmático na reflexão que este último desenvolve sobre a linguagem dentro da análise: “ao se afastar do paradigma do sonho, a psicanálise transforma-se rapidamente em psicologia dinâmica ou psicologia social, mesmo que qualificada de clínica.” Não bastaria um simples reconhecimento da importância da teoria do sonho para se tornar analista, mas aquilo que é importante é a capacidade da teoria do sonho “de pensar outros fenômenos e engendrar sua metapsicologia”.⁷

Na maior parte das sessões desde o início da análise, há um ano e meio, Roberto quase nunca fica deitado no divã. Deambula de um lado para o outro dentro da sala de análise, falando com paixão, num estilo épico e dramático, parecendo imerso na cena ali destinada ao analista ali presente. Às vezes, pára em frente do analista, em pé, e pergunta alguma coisa, fixando nele



seu olhar, afoito na expectativa de receber seu olhar, suas palavras. A pressão imperiosa dessa demanda, na atualidade da situação, leva o analista, afundado em sua poltrona, a perguntar-se: “Mas quem sou eu aqui nesta cena para Roberto? O que represento dentro desse teatro vivo?”

Ao longo das sessões, vai percebendo que lhe cabe agüentar essa situação: metabolizar as emoções intensas, traumáticas, trazidas por Roberto. O analista via reforçada na transferência a função da *presença*, no sentido de presentificação dos devaneios do analisando a ele dirigidos, sentia que era difícil “escutar” o que falava o analisando, atraído para o que acontecia ali. Uma tal atração para o que acontecia no presente corresponderia a ficar *fora da cena analítica*, preso à cena atual (imobilizado na escuta), ao estado de uma visualidade material das aparências fora de toda ligação com a linguagem.

A atividade associativa opera uma fragmentação das imagens, que vão se dissolvendo, des-fascinando-se do domínio da vista, para ganhar poder de sustentação simbólica. No caso de Roberto, a solicitação associativa da fala constituía-se numa ameaça insustentável. Provocava na situação transferencial uma angústia de fragmentação dos alicerces identitários, reconhecidos pelo analista. A situação requeria um trabalho de elaboração e sustentação de regimes distintos de presença na cena analítica.

A abstenção, até este momento, de apresentar dados da história pessoal deste paciente, que no entanto não estiveram ausentes do conteúdo de sua fala (ao contrário: há nela uma enorme nostalgia da infância), deve-se ao nosso propósito de evitar uma elaboração psicológica sobre a “pessoa” de Roberto, evitando descrevê-lo com palavras estereotipadas demais. A essa altura, evocaremos alguns elementos da história pessoal, procurando, no momento mesmo da escrita do caso, transmiti-los num nível metapsicológico (que faça funcio-

A busca
da “palavra certa”
reflete a ilusão
de que a linguagem
permitiria
um (re-)encontro
com um objeto
primário
da sensação
perceptiva.

nar a psique do leitor-analista) na singularidade do processo analítico com esse sujeito e da transferência nesse encontro analítico.

Representar e ser

Talvez como Roberto, que um dia disse estar procurando em livrarias uma gramática compacta da língua portuguesa porque percebia que tinha muita dificuldade em encontrar a *palavra certa* para descrever as coisas, o cuidado no relato do caso porta a marca dessa exigência, da busca de uma gramática para achar a “palavra certa” que descrevesse o traço único que definiria esse encontro. Busca ilusória, pois sempre há um resto do qual a linguagem não pode dar conta, mas busca extremamente necessária para a construção por escrito das “coisas” que estão dentro da linguagem, sobre algo que dê uma direção aos sentidos possíveis a serem construí-

dos sobre o sujeito do inconsciente de Roberto.

Pensamos que essa busca da “palavra certa” a que o analisando faz alusão reflete a ilusão de que a linguagem permitiria um (re-)encontro com um objeto primário da sensação perceptiva. Roberto explicou longamente, certo dia, ao analista que queria descrever *exatamente* como era uma certa madeira que havia numa casa antiga de uma rua por onde perambulava sozinho, sonhador, voltando ao tempo da infância. Costumava com frequência andar sozinho pelo “bairro da infância”, tendo nisso um grande prazer solitário, como se estivesse num reencontro “em sonho” de sua infância. Podemos nos perguntar por que esse recolhimento no imaginário parecia tão essencial para ele.

Será então que nessa análise Roberto não estaria somente precisando entrar em contato com seus desejos, apresentando-os ali diante do analista? Mas sua maneira de fazê-lo é singular. Comparáveis, as sessões de Roberto, ao brincar da criança, a qual, quando brinca, é o herói fantasiado por ela, *Roberto é, ali, o herói e não o representa*. Ele apresenta, no sentido sobretudo de tornar presente, *presentificar*, o herói. Por exemplo, quando, frequentemente, fala, em pé, de suas proezas com as mulheres. Ao descrever essas situações, – é como se estivesse revivendo, com intenso afeto, o que aconteceu – põe em cena seu drama pessoal.

Cabe perguntar se o fato de ficar em pé deambulando e olhando muito para o analista não seria também um jeito para ele de não se isolar num espaço onírico auto-erótico, como se a realidade de outra presença o puxasse para pôr os pés no chão. Podemos então dizer que a presença do analista muda o caráter e o sentido para Roberto de seus devaneios, até então solitários. Graças ao lugar simbólico que parece ocupar, ao olhar para essa

“Para que o analista
olhe o que escuta,
foi preciso que se tornasse
a voz do enunciado
que escuta;
e mesmo mais do que a voz,
foi preciso que ele
fosse a sonoridade física
da palavra falada.”

P. Fédida

“presentificação de seu imaginário”, é como se um espaço de representação estivesse sendo construído, aos poucos, em cada sessão, para o analisando.

Numa série de sessões, nos primeiros meses da análise, conta, nos mínimos detalhes, uma relação sexual com sua namorada. Mais tarde saberemos que era a sua primeira relação sexual. Essa namorada era recente, pois ao começar a análise tinha terminado com outra, com quem ficara por dois anos. Falou desse término de namoro com muita culpa, justificando-se pelo fato de ela não querer ter tido relações sexuais com ele.

Nessa sessão, sua fala endereçada ao analista, sobre seu ato sexual, era impregnada de muita emoção. Permitia ao interlocutor sentir que era de suma importância para Roberto poder estar ali, diante dele, falando desse acontecimento. É preciso insistir aqui sobre o próprio *ato de falar* para

outro, terapeuta, que escuta. Havia nesse momento como que um halo sagrado ao se expor a esse “outro, que é muito mais outro do que qualquer outro, e, no entanto, como se fosse conhecido dele desde sempre”.⁸ Roberto e este outro criavam assim uma peculiar relação de intimidade: a intimidade que a situação analítica propicia.

Cumpriria examinar, nesse contexto, uma peculiaridade provocada sobre atenção do analista pelo seu relato: ao escutá-lo, o analista sentia quase poder “ver” a cena sexual diante de si, tal era o sentimento de atualidade que Roberto transmitia com sua fala. Usava palavras precisas que expunham, por exemplo, sua angústia no momento da penetração, seu medo de não conseguir fazê-lo. Era como se descrevesse, de maneira quase obscena, uma batalha, sua batalha para se tornar homem-viril. O analista via a cena se desenrolando, ou melhor, sentia que era muito importante que a visse. Roberto é um

apaixonado por teatro, tendo alimentado o sonho de ser ator. Esse relato, ele fez deitado no divã.

Virilidade, castração e função paterna

Nasio concebe a cena da fantasia *visual* do histérico como cena fictícia. Esta teria sido vivida pela criança na assim dita fase fálica de sua evolução libidinal. “A parte sexual que falta à mãe na imagem de seu corpo nu não é o pênis, mas o *ídolo do pênis*”, a ficção de um pênis poderoso, carregado de extrema tensão libidinal, um semblante do pênis que a psicanálise conceitua pelo vocábulo *pballus*.⁹ Na fase fálica o menino não adquiriu a noção da diferença dos sexos, entre sexo feminino e sexo masculino, mas os seres passam a ser divididos em dois: os que têm e os que não têm o falo. É pela ênfase na visão do corpo nu da mãe que a fascinação da linguagem pela vista se faz.

Para mostrar que a legitimação da fantasia de castração é teórica e prática, esse autor vai mais longe. As cenas descritas são um condensado abstrato do cenário fantasiado da castração, o qual vai tomar diferentes variantes imaginárias durante o tratamento. Desse modo, fala na existência de uma “*escuta visual*” do analista: “a escuta fica tão polarizada sobre o dizer do paciente, que o analista não somente esquece seu Ego, mas olha aquilo que escuta”. Escreve o autor: “Podemos supor que se operou uma singular identificação entre o analista e a materialidade sonora das palavras pronunciadas pelo analisando. Para que o analista olhe o que escuta, foi preciso que se tornasse a voz do enunciado que escuta; e mesmo mais do que a voz, foi preciso que ele fosse a sonoridade física da palavra falada”.¹⁰ Mais abaixo nesse texto, Nasio aproxima esse “ver” do analista com o retorno do recalçado sob o modo da fantasia: “o ana-



lista olha o que o paciente deseja” (p. 109).

Com Roberto, isso ocorria de maneira quase alucinatória diante do interlocutor nos momentos em que se deitava no divã, embora, na maior parte das sessões ficasse de pé, andando sem parar; nessa condição, o analista não via o que escutava, mas ficava captado, como se a cena estivesse se desenrolando ali diante dele. Tudo se passaria, então, como se o olhar do ou-

um dizer que exprime o poder de simbolização do imaginário, num ato simbólico que dá um lugar ao sujeito por meio de seu falar ali diante e para outro olhar. Retornemos, a partir desse ponto, à questão antes levantada e marcadamente presente nessa análise da fascinação da linguagem pela vista:

“Tornar visível é atribuir sensação, sensorialidade, ao visual des-fascinado da vista”¹²

seu “teatro interior” seja a marca dessa fascinação pelas “aparências do rosto” (Fédida). É freqüente que Roberto traga sonhos que, como costuma dizer, são como peças épicas, e neles ele é o herói perseguido de diferentes maneiras, mas vencendo a batalha final. Não são sonhos que levem a um trabalho associativo. Parecem ter mais uma função auto-erótica e de restauração narcísica.

Deitar-se no divã, “recolher seu rosto à sombra para deixar seu sonho se contar, depois falar”¹³, eis o que Roberto raramente pode fazer na análise. No divã há uma mudança de temporalidade da fala – quando Roberto se deita e esboça um trabalho associativo por alguns minutos – que ocorre em momentos “depressivos”. Nesses momentos, como na sessão em que conta seu primeiro ato sexual, o analista vê e pode reconhecer que haveria aí um potencial de simbolização. Na atividade associativa, ocorre fragmentação das imagens que vão se dissolvendo (des-fascinando), e é preciso suportar a angústia do vazio que a fala pressente quando não sabe o que vai dizer, como num *salto no desconhecido*. Esses momentos são escassos nas sessões. A vivência da alteridade, durante períodos mais associativos, traz a Roberto um sentimento de profunda solidão e um medo do vazio que o desanimam, e logo ele se levanta para reencarnar, no “aqui e agora” da sua narração, um de seus heróis conhecidos.

Salto no desconhecido, solidão e vazio que Roberto viveu intensa e penosamente num momento de sua história que é preciso relatar agora. Façamos, finalmente, a essa altura, um parêntese para falar um pouco de sua história pessoal.

Roberto é de uma cidade do interior, sendo filho temporão de uma família rica. Fez faculdade em outro país, longe de seu núcleo familiar. Nos dois primeiros anos apresentou um quadro depressivo e de isolamento, tendo recebido por par-

Nesses momentos,
como na sessão
em que conta seu primeiro
ato sexual, o analista vê
e pode reconhecer que haveria aí
um potencial de simbolização;
na atividade associativa,
ocorre fragmentação
das imagens
que vão se
dissolvendo.

tro se tornasse o objeto de seu desejo. Lacan, no *Seminário XI*, fala da relação escópica. Colocando a idéia de um olhar primordial, fala de uma pulsão escópica:

*Na relação escópica, o objeto do qual depende a fantasia a que o sujeito está pendurado é o olhar.*¹¹

Assim, esses momentos em que Roberto, em sua fantasia, estaria pendurado no olhar do analista, que parece suprir para ele algo de primordial, permitem-lhe

À medida que o analisando fala de teatro ou de cenas de sua lembrança da infância, vai a escuta, aos poucos, encontrando um lugar e uma reserva de silêncio. Opera-se em Roberto, aos poucos, uma mudança no sentido de uma des-fascinação da linguagem à vista. Não somente na direção de um imaginário próprio, mas da transformação de seu apego fascinado pela vista. Talvez a origem de sua paixão pelo teatro e, mais ainda, por



TEXTOS

te de colegas um apelido que o desqualifica e que, preservando sua atualidade, lhe dá raiva até hoje.

Quando começou a análise, tinha acabado de chegar a São Paulo. Aqui obteve ótima reputação em seu trabalho, tendo mudado completamente a imagem que dá aos outros. O relato dessa história convém aqui para mostrar o quanto Roberto é pego e fica paralisado numa espécie de captura imaginária, como mostra a atualidade de sua raiva. Preso num jogo das “aparências do rosto”, segundo a expressão de Fédida.

Gostaríamos de fazer uma ligação entre essa idéia da fascinação pelas aparências do rosto e a idéia do *falo* como significante da falta. Nesse sentido, talvez pudéssemos dizer que o próprio da “mãe fálica” é ser um rosto que preenche e completa o espaço mental do bebê.

A existência do rosto, e também do sonho, encontra-se no princípio da linguagem em oposição ao que Freud chama de “formações em

massa a dois.”¹⁴ Dessa maneira talvez poderíamos dizer que Roberto, no decorrer do processo de análise, muda aos poucos seu foco do rosto da mãe fálica para seu próprio falo, agora mostrado para outro, buscando nesse olhar o reconhecimento de sua potência.

Ao longo desse primeiro ano e meio de análise, Roberto fala bastante de suas conquistas masculinas. Desenvolve em detalhes, nas sessões, suas hipóteses sobre cada nova mulher que encontra, sobre seu desejo sexual e suas estratégias de sedução. Mostra que agora adota uma atitude de desconfiança prudente, pois, como repete sempre ao analista, “você sabe como são as mulheres, né, não dá pra confiar de cara, não é?” Agora já não se deixa mais iludir facilmente, não sendo mais “o romântico como de antes, que dava flores a elas, antes mesmo de as ter comido”. Por meio dessas falas, endereçadas à atenção singular de um outro na escuta, pode

viver e falar de sua potência viril, sob um fundo de um saber sobre as mulheres, o qual atribui a outro. Um outro reconhecido num lugar de *aliado* seu, enquanto possuidor, ao mesmo tempo, do *falo* e de um *suposto saber* sobre as mulheres e sua sexualidade. Isto dá sentido de *ato simbólico* a seu dizer. Também aparece um temor quanto à opinião de sua mãe sobre cada nova potencial namorada sua.

Freud evoca, no texto sobre a sexualidade feminina (Freud, S., 1931), que a menina, ao se afastar da mãe e da tormenta da relação com ela, encontra um “porto seguro” no pai, que passa então a ser o objeto idealizado como bom por ter o pênis. “A menina entra no Édipo como num porto.”¹⁵ (Freud, S., 1931). Essa problemática da mudança de objeto na sexualidade feminina foi abordada em trabalho apresentado na SBPSP, o caso de Ana.¹⁶ Podemos talvez nos interrogar sobre se a concepção de Freud, para as meninas, seria aplicável aos meninos. Nesse caso, o menino deve “dissolver” seu complexo de Édipo, destruí-lo. Por quê? Em termos freudianos, devido à ameaça de castração. Mas, por outro lado, pensando no caso de Roberto, há essa transferência para o analista destes pressupostos: possuir o falo e o saber sobre o desejo feminino. Desta maneira, o analista oferece, pela sua presença, um porto seguro para fugir da tempestade da “loucura materna.”¹⁷

Numa leitura inspirada em Lacan, Jean-Pierre Winter (1995) considera a castração como aceitação de um limite de si-mesmo: “aceitação não somente do que sou, mas sobretudo *do que não sou*. E, em primeiro lugar, o que não sou é o Outro sexo.” Assim, prossegue esse autor: “ser castrado é renunciar, por um ato psíquico, à identificação com o outro sexo que não temos, e substituir sua filiação reconstituída ao romance familiar que a ela preferimos.” (p. 18) Como consequência disso é preciso também “renunciar

Ocorre uma transferência
para o analista destes pressupostos:
possuir o falo e o saber
sobre o desejo feminino.
Desta maneira,
o analista oferece,
pela sua presença,
um porto seguro
para fugir
da tempestade
da “loucura materna.”



ao saber do Outro sexo. Qual saber? Saber sobre o gozo”.¹⁸ (p. 18)

Reflitamos agora sobre esse momento do processo analítico em que o analisando dirige o olhar do analista para sua potência fálica. Apresenta-lhe intensamente seus desejos sexuais de ir possuindo e conquistando “uma a uma” as mulheres que se apresentam a ele. Em seu relato vibra e parece viver um personagem de um Don Juan buscando sua integridade narcísica.

Don Juan encarna o mito da virilidade realizada, embora, como mostra muito bem Winter (p. 22-44), apresente os traços de caráter considerados como femininos, sobretudo entre os séculos XVI e XIX: identificação sob o modo da ironia, incapacidade de amar, fascinação pela morte, separação do órgão sexual e do ser, gosto pela mentira e pela manipulação, etc. Para resumir, Don Juan é “o homem sem nome, que é um homem e uma mulher”. (p. 24) Mas ele diz mais: “sob o nome que não é o meu, posso bem agir ao meu modo e sem culpa, uma vez que ele não me representa” (p. 30)

Na ópera de Mozart, o texto de Da Ponte mostra a estrutura por detrás do mito de Don Juan: cada mulher que Don Juan conquista para “porla in lista” lhe dá o sentimento sempre renovado de uma vitória. Mas, acrescenta Winter, não se trata aqui de um gozo de colecionador, ao contrário, para Don Juan, cada mulher inscrita em sua lista não é “uma a mais”, mas “uma a menos”! (p. 36) Don Juan nunca pode estar satisfeito. Estar satisfeito não seria para ele poder aceitar a idéia de um fim? Trata-se, enfim, de toda uma estratégia de vitória sobre o tempo.

Como Don Juan, Roberto parece só distinguir dois tempos: o passado, que é realidade, e o futuro, que é sonho. A posição adotada por Don Juan é a de ser a causa do desejo das mulheres, embora ele se iluda imaginando que são elas a causa do seu desejo. “Assim, continuando em suas conquistas, Don

A transferência
que se organizou
nessa análise se fez no esteio
da separação em relação à mãe
(que o entregara ao analista).
Este último instaura
a função paterna
como pai simbólico,
permitindo um primeiro
nível de simbolização
da ausência
da mãe.

Juan sabe que elas repetem a ausência da única e inacessível mulher”. (p. 112)

Essa comparação com o mito de Don Juan, para descrever esse momento atual desse processo de análise, conduz-nos a uma reflexão sobre *a questão do pai* na análise de Roberto. Questão da *função paterna que se cria com a entrada em análise*. Seguindo um esquema lacaniano, o qual tem a limitação de todo esquema, mas pode nos ajudar a refletir sobre certas questões do nosso caso, poderíamos falar de três pais: o real (que mantém o coito com a mãe), o imaginário (o do mundo psíquico do sujeito) e o simbólico (o pai morto, o pai enquanto ele foi assassinado, o *Nome-do-Pai*).

Primeiramente tomemos o pai real de Roberto, do qual quase nunca fala, como se não houvesse palavra proveniente dele e para ele. Tudo parece remeter ao universo materno.

Em seguida, o pai imaginário, que é aquele ao qual o sujeito vai

se endereçar em sua vida psíquica, aqui presente nas figuras de outros dois membros homens da família do paciente, mas sobretudo no seu gosto pelas histórias de heróis da mitologia grega ou do teatro.

Por último, o pai simbólico, que é “aquele que permite ao sujeito simbolizar, no momento em que a mãe se ausenta e separa da criança. É aquele que permite que, do lugar mesmo de onde a mãe se retira, venha um significante que faz com que o sujeito não caia no vazio”. (Winter, p. 203).

Seguindo nesse esquema, poderíamos dizer que a transferência que se organizou nessa análise se fez no esteio da separação em relação à mãe (que o entregara ao analista). Neste sentido, esse instaura a função paterna como pai simbólico, permitindo um primeiro nível de simbolização da ausência da mãe, introduzindo assim o significante *falo*, como significante da ausência da mãe. Assim é abordada a de-



TEXTOS

manda atual desse sujeito em dirigir o olhar do analista para seu narcisismo fálico. Pois, no início o narcisismo consiste nisto: “querer se dar um lugar no mundo, pensando o pai fora do mundo. Isso porque o pai é aquele que faz com que não sejamos tudo.” ... “O pai não está fora do mundo, ele está dentro do mundo. Quando ele é mantido fora do mundo, abre-se o espaço da psicose, ou, *a mínima*, quando o fora do mundo é

organizando-se no momento atual do processo como uma histeria masculina. O histérico busca figuras que sejam detentoras do falo e que sua mãe possa autorizar. Essa é a fonte do “romance familiar do neurótico” (Lacan) e de vários outros modos fantasiados de funcionar, como a lembrança encobridora, a fantasia consciente, o devaneio, etc. Roberto, desde muito cedo, interessava-se muito pelos heróis da mitologia grega e também pelos heróis

lembramos todo o interesse desse autor em aprofundar nossas concepções sobre o auto-erotismo, presente com vigor na primeira tópica freudiana. Citemos Fédida:

“No nascimento da sexualidade humana, no momento em que se constitui o auto-erotismo, é necessário supor, acima de tudo, que a mãe não procure invadir o filho, especialmente por um excesso de excitação, um excesso de solicitação.” E o autor avança: “Conseqüentemente, o momento em que a criança rejeita o seio, o desmame, é um tempo que implica virtualmente as condições de um *outro*, a possibilidade de um outro como *suporte* de constituição de *formas de si*”.

“No nascimento
da sexualidade humana,
no momento em que se constitui
o auto-erotismo, é necessário supor,
acima de tudo, que a mãe
não procure invadir o filho,
especialmente
por um excesso de excitação,
um excesso de solicitação.”

P. Fédida

Interpretação, presença e ausência

Voltando ao caso de Roberto, após essas reflexões sobre a função paterna dentro da análise, gostaríamos de avançar uma hipótese: não teria ocorrido, para esse sujeito, uma inflação do *pai imaginário*, associada ao lugar em que ocupa dentro de seus sonhos e fantasias pessoais, seu “teatro”, inflação essa que tenta compensar uma falta tanto do *pai real* (o que evoca a importância para sua vista de presença “real” do analista como seu aliado), quanto do *pai simbólico*, como aquele que, com sua palavra, *inscreve marcas*?

Será que, no caso dessa análise, ao menos nesse início de processo, o lugar transferencial que se estabeleceu coloca o interlocutor, à medida que tolera nele ficar, *simultaneamente*, nesses dois lugares que chamaríamos do “pai real” e do “pai simbólico”? Talvez só assim, nessa fala viva para o outro, algumas marcas se façam, como potência simbólica, construindo uma subjetividade singular.²⁰ Para tal, *é preciso que haja um espaço onde o dizer seja mais importante do que o dito.*

fantasiado, o espaço da histeria” (Winter, p. 193)

Poderíamos talvez pensar o analista como pai real (enquanto aliado real do analisando), como pai imaginário (investido de um poder e de um suposto saber) e como pai simbólico (enquanto instaurador e guardião do enquadre analítico).

Nesse sentido, poderíamos fazer a hipótese de que Roberto está construindo com a análise sua separação e organização psíquicas,

do cinema, sobretudo os dos filmes de faroeste. Desse modo, buscava um falo, numa busca em que o devaneio (“*rêverie*”) aparece como uma poderosa arma contra a fusão, con-fusão, que o espreitava do lado da “loucura materna”, onde a linguagem se aliena na fascinação pela vista.

Fazendo um breve parêntese sobre essa questão do devaneio, a qual foi examinada por Fédida numa conferência proferida em São Paulo, em 1990¹⁹ (Fédida, P., 1991),



Nossa reflexão sobre esse percurso analítico pára aqui, onde estamos agora, sendo o nosso intuito o de contribuir para a discussão sobre o papel da linguagem dentro da análise, tema que julgamos fundamental na delimitação e na definição do que seria uma *técnica* analítica. Gostaríamos de sublinhar a implicação desse ponto de vista numa concepção do *fazer* analítico pertinente de modo único e estrito a cada par analisando-analista, à medida que retira seu valor de referência da interpretação do sonho.

À essa altura de nossas considerações, voltamos a apreciar esta sentença do analista: “*Então vamos ter de enfrentar juntos sua mãe!*”. Seria suficiente reconhecê-la, como fizemos inicialmente, puramente como ato terapêutico, no sentido de uma “compreensão procurada?” Tratar-se-ia de favorecer um *efeito psíquico* pela presença, isto é, as condições psíquicas por meio de uma atenção dirigida ao *estado crítico* de uma *tensão que não está psiquicamente ligada*²¹, acolhimento da angústia para prosseguir na busca de um espaço de representação; momento de criação de um espaço para a cena analítica, no sentido da construção de um “espaço de sonho”. Mas, não caberia, ainda, reconhecer nessa fala, pelo seu caráter profundamente ambíguo, sua capacidade de ressonância ao longo da análise, uma interpretação em sentido próprio? Essa ambigüidade da fala analítica, que corresponde ao seu poder interpretativo (pela faculdade de harmonização de opostos, Freud a designou, precisamente *pelo seu caráter ambíguo*, como *analítica*, em seu comentário à *Gradiva*). Nessa fala do analista conjugam-se: *ser e não ser o suposto saber*; ser o que está presente e a condição de sustentação da *ausência*.

O trabalho da interpretação inscreve-se neste duplo registro: presença-ausência; olhar-escutar. Em meio à tendência a *formação de*

massa a dois, sobre a qual Freud nos alertou (a resistência da fala de Roberto em se deixar ouvir pela sua própria urgência), o trabalho de escuta do analista *cunha* um intervalo para ouvir. Trata-se de aceder a um regime temporal em que o afeto se possa formar enquanto modalidade qualitativa, psiquicamente ligada da tensão psíquica maciçamente presente na sessão. Este trabalho de ligação é o que se pode considerar *como trabalho de*

(“formação de massa a dois”), que força o desaparecimento de toda associatividade de que a palavra *pode ser capaz*. Não seria este o poder da fala: de, pela condição associativa, capacitar-se simbolicamente da continuidade psíquica implicada nos tempos psíquicos da história singular do analisando?

A noção de trauma, tal como a aborda Fédida, a partir de Freud, Ferenczi, Winnicott, pertence a um registro temporal que não pode-

À essa altura
de nossas considerações,
voltamos a apreciar
esta sentença do analista:
“*Então vamos ter
de enfrentar juntos sua mãe!*”.
Seria suficiente reconhecê-la,
como fizemos inicialmente,
puramente como ato
terapêutico, no sentido
de uma “compreensão
procurada?”

construção de um espaço do sonho, antes mencionado. Trabalho de metabolização da tensão excessiva contratransferencialmente testemunhada pelo analista. A impressão do analista, de estar afundado na poltrona, testemunha seu contato emocional com um estado crítico, e é trabalho perlaborativo de dar linguagem. Afundar na poltrona seria o *gesto* que *inscreve* a vivência de estar submetido ao domínio de uma atualidade temporal massificada

ria ser o da infância, por exemplo, e se é tomado transferencialmente no presente é porque “ele nunca deixou de estar aí, isto é, de ter lugar, em um sentido, de não ter ainda acontecido.” (Fédida, *Crise et Contretransfert*). É essa evidência e inominável presença do acontecimento que só pode ser apreendida por meio dos restos que a fala entrega à escuta analítica como esperança de reconhecimento.

As condições do trabalho analítico envolvem a fragmentação da imagem e entrega ao regime associativo próprias da análise do sonho: não é ao sonho, como mostrou Ferenczi, que confiamos a possibilidade de elaboração do traumático? “O sonho, sobrevivendo como uma crise na paralisia do sono, escreve Fédida retomando Ferenczi, restabelece a condição de uma percepção em imagem fortemente sensorializada das impressões traumáticas da vida psíquica.”²² Para que isso seja possível, na análise de Roberto, é preciso que o trabalho se realize, antes de mais nada, como trabalho de *metabolização* (do excesso de tensão) favorável à “*transformação dessa tensão psíquica em psíquico*.” Dito de outro modo, que o analista participe da formação dos *restos diurnos*, permitindo, com sua presença, a formação “de *impressões de vida* tendo linguagem possíveis de se colocar pré-conscientemente como metaforizáveis.”

A análise de Roberto exige que o trabalho de interpretação se faça do acolher e sustentar uma atividade de formação da imagem tal que ela venha-a-ser suporte da realização alucinatória que se liga a pensamentos latentes. Para que a fala se cure de sua captura pela imagem e tome posse da fragmentação em que se recuperam tempos e lugares psíquicos aí condensados, para que o traumático possa aceder a um estado de figura onírica na cena da análise, é preciso, como afirmou Fédida diante de nós, que o analista se abstenha de toda a pressa teórica: “terrorismo interpretativo.”²³

O sofrimento de Roberto, cujo testemunho mais veemente é o da sua urgência, é reconhecido pelo analista em ligação a uma espécie de *onipresença materna*, não apenas porque, desde o primeiro contato, é a mãe quem telefona para marcar a consulta, ou porque o tema da invasão materna é colocado dra-

maticamente pelo analisando, mas, principalmente, pelo reconhecimento do estado de dominação pela imagem que marca a fala do analisando. Esse estado poderia ser identificado como um *estado matriarcal da imagem*. Fédida usou essa expressão para caracterizar “uma condição autística do mito onde as palavras colocadas sob a dominação das sombras não alcançam a consistência de nominação. (...) Uma tal condição autística do mito – segundo a qual se representaria o inconsciente das representações-coisas – é o inferno matriarcal de uma luz do *informe* no sentido de uma espécie de visibilidade das sombras que Bataille dava a essa palavra.”

O trabalho analítico sustenta-se sobre uma condição *transicional* entre os registros em que a fala do analista reverbera como fala paterna. O pai simbólico é aquele que não se presentifica numa fala interpretativa, mas lhe dá as condições de inscrição. Diríamos, também, que ele é poder de metáfora. É aquele que se dá como *ausência*, como margem à formação do sonho como fonte de linguagem da qual a fala retira o seu poder. Talvez no fundo possamos dizer que, para Roberto, assim como para cada um de nós, o fundamental é “ser visto” e “reconhecido” por um outro investido de um valor simbólico para podermos tolerar a solidão do existir. Passo inicial para a constante transformação da “miséria neurótica em infelicidade comum” a cada etapa da vida.

As palavras de um filósofo, Emmanuel Lévinas, que coloca a função paterna em estreita relação com a alteridade e o tempo cabem ainda:

A paternidade é uma relação com um estrangeiro que, embora sendo outro, é Eu. A relação do eu com um si-mesmo que no entanto é estranho a mim.

*O tempo não é obra de um sujeito isolado e só, mas ele é a relação mesma do sujeito com um outro.*²⁴

NOTAS

1. P. Fédida, Do sonho à linguagem, in *Nome, Figura e Memória – A Linguagem na situação analítica*, São Paulo, Editora Escuta, 1992.
2. P. Fédida, Modalidades da comunicação na transferência e momentos críticos da contratransferência, in *Comunicação e Representação*, São Paulo, Editora Escuta, 1989.
3. P. Fédida, “A Psicoterapia dentro da Psicanálise”, in *Jornal de Psicanálise*.
4. P. Fédida, op. cit., p. 103.
5. S. Freud, Manuscrit E, in *La Naissance de la Psychanalyse*, Paris, P. U. F., 1894.
6. Constructions dans l’analyse (1937) in *Résultats, Idées, Problèmes II*, Paris, P. U. F., 1985.
7. P. Fédida, “Do sonho...”, p. 31
8. A. Green, Le langage dans la psychanalyse, in *Langages*, Paris, Les Belles Lettres, 1984.
9. J.-D. Nasio, *L’hystérie ou l’enfant magnifique de la Psychanalyse*, Paris, Payot, 1990, p. 69-70.
10. Idem, p. 107-109.
11. J. Lacan, *Séminaire XI – Les quatre concepts fondamentaux de la psychanalyse*, Paris, Seuil, 1964, p. 78.
12. P. Fédida, “Do sonho...”.
13. P. Fédida, “Do sonho...”, p. 18.
14. S. Freud, *Psychologie des Masses et Analyse du Moi* (1921), in Freud, S., *Oeuvres Complètes*, Tome XVI, Paris, P. U. F., 1991.
15. S. Freud, “De la sexualité féminine” (1931), in Freud, S., *Oeuvres Complètes*, Tome XIX, Paris, P. U. F., 1995.
16. J. M. Canelas Neto, Trabalho apresentado em reunião científica da SBPSP de 2002.
17. A. Green, Passions et destins des passions, in *La Folie Privée*, Paris, Gallimard, 1993.
18. J. P. Winter, *Errants de la Chair – Études sur l’hystérie masculine*, Paris, Payot, 1995. Como as citações provêm do mesmo texto, colocamos apenas as páginas de onde foram extraídas.
19. P. Fédida, “A doença sexual: a intolerável invasão”, conferência em São Paulo, 1990.
20. No *Projeto*, Freud escreve: “O organismo humano, em seus estágios precoces, é incapaz de provocar essa ação específica, que não pode ser realizada senão com uma ajuda exterior e no momento em que a atenção de uma pessoa dirige-se ao estado da criança. Esta última a alertou por uma descarga produzindo-se pela via de modificações internas (pelos gritos da criança, por exemplo). A via da descarga adquire assim uma função secundária de extrema importância: a da *compreensão mútua*. A impotência original do ser humano torna-se assim a fonte primeira de todos os motivos morais.”
21. (*Manuscrito F*: “A tensão psíquica aumenta e atinge seu ponto culminante, podendo então suscitar um efeito psíquico, mas em tal caso e por uma razão qualquer, a conexão psíquica que lhe é oferecida permanece insuficiente; o afeto psíquico não pode se produzir, pois certas condições psíquicas encontram-se parcialmente ausentes, o que ocasiona a transformação em angústia da tensão que não está psiquicamente ligada. Freud, 1984).
22. S. Fédida, *Crise et contretransfert*, PUF, 1992, p. 53
23. Supervisão de Pierre Fédida na SBPSP, *Percursos*, ano XVI, nº 31/32, 1º sem. 2004.
24. E. Lévinas, *Ébrique et infini*, Paris, Le livre de poche Fayard, 1982, p. 64 e 49.



Para Idelfonso V. Durães, *in memoriam*.

Maria Madalena e Édipo complexo:

são novas narrativas necessárias
na psicanálise contemporânea?

Giovanna Bartucci

Ante as características das subjetividades na contemporaneidade, processos constitutivos impõem-se aos sujeitos, tornando-se necessário supor a existência de um “lugar psíquico de constituição de subjetividade”.

“Há (...) uma estranha coincidência entre esse estado (...) anterior ao princípio de realidade e o universo da realidade virtual, nosso universo midiático (...), posterior ao princípio de realidade, onde o real e o virtual se confundem”¹.

JEAN BAUDRILLARD.

Começarei, portanto, por uma coincidência – uma coincidência que ocorreu a Maria Madalena.

Maria Madalena

Maria Madalena tinha em torno de seus 45 anos. Não tinha filhos, mantinha um casamento que lhe era

aparentemente insatisfatório. Ainda que a metrópole não lhe fosse estranha, tinha um ar de quem estava sempre chegando. Quem sabe sempre partindo?

Tendo migrado para a cidade grande na juventude, Maria Madalena se formou, conquistou para si uma profissão, fez amigos, casou-se, separou-se, casou-se ainda outra vez. Mas as coisas começaram a desandar no

Giovanna Bartucci é psicanalista e ensaísta, Dr^a em Teoria Psicanalítica, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, autora de *Borges: a realidade da construção. Literatura e psicanálise* (Imago), *A doença da morte: um direito de asilo* (Annablume), e organizadora da coleção “Psicanálise e Estéticas de Subjetivação” (Imago). Este ensaio tem como base palestra proferida na Jornada Científica “O divã no século XXI: totens e tabus da Psicanálise”, a convite do Centro de Estudos Psicanalíticos de Porto Alegre (CEPde PA), Porto Alegre, RS, em 24/09/2004.

Devo explicitar desde já que o que me instigava, nesse momento da análise de Maria Madalena, não eram os seus sintomas – até bastante comuns na clínica cotidiana.

momento exato em que lhe foi pedido que habitasse a desordem e a incerteza contemporâneas. Tendo perdido quase tudo, com sérios problemas profissionais, Maria Madalena chegou para análise com uma demanda específica. Dizia-me: “Você tem de me ensinar como se faz”. Como se faz? Como se faz o quê?, eu me perguntava. O que quer que fosse, faz-se com muito trabalho, pensava eu, ainda que nada dissesse. Claro, Maria Madalena imaginava sua analista inserida em uma rede de contatos que lhe proporcionava trabalho, dinheiro e relações afetivas. O que quer que fosse que sua analista tinha, deveria ser fruto, Maria Madalena pensava, dessa rede de contatos.

Pois contatos Maria Madalena fazia. Com muitas relações, todos eram seus amigos, e a todos tratava com uma certa efusividade expectante, ainda que silenciosa. Todas as relações traziam consigo possibilidades de trabalho em potencial

e de inserção no meio do qual já fazia parte. No entanto, mesmo que competente, algo se passava com Maria Madalena...

Havia ainda o que viemos a denominar a “teoria da prateleira”. De fato, em sua análise anterior, Maria Madalena pareceria ter sido tranqüilizada por sua analista, versam as suas recordações. De acordo com a teoria da prateleira, os problemas de Maria Madalena deviam-se ao fato de que todos os “bons objetos” dispostos já teriam sido “adquiridos” por outros. As instituições promissoras, os bons lugares profissionais, já teriam sido todos ocupados, tomados por outros. E os homens – ah!, os homens –, esta era uma questão fundamental. De acordo com Maria Madalena, a ela só restara o seu marido atual, já que todos os “bons homens”, “aqueles que valiam a pena”, haviam se casado com outras mulheres. Em outras palavras, já teriam sido resgatados da prateleira. A teoria da prateleira – ou seja, o fato de que Maria Madalena não seria responsável pelo estado das coisas – era, afinal, uma benção, e minha analisanda havia se instalado agradavelmente em seu sintoma, parecendo assim desejar permanecer.

Mas Maria Madalena frequentemente se metia em confusão. Com um trabalho cuja ausência sua tinha conseqüências importantes, vez ou outra não ia trabalhar. Não cumpria prazos, chegava a não realizar as tarefas que lhe eram designadas. Em casa, sabia o que dizer ou fazer para irritar o seu marido, e após a “resposta inesperada”, mantinha-se submissa, com medo de que ele pudesse vir a reagir violentamente. Quando o fazia, a ela só restava a indignação, a revolta, o tom acusatório e, claro, a sua permanência na relação – já que a ele caberia a mudança, uma vez que ela não tinha responsabilidade alguma pelo “estado das coisas”.

Em análise, era certo que Maria Madalena faltaria a uma de suas sessões semanais. Não avisava – por

que deveria? Eu parecia não existir. E, claro, a teoria da prateleira estava sempre atuante: haveria sempre uma razão justa para Maria Madalena agir da maneira como o fazia e passar pelo que estava passando. Havia ainda uma questão fundamental: Maria Madalena não se considerava agressiva, ou mesmo violenta. Era a ela que as coisas aconteciam – sempre – e em sua aparente passividade, já não lhe restava quase nada.

É verdade, devo explicitar desde já que o que me instigava, neste momento da análise de Maria Madalena, não eram os seus sintomas – até bastante comuns na clínica cotidiana –, mas o suposto *timing* da eclosão da configuração que descrevi acima de forma generalizada.

De fato, sabemos que tanto a economia pulsional pode fazer novas exigências à capacidade de simbolização do sujeito, quanto a realidade material potencializar o conflito psíquico, ao confrontar o psiquismo com demandas impossíveis de serem articuladas simbolicamente. É notório também que um conflito anterior, elaborado analiticamente, pode se reapresentar na cena psíquica. Ainda assim, havia um frescor que acompanhava o trabalho per/elaborativo de Maria Madalena que me chamava a atenção. Eu me perguntava por que razão as “temáticas” abordadas em sua análise comigo aparentavam tamanha novidade. Uma vez que o trabalho analítico se configura como um trabalho em espiral, e Maria Madalena havia tido a experiência de análises anteriores – com colegas que respeito, vale observar –, teria sido impossível que tais “temáticas” permanecessem intocadas. Nessa medida, se as queixas de minha analisanda eram, desde sempre, bastante comuns e freqüentes na clínica cotidiana, o que se configurava parecia dizer respeito ao *timing* de Maria Madalena. Intrigada, resolvi, então, dedicar-me com afinco a pensar a contemporaneidade –



ou seja, a presença atuante desta “estranha coincidência” entre sintomas do sujeito, configurações sociais específicas e suas conseqüências, como veremos a seguir.

Impasse profundo

Inicialmente, vale observar, contudo, que inúmeros são os autores que se dedicam a refletir acerca das novas formas de subjetivação na atualidade. Enquanto alguns têm como objetivo caracterizar a sintomatologia contemporânea, outros buscam refletir acerca do dispositivo analítico e condições de intervenção do psicanalista. De forma geral, tais considerações revelam a presença, no campo, tanto do desejo de refletir acerca da função e do lugar do analista face às demandas de análise atuais, quanto da existência de uma preocupação que visa resgatar a radicalidade da experiência psicanalítica. Mas o fato é que vivemos um impasse profundo, à medida que são os paradigmas com que trabalhamos que estão sendo colocados em questão.

Com efeito, Elisabeth Roudinesco (1944-), cujas reflexões² acerca do contemporâneo têm apontado para a substituição do paradigma da histeria, predominante no fim do século XIX, pelo paradigma da depressão – aqui, forma atenuada da antiga melancolia –, entende que essa substituição se faz acompanhar de uma valorização dos processos psicológicos de normalização em detrimento das diferentes formas de exploração do inconsciente. À medida que a contemporaneidade – época na qual constatamos o desaparecimento do ideal revolucionário, ou das utopias, com a derrota do comunismo e a instituição de políticas de globalização da economia, no bojo de uma economia liberal que tende a reduzir o homem a uma mercadoria – é marcada por um profundo desejo de normalização, o conflito neuró-

tico, tratado como depressão, sugere Roudinesco, já não decorreria de nenhuma causalidade psíquica oriunda do inconsciente. Característica do advento das sociedades democráticas e que têm como base o confronto permanente entre o mesmo e o outro, esta seria, então, a configuração subjetiva que tenderia a se apagar da organização mental contemporânea, em prol da noção psicológica de personalidade depressiva.

De forma
concisa,
a história
que concerne
ao psicanalista é
a das vicissitudes
pulsionais
e identificatórias
romanceadas
na trama
edípica.

E mais: ao abandonar o modelo nosográfico em prol de uma classificação dos comportamentos, a psiquiatria findou por reduzir a psicoterapia a uma técnica de supressão de sintomas. Assim, se por um lado Freud não considerara que a generalização da prática psicanalítica, na maioria dos países ocidentais, seria contemporânea do aniquilamento progressivo do saber psiquiátrico pela psicofarmacologia e do emprego de substâncias quí-

micas no tratamento das doenças da alma, tampouco imaginara que as contradições inerentes à sua teoria – ou a qualquer teoria – oriundas do confronto com a história seriam passíveis de produzir um sentimento de inoperância. É à medida, então, que a concepção tradicional de enfermidade, centrada na idéia de etiologia, perde terreno em face da articulação dos sintomas sob a forma de síndromes que se torna crucial recuperarmos a idéia de que o conflito psíquico é paradigmático em Freud.

De fato, a vida psíquica se configura como um jogo de forças que se promovem e se inibem umas às outras, a sexualidade cumprindo a função fundamental de dialetização da história pessoal. O desejo é “inconsciente” uma vez que, diretamente associado ao afastamento que se estabelece entre a necessidade e a demanda, testemunha “uma falta fundamental”, e tende a se realizar restabelecendo os sinais ligados às primeiras vivências de satisfação. Metapsicologicamente, isso implica considerarmos inconsciente aquela instância psíquica que, em relação à barreira do recalque³, ocupa um lugar no interior da tópica psíquica correlativa ao pré-consciente-consciente, sendo regido por uma legalidade que opõe os sistemas. De forma concisa, a história que concerne o psicanalista é a das vicissitudes pulsionais e identificatórias romanceadas na trama edípica⁴ – perspectiva que, temos de reconhecer, não parece fazer jus à clínica contemporânea. Mas serão novas narrativas efetivamente necessárias na psicanálise contemporânea? Seria esta a pergunta que – nos dias que correm – operaria a diferença?

É verdade que, se na década de 1980, não sabíamos se as formas de percepção da realidade se modificariam a partir das transformações impostas pelos novos modos de organização da informação, hoje, no entanto, já experimentamos as suas conseqüências. Com efeito, em trabalho anterior⁵ observei que a

psicanálise pareceria ter entrado em crise na medida exata em que se contrapõe aos pressupostos éticos da cultura pós-moderna, a condição de possibilidade para a emergência do inconsciente e da fragmentação pulsional pautando-se justamente na desconstrução da “história oficial” do sujeito, ou seja, do registro narcísico do eu. Como caracterizar, contudo, a contemporaneidade?

Cultura de risco pós-moderna e subjetividades contemporâneas

Para responder a essa pergunta, vale resgatar que se a época histórica que se inicia com o breve século XX fez bascular a função de proteção dos processos da cultura⁶ em direção a uma função destrutiva⁷ – aquela das organizações totalitárias do século XX –, a função de proteção reduzindo-se ao exercício do poder pelo poder, a contemporaneidade finda por se caracterizar como o lugar das incertezas. O desamparo oriundo da diluição das grandes narrativas da modernidade apontando para a projeção de um futuro incerto, para a agonia das grandes produções de sentido que associavam progresso, revolução e auto-realização permanente.

Some-se a isso o fato de que, se à pós-modernidade corresponde um questionamento da moderna epistemologia baseada na separação entre sujeito e objeto, de modo que a legitimação do conhecimento não pode ser depositada em uma “grande narrativa”, como sugerira Lyotard⁸ (1942-), em 1979, também Debord⁹ (1931-1994) já denunciara, em 1967, o processo por meio do qual vimos constatar que, na atualidade, a realidade é imagem e a imagem é realidade, ao destacar a cisão que, instituindo-se entre espetáculo e realidade, entre realidade e imagem, promove a fragmentação e a dissipação, inibindo o sentido do encadeamento histó-

co. Baudrillard (1929-) foi mais longe: desenvolveu uma teoria pautada na idéia de que, à medida que é substituído por imagens, o referente vivido teria desaparecido. Em outras palavras, estamos num mundo cuja função essencial do signo consiste em fazer desaparecer a realidade, enquanto simultaneamente coloca um véu sobre esse desaparecimento.

Todavia, ainda que não se trate da derrota do pensamento histó-

Tudo, porém, concorre, por meio da interatividade contemporânea, para a abolição desse corte. “Quando todos se convertem em atores, não há mais ação, fim da representação. Morte do espectador”¹⁰, sugere o filósofo.

Assim é que, como conseqüência, os tempos que correm têm promovido a diminuição acelerada da experiência de interiorização pelo sujeito, desvelando o autocentramento conjugado ao valor da exterioridade, sem que haja perda da função de sujeito, mesmo que momentânea. Não é à toa, então, que diversas inquietações tenham se condensado em uma pergunta fundamental: o que fazer quando subjetividades e sintomatologias contemporâneas configuram – *a priori* e especificamente – o esfacelamento do registro narcísico do eu, sem que isso figure uma psicose ou perversão, pertencendo à e permanecendo na esfera do que consideramos neurose?¹¹ Serão novas narrativas efetivamente necessárias na psicanálise contemporânea?

De fato, ao trabalhar a temática da psicopatologia da pós-modernidade da perspectiva da interface psicanálise e filosofia, Joel Birman (1946-) denominou “sujeito fora-de-si” a modalidade cuja inexistência de interiorização pelo sujeito evidenciaria o autocentramento como modalidade de existência, e cuja exterioridade é agora excessiva e não mais representada pelo modelo da psicose. Considerada pelo autor como uma forma perversa de existência, tal modalidade seria indicativa da inversão que se operou no social por meio da qual o “sujeito fora-de-si” é socialmente integrado e investido, uma vez que realiza o projeto da subjetividade na atualidade.

De acordo com Birman, a idéia de que a loucura se instituiu no registro do fora-de-si estaria implícita na concepção de loucura como alienação, e identificada com o próprio estabelecimento do discurso psiquiátrico no final do século XVIII

O
desamparo
oriundo da diluição
das grandes
narrativas
da modernidade
aponta para
a projeção
de um futuro
incerto.

rico e crítico “mas, sim, da vitória do tempo real sobre o presente, sobre o passado, sobre toda e qualquer forma de articulação lógica da realidade”, “a partir do momento em que vivemos no tempo real, em que os acontecimentos desfilam como num *travelling*, o tempo de reflexão sofre um curto-circuito”. Retratando a temática em pauta, Baudrillard sugere que o espectador só se torna realmente ator quando há estrita separação entre palco e platéia.



Birman entende
que a psicanálise se avizinha
a um discurso ético-estético-político –
a metapsicologia psicanalítica estando
mais próxima de certos discursos
filosóficos ou éticos
que de um discurso
científico.

à medida que – presente dentro-de-si até o momento do enlouquecimento – o sujeito se perderia de seu eixo de sustentação ao deslocar-se de dentro para fora-de-si. O sujeito perderia, assim, o que lhe seria fundamental: a autoconsciência que lhe definiria tanto no sentido do autocentramento, como no da interioridade.

O que se torna importante destacar nessa leitura, contudo, é que o autor entende que “se no Freud inicial a leitura da psicose se realizava em consonância com os pressupostos da leitura de Hegel (o delírio como tentativa de cura, como na leitura de Schreber) (...), no final de seu percurso, Freud insistiu seja no enunciado da autonomia das forças pulsionais face ao campo das representações, seja na formulação da existência de uma modalidade de pulsão sem representação. Nesse contexto, (...) a questão não se restringe mais ao registro do simbólico e da razão na experiência da loucura, mas a algo que remete incisivamente para o ser da pulsão e de seus destinos insondáveis”.¹²

É verdade, a perspectiva acima se explicita caso resgatemos a sugestão de Birman de que os ensaios metapsicológicos de 1915, em especial “As pulsões e destinos de pulsões”, pretenderiam responder a problemática que paulatinamente se

inscreve no percurso freudiano, ou seja, a de como se constitui a produção de representações no aparelho psíquico, considerando-se o primado do registro econômico na metapsicologia. Como resultante, o autor avança a idéia de que uma reformulação epistemológica essencial esboçou-se na teoria psicanalítica, à medida que seus fundamentos estariam sendo recompostos: “o inconsciente não seria mais, como estava estabelecido até então, o conceito fundamental da psicanálise. Agora, a pulsão ocuparia tal lugar, e o inconsciente seria um conceito derivado na metapsicologia freudiana”, o sujeito do inconsciente constituindo-se como um dos destinos de pulsões, “destino privilegiado, certamente, ao lado do ‘retorno sobre o próprio corpo’, da ‘transformação da atividade em passividade’ e da ‘sublimação’”. Com isso, “o sujeito como destino é sempre o de um projeto inacabado, produzindo-se de maneira interminável, apresentando-se sempre como uma finitude face aos seus impasses, confrontado ao que lhe falta e ao que não é”.¹³

Não é à toa, então, que Birman entende que a psicanálise se avizinha a um discurso ético-estético-político – a metapsicologia psicanalítica estando mais próxima de certos discursos filosóficos ou éticos so-

bre a subjetividade do que de um discurso científico. O sujeito fundado na pulsão enquanto força é marcado, assim, por exigências éticas e estéticas, a experiência psicanalítica produzindo uma maneira singular de existir para o sujeito, forjada por meio de traços encarnados de que ele disporia em estado virtual, como uma potencialidade.¹⁴ Concebidas pelas lentes foucaultianas do “cuidado de si” – cuja tese supõe que a subjetividade é capaz de produzir saber sobre si –, as neuroses seriam estilos de existência, mais ou menos prazerosos, que se aproximam muito mais de modelos ético-estéticos do que de formas de conhecimento. O autor sugere, afinal, que ante a nova modalidade de sujeito fora-de-si, os sujeitos seriam fora-de-si por vocação, transformando-se em dentro-de-si por um processo de subjetivação que não seria nem necessário nem obrigatório.

O fundamental

Há, aqui, no entanto, uma distinção fundamental a ser feita, caso desejemos refletir acerca das possíveis contradições inerentes à teorização freudiana oriundas do confronto com a história. De fato, na hipótese de considerarmos a desconstrução dos mecanismos sociais que vinculam a nossa experiência pessoal à das gerações passadas um dos fenômenos mais característicos do final do século XX¹⁵, o dilema de como organizar uma narrativa de vida deverá ser em parte esclarecido sondando-se como, hoje, enfrentamos o futuro. Sendo assim, caso resgatemos o impasse vivido pela grande maioria ante a cultura de risco pós-moderna, como salientei anteriormente, torna-se premente reconhecer que, se nada fizerem, as subjetividades contemporâneas estarão relegadas à própria sorte.

Será essa perspectiva, então, que operará a diferença entre nossos desenvolvimentos. Enquanto

Birman entende que, diante da nova modalidade de existência, os sujeitos seriam fora-de-si por vocação, transformando-se em dentro-de-si por um processo de subjetivação que não seria nem necessário nem obrigatório, entendendo que – ao contrário –, em se tratando de subjetividades e características sócio-históricas contemporâneas, quer desejemos quer não, processos constitutivos impõem-se aos sujeitos.

É nessa medida que, em face desse fundamental, desejo fazer avançar a idéia de que, ao considerarmos as características das subjetividades na contemporaneidade – ou seja, a presença do conflito neurótico cuja gênese não se encontra primariamente na sexualidade edípica –, faz-se necessário supor a existência de um “lugar psíquico de constituição de subjetividade”¹⁶ por meio do qual processos fundadores dos sujeitos possam se dar.

Mas eis que, afinal, a proposição acima termina por deslocar o foco da questão em pauta. Confrontados com os impasses propostos pela pós-modernidade, trata-se de nos indagarmos, então, não mais acerca da temática da “atualidade” do complexo de Édipo, mas sim sobre possibilidade de resgate da idéia, salientada anteriormente, de que o conflito psíquico é paradigmático em Freud. O passo seguinte é o de trabalharmos em direção ao restabelecimento das variáveis instauradoras do conflito, por meio de operadores simbólicos que ordenem uma função estruturante.

É claro que não poderíamos continuar sem observar que os desenvolvimentos acima terminam por colocar em questão a noção de estrutura, à medida que findo por sugerir a possibilidade de uma estrutura em permanente constituição. É verdade: eis aqui uma contradição em termos, a qual, no entanto, não deveria nos causar estranhamento uma vez que a própria noção de estrutura traz em seu âmago uma relação de contradição, ou seja, uma

Caberá ao complexo de Édipo – enquanto estrutura – organizar o devir humano em torno da diferença dos sexos e da diferença das gerações.

relação de incompatibilidade entre dois termos em que a afirmação de um implica a negação do outro, e reciprocamente.

Vale lembrar, contudo, que a inovação proposta pelo estruturalismo consistiu em afirmar que a parte não pode ser pensada fora da sua situação no todo, e que o todo distingue-se da soma de suas partes. Dito de outra forma, a estrutura seria um sistema de diferenças no qual o elemento não é nada em si mesmo, e sim a sua posição no todo, ou mesmo que os elementos são explicitados por meio de relações impostas pelo todo. As tarefas analítica e sintética constituem, assim, uma relação dialética em que a primeira é negada pela segunda, sem cuja primeira, no entanto, a segunda tarefa seria impossível. Finalmente, há que se reconhecer: à medida que “A” é necessariamente “A” e “Não-A”, as perspectivas analítica e sintética encontram-se conciliadas no estruturalismo.

Entre a produção de subjetividade e as condições de constituição psíquica: Édipo Complexo e a cultura tornada possível

No clássico *O estruturalismo em psicanálise* (1968), porém, Moustafa Safouan (1921-) já explicitara as “regras” que regem a nossa matéria: “a psicanálise é a descoberta de um lugar, o do inconsciente, e de uma dinâmica que se desenvolve nesse lugar e que se enlaça, toda ela, ao redor do complexo de Édipo e, mais especialmente, de seu momento essencial, a castração (...) Discorrer sobre a psicanálise, então, é discorrer sobre esses dois conceitos: o inconsciente e a castração. (...) Sendo assim, a nossa finalidade é mostrar que Édipo não é um mito no qual se desvelam suas linhas de força, e tampouco o drama que ele determina no vivido de cada um, mas uma *estrutura* que ordena o desejo...”¹⁷. Em outras palavras, caberá ao complexo de Édipo – enquanto estrutura – organizar o devir humano em torno da diferença dos sexos e da diferença das gerações, ao promover a interiorização da interdição oposta aos dois desejos edípicos, incesto materno e assassinato do pai, abrindo acesso à cultura por meio da submissão e da identificação ao pai portador da lei que regula os caminhos do desejo. Será, no entanto, no momento em que Freud articula o complexo de Édipo ao complexo de castração, pedra angular da psicanálise¹⁸, que o complexo de Édipo assumirá sua dimensão de conceito fundador.

Todavia, de uma perspectiva sócio-histórica, a criação da cultura se fará acompanhar da instituição do tempo da história tornada possível. De fato, o complexo de Édipo portará um caráter estruturante à medida que o mito originário sobre o qual se apóia evidencia-se pela passagem do tempo primordial da horda – ou seja, um tempo regido



pela repetição infinita dos mesmos atos e pensamentos, conduzida por um tirano onipotente caracterizado pela recusa do amor e pelo manejo da força –, ao tempo da história tornada possível, por meio de uma primeira infração da ordem, a decisão unânime do crime – o assassinato original¹⁹. Em lugar da origem, um ato real: o assassinato necessário; em lugar do horror ao incesto, um ato simbólico: a internalização da proibição. Desse modo, o assassinato do chefe da horda o transforma em pai, e o ódio transforma os seres submissos em irmãos. Portador e depositário das proibições, sufoca e castra, devendo ser morto ou vencido. Seu assassinato, no entanto, será sempre acompanhado de culpa e veneração, o pai sendo sempre um pai morto, e o pai morto sendo sempre um pai mítico, provocando, em sua função mítica, reverência, terror e amor, simultaneamente. O parricídio é, então, fundamental – e indispensável

– à criação da cultura, ao nos introduzir no mundo da culpabilização, da renúncia tanto à realização do desejo quanto ao desejo de realização do incesto²⁰, da instituição de uma função paterna na origem da humanidade e da necessidade de referência a uma lei externa transcendente.

Ainda assim, se na contemporaneidade o complexo de Édipo, enquanto exemplo privilegiado – uma vez que certas variáveis, como a aderência primária da relação mãe-bebê, o concomitante exercício da função de corte por parte do pai, o amor pelo progenitor do sexo oposto e a rivalidade com o progenitor do mesmo sexo, em uma família monogâmica e heterossexual, conduziram a uma sobreposição dos elementos de produção de subjetividade aos elementos que dizem respeito às condições de constituição psíquica –, não conduz necessariamente a tal sobreposição, resta nos indagarmos acerca

de como fazer face aos desafios com os quais se defronta a psicanálise na contemporaneidade.

De fato, mesmo que nada garante que o pai encarnado corresponda ao investimento da condição de poder de intervenção estruturante – da perspectiva clínica, uma função simbólica que intervém perante o desejo do filho, às voltas com o desejo da mãe –, é importante mantermos em mente que a função que essa noção exerce é a de um operador simbólico, tratando-se, fundamentalmente, de uma entidade simbólica que ordena uma função estruturante.

Isso posto, vale a pena fazermos um pequeno parêntese: observemos que, se a fantasia é um produto misto²¹ – ou seja, as teorias que os seres humanos forjam sobre a sua existência e origem são da ordem da intersecção entre o inconsciente e o eu –, é certo que os sujeitos serão atravessados por elementos ideológicos, e não somente por variáveis que dizem respeito às condições de constituição psíquica. Caso se trate, então, de condições sócio-históricas face às quais a psicanálise se encontraria impossibilitada de ser exercida, de uma mudança histórica dos analisandos ou mesmo de uma mudança na escuta dos analistas, a questão que se coloca na contemporaneidade parece se relacionar à sobreposição – ou não – dos elementos que dizem respeito à produção de subjetividade aos elementos associados às condições de constituição psíquica dos sujeitos.

No que se refere a tal distinção, podemos considerar que a produção de subjetividade inclui todos os aspectos que dizem respeito à construção social do sujeito, em termos de produção e reprodução ideológica e de articulação com as variáveis sociais que o inscreveriam em um tempo e espaço específicos, ou seja, em uma dada perspectiva histórica. As condições de constituição psíquica, contudo, se dão por

Podemos considerar que a produção de subjetividade inclui todos os aspectos que dizem respeito à construção social do sujeito, em termos de produção e reprodução ideológica e de articulação com as variáveis sociais que o inscreveriam em um tempo e espaço específicos.

meio de variáveis cuja permanência transcende os modelos sociais e históricos, podendo ser circunscritas ao seu campo de referência conceitual. Como sugere Silvia Bleichmar²² (1944-), no que se refere à perspectiva conceitual, vale destacar a formulação dos diferentes modelos da primeira e da segunda tópica freudiana, o conceito de pulsão, de recalçamento e a formalização do conceito de inconsciente como objeto científico. Da perspec-

vas – a produção de subjetividade e as condições de constituição psíquica –, contudo, ocorre no momento em que fantasmas e/ou representações mais ou menos compartilháveis por diferentes sujeitos são considerados como referentes conceituais sem que tenham necessariamente acedido ao nível de universalidade que lhes é atribuído.

No que se refere ao complexo de Édipo, entretanto, se o que há de característico no estabelecimen-

com a perspectiva teórica laplanchiana sobre a qual se apóiam as formulações da autora – diferença esta que, para nossos propósitos, não se faz necessário desenvolver aqui –, parece-me que também a sua definição de complexo de Édipo, cuja característica de assimetria entre o adulto e a criança traz consigo disparidades de saber e poder, de condições estruturantes e psíquicas, só vem reafirmar o caráter a-histórico do complexo e a importância da presença de um operador simbólico que ordene uma função estruturante, até mesmo no bojo dos processos da cultura.

Com efeito, é fundamental observar que o reconhecimento da noção de um inconsciente psíquico – cuja tópica, ao destacar diferentes modalidades de representação psíquica, inconsciente, pré-consciente e consciente, funda um campo de representações – deverá necessariamente ser antecedido pela instauração da modalidade de constituição de um “sujeito dentro-de-si”, que posteriormente indicará a existência de uma atividade sexual pulsional e fantasística.

Assim é que, da perspectiva da clínica psicanalítica, a questão com que viemos trabalhando – serão novas narrativas realmente necessárias na psicanálise contemporânea? – poderia agora ser disposta da maneira como segue: qual seria o lugar e a função do psicanalista na clínica contemporânea, uma vez que o restabelecimento das variáveis instauradoras do conflito psíquico implica a possibilidade da existência de um “sujeito dentro-de-si” em permanente constituição?

O timing de Maria Madalena: a constituição de um objeto- não-separado-que-deverá- chegar-a-ser

De uma perspectiva sócio-histórica, porém, no que se refere à contemporaneidade, uma das ques-

O reconhecimento
da noção de um
inconsciente psíquico deverá
necessariamente ser
antecedida pela instauração
da modalidade
de constituição de um
“sujeito dentro-de-si”.

tiva de teorizações fantasmáticas dos sujeitos, podemos citar como exemplo a cena originária, a vagina dentada, a teoria cloacal, dentre outras, enfatizando, no entanto, que a possível universalidade dessas representações – mantidas sempre dentro de um universo específico, certamente – não lhes concede um estatuto de teoria geral, cujas variáveis conceituais transcenderiam os modelos sociais e históricos. A sobreposição de ambas as perspecti-

to das condições de constituição psíquica é o fato de que todas as culturas exercem algum tipo de interdição no que se refere à apropriação, por parte do adulto, do corpo da criança como objeto de gozo – formulação essa compreendida por Bleichmar como “complexo de Édipo” – isso não impedirá que o mesmo seja fantasmaticado por seus protagonistas, e sob os modos dominantes das configurações sociais em jogo. Ainda que não trabalhe



tões fundamentais diz respeito à condição que os sujeitos têm de transformar seus caracteres em narrativas sustentadas, uma vez que a dimensão do tempo no novo capitalismo gera um conflito entre caráter e experiência. Vale a pena explicitar o que Richard Sennett (1943-) entende por “caráter”: “é o valor ético que atribuímos aos nossos próprios desejos e às nossas relações com os outros. (...) Nesse sentido, “caráter” é um termo mais abrangente que seu rebento mais moderno, “personalidade”, pois este se refere a desejos e sentimentos que podem apostemar por dentro, sem que ninguém veja. O termo “caráter” concentra-se sobretudo no aspecto a longo prazo de nossa experiência emocional. É expresso pela lealdade e pelo compromisso mútuo, pela busca de metas a longo prazo, ou pela prática de adiar a satisfação em troca de um fim futuro. (...) “Caráter” são os traços pessoais a que damos valor em nós mesmos, e pelos quais buscamos que os outros nos valorizem”²³. A experiência do tempo desconjuntado, contudo, não permite a construção de narrativas de vida que dêem forma ao movimento adiante do tempo, sugerindo motivos pelos quais tudo acontece, mostrando suas conseqüências.

Sendo assim, o que parece ser singular na incerteza contemporânea “é que ela existe sem qualquer desastre histórico iminente; ao contrário, está entremeada nas práticas cotidianas de um vigoroso capitalismo”. É verdade, face ao sucesso aparentemente sem sentido – “nunca chegar a parte alguma” –, ou da impossibilidade de recompensa pelo esforço – “sempre na casa um” –, o tempo parece estacionar, o sujeito torna-se prisioneiro do presente, fixado nos dilemas do presente. Abrir mão do passado e habitar a desordem contemporânea tornam-se, então, formas de viver no limite. Nessa medida, na cultura de risco pós-

moderna, “o destino (...) conta menos do que o ato de partir. Imensas forças sociais e econômicas moldam a insistência na partida: o desordenamento das instituições, o sistema de produção flexível (...). Ficar livre é ser deixado de fora”. Em outras palavras, “há história, mas não narrativa partilhada de dificuldades, e portanto tampouco destino partilhado. Nessas condições, o caráter se corrói”²⁴.

É possível compreendermos, então, porque Sennett sugere que tanto a capacidade de desprender-se do próprio passado, quanto a confiança para aceitar a fragmentação seriam dois traços de caráter presentes entre as pessoas à vontade no capitalismo atual. Ao considerarmos as subjetividades contemporâneas, entretanto, a questão fundamental parece se referir ao fato de que desprender-se do próprio passado requer que o passado tenha – efetivamente – passado.

Retomando, então: à medida que a presença do conflito neurótico cuja gênese não se encontra primariamente na sexualidade edípica finda por impor aos sujeitos processos constitutivos, tornando necessário suportar a existência de um “lugar psíquico de constituição de subjetividade”²⁵ por meio do qual processos fundadores dos sujeitos possam se dar, eis que nos resta, afinal, indagarmos acerca de um *modus operandi* que promova o estabelecimento, ou mesmo o restabelecimento das variáveis instauradoras do conflito psíquico.

De fato, Jacques Hassoun²⁶ (1936-1999), cuja obra tem em suas interrogações sobre o exílio e os elos entre língua materna e identidade seus fundamentos, avança uma hipótese para a qual é importante atentarmos. Em sintonia com as elaborações de Roudinesco, de que a contemporaneidade promoveria a substituição do paradigma da histeria pelo paradigma da depressão, forma atenuada da antiga melancolia, o autor sugere que o

O
que parece
ser singular
na incerteza
contemporânea
“é que ela
existe
sem qualquer
desastre
histórico
iminente.”

melancólico é aquele que não conheceu uma experiência de perda e de um primeiro luto subjetivante – ou seja, a experiência de que o objeto que deveria ter certo dia misticamente trazido uma primeira satisfação estaria perdido para sempre – pela falta de nomeação e de designação possíveis, por parte da mãe, dessa perda. Dito de outra forma, o “desmame” da mãe tornaria possível o desmame da criança, uma vez que supõe que a mãe seja capaz de entender que, no aleitamento, é ela quem “perde o seio”, cabendo também a ela transmitir à criança uma experiência de perda. Não é à toa, então, que para Hassoun a melancolia evoca o “luto primeiro”, um momento fundador do sujeito, constitutivo do ser.

Confrontada, pois, com a promoção contemporânea de uma substituição que se faz acompanhar pela valorização de processos psicológicos de normalização em detrimento das diferentes formas de

Ao se meter
 em confusão constantemente,
 ou ao não se considerar
 agressiva ou violenta
 em sua aparente passividade
 de perder quase tudo,
 Maria Madalena pareceria estar,
 de fato, se empenhando
 na promoção do assassinato
 simbólico daqueles
 que ama.

exploração do inconsciente, essa forma particular de melancolia vê acentuar-se o desencadeamento da crueldade e a instalação da marginalidade, a colagem do sujeito com o objeto implicando o puro ódio e a tentativa de destruição desse mesmo objeto. É nessa medida que, de acordo com o autor, o melancólico – esse “objeto-não-separado-que-não-chegou-a-ser” – encontra-se submetido à necessidade de assassinato simbólico daqueles que ama.

Vale observar, contudo, que se a violência característica da perda, do desengano, da desilusão, é frequente desde tempos imemoriais, é possível destacar a presença, na atualidade, de dois tipos de violência: uma destrutiva e outra constitutiva²⁷ que – é importante que seja salientado – correm o risco de ser sobrepostas por nós, psicanalistas, no trabalho com os nossos analisandos²⁸. Somando-se, portanto, à hipótese que fiz avançar acima – ou seja, a idéia de que, em face às ca-

racterísticas das subjetividades na contemporaneidade, processos constitutivos impõem-se aos sujeitos, tornando-se necessário supor a existência de um “lugar psíquico de constituição de subjetividade” por meio do qual processos fundadores do sujeito possam se dar –, a violência que tal forma particular de melancolia traz consigo só vem reiterar a hipótese da presença de um “desejo de sobrevivência”, de uma urgência em “conquistar uma vida para si próprio”, no bojo dos processos constitutivos.

Com efeito, ao se meter em confusão constantemente, ou ao não se considerar agressiva ou violenta e, em sua aparente passividade – violência silenciosa – perder quase tudo, Maria Madalena pareceria estar, de fato, se empenhando na promoção do assassinato simbólico daqueles que ama, findando por evocar, assim, um momento fundador do sujeito, constitutivo do ser. Em outras palavras, sua violência

profunda e silenciosa estaria, aqui, apontando para a necessidade, para a premência da experiência de constituição de um objeto-não-separado-que-deverá-chegar-a-ser.

Ainda o fundamental: por um lugar psíquico de constituição de subjetividade

Assim é que, de forma suscinta, ao considerar os desafios com que se confronta a psicanálise na atualidade, no que se refere à constituição da subjetividade, o que os analisandos pedem ao analista parece ser, justamente, a constituição de um novo aparelho psíquico²⁹. Distinguindo-se de uma estratégia analítica pautada puramente no deciframento, aqui, a interpretação – e a construção, fundamentalmente – levam os analisandos à (re)descoberta e à (re)construção do Édipo, à medida que parte fundamental do trabalho analítico se constitui menos como um trabalho de dissolução do que de construção.

Ao resgatarmos os desenvolvimentos que avancei acima, contudo, considerando-se o primado do registro econômico na metapsicologia freudiana, é fundamental que ainda outra distinção seja feita, caso desejemos chamar a atenção para a especificidade de um *modus operandi* que promova o estabelecimento – ou restabelecimento – das variáveis instauradoras do conflito psíquico, em uma estrutura em permanente constituição.

De fato, referindo-se ao conceito desenvolvido por Freud nos anos 1930, Joel Birman observa que, se a crença do sujeito na sua imortalidade e o saber sobre a sua mortalidade ancoram-se na construção do registro narcísico do eu mediante o qual o sujeito procura recusar e silenciar o seu desamparo originário, a morte seria compreendida aqui como uma possibilidade real, e não apenas simbólica, a construção do sujeito nos registros imaginário e



simbólico sendo a maneira de controlá-la como possibilidade efetiva. Como consequência, “se como valor a morte é originária, e não derivada, na condição humana, em função mesmo dos pressupostos da prematuridade, da incompletude vital e da longa dependência do outro, isso nos revela que a marca fundamental do sujeito é o desamparo”. Entretanto, será exatamente aqui que a distinção entre nossos desenvolvimentos operará a diferença uma vez mais, à medida que, para o autor, o conceito de desamparo (*Hilflosigkeit*) e a noção de feminilidade seriam duas faces de uma mesma moeda.

É verdade, Birman entende que, ante o impacto pulsional, as posições figuradas pelos masoquismos moral e feminino proporcionariam certa proteção ao sujeito, de modo a se esquivar da angústia produzida pelo desamparo por meio da colagem a um outro, ao emprestar, de maneira humilhante, o seu corpo para o gozo deste. O masoquismo seria, pois, uma figura fundamental do psiquismo, por meio da qual o sujeito evitaria a experiência do desamparo. A feminilidade se constituindo, então, na outra face do desamparo e justo o oposto do masoquismo, uma vez que, da perspectiva da experiência desejante, a feminilidade se constituiria como um traço que se inscreve no registro da falta e do vazio, e que se encontra no cerne da experiência do desejo.

Transcendendo a diferença de sexos, ultrapassando a oposição entre as figuras do homem e da mulher, uma vez que na psicanálise as figuras do homem e da mulher, do masculino e do feminino, foram construídas de acordo com a lógica fálica, a feminilidade seria “a forma crucial de ser do sujeito, pois sem a ancoragem nas miragens da completude fálica e da onipotência narcísica, a fragilidade e a incompletude humanas (seriam) as formas primordiais de ser do sujeito”³⁰, o

“estilo de ser” desdobrando-se na feminilidade. Uma vez realocada, então, a feminilidade como o eixo fundamental do erotismo, ou seja, a revelação do que existe de erógeno no desamparo, a sua face positiva e criativa, seria por meio da feminilização do desejo que o erotismo se tornaria possível, ao revelar para homens e mulheres a incompletude que perpassa seus corpos. Ressituando, assim, a diferença sexual e a diferença de gênero num limiar em que não é mais o falo que está em questão, seriam as oposições referentes à lógica fálica – ter/não ter e ser/não ser o falo – que a feminilidade colocaria em questão para ambos os sexos, dando corpo à radicalidade do desejo.

É fundamental salientar, no entanto, que Lacan já observara, em 1958, que “o falo como significante não cai do céu (...). Para ele converge, mais ou menos, o que aconteceu durante a captação do sujeito humano no sistema significante, visto que é preciso que seu desejo passe por esse sistema para se fazer reconhecer, e que é profundamente modificado por ele. Esse é um dado experimental: o falo, não o encontramos a todo instante em nossa experiência do drama edipiano, tanto em sua entrada quanto em suas saídas”³¹.

Assim, se a subjetividade funciona e se regula pela divisão entre a crença e o saber no que se refere à mortalidade – tal modalidade de funcionamento constituindo uma forma de reação e de oposição originária do ser à experiência da morte –, se as subjetividades contemporâneas configuram o esfacelamento do registro narcísico do eu, o desamparo e a feminilidade *não* se constituirão como duas faces de uma mesma moeda, como considera Birman, mas de moedas distintas. A distinção fundamental entre nossos desenvolvimentos residindo no fato de que o falo é, aqui, tomado numa certa função subjetiva que precisa desempenhar um papel significan-

te – ou seja, é preciso que o “desejo” passe por um sistema para se fazer reconhecer.

De forma sucinta: todos os caminhos não levam a Roma. O fato é que, para que as características das subjetividades na contemporaneidade ocupem o primeiro plano de uma dinâmica psíquica – ou seja, para que se configure, *a priori* e especificamente, o esfacelamento do registro narcísico do eu, sem que isso figure uma psicose ou perversão, pertencendo à e permanecendo na esfera do que consideramos neurose, como destaquei acima –, a modalidade de constituição de um “sujeito dentro de si” deverá com necessidade ter sido instaurada anteriormente.

Resgatemos, então: se somente quem se sabe mortal e finito poderá permitir-se a existência acidentada do desejo sem ser tomado pelo temor e pelo horror da morte, escaçando ainda mais a minha hipótese anterior, desejo sugerir que será o masoquismo primário aquele a ocupar a

O masoquismo seria uma figura fundamental do psiquismo, por meio da qual o sujeito evitaria a experiência do desamparo.

face reversa do desamparo, ambos se constituindo em duas faces distintas de uma mesma moeda.

O masoquismo primário porta consigo uma função constitutiva³²

Desamparo e masoquismo primário seriam, portanto, as duas faces distintas da mesma moeda. Isso porque, se, no masoquismo, o sujeito narcisista é, por meio da identificação, substituído por um outro eu, estranho, resultando na finalidade passiva de ser objeto, será por meio da identificação primária – correlativa à formação do ideal, uma vez que constitui o eu e suas clivagens – que encontraremos um modelo de constituição de um momento fundador do sujeito, constitutivo do ser. O fundamental reside no fato de que, ao reinstaurar o auto-erotismo – ou seja, ao reinscrever, ou reativar, os destinos pulsionais de transformação da atividade em passividade e/ou o retorno sobre o próprio corpo, anteriores ao recalque –, o masoquismo primário porta consigo uma função constitutiva.

Com efeito, no que se refere às subjetividades e características sócio-históricas contemporâneas, será à medida que a colagem do sujeito com o objeto implique a sua submissão à necessidade de assassinato simbólico daqueles que ama – reiterando a presença de uma urgência em “conquistar uma vida para si próprio” – que, ao tomar o próprio eu como objeto de satisfação sem o qual o sujeito ficaria entregue ao exercício da pulsão de morte não-erotizada, o masoquismo primário trará, em seu cerne, uma violência constitutiva³³.

Assim, a instauração de um *lugar psíquico de constituição de subjetividade* que tenha como função a constituição de um objeto-não-separado-que-deverá-chegar-a-ser – dado pelo restabelecimento das va-

riáveis instauradoras do conflito psíquico, por meio de operadores simbólicos que ordenem uma função estruturante – está diretamente relacionada à nossa condição de repensarmos o lugar e a função do psicanalista na clínica contemporânea. Dito ainda de outra forma, e uma vez mais, é no momento mesmo em que o nosso saber é interrogado por uma experiência-outra – e não ao contrário – que a psicanálise se constitui como *locus* em que a alteridade poderá se inscrever como tal. Uma leitura ética da descoberta psicanalítica institui-se no momento mesmo em que a própria psicanálise não se permite tudo, toma a si como objeto de reflexão e, do bojo mesmo de sua insuficiência e incompletude, torna-se, então, apta a produzir uma base discursiva que confira significado à impossibilidade de gozo. ■

NOTAS

1. J. Baudrillard, *Tela total. Mito-ironias do virtual e da imagem*, Porto Alegre, Sulina, 1997, p. 53.
2. Cf. E. Roudinesco, (1999) *Por que a psicanálise?*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000.
3. Cf. S. Freud, (1915) “La represión”, in S. Freud, (1955) *Sigmund Freud – Freud Obras Completas*, Buenos Aires, Amorrortu Editores (A. E.), 1989, vol. XIV, p. 135-152; e (1915) “Lo inconciente”, in A. E., vol. XIV, 1989, p. 153-214.
4. Cf. S. Freud, (1908) “Sobre las teorías sexuales infantiles”, in A. E., vol. IX, 1989, p. 183-202; e (1909 [1908]) “La novela familiar de los neuróticos”, in A. E., vol. IX, 1989, p. 213-220.
5. Cf. G. Bartucci, (2004) “A fragilidade absoluta”. Dossiê “Os rumos da psicanálise”. *Revista CULT*, ano VI, nº 77, São Paulo, fevereiro de 2004, p. 44-47.
6. Cf. S. Freud, (1908) “La moral sexual ‘cultural’ y la nerviosidad moderna”, in A. E., vol. IX, 1989, p. 159-181; (1921) “Psicología de las masas y análisis del yo”, in A. E., vol. XVIII, 1989, p. 63-136; e (1927) “El porvenir de una ilusión”, in A. E., vol. XXI, 1989, p. 1-55.
7. Cf. S. Freud, (1930 [1929]) “El malestar en la cultura”, in A. E., vol. XXI, 1989, p. 57-140.
8. Cf. J-F. Lyotard, (1979) *O pós-moderno*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1986.
9. Cf. G. Debord, (1967) *A sociedade do espetáculo*; (1979) “Prefácio à quarta edição italiana de *A sociedade do espetáculo*”; (1988) *Comentários sobre*

10. J. Baudrillard, op. cit., p. 59; (2003) “O outro lado da matéria-prima da dor”, Caderno “Mais!”, *Folha de São Paulo*, São Paulo, 2 de novembro de 2003, p. 3; e (1997) op. cit., p. 130.
11. Cf. G. Bartucci, (2004) op. cit.
12. J. Birman, *Mal-estar na atualidade, A psicanálise e as novas formas de subjetivação*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999, p. 165.
13. J. Birman, *Estilo e modernidade em psicanálise*, São Paulo, Editora 34, 1997, p. 60, p. 10 e p. 37.
14. Cf. J. Birman, *Por uma estilística da existência*, São Paulo, Editora 34, 1996.
15. Cf. E. Hobsbawm, (1994) *Era dos extremos. O breve século XX: 1914-1991*, São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
16. Cf. G. Bartucci, (1999a) “Psicanálise freudiana, escritura borgiana: espaço de constituição de subjetividade”, in M. Cid; C. C. Montoto (orgs.), *Borges Centenário*, São Paulo, Educ, 1999, p. 125-143; e (1999b) “Entre o mesmo e o duplo inscreve-se a alteridade: psicanálise freudiana e escritura borgiana”, in G. Bartucci (org.), *Psicanálise, Literatura e Estéticas de Subjetivação*, Rio de Janeiro, Imago, 2001, p. 369-385.
17. M. Safouan, *Le Structuralisme en psychanalyse*, Paris, Seuil, 1968, p. 17; tradução da autora.
18. Cf. S. Freud, (1923 [1922]) “Dos artículos de enciclopedia: ‘Psicoanálisis’ y ‘Teoría de la libido’”, in A. E., vol. XVIII, 1989, p. 227-254.
19. Cf. S. Freud, (1913 [1912-1913]) “Tótem y tabú. Algunas concordancias en la vida anímica de los selvajes y de los neuróticos”, in A. E., vol. XIII, 1989, p. 1-162.
20. Cf. E. Enriquez, (1983) *Da borda ao Estado. Psicanálise do vínculo social*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1990.
21. Cf. J. Laplanche; J-B. Pontalis, (1985) *Fantasia originária, fantasias das origens, origens da fantasia*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1988.
22. Cf. S. Bleichmar, (1999) “Entre la producción de subjetividad y la constitución del psiquismo”. *Revista Ateneo Psicoanalítico. Subjetividad y propuestas identificatorias*. Buenos Aires, nº 2, 1999.
23. R. Sennett, (1988) *A corrosão do caráter. Conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*, Rio de Janeiro, Record, 2001, p. 10.
24. R. Sennett, op. cit., p. 33, p. 102, p. 175.
25. Cf. G. Bartucci, (1999a); (1999b) op. cit.
26. Cf. J. Hassoun, (1995) *A crueldade melancólica*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.
27. Desenvolvo essa hipótese em maior profundidade em minha tese de doutoramento, intitulada *Psicanálise e contemporaneidade: por uma clínica diferencial das neuroses*, 2004, inédita.
28. Cf. G. Bartucci, (1998) “Transferência, compulsão à repetição e pulção de morte”, *Percurso, Revista de Psicanálise*, São Paulo, ano X, nº 21, segundo semestre de 1998, p. 43-49; e (2001) “Entre a compulsão à repetição e a repetição transferencial, inscreve-se a pulção de morte”, *Cadernos de Psicologia*, Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), vol. 10, nº 1, 2001, p. 153-171.
29. Cf. também J. Kristeva, (1993) *As novas doenças da alma*. Rio de Janeiro, Rocco, 2002.
30. J. Birman, *Cartografias do feminino*. São Paulo, Editora 34, 1999, p. 162, p. 53.
31. J. Lacan, (1958, 19 de março) “As insígnias do ideal”, in J. Lacan, (s/d) *O seminário: As formações do inconsciente – 1957-1958. Livro 5*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1999, p. 299.
32. Ainda que essa hipótese de trabalho já tenha sido avançada por mim em ensaios anteriores, e com distintas formulações, terá sido em minha tese de doutoramento que explicito o *modus operandi* envolvido nessa dinâmica constitutiva. Cf. G. Bartucci, *Psicanálise e contemporaneidade: por uma clínica diferencial das neuroses*, 2004.
33. Id.



Às escondidas

Suzete Capobianco

O mistério do local da morte de Édipo, como o que não se deixa cifrar – condição do enigma – leva a uma reflexão sobre a importância do que se furta ao saber, e sobre como o vital se dá sob o manto dos desaparecimentos.

A cada vez que um texto começa, uma promessa de encontro se faz. A partir desse momento letras aparecem, palavras ganham a cena, um caminho se insinua e *eus* desaparecem. Passamos a estar juntos de um modo tão desaparecido quanto íntimo. A leitura avança, quem lê se esquece de quem escreve e assim, a sós e invisivelmente, a intimidade vai se tecendo para realizar, ainda uma vez, o ato da criação. Esse é, porém, só o ponto onde o caminho começa.

A dimensão que, de hábito, se abriga e some naquela que se apresenta mais visível a nós é o nó da minha questão. Seu eixo de articulação pivota ao redor de que fazemos juntos e a sós simultaneamente, como o ato amoroso, como escrever um texto junto, como ler o texto de alguém, ou psicanalisar, quiçá?

O texto que aqui segue, constitui-se num convite para que o leitor me acompanhe num traçado errático onde algumas reflexões feitas em torno do Édipo em Colono, possam ser articuladas com idéias e observações que passeiam dos tempos bíblicos a Chico Buarque. Seu desenrolar bastante excêntrico embute o efeito central de ter-me feito percorrer um longo caminho, misturando idéias que, embora contenham certo desajeito, me incitam a experimentar outros passos, que,

diferentemente do claudicante Édipo, não me permitem encontrar pouso.

Os corpos servem para não existir

Há já algum tempo que me deixo seduzir por essa idéia. Inicialmente ela se infiltrou na observação de que aquilo que vulgarmente se associa à fantasia sexual raramente se constitui ou se revela como a condição para a existência do erotismo. No mais das vezes, a dita fantasia sexual é meramente uma montagem *prêt-à-porter*, uma *performance* imagética esvaziada de potência erótica. Os sonhos vitalmente investidos encontram-se muito bem guardados, tornando a condição de escondido sua maior evidência de proximidade com a fantasia sexual. A vida sexual viceja às escondidas. Isso não soa nada novo, exceto pelo fato de que esse esconderijo não equivale às quatro paredes de um recinto qualquer, mas se estende aos participantes do ato. A vida sexual permanece também escondida de quem a pratica.

Suzete Capobianco é psicóloga, psicanalista, mestre em Psicologia Clínica pela PUC-SP e membro do CETEC (Centro de Estudos da Teoria dos Campos)

Há também algum tempo que me ponho a observar a habitação dos corpos. O que me abre um universo complexo e vasto de histórias. Divertia-me ao provocar alguns ouvintes mais incautos dizendo que judeu não tem corpo. O que, embora sendo uma provocação, carregava (às escondidas, como convém) alguma verdade. Isso não parece espantoso a quem já sobreviveu a uma família judaica com os intestinos de algum de seus membros sempre em questão na sala¹, ou mesmo à difícil aprendizagem de não andar pela casa com as roupas de baixo ou parcialmente nus (não há nada a se esconder, afinal), ou ainda, ao excessivo uso do andar de cima do corpo, mais especificamente a cabeça: pensar muito, falar muito, comer muito. Judeus, via de regra, não são atletas. São antes intelectuais², como a contrabalançar o excesso de nudez que existe em sermos encarnados. A uma mãe que tudo vê e tudo sabe – dos sonhos e pensamentos à aparência das fezes — somos introduzidos, inocente e precocemente, na vivência de que a fronteira da pele é por demais insuficiente para a idéia de que haja resguardo, esconderijo possível. Como um provável efeito, os corpos se prestariam mais a experiências hipocondríacas (susto em relação às manifestações corporais, sempre carregadas de sentido, comunicadoras) do que a sustentar a exuberância de uma existência bem plantada. Não descartava de todo a hipótese de que o holocausto tivesse produzido também essa espécie de sintoma coletivo. Para não ser exterminável, passo a habitar um corpo já inexistente; para resguardar minha privacidade, mostro-me não atrativo ou desejável. Poderíamos contra-argumentar que, mesmo sendo uma das feridas mais traumáticas da história do Ocidente, é acontecimento relativamente novo na corrente da história. Remonta aos tempos bíblicos, entretanto, a errância e o desterro como um aspecto

permanente do povo judaico. Seres desenraizados não haveriam de plantar-se no solo da existência da mesma forma que os de enraizamento estável.

Em vez de estender os exemplos, quero antes ampliar o espectro dessa amostragem. Não sendo privilégio do mundo judaico, também encontro em minha clínica não-judeus largamente empenhados em desaparecer da vida encarnada e material. Impulsionados por razões

Divertia-me
ao provocar
alguns
ouvintes mais
incautos
dizendo
que judeu
não tem
corpo.

que precisaríamos nos deter a ouvir em cada caso, tais manifestações incluem, por exemplo, uma enorme quantidade de profissionais que se esmeram em fazer seus honorários desaparecerem – como um paciente que os esconde de si mesmo distribuindo-os entre várias contas bancárias. Ou ainda outra paciente, cuja agenda profissional reflete um tempo imaginário onde muitos de seus clientes caberiam no mesmo espaço. No tempo que combina

com os outros – comigo inclusive – está constantemente ausente ou atrasada.³ Lembro também de um paciente obsessivo que realizava diligentemente o projeto de virar zero, para não se haver com seu desejo. Dizia com certo orgulho: “não sei dizer ‘não’ para os outros”. Assim ia abrindo mão de si no projeto de viver para o outro. Na soma de zero e um, ele ia virando o zero e desaparecendo até quase não existir. Há outras expressões cotidianas desse fenômeno: um engenhoso empenho em não ser, des-aparecer.

Foi ficando evidente que o fato de termos ou sermos um corpo não é ainda um acontecimento suficiente para que dele nos apossesmos ou possamos habitá-lo de uma forma mais plena, até para o seu decantado uso sexual. Não basta sermos pulsionais; humanizar essa habitação requer trabalho.

Deixemos agora essas idéias temporariamente para que, passando num caminho que nos leva a Colono, a Sófocles e seus heróis trágicos, especialmente Édipo, possamos ser trazidos de volta a elas.

Édipo se desfaz de seu corpo

Pareceu-me que seguir a trajetória do herói, para além de seu retorno a Tebas e da sucessão de desgraças a que foi submetido durante seu reinado, fertilizaria um outro território. Para isso, é preciso certo esforço de suspensão da genial e fundante concepção freudiana do mito e, dando ainda um passo atrás, ouvirmos a passagem historial que estava se dando nesse momento.

O *Édipo em Colono* é a última parte da trilogia tebana. Sófocles a escreve com idade avançada, já perto de morrer, e escolhe como cenário para a morte do herói sua própria cidade natal.

Acompanhando a ambientação histórica do período que Trajano Vieira⁴ nos oferece na introdução de



Em Freud,
os deuses,
os que designam
caminhos
misteriosos,
foram
incorporados
ao humano.

sua tradução do *Édipo Rei*, ampliasse o horizonte de compreensão desse produto cultural como um exercício de reflexão sobre a dimensão do humano em sua relação com os deuses ou, dito de outro modo, com aquilo que nos ultrapassa enquanto liberdade e arbítrio. O autor, ao confrontar deuses e homens – aqueles na condição de detentores do destino do caminhar humano, do tempo futuro, e esses, os caminheiros cuja imersão terrena os impede de ver a destinação – cria uma tensão no campo da sobre-determinação e do arbítrio. Ambienta assim a existência dessa peça em um ponto entre o *daímon* e a razão.

Refere-se particularmente a um helenista americano, Bernard Knox, que se destaca pela análise da linguagem da peça e de quem nos oferece o ponto de vista pouco usual de que a questão central do *Édipo Rei* não seria o parricídio nem o incesto – cometidos antes do início do drama – mas a investigação le-

vada a cabo pelo personagem com o intuito de descobrir, tanto o assassino de Laio, como posteriormente sua própria identidade.

E prosseguindo pela via da investigação e da linguagem, Vieira nos oferece a riqueza dos muitos sentidos que o texto grego contém:

“Knox observa que a reviravolta do destino do personagem ‘reflete-se na *peripetia* (reviravolta) de algumas de suas palavras características’. Édipo é ora sujeito ora objeto de verbos característicos da linguagem científica. Do mesmo modo que “examina” (*skopeîn*, 68, 291. 407, 964), “indaga” (*historeîn*, 1150), é objeto da investigação (1180-1181); se, por um lado, é quem “descobre” (*heureîn* 68, 108, 120, 440, 1050), por outro, é “o descoberto” (1026, 1108, 1213, 1397, 1421). (...) Ocorre também, no *Édipo Rei*, o emprego de um termo filosófico, o verbo *oida*, de interesse particular, pois está no centro de numerosos trocadilhos. (...) ‘Toda tragédia de Édipo está, portanto, como que contida no jogo a que o enigma do seu nome se presta’ ”.⁵

Vieira nos lembra de um sentimento importante, que não ficou tão disseminado quando se examina os jogos de linguagem criados por Sófocles: *Oidipous* deriva de *oideo* (inchar) e *pous* (pés) referência ao defeito físico do herói decorrente da trave com que Laio perfurou-lhe os tornozelos. Há uma associação freqüente do nome do herói a *oida* (saber) que sugere a sua condição ambígua de saber e ignorar: soluciona o enigma, mas não sabe a própria identidade. Essa associação foi explorada mais extensamente por Jean Pierre Vernant⁶, embora o que me pareça rico aqui é a verificação desses saberes no corpo da língua. Para ilustrar esse aspecto, Vieira destaca as observações de Knox sobre a ironia do próprio Sófocles, entrevista no sarcasmo de Édipo dirigido a Tirésias ao recordar “ que ninguém fora capaz de derrotar a Esfinge, somente ele, “Édipo, o que

nada sabe”, conforme a tradução literal da expressão grega *bo mêden eidôs Oidi-pous* (397), em que *eidôs* (particípio de *oida*: ‘o que sabe’) repercute em *Oidi-pous*. Ironia e ambigüidade estão também presentes na decifração do enigma da Esfinge. A ‘cadela cantora’ pergunta qual ser possui dois, três e quatro pés – *dípous*, *trípous*, *tetrápous*. *Oidipous* responde acertadamente “homem”, isto é, *oi-dípous* (os de dois pés).⁷

Determo-nos aqui é suficiente para notar que a associação de Édipo com caminho e saber é já bastante evidente. Não tão evidente entretanto, é o fato de Freud ter se detido nesse trecho da caminhada edípica e não ter prosseguido em direção a Colono. Os caminhos de Freud e de Édipo sobrepõem-se, em que pese o interesse pela investigação, pelo método (caminho) e pelo saber, pelo indagar, pelo revelar que traz para a dimensão humana a responsabilidade (*responder por*) pelo caminho. Diferentemente de Sófocles – que, pressionado pelo processo que sofreu seu contemporâneo Anaxágoras⁸, acabou por fazer uma opção religiosa ambientando seu personagem no conflito entre esses dois mundos – em Freud, os deuses, os que designam caminhos misteriosos, foram incorporados ao humano na versão daquilo que se oculta à razão: ganharam a dimensão do outro, do ainda não sabido e, mesmo assim, e apesar disso, já em mim. Uma espécie de contração temporal onde o futuro se incorpora ao presente, numa versão obscura.

A trajetória de Édipo, ou do saber encarnado – se pudermos chamá-lo assim – , no entanto, não se interrompe aí. Ela talvez sequer se interrompa, posto que estamos falando de um personagem imortal: não há ponto final nessa história. A trajetória do herói realiza aqui uma outra peripécia ou reviravolta. Nesse momento da caminhada edípica, inverte-se a primazia em rela-

ção ao saber. Se em seu apogeu o herói encarnava o saber, em seu desterro nem o investigar é estimulado⁹. Uma outra espécie de relação se faz necessária. Édipo caminha em direção ao mistério. Seu corpo andrajoso e cego pedia pouco. Mas não por cansaço ou falta de coragem. Suas falas são bastante vigorosas quando apela ao Corifeu para que não se deixem levar pelo pavor que seu nome evoca e atesta sua inocência (265-305). Assim

Dizer,
pois, que a
trajetória de
Édipo termina
em mistério
é o mesmo
que dizer que ela
não termina.
Morrendo,
fez-se
imortal.

como quando expressa seu desejo de vingança sobre os filhos que o baniram de Tebas (460), ou quando responde a Creonte que, inteirado da profecia oracular, quer enterrá-lo nas cercanias de Tebas para proteger-se de perigos (855). O herói, na vizinhança da morte, realiza ainda um último gesto em consonância com os deuses. Dito de outra maneira, o modo como humaniza sua morte é o seu último gesto. Édipo faz da aceitação dos desígnios

um ato de liberdade. Realiza o mais humano dos gestos: confia a Teseu, que o recebeu em terra estrangeira – também ele estrangeiro em sua casa – seu segredo. Em pagamento oferece proteção, conferida pelos deuses, à terra que abrigasse seu corpo. O que faz é um pacto de silêncio e um compromisso de, em segredo, passá-lo a algum cidadão de bem na ocasião de sua morte. Nem sequer as filhas puderam chorar a morte do pai no lugar de sua deposição, pois aí residia o mistério. Note-se que o mistério, aqui, não é um ato incompreensível. Pode ser até inaceitável, mas aquilo de que trata é da possibilidade de incorporar na dimensão humana o não-saber. O fato de não haver cripta que se tornasse lugar de adoração ou repúdio, visitação ou violação, nem autorização para ser possuído como tesouro ou relíquia por Tebas, e de sua morte ter sido feito o lugar sagrado de entrega que se faz a alguém de confiança, às escondidas, ilumina, tanto a dimensão daquilo que não se submete aos “criptógrafos”, posto que não se permite cifrar e portanto decifrar – condição do enigma – quanto a dimensão heideggeriana de verdade: a *alethéia*, ou desvelamento, furta-se a um certo modo de saber e investigar. A ela se acede pelo habitar silenciosamente sua vizinhança para que, pelas vias da linguagem, de cuja morada somos hóspedes, ela se faça ouvir.

Dizer, pois, que a trajetória de Édipo termina em mistério é o mesmo que dizer que ela não termina. Morrendo, fez-se imortal. Em termos de saber, passou de decifrador de enigmas para aquele que, desencarnando-se, encarna o mistério. Essa é a passagem em que Freud não o acompanhou.¹⁰ Incorporar a dimensão de mistério que há na caminhada, pode ter sido de Sófocles a última lição.

A pergunta pelo “aonde?”, tornada a essa altura uma questão periférica, permite ouvirmos de Knox,

ainda, uma ressonância a mais em torno dos efeitos de linguagem. Ao citar, em *Édipo Rei*, a passagem do mensageiro coríntio recém chegado a Tebas (924-6), que estava em seu encaço, “mostra que o rei é nomeado no caso genitivo: *Oidipou* (de Édipo). *Pou* e seu correlato *hopou* significam ‘onde’. (...) “Saber onde” (*oida-pou, katoisth’ hopou*) é uma interrogação formulada ironicamente a respeito de um personagem que ocupa uma posição incerta no espaço.”¹¹ Nas mãos magistrais do trágico grego, Édipo Rei já continha a condição de atopia quando se tratava do genitivo (pertencimento).

Mas, deixemos as ressonâncias de lado para voltar ao caminho.

O em trânsito, o transitório e o intransitivo

No quebra-cabeças de surgimentos e desaparecimentos há uma peça importante a ser introduzida. O personagem em questão era um caminhante. Outros personagens míticos também são. Abraão sai de sua terra natal (vai de Ur a Canaã) para criar descendência, que não era profecia oracular, mas mensagem de Deus sem intermediações. Consta que lhe foi difícil entender a significação dessa ordem, posto que muitos tinham descendência, e que muitos anos se passaram para que se pudesse compreender por que precisou sair do seu lugar de origem e o que queria dizer “ter descendência”. Estava-lhe destinada uma fundação. Moisés recebe as tábuas da lei do “Altíssimo”, o acima das leis, e também a incumbência da travessia de 40 anos no deserto e a impossibilidade de entrar na terra prometida. Cabe-lhe conduzir, mas não entrar. Jesus também sai de Nazaré. É preciso seguir as estrelas de Belém ou de outros firmamentos, *com*-siderar os oráculos. É preciso cumprir desígnios e correr o risco de só entendê-los muito de-



pois (ou nunca). É preciso (su)portar o mistério para chegar ao saber.

Ao deixar vagar minhas questões, retornando sempre um passo atrás e pensando sobre a questão das origens, me ocorreu que ao separar a luz das trevas, o que Deus primeiro cria é a diferença. O que há em comum entre todos esses fundadores – Abraão, Moisés, Freud, Édipo – que morreram no estrangeiro? Deslocaram-se. Realizaram o trajeto que vai do familiar ao estranho, do sabido ao misterioso, instalaram-se na diferença. É mister caminhar.

Derrida, convidado a falar sobre a hospitalidade e, particularmente, sobre a questão do estrangeiro, nos ambienta nesse trajeto e coloca a peça do quebra-cabeça que estava faltando, a saber: a língua. A língua na sua condição de pátria móvel. A língua como o inamovível e possibilitador de todos os trânsitos e deslocamentos. Ouçamos:

“Nós nos lembramos, de digressão em digressão: logo no começo do seminário foi preciso deslocar a questão do estrangeiro. Do nascimento à morte. Costumeiramente, define-se o estrangeiro, o cidadão estrangeiro, o estrangeiro à família ou à nação, a partir do nascimento: quer lhe seja dada ou lhe seja recusada a cidadania a partir da lei do solo ou da lei do sangue, ele é estrangeiro de nascimento. Aqui, ao contrário, é a experiência da morte e do luto, é primeiro o lugar da inumação que se torna, como dizíamos, determinante. A questão do estrangeiro concerne o que se passa por ocasião da morte e quando o viajor repousa em terra estrangeira.

As “pessoas deslocadas”, os exilados, os deportados, os expulsos, os desenraizados, os nômades têm em comum dois suspiros, duas nostalgias: seus mortos e sua língua. De uma parte, eles gostariam de voltar, pelo menos em peregrinação, aos lugares em que seus mortos inumados têm sua última morada (a última morada dos seus situa,

As
“pessoas
deslocadas”,
têm em comum
dois suspiros,
duas nostalgias:
seus mortos e
sua língua.

aqui, o *ethos*, a habitação de referência para definir o lar, a cidade ou o país onde os pais, o pai, a mãe, os avós, repousam num repouso que é o lugar da imobilidade a partir do qual se mede todas as viagens e todos os distanciamentos). De outra parte, os exilados, os deportados, os expulsos, os desenraizados, os apátridas, os nômades anômicos, os estrangeiros absolutos, continuam muitas vezes a reconhecer a língua, a língua dita materna, como sua última pátria, mesmo sua última morada”.¹²

E um pouco mais sobre a mobilidade e o lugar do intransitivo, nas palavras do autor:

“O que nomearia, de fato, a língua, a língua dita materna, aquela que carregamos conosco, aquela que nos carrega do nascimento à morte? Não parece aquele lar que não nos abandona nunca? O próprio ou a propriedade, pelo menos o *fantasma* da propriedade que, no

mais perto do nosso corpo, e nós sempre ali voltamos, daria lugar ao lugar mais inalienável, uma espécie de habitat móvel, uma roupa ou uma tenda? A tal língua maternal, não seria ela uma espécie de segunda pele que carregamos, um *chez-soi* móvel? Mas também um lar inamovível, já que ele se desloca conosco? (...) A língua resiste a todas as mobilidades *porque* ela se desloca comigo. Ela é a coisa menos inamovível, o corpo próprio mais móvel que resta em condição estável, mais portátil de todas as mobilidades.”¹³

Deparamo-nos com a unidade mínima para pensar o deslocamento e as fronteiras. A língua é a moradia portátil, portátil. Eu posso me deslocar e me destinar ao outro, ao desconhecido, e ainda assim manter-me habitando uma familiaridade molecular.¹⁴

Se nos é dada essa condição, se a abertura para a palavra é pilar da constituição humana, vai ficando nítido que a dimensão corporal, material é apenas a pátria de partida, o marco inicial de uma caminhada de destinações múltiplas que encerra em si apenas o sentido de que o corpo é nosso instrumento de transporte e não um destino ele mesmo. A condição estrangeira pode se designar por origem ou por destinação. Nós somos, por princípio, estrangeiros em nossa pátria corporal, estrangeiros de nascimento, e podemos ou não conquistar cidadania nesse território, conquistá-lo, chegar a habitá-lo propriamente. E quero crer que, talvez, habitá-lo propriamente comporte seus esforços de desaparecimento como atalhos tortuosos de uma verdade difícil de reconhecer, a de que os corpos servem para desaparecer.

Valendo-me do herói tebano, uma vez mais, ao desfazer-se de seu corpo ele se faz mito, na acepção grega do termo: *o que se diz por aí*. E o que se diz por aí não tem mais encarnação. É apenas o rumor da língua que se faz ouvir, é a perda

da fronteira material da apropriação, o atópico por excelência, a língua se fazendo ouvir acima da mortalidade humana, é a língua do tempo.

A língua do corpo

“Ao ouvir cantar Teresa, caí de amores pelo seu idioma, e após três meses embatucado, senti que tinha a história do alemão na ponta dos dedos. A escrita me saía espontânea, num ritmo que não era o meu, e foi na batata da perna de Teresa que escrevi as primeiras palavras na língua nativa. No princípio ela até gostou, ficou lisonjeada quando disse que estava escrevendo um livro nela. Depois deu para ter ciúme, deu para me recusar seu corpo, disse que eu só a procurava a fim de escrever nela, e o livro já ia pelo sétimo capítulo quando ela me abandonou. Sem ela, perdi o fio do novelo¹⁵, voltei ao prefácio, meu conhecimento da língua regrediu, pensei até em largar tudo e ir embora para Hamburgo. (...)”

Foi quando apareceu aquela que se deitou em minha cama e me ensinou a escrever de trás para diante. Zelosa dos meus escritos, só ela os sabia ler, mirando-se no espelho, e de noite apagava o que de dia fora escrito, para que eu jamais cessasse de escrever meu livro nela. E engravidou de mim, e na sua barriga o livro foi ganhando novas formas, e foram dias e noites sem pausa (...) até que eu cunhasse no limite das forças a frase final: e a mulher amada, cujo leite eu já sorvera, me fez beber da água com que havia lavado sua blusa.”¹⁶

Bravo!!

Assim se transforma a experiência na voz do poeta. O viajante estrangeiro, a língua, a carne e a imortalidade numa imagem de força colossal. Chico Buarque empastou-se a nós para que tome forma essa idéia. A mulher amada se oferece para portar a letra que o outro emite, mas que precisa de um ou-

tro corpo, estrangeiro, para que possa se apreender. Aqui se encontra o máximo e o mínimo deslocamento. É mínimo porquanto a proximidade geográfica dos corpos nos iluda dessa idéia de distância e é máximo à medida que é o movimento radical, o salto vital, abandonar-se para, correndo o risco de se perder, dar-se a chance de se encontrar num outro lugar. Encontra-se a si num corpo outro, outra língua, estrangeiridade, exílio, pouso. Não há mais volta. “Minas não há mais”, diria o outro poeta, Drummond. Seremos para sempre indigentes, na mendicância de um lugar corpóreo que nos dê abrigo e pouso. Nesse deslocamento damos passos para uma nova fundação, reproduzimos o caminho de Abraão, abandonamos o conhecido e partimos para outras pátrias, sustentados pelo mandamento – não mais de Deus, mas desse futuro contraído em sua agora obscura humanidade – para realizar os caminhos edípicos: nossas fundações.

Caminhos edípicos são os que trilhamos na busca de um lugar na trama familiar, assim como na trama das gerações. São os enfrentamentos vitais e mortíferos que travamos para aceder a um lugar matricial, inaugurador, que nos faz caminhantes mas que, ao final, nos informa da importância dos negativos: o não saber, o não caminhar, não possuir, não ser.

Dos negativos também quer dizer o eu-não-em-mim.

Não há saber ou sabor se não houver essa deposição de si. O caminho é solitário mas não se sabe sozinho: o acesso é dado pela via do amor. Assim o amor é carnal: menos embate de corpos que transporte cifrado das línguas em que estrangeiramente habitamos. Escrevemos no corpo do outro para nos vermos, para encontrarmos a nós já devidamente desembaraçados da cegueira por excesso de proximidade conosco.

Se a Sheerazade de *As mil e uma noites* contava histórias para que as mulheres do reino sobrevivessem à fúria de um sultão exterminador, na versão contemporânea ela se oferece para que aquele que conta uma história fique vivo. Uma história não se faz sozinha. É preciso um corpo que lhe dê suporte, que seja entrega, recebimento, que ensine o transporte, o enigmático, o de trás para diante, o eternamente íntimo ato da criação. A imortalidade seria, então, não o que sobrevive a corpos inertes, mas uma dimensão que, em vida, pode ser apreendida se atentarmos para o fato de que os corpos servem para desaparecer, humanamente e em segredo. ■

NOTAS

- 1 Para melhor caracterização do que no texto encontra-se apenas ligeiramente descrito, ver P. Roth, *Complexo de Portnoy*, cap.1, Rio de Janeiro, Ed. Expressão e Cultura, 1970.
- 2 Ou negociantes, que levam o troca-troca muito a sério.
- 3 Certa vez perdeu por duas vezes o avião que a levaria a um congresso internacional, por não encontrar a passagem ou o passaporte que se encontravam em seu carro, como se descobriu depois.
- 4 T. Vieira. *Édipo Rei de Sófocles*, São Paulo, Ed. Perspectiva, Fapesp, 2001, p. 17-36
- 5 T.Vieira, op. cit., p. 22-25
- 6 J. P.Vernant e P. Vidal-Naquet. *Mito e Tragédia na Grécia Antiga*, São Paulo, Duas Cidades, 1977.
- 7 T. Vieira, op. cit., p. 26.
- 8 Sabe-se que o filósofo, amigo de Sófocles e de Péricles, foi perseguido e processado em Atenas por atribuir ao *Nous* (Inteligência), e não aos deuses, “o conhecimento de todas as coisas”.
- 9 M. G. Kury. *A Trilogia Tebana*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2002, p.114. Na passagem 220, Édipo responde ao Coro que lhe indaga por sua identidade e procedência: “...não insistais em saber quem eu sou, não pergunteis, não tenteis ir mais longe!”
- 10 Pelo menos no plano das idéias, pois também para sua morte escolheu não ter cripta, mesmo pertencendo a uma tradição religiosa que não legitima a prática da cremação.
- 11 T.Vieira, op. cit., p. 27.
- 12 J. Derrida. *Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar da Hospitalidade*, São Paulo, Escuta, 2003, p. 79.
- 13 J. Derrida, op. cit., p. 81.
- 14 Uma paciente que não tinha casa e sequer se havia dado conta de que não tinha um espaço seu, me disse certa vez: eu não tenho casa, tenho casulo. Um lar portátil, como diz Derrida.
- 15 Ou da novela? De quem será essa voz?
- 16 C. Buarque. *Budapeste*, São Paulo, Companhia das Letras, 2003, p. 39-40.



O casamento mitopoiético de Ted Hughes e Sylvia Plath: *'Like a lariat'*

Purificacion Barcia Gomes

Ted Hughes e Sylvia Plath, recém-casados e vivendo em Boston, passeavam à beira do rio Charles. Detiveram-se para apreciar a paisagem: a água fluía e refluía sobre as pedras, em ondas circulares, enlaçando-as.

*You and me standing on America,
Together, silent, thinking of nothing, watching
The sliding ring of ripple
That each small, tired wave threw over the rock
"Like a lariat", you said.
The sole metaphor that ever escaped you
In easy speech, in my company -
Past the censor? Past the night hands?
Past the snare
Set in your throat by whom?*

[Eu e você, parados na América, / Juntos, calados, sem pensar em nada, vendo / O anel d'água deslizante / Que cada onda mínima, cansada, lançava sobre a pedra / "Lembra um laço", você comentou. / A única metáfora que jamais lhe escapou / Numa conversa descontraída, estando eu presente- / Passou pela censura? / Pelas mãos noturnas? Pelo laço lançado em torno do seu pescoço por quem?]

Atividade de criação literária não era para Sylvia um processo lúdico ou indolor: era uma batalha pessoal travada entre seus fantasmas e a língua, em busca da forma precisa, o efeito plástico cuidadosamente cinzelado, o ritmo e a harmonia simétrica e matematicamente ponderados. A angústia foi sua mais fiel companheira na escrita e na vida.

Embora ela tivesse começado a escrever desde muito cedo, ainda menina, com frequência punha em dúvida sua aptidão para o *métier* de escritora, passando por períodos longos de penosa inibição em sua atividade criativa. Somava em sua personalidade uma inteligência

Purificacion Barcia Gomes é psicanalista e terapeuta de casal, doutora em Ciência pela Escola Paulista de Medicina, pós-doutorado em Psicologia Clínica, Núcleo de Psicanálise da PUC-SP, professora do Instituto Sedes Sapientiae, autora de *O método terapêutico de Scheerazade (Mil e uma histórias de loucura, desejo e cura)*; organizadora de *Vínculos amorosos contemporâneos – psicodinâmica das novas estruturas familiares*.

privilegiada (a vida escolar sempre coroada por bolsas e prêmios) a uma disciplina germânica de estudo e trabalho (Aurelia, a mãe viúva, dedicada e exigente, de origem austríaca, orgulhava-se ao lembrar que removia e repunha na mesa de jantar os papéis do marido, Otto, um professor universitário alemão, rígido e detalhista, sem que ele notasse, mediante a elaboração diária de um *croquis*). Nos diários que manteve até o fim, Sylvia não escondia a ambição indiscriminada e escravizadora – por sucesso literário, social e sexual – e a autocrítica cruel e incessante que a fustigava. A resultante dessas características foi um ser humano talentoso, sensível, frágil e por vezes, amargo, com frequentes demonstrações de agressividade e oscilações pungentes de estado de espírito. Algumas frases da jovem Sylvia em seus diários mostram-na em ciclos de arrebatamento e de medo: “*Deus, que ego enorme eu tenho*”; “*Para que serve*

minha vida, e o que farei com ela? Não sei e tenho medo de não conseguir ler todos os livros que quero; ser todas as pessoas que quero e viver todas as vidas que quero.”²

O “*laço*”, a metáfora mencionada por Ted Hughes (*lariat* em inglês derivou-se do espanhol *la reata* e se refere ao laço que é atirado pelo vaqueiro para prender a rês) constituiu minha escolha de significante organizador, meu interpretante, por assim dizer, na apreensão do conjunto da obra poética, ficcional e biográfica desse tristemente notório e justamente aclamado casal de poetas de língua inglesa. A partir dele desenrola-se um novelo de significações, associações e memórias que são instigantes para quem se interessa por poesia e psicanálise, ou mais amplamente, pelo ato da criação artística em literatura. O que em especial me atraiu foi a interação e a intersecção dessas duas personalidades no casamento e na arte, a maneira como se mistu-

raram e se impregnaram na vida e na confecção artística, a primeira não podendo ser compreendida sem a segunda. Qualquer tentativa de acompanhar seus respectivos percursos artísticos e pessoais que não leve em conta sua forte união matrimonial, ficará, em meu entender, prejudicada ou amputada.

Na primeira parte deste artigo, Ted Hughes será o principal foco de atenção, pois, além de poeta laureado da língua inglesa, título honorífico raro concedido pela Coroa, tem uma obra vasta, na qual se encontram indícios e afirmações importantes para que se possa compreender a relação poético-amorosa que manteve com Sylvia por seis anos.

Ted Hughes e Sylvia Plath estudaram (ela, literatura; ele acabara o curso de antropologia e frequentava os meios literários locais) e conheceram-se em Cambridge na década de 1950. Ele era inglês, ela viera da América com uma bolsa Fullbright, para especializar-se. Dava-se, na ocasião, o auge das discussões sobre o *New Criticism* e, portanto, ambos sabiam bem da falácia crítica que consiste confundir-se o narrador ou a obra de arte com o escritor e suas vicissitudes. Curiosamente, entretanto, escolheram, em diferentes graus, fazer uso de temática autobiográfica como aporte simbólico de seus trabalhos, Sylvia, de forma mais explícita e constante, Ted, de forma mais encoberta ou mediada pelo recurso à imagética da personificação de animais (prosopopéia) e da mítica.

Para o psicanalista, toda a escrita refere-se ao eu, desde que a leitura desse discurso obedeça a critérios idênticos aos da escuta analítica, ou seja, acompanhando-se as figurações fantasmáticas de quem “sonha” (ou escreve ou associa), evitando-se fazer uma tradução paralela ou uma concretização dos modelos metapsicológicos de forma reducionista.

Claro está que a distância entre aquele que profere as palavras e o

Para o psicanalista,
toda a escrita
refere-se ao eu,
desde que a leitura
desse discurso obedeça
a critérios idênticos
aos da escuta analítica,
ou seja, acompanhando-se
as figurações
fantasmáticas
de quem “sonha”



conjunto das palavras proferidas é diferente em um livro de memórias, de intenção nitidamente autobiográfica, de uma situação em que o eu forja personagens novelescos, como em um romance ou conto. Maior ainda a rarefação descritivo-denotativa no poema. A pressão recalcante pelo encobrimento ou disfarce, ou pela denegação de aspectos psíquicos menos aceitáveis para a consciência, entretanto, faz com que, por vezes, um personagem mais afastado dos conflitos e menos sujeito às censuras, um personagem mais “neutro” ou “secundário”, por ser menos conspícuo, seja mais revelador e próximo ao eu. A questão do (im)possível assenhoreamento do sujeito de sua escrita foi discutida de sobejo pela psicanálise, e Neyraut, em particular, propõe a idéia de Pessoa, dos heterônimos, como sendo o fenômeno geral da expressão das diversas facetas psíquicas do autor na escrita, e sugere a inversão da fórmula usual:

O que sou / O que escrevo = O que lê / O que és pela fórmula:

O que escrevo / O que sou = O que lê / O que és,

a denegação aqui figurada pela barra que separa significante de significado.^{3,4}

Neste ensaio procuraremos articular textos próprios e biográficos desses dois autores – Sylvia Plath e Ted Hughes – unidos pelo amor e pela obra, sem privilegiar alguns escritos em detrimento de outros, quer sejam eles poemas, ensaios, contos, romances, histórias infantis, diários ou cartas, como um fluxo único que ora se subdivide, ora se condensa. Embora a questão da transferência seja um fator distintivo nos casos em que aplicamos o método psicanalítico a outras manifestações humanas além da situação de análise, procederemos de forma semelhante à da escuta das associações proferidas por um casal em terapia, onde, às vezes, o sonho sonhado por um deles é o

sonho de ambos, às vezes, o sonho é de um apenas, tendo o terapeuta que distinguir se o que transpira por meio do onirismo e da transferência é o desejo de simbiose ou, ao contrário, o de discriminação.^{5 6 7}

O laço que me proponho amar acompanhará a constituição poética de um casamento que começa abraçando duas pessoas, inseminando-as ao máximo de suas potencialidades criativas, o subsequente aprisionamento e sufocamento da dupla

(1957), *The Thought-Fox* (vol. IV da coletânea de poemas de animais, 1995), *Lupercal* (1960), *Wodwo* (1967), *Crow- From the Life and Songs of the Crow* (1970), *Gaudete* (1977), *Cave Birds* (1978), *Wolfwatching* (1989) e *Birthday Letters* (1998) mas também de contos, traduções, peças, histórias infantis, ensaios e crítica literária).

Em grande parte da poética o eu lírico não fala diretamente de si – apresenta-se por meio de figuras

A obra de Ted Hughes
atravessa fases distintas, em parte
decorrentes de inquietações
pessoais, em parte
de sua participação
em experimentações
das vanguardas inglesas
de sua época.

pelo atrito e mútua frustração (no caso de Sylvia Plath, conduzindo ao ápice criativo e à morte por suicídio aos 30 anos), e, finalmente, a resolução de um divórcio de almas reatado sob a forma de um matrimônio mítico com a cônjuge morta, cuja sagração é cantada postumamente por Ted Hughes.

A jornada heróica de Ted Hughes

A obra de Ted Hughes atravessa fases distintas, em parte decorrentes de inquietações pessoais, em parte de sua participação em experimentações das vanguardas inglesas de sua época. É composta principalmente de poemas (as principais coletâneas são *The Hawk in the Rain*

e estados de espírito nos quais “fala”, “vê” ou “sente” um animal. O animal, na primeira fase, é o representante da vitalidade não domesticada, da liberdade e da pulsionalidade em jorro, confrontando-se com as forças paralisantes e destrutivas da sociedade ocidental capitalista.

O eu lírico que fala no poema “The Hawk in the Rain” é fraco, em passadas pesadas se esforça por caminhar. A terra arada cheia de cadáveres das guerras européias, engole-o, decreta sua morte em vida. O falcão, em oposição, é soberbo, embora a morte real o aguarde no fim, esmagado, misturando seu sangue com a lama da *terra* (*land*, no original, por oposição a *earth*, poeira, sujeira, plantaço contaminada, artificialismos que capturam o homem).

*I drown in the drumming
ploughland, I drag up
Heel after heel from the swallow-
ing of the earth's mouth...
but the hawk
Effortlessly at height hangs his
still eye.*

(afogo-me na marcial terra arada,
pés erguendo-se pesados / a cada
passada da boca da terra esfaimada
/ ... mas o falcão / sem esforço nas
alturas o olhar sereno perdura.)

Keith Sagar, colaborador e exegeta do trabalho de Hughes, aponta para o caráter freudiano das primeiras imagens do poeta, nas quais assistimos ao embate entre instinto de vida e de morte tanto em homem como em animal, o último menos covarde e menos cindido em sua aceitação do destino trágico, que lhe é designado, não pelos deuses, mas pela biologia. O risco, aponta o crítico, é o da apologia da destrutividade embutida no triunfo selvagem: *“Ele se força e nos força a defrontar-nos com a Natureza no que ela tem de mais feio, selvagem e aparentemente sem sentido, a olhar para dentro da boca do tubarão... A estratégia não funciona, pois ele, ainda não ultrapassa a natureza decaída de nossa, tradição [cristã] e conseqüentemente não consegue forjar a visão do falcão em outros termos que não os da visão humana psicótica [deranged] – a visão de Camuto, Ricardo de Gloucester ou de Hiller.”*⁸

Sagar refere-se ao elogio da violência embutido na megalomania do falcão do poema “Hawk Roosting” (O Falcão pousado), que será admitida pelo poeta muitos anos mais tarde, preocupado com um possível incitamento à agressividade sem peias, que ele não chega a atribuir a um desejo seu recalçado, mas, uma vez mais, responsabiliza o universo religioso patriarcal: *“Eu tinha pensado em um Criador como o Jeová de Jó, porém mais feminino. Quando a Cristianidade expulsou o demônio para fora de Jó, o que realmente expulsou-se*

*foi a Natureza...e a Natureza transformou-se no demônio. Ele [o falcão] não soa como Ísis, mãe dos deuses, quem de fato é. Ele soa como o espírito familiar de Hitler.”*⁹

*My manners are tearing off
heads –
The allotment of death.
For the one path of my flight is
direct
Through the bones of the living.
No arguments assert my right:
The sun is behind me.
Nothing has changed since I
began.*

(Meus modos são arrancar cabeças
/ A partilha da morte. / Pois o traje-
to uno do meu vôo é direto / Por
entre os ossos dos vivos. / Meu di-
reito não se assenta em argumen-
tos: Tenho o sol na retaguarda. /
Nada mudou desde a largada.)

O desenvolvimento e posterior radicalização desse projeto estilísti-

Keith Sagar,
colaborador
e exegeta do
trabalho de Hughes,
aponta para o caráter
freudiano
das primeiras
imagens
do poeta.

co leva Hughes a paragens figurati-
vas onde o instinto não mais se as-
semelhará à noção de mesmo nome
da biologia, ou mesmo ao conceito
freudiano de pulsão, mas irá adqui-
rindo tintas jungianas, sabidamente
um referencial psicológico preferi-
do pelo poeta. O animal tenderá a
ser agora o representante de algo
que se avizinha do conceito de in-
consciente coletivo, mas que tam-
bém o desborda, dada sua peculia-
ridade e originalidade: o eu lírico,
em verdade, renega o “eu” psicoló-
gico, a subjetividade. O desejo do
homem de discriminar-se da natu-
reza, seu afastamento da vivência
primordial exalada por tudo que
procria, lateja, fenece, mata e mor-
re, sua busca de aprimoramento in-
dividual na direção da razão e da
civilização, enfim, todo o trajeto de
fortalecimento egóico do mundo
ocidental, são compreendidos por
Hughes como conduzindo à deca-
dência da existência contemporânea,
ao humano alienado do equilíbrio
ecológico e simbólico, fadado a não
mais comunicar-se ou compreender
as forças naturais primevas.

Faas descreve o encaminha-
mento do pensamento de Hughes
em direção a um crescente esote-
rismo e alinhamento com a poesia
hermética, tendo como ponto de
virada para uma etapa mitopoiéti-
ca o ano de 1963 (ano seguinte à
morte de Sylvia): *“É certo que a des-
coberta por Jung, em 1912, dessa
memória ancestral com traços co-
muns, tanto em pergaminhos reli-
giosos antigos quanto em dossiês
médicos de esquizofrênicos, signi-
ficou uma novidade radical na
crescente reabilitação do mito. Seu
modelo básico, entretanto, perma-
nece o do projetor de slides, no qual
a real presença do númeno mítico
(ou imagem na tela) permanece
uma ilusão... À luz de considera-
ções similares, Hughes assevera que
o mito é tanto real quanto imagi-
nário, assim como a imaginação
é, a um tempo, espiritual e concre-
tamente física.”*¹⁰



O mundo mágico-alquímico sempre presente como substrato na vida pessoal e na poética de Ted, influenciando na maneira de conduzir-se nas relações, passará a ter uma densidade e uma concretude admitidas à luz, não como escolhas próprias, mas como teorias quanto ao papel da literatura e do poeta frente às questões existenciais.

O animal totêmico do autor é a raposa. A raposa solitária, a fera feitiçeira, sinalizadora e mensageira das profundezas telúricas, animal caçado e odiado pelos homens e seus cães, produtos gregários e civilizados, desapropriados de sua real animalidade. Tanto em seus poemas como nos contos em que relata sua vida de menino, a raposa, de forma efetiva, o salva de si mesmo ou de enganos que lhe advêm de outros, por meio de sua presença real, em lembranças de infância, ou virtual, como imagem sonhada. Chegou a cuidar de um filhote, recolhido na floresta, cuja mãe fôra morta. Sem sucesso: pouco tempo depois descobriu que os cães da vizinhança o haviam destroçado.

Quando pequeno, Ted caçava coelhos e, em companhia de seu herói, o irmão Gerald, dez anos mais velho (em suas memórias, o filho mais amado da mãe). Caçar e ler Shakespeare no volume de sebo presenteado pela mãe eram os maiores prazeres concebíveis para o pequeno Ted, que não tinha muito com que se alegrar: um pai sempre calado, inerte, traumatizado pela guerra, e uma mãe que se dizia vidente, e que previa, ou intuía, as mortes de pessoas próximas por meio da aparição de um anjo, que, em sua crença, seria o representante da tia morta. Nesse contexto de assombrações e de escassez afetiva, a saída definitiva do irmão, que deixará o lar para tornar-se guarda-caças na África, e que posteriormente viverá na Austrália, é perda insubstituível para o caçula de oito anos.

A separação dos irmãos será selada por uma última caçada onde

A separação
dos irmãos
será selada
por uma última
caçada, onde Ted
enterra uma raposa
adulta encontrada
morta em
uma armadilha
ilegal.

Ted enterra uma raposa adulta encontrada morta em uma armadilha ilegal. Recusa a oferta de Gerald de cortar-lhe o rabo como prêmio, porém encontra algo mais valioso ao escavar a cova: uma miniatura de marfim de uma raposa, talismã de valor substitutivo, que o acompanhará para a vida.

A superstição e o misticismo aliados ao estoicismo britânico de uma família de interior com poucos recursos, nostálgica dos antepassados ilustres, no período triste que se segue à Segunda Guerra, constituem o trans-fundo melancólico da infância de Ted Hughes e serão a matéria fundante do mundo mental do poeta.¹¹

Alienar-se das circunstâncias à sua volta e evocar uma raposa ou um lobo, animais não-domesticáveis, nos momentos de solidão, de medo ou de tristeza, era o consolo do menino inconformado com a monotonia da escola, com a mediocridade da diversão provinciana e com os raros amigos.

No livro de contos de sua autoria, *Difficulties of a Bridegroom*, de inspiração assumidamente autobiográfica, o personagem do menino acabará por presenciar, uma vez mais, por ser esta a única diversão dominical disponível, o bobo da vila comendo ratos vivos no *pub* local. Ele é o único, entre os freqüentadores, que se apercebe e se emociona com a pungência do olhar do animal, que se cruza com o dele pouco antes de ser destroçado. Antecipando-se à brutalidade a ser cometida, o menino, minutos antes, durante o culto, refugia-se em seu devaneio salvador e recusa-se a ouvir o grandiloqüente e esvaziado sermão do pastor: “Finalmente, fechou seus olhos e começou a imaginar um lobo galopando através da floresta nevada, à luz da lua. Sem exceção, essa imagem era a primeira coisa em sua mente toda vez que ele fechava os olhos em situações de constrangimento, na escola, nas salas de espera, com visitas. O lobo se imiscuía com toda sua força através de um território vazio de tudo, exceto de árvores e de neve.”¹²

Igualmente, quando era um jovem estudante universitário, trajando o único paletó que possuía, Ted negou-se a fazer parte do *establishment*, no curso de literatura em Cambridge, desgostoso e aflito com o pedantismo e a frieza emocional dos professores e da crítica literária vigente. Sentiu dificuldade tanto em ater-se aos exigentes padrões acadêmicos de escrita dos trabalhos como em interessar-se pelos temas propostos: “É uma experiência muito destrutiva”... “Na verdade a universidade é uma prisão contra a vida nos últimos três ou quatro anos mais importantes para a nossa formação.”¹³

O jovem transgressor teve, então, um sonho onde uma raposa o fitava longamente, o que ele interpretou como um sinal para deixar o curso e procurar outro, mais conectado com seus anseios e sua vocação poética. Transferiu-se para a carreira de antropologia, que lhe

foi útil como introdução ao mundo dos rituais e costumes primitivos, que viriam a fomentar o seu segundo grande caudal de inspiração.

A raposa da imaginação poética

A temática mítica da morte e da ressurreição, das reencarnações sucessivas, além do veio prosopopeico mais conhecido, que lhe granjeou o epíteto de “poeta de animais” e cuja leitura em aparência é menos cifrada, será o cerne da obra de Hughes após a morte de Sylvia.

A raposa como a aparição sábia e astuta, que é capaz de conectar o ser humano às raízes de um passado arcaico de magia e de temíveis assombrações, atravessará onipresente toda a obra de Ted Hughes, valendo-lhe o primeiro grande êxito literário: “The Thought-Fox” (o pensamento-raposa). No poema, descreve a chegada da inspiração que lhe falhara durante a noite alongada pela página em branco e pela batida torturante do relógio. Exausto e frustrado, pensando em desistir, eis que ela lhe surge, na forma de uma aparição, transmutada em raposa, um sinal do *duende* de Lorca. Ele passa, então, a um estado de possessão. Tomado pelo espírito mitopoiético: torna-se agora passivo receptor do amor da musa: entrega-se e recebe o dom da imaginação. Dá-se o milagre da escrita automática e desenfreada. Segundo Faas, “*Esse poema, diferentemente da maioria em The Hawk in the Rain, nem é todo retórica e arrogância nem narrativa e descrição. O que ele consegue corporificar é um processo psicofisiológico de projeção imaginativa e de criação tanto produzida como albergada no subconsciente do poeta. Não reflete o processo de ensaio de emoções “recolhidas na tranqüilidade”. A orquestração sutil de padrões de programa-música-asonâncias e aliterações (“A fox nose touches twig, leaf”)[um nariz de raposa fuça ga-*

A raposa como a aparição
sábia e astuta,
que é capaz de conectar
o ser humano às raízes
de um passado arcaico
de magia e de temíveis assombrações,
atravessará onipresente
toda a obra
de Ted Hughes.

lho, fuça folba] com ritmos sintáticos (...) sugere uma incantação mágica, momento a momento, de uma figura totêmica, em vez de uma mente ruminando pensativamente sobre memórias meio esquecidas”¹⁴

*Two eyes serve a moment, that
now
And again now, and now, and
now
Sets neat prints into the snow*

(Dois olhos a serviço de um momento, que agora / E de novo agora, e agora / Imprime precisas pegadas na neve)

A raposa reaparecerá diversas vezes em sua obra, mas cabe destacar sua presença em negativo, a falha do *insight* espiritual chorada *a posteriori*, uma vivência *après coup* narrada em um dos poemas da coletânea compilada ao longo dos 25 anos que se seguiram à morte da mulher (de 1963, até sua própria

morte em 1998): as poesias autobiográficas de título *Birthday Letters*. Aqui vemos um filhote de raposa sendo oferecido para venda no metrô londrino. Vemos um Hughes apressado, assoberbado pelo peso da responsabilidade do nascimento da primeira filha do casal e angustiado por um casamento que, já então, não ia bem. O poeta se reprova por sua insensibilidade e alienação de não comprar o filhote, para, assim, salvar-se e salvá-lo. Condena-se, pois não se apercebeu a tempo da mensagem sobrenatural que naquele instante se presentificava: o animal preso, retirado de seu hábitat, aviltado, representava uma entidade mítica em risco, uma fêmea sacrificial : a raposa-Sylvia, e, com ela, a união conjugal ameaçada.

*If I had paid that pound and
turned back
To you, with that armful of fox
If I had grasped that whatever
comes with a fox*



*Is what tests a marriage and
proves it a marriage –
I would not have failed the test.
Would you have failed it?
But I failed. Our marriage had
failed.*

(Se eu tivesse entendido que a raposa e o que ela implica / É o que prova e o que aprova um casamento- / Eu não teria sido reprovado. E você? / Mas fracassei. Nosso casamento havia fracassado)

A imagética mitológica, que se encontra de forma críptica nesse poema, “Epiphany” (Epifania), e que constitui, como dissemos, o segundo grande vetor simbólico de Hughes, com o qual culmina seu *quest* poético (sua jornada, saga, ou missão) merecerá uma menção mais detalhada, pela importância na obra do poeta e em sua relação com a obra e a vida de Sylvia.

A queda do herói

O misticismo e a literatura inglesa deram-se as mãos na vida de Hughes desde tenra idade. Sua vida foi norteadada pela astrologia, pelas cartas do tarô, pela magia da *Ouija* (tábua com letras e com copo, para fazer perguntas aos espíritos), pelas sessões de espiritismo.

Seu conhecimento dos mitos ancestrais céltico-galeses da Grã-Bretanha pré-românica (sua profunda admiração pela mítica de Yeats), seu interesse pela literatura védica e budista (traduziu o *Mahabarata* e o *Livro Tibetano dos Mortos*, e chegou a encenar o último sob forma de uma peça só de sons, sem sentido literal, chamada *Orghast*, encenada sob a direção de Peter Brook), sua pesquisa relativa ao influxo simbólico do Oriente arcaico transformando-se nas sagas e no folclore europeu, como, por exemplo, nos romances de cavalaria arturianos (era ávido leitor de Jung e Fraser), o contato com as fábulas

dos esquimós e dos indígenas norte-americanos, a tradução e adaptação de tragédias gregas e de autores romanos (o *Édipo* de *Sêneca*, *Alceste* e *As Metamorfoses de Ovídio*) forneceram cenário, tema e personagens para a composição de um *corpus* que transcende o literário para desembocar em um verdadeiro caminho pessoal de formação e de superação de si – aquilo que, emprestando o termo de Faas, chamamos de *jornada (quest)*.^{15 16 17 18}

Hughes procura integrar a arte aos mitos humanos, em um todo contínuo que, transmitido inconscientemente no curso de gerações, sinalizaria, àquele que pudesse compreender, o caminho da individuação (cita o conceito de Jung, porém de maneira peculiar, como veremos). A individuação, segundo ele, processo para o qual a maioria dos homens fecharia os olhos em autocomplacência, consistiria em um estado anímico de captação dos sinais fornecidos pela natureza mística,

tanto amorosa como mortífera – sensual e selvagem a um tempo – sem medo do inevitável fusional com o espírito primevo, sem temor ao chamado do sexo e do amor e ao risco de morte.

Em sua opinião, o homem contemporâneo, apegado em demasia ao ego e às promessas da civilização, por um lado, e por outro, demasiadamente apegado ao masculino e esquecido da feminilidade pagã ancestral, em sua submissão acrítica aos valores patriarcais introduzidos pelo cristianismo, perdeu a capacidade de “compreender” o chamado do sobrenatural, acovardou-se, encerrado em suas obrigações cotidianas empobrecedoras.

Quando finalmente arrisca e busca vivências transcendentais, esse homem comum tende a perder-se na tentativa de entrega, devido à falta de treinamento místico, da ausência da iniciação em ritos e práticas incantatórias. Se presentes, estas o abrigariam e o ajudariam a entrar em

Na opinião de Ted Hughes,
o homem contemporâneo
perdeu a capacidade
de “compreender”
o chamado do sobrenatural,
acovardou-se,
encerrado em suas
obrigações cotidianas
empobrecedoras.

contato com o mundo espiritual, sem enlouquecer ou tornar-se um monstro violento e assassino.

A *visão dupla* (*double vision*) é o conceito criado por Blake para dizer da capacidade poético-religiosa de enxergar além das aparências. Para Hughes, esse conceito corresponde ao ápice da individuação, ao estado de integração do *self* sem cisões entre libido e agressividade, entre mundo material e espiritual. A *visão dupla* estaria fora do alcance de grande parte da humanidade, cega e ignorante, e seria privilégio e reserva de uns poucos iluminados: os xamãs e os poetas. O caminho da iluminação, entretanto, é tortuoso, dilacerante, e pressupõe ciclos de morte e renascimento, de dilaceramento e reconstrução, ao largo da vida.¹⁹

A representação do abandono do eu ao apelo da natureza dar-se ia pelo casamento mítico do poeta com a *Grande Deusa*. Ted se inspira na *White Goddess* de Robert Graves, que é a imagem feminina de uma lírica que se perpetua com a mesma função das religiões nas sociedades arcaicas, função perdida por ocasião do abandono da literatura trágica.²⁰

O herói mítico, nas tragédias arcaicas, recusa a Deusa, conspurca-a com sexo aviltado; ataca-a de formas mortíferas e dessacraliza-a por meio de comportamentos vis que favorecem o poder masculino, patriarcal. A Deusa mortalmente ferida retira-se às profundezas dos infernos, e volta, regenerada, metamorfoseando-se sob formas enganosas (uma velha, uma bruxa, um animal selvagem – javali, urso, raposa – ou entidades e espíritos). Assim transmutada, ela reaparecerá ao herói. Tomada de ódio pela rejeição sofrida, destruirá seu corpo, em subseqüentes ciclos de morte e ressurreição, até que ele possa compreender o sentido dessa agressão, e possa aceitar a Deusa em si, abandonando-se a ela, em um casamento ritual. Somente assim ocorrerá a

transcendência do herói. Esse seria o momento final de uma epifania, que encerraria os ciclos de aperfeiçoamento da alma, que, para Hughes, é sempre uma teofania por meio do feminino.^{21 22}

O poeta pensa ter encontrado a fórmula invariante do percurso em direção à salvação – batiza-a de “*equação mítica*” (quando os ciclos finalmente se encerram pela epifania, de “*equação trágica*”) na maior parte dos mitos arcaicos e sagas. Na modernidade a fórmula se encontra na obra de Shakespeare, xamã-poeta que sempre aludiria ao encontro da Deusa com o herói usando figuras metafóricas como disfarce, à moda de um criptograma, em seus sonetos e peças. No universo espiritual de Hughes, Shakespeare, o xamã-poeta, foi o escolhido, e se apercebeu, por meio de uma sua insanidade psíquica pessoal, em ressonância com a insanidade psíquica social daquele momento histórico, da recusa e do

vilipêndio à Deusa. Deu-se conta da alienação de seus contemporâneos aos sinais que ela lhes enviava, para apontar-lhes o engano cometido. Por meio de um desequilíbrio sexual pessoal que refletia o desatino da sociedade da época, o bardo inglês acusou os ataques desferidos contra a Deusa pelo protestantismo puritano em confronto sangrento com o catolicismo vigente na Inglaterra. Malgrado o proselitismo patriarcal da Igreja Católica, ela, naquele momento, na visão de Hughes, ainda preservava resquícios da memória e do culto à Deusa na devoção à Virgem Maria.²³

Seja através de metáforas animais, seja por meio de chaves decodificadoras míticas, fica claro que Ted Hughes não deixava diretamente à mostra seus sentimentos e anseios, mesmo nos momentos mais pungentes de sua vida.

Quando foi alvo do ódio das feministas e dos fãs de Plath, que o acusaram de ser o responsável por

O herói mítico,
nas tragédias arcaicas,
recusa a Deusa,
conspurca-a com sexo aviltado;
ataca-a de formas mortíferas
e dessacraliza-a
por meio de comportamentos
vis que favorecem
o poder masculino,
patriarcal.



A saga de Crow consiste em ciclos de destroçamento e aniquilação, seguidos de regeneração, e novo pecado e danação. O percurso de repetição e reparação não é apenas da ave mítica como paradigma do homem contemporâneo: Quando prestes a publicar essa coletânea, Ted Hughes sofre novo abalo – o suicídio da segunda mulher acompanhada da filha do casal.

seu suicídio, calou-se, e deixou de publicar. Continuou escrevendo, entretanto. Mais ao final da carreira disse, em entrevista, que sempre optara pela forma hermética com o fito deliberado de “*esconder-se*”. Certamente, a mítica que norteia seus versos não é mero exercício estilístico: é sabido que, após a morte de Sylvia, já vivendo maritalmente com a mulher por quem a abandonara, Assia Wevill, procurou expressar seus dolorosos sentimentos e seu percurso iniciático de auto-superação por meio da composição de *Crow* (corvo). Estes são poemas pseudo bíblicos, nos quais se descreve a saga de um pássaro negro nascido do pesadelo de Deus, quando Ele tenta aprimorar sua Criação. O corvo é monstruoso, dele só saem horrores; porém, também é digno de piedade, pois produto de um Deus patriarcal, que abandona seus filhos, privando-os da fusão com a Mãe-Terra, sem lhes dar nada em troca pela imaginação primitiva e pela mágia confiscadas.

A sexualidade violenta e perversa é “inventada” no paraíso por Crow, enquanto Deus, negligente, dorme. Humanos e animais estão sujeitos às forças primevas que os impelem a comportamentos vergonhosos ou impulsivos, pelos quais são em parte responsáveis (como o corvo infantil), mas também vítimas, passivas e indefesas (como Adão e Eva no poema “Childish Prank”) (travessura de criança). Os habitantes do paraíso cristão são “*monótonos, de boca aberta, com olhar tolo, inertes nas flores do Éden*”. Enquanto Deus, aborrecido, sopesa o que fará com eles, “*o problema era tão grande que fez com que Deus adormecesse*.”, o corvo se aproveitava para pregar-lhes uma peça:

*He stuffed into man the tail half
With the wounded end hanging
out.
He stuffed the head half
headfirst into woman*

*And it crept in deeper and up
To peer out through her eyes
Calling its tail-half to join up
quickly, quickly
Because O it was painful.*

*Man awoke being dragged
across the grass.
Woman awoke to see him
coming.
Neither knew what had
happened.*

*God went on sleeping.
Crow went on laughing.*

(Ele enfiou no homem a metade do rabo / Com a ponta ferida para fora. / Ele enfiou a metade da cabeça do lado de cima na mulher / E ela subiu fundo e pra cima / Para enxergar através dos olhos dela / Chamando a metade do rabo que viesse rápido, rápido / Porque, Oh, doía muito / Homem acordou sendo arrastado pela grama. / Mulher acordou e o viu gozar. / Nenhum dos dois sabia o que se passara. / Deus continuou dormindo. / Corvo continuou rindo.)

A saga de Crow consiste em ciclos de destroçamento e aniquilação, seguidos de regeneração, e novo pecado e danação. O percurso de repetição e reparação não é apenas da ave mítica como paradigma do homem contemporâneo. Quando prestes a publicar essa coletânea, Ted Hughes sofre novo abalo – o suicídio da segunda mulher acompanhada da filha do casal, Shura, em moldes exatamente iguais aos de Sylvia (pela inalação de gás, exatos seis anos após o início da união).

Ted Hughes novamente se cala. Suspende a publicação, e continua a elaboração dos poemas e da perda, confessando ao crítico e interlocutor Faas seu engano: o ciclo de aprimoramento pessoal não se completara, como quisera crer, com o trabalho de luto por Sylvia; esse novo dilaceramento representava um aviso da Deusa enraivecida. Deveria

caminhar mais, na vida e na arte. Ted Hughes publica a coletânea com uma dedicatória a Assia e a Shura somente em 1973. Sua voz se confunde com o grasnar do corvo, no poema “Crows’ nerves fail” (os nervos do corvo falham):

*He cannot be forgiven.
His prison is the earth. Clothed
in his conviction,
Trying to remember his crimes
Heavily he flies.*

(Não pode ser perdoado. / Sua prisão é a terra. / Coberto por sua convicção / Tentando lembrar os seus crimes / Ele voa pesado.)

Não obstante seu desejo de preservação da privacidade, o que o levou a escrever por enigmas e códigos, Ted Hughes admitiu ter sentido um profundo alívio quando, diagnosticado o câncer que o mataria, finalmente consentiu na publicação do volume dos poemas por meio dos quais mantivera um “diálogo” com a esposa falecida, *Birthday Letters*, sua obra de mais assumido cunho confessional. Em prefácios e ensaios críticos sobre outros autores (por exemplo, em elogiosa crítica à poetisa surrealista norte-americana Emily Dickinson e ao poeta inglês Dylan Thomas), Hughes chegou a mencionar a importância de se levar em conta a influência de fatos ocorridos na realidade do poeta para a devida apreciação de sua posterior transposição artística para o papel, tanto em relação a si mesmo, sua infância e juventude, como a episódios de sua vida com Sylvia.²⁴

Nossa hipótese é que os ciclos mitopoiéticos da vida de Ted Hughes, sua *equação mítica* pessoal, precisaram de Sylvia Plath como coadjuvante para preencher os termos da *equação trágica*, para permitir-lhe uma teofania libertadora de uma maternagem melancólica, da perda da única figura identitária masculina vitalizada (Gerald, o irmão-herói ca-

çador), da sombra de um pai frágil e de vivências de desamparo e desadaptação jamais admitidas pelo homem sensato, contido, reservado.

O poeta precisou de Sylvia para acreditar-se finalmente redimido, e, para tanto, ele via nela manifestações da Deusa. Por perceber na mulher dons excepcionais, que desbordavam o senso comum – inatingível nos vãos poéticos, incomensurável na raiva e no desespero, referia-se a ela em termos míticos: “*Sua poesia escapa à análise ordinária ao modo da clarividência e mediunidade: seus dons psíquicos, em quase qualquer momento da vida foram suficientemente fortes para que ela precisasse liberar-se deles. Em sua poesia, em outras palavras, ela tinha acesso livre e controlado às profundezas, acesso anteriormente reservado aos sacerdotes extáticos primitivos, aos xamãs e aos Homens Santos, e mais recentemente escancarado aos turistas com passaporte aos alucinógenos como o LSD.*”²⁵

Recordemos a pergunta póstuma feita por Ted a Sylvia, a respeito de sua única metáfora liberta dos cortes do censor – “*Lembra um laço*” –:

“Pelo laço lançado em seu pescoço – por quem?”

Quem é o censor que Hughes menciona no poema como: “*O constritor impossível de arrancar ou de romper*”? Talvez, em parte, ele mesmo, com a convivência dela. Sylvia ofereceu-se docilmente ao mito mortífero de sacralização engendrado pelo marido. Seu papel nesse vínculo, aceito e magistralmente desempenhado por ela, era o de ser tangida pelas forças selvagens da natureza, correndo todos os riscos inerentes. Enquanto isso, o marido, maravilhado, a observava, sem qualquer preocupação em protegê-la, como se ela fosse imortal, ou melhor, como se a morte fizesse parte de seu destino grandioso e belo – de Deusa.

Hughes vivenciava seu elo com Sylvia como um espectador que usufrui uma tragédia escrita e encenada

por um mestre. Quando o suicídio aconteceu, com conseqüências reais, ele se surpreendeu e por algum tempo pareceu reagir como um ser humano vivo e mortal. Passado algum tempo, porém, com sua magnífica imaginação poética, ressuscitou seu casamento e voltou a dialogar com Sylvia, agora realmente imortal, voltando a prendê-la no “*laço*”.

Na parte II deste artigo discutiremos a personalidade e a poética de Sylvia Plath e procuraremos pôr em evidência a dinâmica subjacente ao seu vínculo com Ted Hughes. ■

NOTAS

1. Ted Hughes. *Cartas de aniversário*, São Paulo, Record, 1999, Bilingüe, trad. Paulo Henriques Brito, p. 170,171.
2. Karen V. Kukil (ed.). *Os diários de Sylvia Plath – 1950 – 1962*, São Paulo, Globo, 2003, trad. Celso Nogueira.
3. Michel Neyraut. “De L’Autobiographie” in *L’Autobiographie – VI es. Rencontres Psychanalytiques d’Aix-en-Provence* 1987, p. 24, 25.
4. Jean-Bertrand Pontalis. “Derniers, Premiers Mots” in *L’Autobiographie – VI es. Rencontres Psychanalytiques d’Aix-en-Provence* 1987, p. 49-66.
5. sobre o manejo da transferência na psicoterapia de casais, cf. o clássico de Henry V. Dicks. *Tensiones Matrimoniales*.
6. Sobre o processo de identificação e contra-identificação projetiva em casais, cf. Judith Sigal, *Repairing Intimacy – An Object Relations Approach*.
7. Sobre terapia de casal com enfoque psicanalítico intersubjetivo, cf. Marion Solomon e Judith Siegel em *Countertransference in couples Therapy*.
8. Keith Sagar. *The Laughter of Foxes – A Study of Ted Hughes*. Liverpool, Liverpool University Press, 2000, p. 115,116. Parênteses e colchetes da autora.
9. Sagar. op. cit., p. 116.
10. Ekbert Faas. *Ted Hughes: The unaccommodated universe*. Santa Barbara, Black Sparrow Press, 1980, p. 47-50.
11. Diane Middlebrook. *Her Husband – Hughes and Plath – A Marriage*, Estados Unidos, Viking Penguin, 2003. A autora fornece dados biográficos detalhados e comentados sobre a vida de Hughes.
12. Ted Hughes. *Difficulties of a Bridegroom*, London, Faber & Faber, p. 22, 23.
13. Faas, op. cit., p. 56.
14. Faas, op.cit., p. 60.
15. Faas, op. cit., p. 71-82, 171.
16. *Seneca’s Oedipus*. London, Faber & Faber, 1969 (adapted by Ted Hughes).
17. Sarah Annes Brown. *The Metamorphosis of Ovid – From Chaucer to Ted Hughes*, London, Duckworth, 1999.
18. *Alcestis* (adapted by Ted Hughes)
19. Northrop Frye. *The Double Vision – Language and Meaning in Religion*, Toronto, University of Toronto Press, 1991.
20. Middlebrook, op. cit., p. 30-35.
21. Sagar, op. cit., p. 1-36.
22. Faas, op. cit., p. 23-47.
23. Ted Hughes. *Shakespeare and the Goddess of Complete Being*. London, Faber & Faber, 1992.
24. Faas, op. cit., p. 183-185.
25. Faas, op. cit., p.181.



O casamento mitopoiético de Ted Hughes e Sylvia Plath (II): O sacrifício da Deusa

Purificacion Barcia Gomes

Sylvia Plath, em entrevista à BBC, disse considerar admissível e legítimo que um poeta use a própria biografia como fonte de inspiração, desde que essa seja elaborada metaforicamente.

Quando comparamos o romance *The Bell Jar* (A Campânula de Vidro) às anotações em seus diários, relativas ao mesmo período de vida, vemos que há quase total correspondência entre as vivências de desespero, desolamento e melancolia da personagem Esther Greenwood e as da jovem Sylvia. Ambas, criador e criatura, optam pelo suicídio por *overdose* de medicamentos, vencidas pelos sentimentos de fracasso e isolamento: “*To the person in the bell jar, blank and stopped as a dead baby, the world itself is the bad dream.*” (para a pessoa na campânula, vazia e imobilizada como um bebê morto, o próprio mundo é o pesadelo).

Aos 20 anos de idade, Sylvia voltava para casa após uma estada em Nova York como estagiária de uma revista feminina de moda e variedades. Fora finalista em um concurso nacional para jovens estudantes desejosas de uma experiência em redação jornalística. Ao chegar

a Boston, recebida pela mãe e pelo irmão, deparou-se com a notícia, improvável dado seu histórico escolar, de que não fôra selecionada para um curso de verão de escrita criativa, em Harvard. Associada à experiência novaiorquina, na qual sentira-se pouco segura como mulher e jornalista, a recusa tornou-se insuportável.

Para uma aluna *straight A*, com uma auto-exigência desmedida, sem experiência prévia de fracasso acadêmico, a rejeição inesperada precipitou o colapso narcísico. A partir desse incidente Sylvia passou a entreter pensamentos suicidas, meticulosamente registrados em seus diários, que de 1950 a 1963, ano de morte, foram seus confidentes. Hughes só tomou conhecimento de seu conteúdo após o falecimento da esposa; permitiu a publicação dos escritos, com exceção do último bloco,

Purificacion Barcia Gomes é psicanalista e terapeuta de casal, e professora do Instituto Sedes Sapientiae.

que disse ter destruído para preservar os filhos do casal.¹

A medicação psiquiátrica, inespecífica naquela época, seguida de uma torturante e ineficaz bateria de eletrochoques e, acima de tudo, a ausência de um interlocutor sensível, precipitaram o *acting-out* suicida. Sylvia foi encontrada desacordada no porão da casa, vários dias depois da ingestão dos comprimidos, com um ferimento na têmpora, que lhe valeu uma cicatriz, ocultada por uma onda de cabelo: “... *your Veronica Lake bang*” (sua franja em onda à moda de Veronica Lake), na lembrança carinhosa de Ted Hughes do encontro em que ela lhe revelou o motivo da cicatriz. Não queria ser encontrada: a nota lacônica deixada à mãe dizia que passaria a noite com uma amiga.

A jovem estudante foi internada em um hospital psiquiátrico público, e depois, graças ao auxílio financeiro de Olive Prouty, uma escritora de novelas românticas, que

já havia sofrido um episódio de depressão, foi transferida para outro, mais moderno, onde conheceu a psicanalista Ruth Beuscher. Por meio do auxílio dessa profissional Sylvia pôde, repetidas vezes (por ocasião dessa primeira internação, e depois de casada com Ted Hughes, quando regressou com ele da Inglaterra e ambos lecionaram em Boston) elaborar angústias prementes, que a levavam a crises temporárias de depressão e irritabilidade.

Os temas mais recorrentes nos diários, à época da faculdade, foram: o conflito entre atender a expectativa social da preservação da virgindade *versus* seu desejo sexual intenso e a questão de sua ambição de se tornar uma escritora de sucesso. As fantasias de êxito na carreira eram invariavelmente acompanhadas pelo terror ao fracasso decorrente, ou da insuficiência de seu talento, ou pela sua exaustão nas obrigações matrimoniais, com o lar e os filhos.

A jovem estudante gastava horas fazendo conjecturas de como seria o marido ideal, e, ao ler as anotações nos diários, em retrospecto, não podemos deixar de louvar-lhe a premonição: “...não tenho estômago para a flacidez e as carnes moles do homem efeminado”; “decidi que não posso me casar com um escritor ou artista... percebo quanto o conflito de egos pode ser perigoso – sobretudo se a esposa concentrar todos os êxitos; “deixei de ser a idealista fanática, capaz de passar o resto da vida comendo feijão em um conjunto habitacional: gosto de teatro, livros, concertos, pintura, viagens – tudo isso custa mais do que sonhos intangíveis podem comprar”; “para ele eu adoraria fazer, creio, as tarefas domésticas e comida, de acordo com seu paladar – enquanto continuaria a servir de impulso vital – estimulante e nutritiva tanto física quanto mentalmente.”²

No romance *The Bell Jar*, por meio de sua personagem e alter-ego Esther Greenwood (sobrenome próximo ao da avó materna; a escolha de “madeira verde”, que verga, não é casual), podemos apreciar a sensibilidade da psicanalista que a ajudou a recuperar-se, aqui chamada de Dra. Nolan. Ela é comparada a outros terapeutas e psiquiatras, mais convencionais e de menor ressonância afetiva, certamente observados em ação no dia-a-dia da clínica psiquiátrica: “*A Dra. Quinn tinha uma qualidade abstrata que agradava a Joan, mas que em mim produzia calafrios polares. Joan não parava de conversar sobre Egos e Ids, e eu focalizei o pensamento em outra coisa, no pacote marrom, desembrulhado, na minha gaveta de baixo. Eu nunca falava de Egos e Ids com a Dra. Nolan. Eu não sabia exatamente sobre o quê eu conversava com a Dra. Nolan.*” O pacote a que Esther se refere contém um dispositivo de contracepção – com a ajuda da analista ela vencera inibições, e agora, se arriscaria a iniciar uma vida sexual.³

No romance
The Bell Jar,
por meio de sua personagem
e alter-ego Esther Greenwood,
podemos apreciar
a sensibilidade da psicanalista
que a ajudou a recuperar-se,
aqui chamada
de Dra. Nolan.



A relação complicada de Sylvia Plath com a figura materna tem sido muito discutida e apontada como um dos fatores predisponentes da depressão da poeta. Aurelia Plath, de origem austríaca, após a morte do marido fez-se uma mulher inteiramente dedicada aos filhos, (Sylvia tinha então apenas oito anos). Apesar da escassez de recursos, em parte resultado da imprevidência de Otto, imigrante alemão que se tornou professor universitário e especialista em abelhas, Aurelia conseguiu educar os filhos nas escolas da elite norte-americana graças ao dinheiro suado das aulas de taquigrafia e à disciplina que lhes impunha. Sylvia e o irmão, Warren, tornaram-se excelentes alunos, agraciados com bolsas e distinções. O pai não aparece como modelo identitário: não era mencionado; até se casar a filha jamais visitara seu túmulo.

“Mãe-Lua: pálida e reprovadora”

A onipresença da mãe na vida de Sylvia é sentida nos diários, nas cartas (*Letters Home*) que a filha lhe enviou, nas intromissões, supressões e comentários de Aurelia em sua edição das cartas, na impaciência educada de Ted Hughes quando se dirige a ela, na correspondência que trocaram, em sua inoportuna presença durante parte da lua-de-mel do casal na Europa, e em sua tentativa, frustrada, de adoção dos netos, por ocasião da morte da filha.^{4,5}

Em Sylvia, o contato com a riqueza, com a arrogância disfarçada e com os preconceitos sexuais e de classe das colegas de faculdade provocava sentimentos de inferioridade, de inadequação social e uma inveja amarga e despeitada. Para compensar esses sentimentos, a jovem tecia planos e estratégias de inserção social, os quais se realizariam por meio de um “bom” casamento e de respeitabilidade na profissão.

Nos diários, entretanto,
a representação materna
que se desenha
é menos polarizada.
Ora benevolente,
ora odiosa,
é uma mãe que não consegue
entrar em contato profundo
com o desejo da filha,
embora se esforce por ajudá-la.

Em *The Bell Jar*, a personagem da mãe da jovem suicida é odiada pela filha pelo seu conservadorismo e pelo seu medo da discrepância e da vergonha social. Suas visitas ao hospital são sentidas como indesejáveis, não aportando nenhum consolo ou alegria à paciente: “*O rosto de minha mãe me veio à mente, uma lua pálida, reprovadora, em sua última e primeira, visita ao sanatório, desde meu 20º aniversário. Uma filha internada em um sanatório! Eu tinha feito isso com ela.*”⁶

Nos diários, entretanto, a representação materna que se desenha é menos polarizada. Ora benevolente, ora odiosa, é uma mãe que não consegue entrar em contato profundo com o desejo da filha, embora se esforce por ajudá-la. Mostra-se o tempo todo preocupada e torcendo para que as conseqüências deploráveis do incidente do suicídio sejam logo apagadas e não comprometam seu futuro e sua imagem.

Não procura compreender a dor da jovem, apenas aplacá-la.

Mais tarde, quanto à escolha profissional, que tanta preocupação custou a Sylvia, tampouco consegue, de forma genuína, apoiá-la em sua tentativa de ser escritora, explicitando sua preferência por uma carreira mais segura e convencional, como a de professora. Sylvia ressentia-se e confundia-se com a crítica materna: “*Li ‘Luto e Melancolia’, de Freud, esta manhã... Uma descrição quase exata de meus sentimentos e motivos para o suicídio: um impulso assassino transferido de minha mãe para mim mesma: a metáfora do ‘vampiro’, usada por Freud, ‘sugando o ego’: é exatamente o que sinto que me bloqueia a escrita: o espectro de minha mãe... E a odeio, porque não escrever cai como uma luva para ela, mostra que tem razão, que eu sou irresponsável por ter abandonado a carreira de professora ou qualquer emprego seguro... Meu medo da rejeição*

*está ligado ao medo de que isso signifique ser rejeitada por ela, por fracassar: talvez por isso esse medo seja tão terrível.”*⁷

Nas cartas de *Letters Home* dirigidas a Aurelia, desde os tempos de faculdade e até mesmo nos dias que precederam sua morte, na segunda tentativa de suicídio, aos 30 anos de idade, e recém-separada, Sylvia demonstra uma preocupação excessiva com o bem-estar e a saúde da mãe, ou, inversamente, aparenta uma alegria esfuziante e um exagerado otimismo. Essas demonstrações amorosas exacerbadas sugerem, à leitura do analista treinado, culpas persecutórias seguidas de tentativas de reparação. Quando volta às aulas, depois da internação, escreve-lhe, em tom culpado: “Seja boa com você mesma, querida mãe, e saiba o quanto anseio por vê-la bem e feliz quando voltar para casa no Dia de Ação de Graças – espero que este ano tenhamos todos nós um Dia de Ação de Graças sem nuvens!”⁸

Em outra carta, recém refeita da depressão e referindo-se a um jovem vizinho que, como ela, tentara o suicídio, Sylvia revela-se extremamente sensível quanto à vulnerabilidade do suicida e exorta a mãe a ter delicadeza no trato com o rapaz: *“Diga-lhe para ser ameno consigo próprio; mostre-lhe que as pessoas irão respeitá-lo e amá-lo sem jamais lhe perguntar que notas ele obteve... Não tente ser exageradamente otimista, pois isso apenas fará com que ele perca a confiança em você... Concorde com ele sobre o problema, mesmo que seja negro. Comece do fundo... se ele não estiver fracassando, já é bom... Diga-lhe... que eu pensei... que em meu caso não havia esperança... Eu penso que os psiquiatras estão, em geral, ocupados demais para devotar-se devidamente a casos como esses; raramente encontram tempo para se aprofundar nas questões da relação com pai e mãe, quando, um pouco de bom-senso, sólido aconselhamento sobre questões*

*práticas e simples intuição humana poderiam conseguir o mesmo tanto.”*⁹

Quando se refere a si própria, porém, o suicídio se torna um destino inexorável ou um tema lírico a ser explorado e debatido em discussões intelectualizadas com outros poetas, como Anne Sexton e Robert Lowell, que haviam passado por experiência semelhante. A partir dos encontros e conversas que teve com eles, em 1959, em uma oficina de escrita, Sylvia deixou de se sentir envergonhada e constrangida pelo ato cometido e passou a considerá-lo uma experiência rica e transformadora, não obstante admitir-lhe uma característica comum à da drogadição, ou seja, ser ato impulsivo e incontrolável.

O *glamour* do suicídio em certos meios artísticos da época era explícito: após ter notícia da morte da amiga, e, claro, do subsequente estrondo de vendas de seus livros (até hoje insuperado por qualquer outro

autor de poesia), Anne Sexton chegou a comentar, desgostosa, que Sylvia lhe roubara a idéia e se antecipara à forma de morte por ela planejada: *“Essa morte era minha!”*¹⁰

Em “Lady Lazarus”, seu mais conhecido poema, escrito no ano que precedeu sua morte, nota-se uma exibição sarcástica, na qual o eu lírico se vangloria por destroçar-se e por recuperar-se com proficiência, a cada dez anos. O episódio da morte é um espetáculo ao qual acorrem, curiosos, os “comedores de amendoim” (*The peanut-crunching crowd / Shoves in to see*). As imagens de morte evocam o terror aniquilatório de um campo de concentração nazista, como a barra de sabão, a aliança de casamento, a obturação de ouro (*A cake of soap, / A wedding ring, / A gold filling*) e a redução do corpo a cinzas, que se movem e se atizam (*ash, ash-you poke and stir*). O poema se encerra com uma morte seguida de renascimento; o sujeito do discurso

As imagens de morte
evocam o terror
aniquilatório de um campo
de concentração nazista,
como a barra de sabão,
a aliança de casamento,
a obturação de ouro
e a redução do corpo a cinzas,
que se movem
e se atizam.



O tema
do desmembramento
e da dissolução,
seguido da posterior
e precária reunificação
e soldagem das partes
é onipresente
na poética
de Sylvia Plath.

é, no final, uma fênix rediviva, uma figura mítica que retorna vingativa. Lembremos que dez anos foi o exato tempo que decorreu entre a primeira tentativa de suicídio e sua morte:

*I have done it again
One year in every ten
I manage it.*

*...And I a smiling woman.
I am only thirty.
And like the cat I have nine
times to die.*

*...Dying
Is an art, like everything else.
I do it exceptionally well.*

*I do it so it feels like hell.
I do it so it feels real.
I guess you could say I've a call.*

*...Out of the ash
I rise with my red hair
And I eat men like air.¹¹*

(Voltei a fazê-lo. / Uma vez em cada dez anos / Lá consigo- / Mas eu sou uma mulher otimista. / Tenho apenas trinta anos. / E como os gatos tenho sete vidas para viver. / Morrer / É uma arte, como outra coisa qualquer. / E eu a executo, excepcionalmente bem. / Executo-a de forma a parecer-se com o inferno. / Executo-a de forma a parecer real. / Acho que se podia dizer que tenho um dom. / Renasço das cinzas / Com o meu cabelo fulvo / E devoro homens como faço ao ar).

O tema do desmembramento e da dissolução, seguido da posterior e precária reunificação e soldagem das partes é onipresente na poética de Sylvia Plath, transmitindo ao leitor um percurso que vai do sofrimento até o esvaziamento do *self*, em suas repetitivas e fracassadas tentativas de reparação. No poema "The Stones" (as pedras), visitamos uma cidade fantasmagórica onde homens são desmantelados e re-

construídos como em uma descar-nada linha de montagem, a qual faz referência aos horrores dos hospitais psiquiátricos onde esteve internada, aos eletrochoques (centelhas e luzes azuis são imagem frequente) e ao estranhamento corporal e anímico do *self* remendado, mantido vivo por tubos, já em estado de semi-putrefação, onde líquens brotam e são removidos por esponjas – "The food tubes embrace me. Sponges lick my lichens away":

*This is the city where men are
mended.
I lie on a great anvil.
The flat blue sky circle*

*Flew off like the hat of a doll
When I fell out of the light. I
entered
The stomach of indifference, the
wordless cupboard.¹²*

(Esta é a cidade onde se consertam homens / Estou recostada sobre uma grande bigorna / O círculo plano e azul do céu / Voou para longe como um chapéu de boneca / Quando tombei na treva. / Eu penetrei o estômago da indiferença, o armário sem palavras.)

Nos escritos de Sylvia Plath, como ilustrado acima, pelas diferentes e contraditórias alusões à mãe, nota-se que ocorre um padrão tripartite de compartimentalização das emoções: o ódio, a paixão, a irritabilidade e a crítica acerba sobre si ou sobre pessoas próximas são reservados aos diários; o mesmo material é edulcorado e aplainado na correspondência (principalmente a endereçada à mãe); finalmente, nos poemas ou na ficção, as emoções aparecem poeticamente transformadas em um discurso que tem características grandiosas e épicas. Bonomia e êxtase nas cartas, catarse, nos diários, e, metáfora, nos poemas, essa é a seqüência de elaboração narrativa habitual, no que tangge principalmente as figuras materna



TEXTOS

e paterna e as experiências afetivas importantes com Ted Hughes, mas inclui outros personagens e relações, como amigos e vizinhos e viagens. Só para citar as últimas, a famosa viagem de lua-de-mel em Benidorm, na Espanha, é apresentada em versões que variam do idílio ao horror.

Alguns analistas e exegetas da obra da poeta quiseram ver nesses movimentos expressivos, tão divergentes entre si, indícios da existência de sérias cisões de ego, que apontariam para uma personalidade de tipo psicótico. Outros acreditam que uma visão psicopatológica seria flagrante reducionismo, que desconsideraria a genialidade da transformação poética.

Em *A Poética do Suicídio em Sylvia Plath*, a autora Ana Cecília Carvalho comenta sobre essa transposição e mutação constante do lugar e da verdade do sujeito do discurso, mostrando que o que está implícito nas formas diversas de es-

crita de Plath é o caráter ficcional do eu, mesmo quando este é aparentemente descritivo e autobiográfico, como nas cartas e nos diários.¹³

Tendo a pensar que Sylvia Plath manipula diários e cartas como preâmbulos, isto é, como um exercício literário, prévio e consciente, de observar-se a si mesma sentindo, a partir de vértices lingüísticos e psicológicos distintos, até que sua escrita possa finalmente culminar na expressão de máxima concentração sensorial, que constitui o poema. Tudo se passaria como se Sylvia fosse um pintor de cenas da natureza, que escolhe uma paisagem e procura reproduzi-la em diferentes momentos de iluminação e em diferentes estações, para somente então recriá-la de modo fantasioso e pessoal. O que, de forma alguma, implicaria tomar como mais real uma ou outra cena.

Assim, a poeta seleciona, com intenção lírica, episódios de sua vida emocional, para debruçar-se sobre

eles. A paisagem poética de Sylvia Plath é seu próprio mundo representacional. Ela se toma como tema: a vida a serviço da poética, sendo esta soberana e essencial.

Diferentemente de Ted Hughes, que procurava codificar as vivências pessoais usando símbolos arcaicos ou naturais, procurando inserir essas vivências em equações universais míticas, a poeta cria e desenvolve personagens, acredita neles e interage com eles, até o momento em que passam a povoar seu mundo interno, assombrando-o desde seu interior.

Penso que esse processo culminou em uma inversão catastrófica, na qual ela passa à condição de personagem, cindindo-se, e, no extremo, morrendo, de fato, em holocausto à própria obra. Os momentos de acelerada criatividade dão-se quando os personagens urdidos por Sylvia agigantam-se em importância, até ocupar todo o espaço representacional, sufocando-a. É na precisa captação desses momentos-limite, com sua materialidade e sensorialidade jamais intelectualizadas, apenas explodidas ao nosso olhar, que reside a genialidade da poeta. Este processo foi se incrementando e ganhando velocidade nos três meses subseqüentes ao abandono de Hughes, e que precederam sua morte, quando sua escrita, antes metódica e pouco espontânea, passou a jorrar, incessante e hemorrágica.

“A cinco léguas de profundidade jaz vosso pai”

Exemplificando o que afirmei acima, a indiscriminação entre *self* e personagem, quando o espaço interno é invadido por este, devo citar a criação e o desenvolvimento do importante personagem “pai”, que começa como uma ausência a ser recuperada, passa a ser uma ausência, ou culposa e odiosa, ou desejada como único consolo, para, finalmente, mutar-se em presença

A poeta seleciona,
com intenção lírica,
episódios de sua vida emocional,
para debruçar-se sobre eles.

A paisagem poética
de Sylvia Plath
é seu próprio mundo
representacional.

Ela se toma como tema:
a vida a serviço da poética,
sendo esta soberana e essencial.



mortífera, que chamando a filha para o mar da morte.

A figura paterna transforma-se em um deus mítico submerso, à semelhança do personagem cantado pelo espírito do ar, Ariel, na peça *A Tempestade*, de Shakespeare, de onde Sylvia retira o título do poema: “Full Fathom Five” (a cinco léguas de profundidade). Vale a pena citar alguns versos do poema para compreendermos a emoção forte provocada por esta peça na adolescente Sylvia, que, repetidas vezes depois, a usou como fonte de inspiração:

*Full fathom five thy father lies;
Of his bones are coral made;
Those are pearls that were his
eyes:
Nothing of him that doth fade,
But doth suffer a sea-change
Into something rich and
strange.”*

(A cinco léguas de profundidade jaz vosso pai / De seus ossos são os corais / Aquelas pérolas, seus olhos / O que dele se esvanece / Transformado pelo mar aparece / Em rica e estranha beleza).

Como no poema de Shakespeare, em “Full Fathom Five” o pai desaparecido, no mar é ressuscitado de forma mágica. A filha, em adoração, anseia morrer para encontrá-lo:

*Your shelled bed I remember.
Father, this thick air is
murderous.
I would rather breathe water.*

(Do teu leito de conchas me recordo. / Pai, este ar denso é mortífero. / Prefiro respirar água).^{14,15}

O “pai” personagem pode transmutar-se em herói trágico como o Agamenon de “Electra on Azalea Path” – a alameda de azaléas era o nome do caminho que levava ao túmulo de seu pai, no cemitério Winthrop, aonde a mãe jamais a trouxe-

A defesa simbiótica,
o casal unido pela arte,
funcionara algum tempo,
mas começara a falhar,
com o aumento
da responsabilidade doméstica,
que a subtraía do trabalho,
e a fama crescente de Ted Hughes,
que se ausentava
mais e mais.

ra para homenagear o pai morto, e, aonde, de forma significativa, ela vai pela primeira vez com Ted. O poema se endereça ao pai, pedindo-lhe perdão, em clara inversão da raiva e do desejo de verificar se realmente ele estava enterrado naquele local, os quais aparecem nos diários: “*I felt cheated*” (senti-me ludibriada):

*O pardon the one who knocks
for pardon at
Your gate, father – your hound-
bitch, daughter, friend.
It was my love that did us both
to death.*

(Oh! Perdoa aquela que bate por perdão / a tua porta, pai – tua cadela, filha, amiga. / Meu amor levou-nos à morte, a ambos).¹⁶

Plath vai compondo uma figura paterna poética que é um precipitado de carências e frustrações femininas, em um mundo de prevalência dos valores e vantagens

masculinas. A esse mundo, começava a opor-se o movimento feminista. Como poeta, abriu mão da primazia e do destaque intelectual, para que Ted Hughes o fizesse, e durante anos aceitara sua ajuda e crítica, por acreditar que sua experiência em poesia fosse superior à dela. A defesa simbiótica, o casal unido pela arte, funcionara algum tempo, mas começara a falhar, com o aumento da responsabilidade doméstica, que a subtraía do trabalho, e a fama crescente de Ted Hughes, que se ausentava mais e mais.

Ela passou então a questionar seu papel diante do poder masculino, criando imagens em que se aglutinam pai, marido, patriarcalismo, machismo e violência. Surge, a partir desses sentimentos de ressentimento, uma figura mítica paterna, que se expressa tanto sob a forma de uma estátua gigantesca quebrada, que lhe suga as energias (o título do poema “Colossus” foi tomado da estátua onde os gregos prantea-

vam os mortos sem sepultura), quanto sob a figura nazista, militar e desprezível do poema “Daddy”, escrito no dia seguinte à partida do marido de casa, após sete anos de casamento.

A força desse poema reside em sua violência imagética associada à rima e ao ritmo de cantiga infantil ou popular:^{17,18,19}

*...I have always been scared of
you
With your Luftwaffe, your
gobbledygoo.
And your neat moustache
And your Aryan eye, bright blue.
Panzer man, panzer man, O
You –*

*...If I've killed one man, I've
killed two-
The vampire who said he was
you
And drank my blood for a year,
Seven years, if you want to
know.
Daddy, you can lie back now.*

(Sempre tive medo de ti, / com a tua
lenga-lenga. / O teu bigode aparado
/ E o teu olhar ariano, bem azul. /
Homem-panzer, homem-panzer, Ó
Tu- / Se já matei um homem, tam-
bém posso matar dois- / O vampiro
que disse que éras tu / E que bebeu
meu sangue durante um ano, / Sete
anos, se queres saber. / Paizinho,
agora podes voltar a deitar-te.

Nesses três meses anteriores ao
suicídio, por envenenamento de
gás, vivências de desintegração e de
aniquilamento foram o tema quase
exclusivo de elaboração poética, tra-
balhado de forma pouco encoberta
e com crueza impactante, o que
confere à obra um caráter de mo-
dernidade temática e lingüística.
Podemos pensar que Plath, nessa
maneira de descarnar os versos de
sentidos óbvios e as palavras, de sig-
nificados usuais, chegando ao corpo
como significante-limite, foi precur-
sora da *body-art*, do corpo-instalação.
As experiências formais introduzidas

De uma jovem
preocupada com a aceitação social
e envergonhada de seu ato
suicida à mulher
que considerava o tema
da própria morte
como matéria-prima
para sua produção artística,
muito mudou
em Sylvia Plath.

em sua poética para fazer face à ne-
cessidade de veicular essas experiên-
cias de desintegração egóica e o
abandono do *self* primitivo ao ocea-
no sem palavras da morte constituí-
ram uma quebra conceitual e uma
novidade na poesia do século XX.
Sobre o enxugamento simbólico dos
significantes em direção a um cres-
cente vazio de sentido, culminando
com uma segunda tentativa de sui-
cídio, agora realizado, e acompa-
nhado de poemas de uma sonori-
dade inquietante e intraduzível,
leia-se o belo trabalho *A Poética do
Suicídio em Sylvia Plath*, obra de re-
ferência em língua portuguesa.²⁰

De uma jovem preocupada
com a aceitação social e envergo-
nhada de seu ato suicida à mulher
que considerava o tema da própria
morte como matéria-prima para sua
produção artística, muito mudou em
Sylvia Plath: muitas metamorfoses
foram necessárias para que sua vida
e obra culminassem nesse formato
de tragédia. Ted Hughes exerceu

grande influência nesse percurso:
ressignificou os momentos de an-
gústia da companheira, oferecendo-
lhe temas, imagens e compreensibi-
lidade, em um quadro de referência
espiritual e transcendental, no qual
a existência se desenrola em um
tempo cíclico, onde a morte é ape-
nas um estágio de aprimoramento
no contínuo de transformações, di-
laceramentos e renascimentos do
self, rumo à teofania final.

Sylvia anunciou o início dessa
metamorfose, a aceitação da identi-
dade da Deusa, na coletânea *Cros-
sing the Water* (que precede *Ariel*,
sua derradeira obra). No poema
“Maenad” (bacante, mênade, sacer-
dotisa em delírio), vemos a muta-
ção a se dar:

*Once I was ordinary:
Sat by my father's bean tree
Eating the fingers of wisdom.
The birds made milk ... Mother,
keep out of my barnyard,
I am becoming another.*



(Já fui normal, umavez: / Sentava-me ao pé da faveira de meu pai / comendo os dedos da sabedoria / Os pássaros davam leite... / Mãe, afasta-te do meu terreiro / Estou me transformando em outra.).²¹

“Ted e Sylvia: O casamento além da morte”

A partir de seu casamento com Ted, a figura masculina começa a ser revalorizada por Sylvia, não apenas como fora até então, uma repetida necessidade de validação pessoal e de adequação social, supostamente obtida por meio do amor de um homem (tema ubíquo em seus diários), mas agora como tentativa reparatória narcísica, com reais chances de sucesso.

Ao optar por Ted Hughes, ela teve de abrir mão de valores materialistas de sua primeira juventude, como dinheiro, inserção social, conforto, e, o mais importante, de valores afetivos, como a aprovação da figura materna e de seus substitutos (Ruth Beuscher, a psicanalista, Olive Prouty, a benfeitora, e, Mary Ellen Chase, a supervisora da faculdade). As três mulheres, devotadas a Sylvia, e preocupadas com os sinais de doença e de exaustão, em diferentes momentos insinuaram dúvidas quanto ao acerto de sua escolha de marido, e, no final de sua vida, insistiram com ela para que o deixasse, antes de sucumbir à tristeza.

Em *Birthday Letters*, Hughes lhes reserva acerbas e magoadas palavras, e se refere a essas mulheres como bruxas, cuja influência negativa teria pesado sobre o desfecho trágico da vida de Sylvia, dessa maneira defendendo-se pelo ataque.²²

A personalidade transgressiva, ensimesmada, fanática na sua missão artística, e o físico descuidado, no asseio e no vestir – o caráter pouco convencional do poeta, em suma, impusera à frágil Sylvia sacrifícios pesados: residir em condições precárias em uma cidade estrangei-

ra, Londres, no círculo hostil e crítico dos amigos dele, que a consideravam uma americana histriônica e dominadora, sem grandes talentos, ter filhos sem ajuda doméstica, sacrificando o precioso tempo de escrita, viver saudosa da paisagem marinha, limpa, translúcida e azul da cidade natal, e tolerar a sombra poética do marido, convivendo, a duras penas, com o ciúme enlouquecedor dirigido às colegas e admiradoras dele.

Em um primeiro momento, Sylvia sacrificou tudo de bom grado, acreditando ter encontrado alguém a sua altura, em sensibilidade e inteligência. Além das qualidades intelectuais de Ted, encantou-se com sua aparência física, forte e selvagem, arriscando-se a uma entrega amorosa e sexual intensa. Chamou-o de corsário negro logo após conhecê-lo (*oh, my black marauder!*) e comportou-se de maneira atrevida e excitada na primeira apresentação, em um baile em Cambridge,

aonde ele fora com a namorada: atraiu-o, pela declamação de versos da autoria dele e mordeu-lhe o rosto, quando ele tentou beijá-la. Ted Hughes, fascinado com a jovem americana, em um lance dramático, roubou-lhe a fita do cabelo e o brinco, e, passados 40 anos, descreve assim o encontro:

*It's jaws into my face. The tenacity
Of the big cat's claim
On the one marked down and
once disabled
Is a chemical process – a
combustion
Of the stuff of judgement.*

*...Little did I know
The shock attack of a big
predator
According to survivors numbs
the target
Into drunken euphoria. Still
smiling
As it carried me off I detached*

Em um primeiro momento,
Sylvia sacrificou tudo
de bom grado, acreditando
ter encontrado alguém
a sua altura, em sensibilidade
e inteligência. Além das qualidades
intelectuais de Ted, encantou-se
com sua aparência física,
forte e selvagem,

*The hairband carefully from
between its teeth
And a ring from its ear, for my
trophies.*²³

(Cravou suas presas no meu rosto. / A tenacidade / Da posse do felino enorme / Sobre a presa escolhida e estropiada / É um processo químico-combustão / Da matéria do juízo / Eu não sabia / Que o ataque de um predador de grande porte, / Dizem os sobreviventes, mergulha a vítima / Numa euforia de embriaguez. / Ainda sorrindo / Enquanto ela me arrastava, arranquei / Com cuidado / a faixa presa entre seus dentes / E um de seus brincos, para guardar como troféus).

No poema acima, “Trophies” (troféus), coalescem, de forma metafórica, várias das forças psíquicas que parecem atar esses personagens. A jovem americana, neófito naquele meio universitário inglês, estava insegura e ansiosa por agradar (ela acabara de saber que o poema que submetera à revista literária da universidade, St. Botolph’s, presidida por Hughes e seus amigos, fora recusado e ridicularizado. Isso a fez sentir-se, na confissão ao inseparável diário, rejeitada e angustiada).

“*We half jokingly concocted a dismemberment*” (nós, de brincadeira, efetuamos um esquartejamento), lembra-se Ted, referindo-se ao episódio, com mal empregada leveza, e insistindo no uso do vocábulo *dismemberment* (esquartejamento), tão pleno de ressonâncias terríveis na obra, na vida e na morte de Plath.

Hughes, insensível à fragilidade dela, a descreve como uma fera perigosa, um felino enorme (aqui ocorre, certamente, um diálogo intertextual com o poema “Pursuit” (a perseguição), escrito por Sylvia logo que conheceu e se apaixonara pelo futuro marido, e no qual ele e seu desejo sexual são representados pela pantera.

Ted parece dizer que ele jamais foi a fera que Sylvia lhe atribuiu: ela

era o felino do casal, e ele o apontado como caça, escolhido para morrer.

No poema, Ted vê-se como passivo receptáculo da lascívia e da ferocidade; apenas se deixa amar e morrer; submetendo-se aos desejos da Deusa da natureza, selvagem e incontida.

A equação mítica está devidamente preenchida: o herói acasala-se com a divindade feminina, sem o saber, sem reconhecê-la em sua metamorfose animal.

prestar-lhe homenagem e pedir-lhe perdão. Lembremos que desde muito jovem fantasiava ser o *impulso vital* do marido, talvez em um movimento melancólico de falsa reparação de um pai morto dentro de si.

As inversões entre a realidade e o poema são chocantes: quem morre é ela, embora aqui seja denominada caçadora (como Diana, a deusa); quem leva os troféus é ele, embora ele se diga caça.

Sylvia,
ao longo do casamento,
sem suspeitar sobre aonde
esse *script* a conduzirá,
aceita desempenhar esse papel
de zeladora das paixões,
da mulher forte que pode
“receber” e “incorporar”
as forças instintivas
sexuais e
agressivas.

Sylvia, ao longo do casamento, sem suspeitar sobre aonde esse *script* a conduzirá, aceita desempenhar esse papel de zeladora das paixões, da mulher forte que pode “receber” e “incorporar” as forças instintivas sexuais e agressivas: a xamã, a feiticeira, a sacerdotisa, que pode morrer e renascer em um ciclo infinito de reencarnações, até que o herói finalmente se dê conta da violência e do abandono em relação a ela, e venha, arrependido,

Lembremo-nos de um dos últimos poemas de Plath, “Ariel”, que deu nome à coletânea encerrada logo ao separar-se do marido. Nele, ela descreve, de forma entrecortada, as sensações de um momento de pânico e excitação, rumo à morte, em uma cavalgada fantasmática: Sam era o nome real de seu cavalo, em cujo dorso ela perdera os freios e temera a morte. O leitor facilmente se contagiará com o tom lúgubre e premonitório, com a res-



piração entrecortada de “alguém” que ora vê, ora agarra, ora se dissolve em prazer. “Ariel” também é o nome de uma leoa mítica, de cabelos de fogo, ou o altar sacrificial onde se imola uma vítima, no Antigo Testamento. Por último, e com mais imediatez associativa, “Ariel” é o espírito do ar, da peça “The Tempest”, como já mencionamos: o espírito que canta versos ao pai-deus submerso.

Ariel morte, Ariel leoa-deusa, Ariel Deus-Pai, reunidos no Sol (o olho-eu), a grelha máxima que consumirá a oferenda em cinzas. Aqui se dá o encontro com a divindade, em uma inversão da escada de Jacó (do Céu à Terra, na Bíblia, através dos anjos; da Terra ao Céu, na mitologia indígena norte-americana, através de flechas):^{24,25}

*...God's lioness,
How one we grow,
Pivot of heels and knees!...
...And I am the arrow,
The dew that flies
Suicidal, at one with the drive
Into the red*

Eye, the cauldron of morning.

(Leoa de Deus, / Fomos sendo uma só, / Eixo de calcanhares e joelhos! / E eu sou a seta, / O relento que voa / Suicida, à uma, em força / Em direção ao Olho / Vermelho, o caldeiro da manhã.)

Ted Hughes, postumamente, responde à mulher no poema “Sam”:

*...How did you cling on?...
What saved you? Maybe your poems
Saved themselves, slung under that plunging net, ...
How did you hang on? You couldn't have done it.
Something in you not you did it for itself...
...That gallop
Was practice, but not enough, and quite useless.*

Alguma
entidade superior,
possante e invencível,
predestinara-a
para a morte,
não importa o quanto ela
se esforçasse
e praticasse
o galope da vida.

*When I jumped a fence you
strangled me
One giddy moment, then fell off,
Flung yourself off and under
my feet to trip me
And tripped me and lay dead.
Over in a flash.²⁶*

(E como segurou-se? / O que a salvou? / Quem sabe os seus poemas / Souberam salvar-se, dependurados daquele pescoço impetuoso, / Como se agüentou? / Você não conseguiria. / Algo em você que lhe era alheio fez o que fez por si. / O galope foi para praticar, mas não bastou, e não serviu para nada. / Quando pulei a cerca, você me estrangulou / Por um instante tonto, e depois caiu, / Desprendeu-se de mim, jogou-se entre meus pés, / Me fez tropeçar e caiu morta. Tudo muito rápido.)

Como vemos, passados 40 anos, Ted Hughes nos informa que ele não se apercebera da força que

a propelia para a morte: tudo se dera muito subitamente, e, ademais, ele sentira-se sufocado. Alguma entidade superior, possante e invencível, predestinara-a para a morte, não importa o quanto ela se esforçasse e praticasse o galope da vida. Algo maior que eles determinara que Sylvia estava fadada: ela pereceria, mas seus poemas se salvariam.

Os últimos tempos do casamento foram difíceis para ambos: Sylvia, expondo-se em cenas públicas de ciúme, constringendo Ted e os amigos do casal: ele, crescentemente esquivo, envolvendo-se com Assia Wevill, a bela mulher de um professor canadense, inquilino do apartamento londrino do casal. Este mudara-se para Devon, no campo, para preparar o nascimento do segundo filho, Nicholas.

Quando se refere a Assia, no diálogo imaginário com Sylvia, novamente o vemos passivo, vítima do destino, todos os três, personagens

Não
há chance
contra
o destino:
somos
todos
sonâmbulos.

encerrados em uma armadilha dis-
posta maliciosamente pelos deuses:

*The Fate she carried
Sniffed us out
And assembled us, inert
ingredients
For its experiment.
The Fable she carried
Requisitioned you and me and her,
Puppets for its performance.*

(Seu Fado farejou o nosso rastro / E nos juntou, como quem combina ingredientes / Para um experimento. / Sua Fábula / Requisitou você, e a mim, e a ela própria, / Títeres para um espetáculo.)

O título do poema é sintomático: “Dreamers”. Não há chance contra o destino, somos todos sonâmbulos, reafirma Hughes.²⁷

Sabe-se da importância regenerativa da experiência do casamento por ele representar uma oportunidade de emergência e de elaboração das vivências passadas e inacessíveis com os objetos primários.

Ao revisitar papéis e fantasmas da primeira infância, ao reencenar velhos dramas, podem-se alterar tristes epílogos por meio da cumplicidade anímica de um parceiro amoroso. O casamento, no sentido do encontro físico e psíquico de dois seres, promete uma chance inédita de reformulação profunda do eu. Pelos mesmos motivos, também aporta riscos de desintegração, uma vez que as defesas narcísicas de um *self* delicado e precário poderão ser seriamente abaladas pela entrada, sem guarda, de um parceiro, forçosamente idealizado e recoberto pela libido sobre ele defletida.

Ted Hughes, nos últimos anos de vida, freqüentou a nobreza inglesa, na condição de poeta da corte de Sua Majestade, viveu bem financeiramente, de direitos autorais (seus e de Sylvia, de quem foi herdeiro), tornou-se famoso e respeitado como um dos maiores poetas contemporâneos de língua inglesa e recebeu a *lâurea máxima* que um poeta britânico pode almejar: “poet laureate”. Sempre que se referiu a Sylvia Plath foi para cobri-la de elogios, como poeta com sensibilidades paranormais, alguém acima dos padrões humanos.

Durante algum tempo, Sylvia Plath subsistiu e lutou para que o casamento e a arte a ajudassem a atravessar as águas turbulentas de sua existência. Ao completar trinta anos e perder o amor de Ted Hughes, sucumbiu, encarnando o mito sagrado do poeta, que lhe fora designado, na ilusão de que, morrendo como Deusa, pudesse finalmente encontrar apoio em um marido-pai mítico, a sua espera, nas profundezas do além. Cansara-se, como mulher, de clamar em vão por socorro.

*The woman is perfected.
Her dead*

*Body wears the smile of
accomplishment,
The illusion of a Greek necessity*

*Flows in the scrolls of her toga,
Her bare*

*Feet seem to be saying:
We have come so far, it is over.*

“Edge” 5/2/1963

“Ponto-Limite”(A mulher chegou à perfeição. / O seu corpo / Morto veste o sorriso da realização, / A ilusão de uma fatalidade grega / Corre pelas pregas da sua toga, / Os seus pés / Nus parecem estar a dizer: / Viemos até tão longe, acabou-se.)²⁸

NOTAS

1. Para comparar vivências e sentimentos suicidas, cf. Karen V. Kukil (ed.), *Os Diários de Sylvia Plath- 1950-1962*, trad. Celso Nogueira. S.Paulo, Globo, 2004, p. 176-179 e 216-218, Sylvia Plath. *The Bell Jar*. Toronto, Alfred A. Knopf, 1998, p. 20.
2. Kukil. op. cit., p. 203-204. (grifo no original).
3. Plath, op. cit., p. 210.
4. Ana Cecília Carvalho, *A Poética do Suicídio em Sylvia Plath*, Belo Horizonte, UFMG, 2003, p. 48-58.
5. Diane Middlebrook. *Her Husband: Hughes and Plath- A Marriage*, Viking, London, 2003, p.76, 208, 215, 221, 227, 234, 239, 258.
6. Plath, op. cit., p. 20.
7. Kukil. op. cit., p. 518-519.
8. Sylvia Plath, *Letters Home, Aurelia Schober Plath* (ed. e sel.), London, Faber & Faber, 1999, p.146. (grifo no original).
9. Plath, op. cit, p. 132-134.
10. Middlebrook. op. cit., p. 216.
11. Sylvia Plath, *A Senhora Lázaro*, in Ariel, Maria Fernanda Borges (trad.), Lisboa, Relógio d'água, 1996, p. 23.
12. Sylvia Plath, “The Stones”, in *The Collected Poems*, USA, Harper, p. 136, (trad. livre da autora).
13. Carvalho, op. cit., p. 49.
14. William Shakespeare, “The Tempest”, in *The Complete Works of William Shakespeare*, NY, Gramercy Books, 1990.
15. Plath, *The Collected Poems*, op. cit., p. 92.
16. Plath, op. cit., p. 116.
17. Erica Wagner, *Ariel's gift: Ted Hughes, Sylvia Plath and the story of Birthday Letters*, NY, London, W. Norton & Co., 2002, p. 145-157.
18. Plath, op. cit., p.129.
19. Borges, op. cit., p. 106-111.
20. Carvalho, op. cit.
21. *Sylvia Plath, Crossing the Water*, USA, Harper Perennial, 1971, p. 51 (tradução livre da autora)
22. Ted Hughes, (trad. Paulo Henriques Britto), *Cartas de Aniversário*, Rio de Janeiro, ABDR, 1999, cf. Wagner, op. cit., p. 254-256.
23. Hughes, op. cit., p. trofeu
24. Northrop Frye, *The Great Code – the Bible and Literature*, Toronto, Academic Press, 1982.
25. Borges, op. cit., p. 64-67.
26. Hughes, op. cit., p. 34-37.
27. Hughes, op.cit., p.322.
28. Borges, op, cit, p. 170-171.



Maternidade e erotismo na modernidade:

Assepsia do impensável na cena de parto

Vera Iaconelli

O artigo reflete sobre a forma contemporânea de se lidar com a experiência do parto, como encenação da dificuldade de conciliar maternidade, erotismo e morte, para reavaliar interpretações psicanalíticas dos distúrbios da maternagem.

Neste artigo será debatida a idéia de que as iatrogenias hospitalares, decorrentes de uma certa forma reificante de se lidar com as angústias do nascimento, podem interferir nas condições necessárias para a elaboração da passagem de gestante para a de mãe *recém nascida* e, conseqüentemente, agir sobre a relação pais-bebê. O processo de constituição de uma mãe capaz de perceber o filho como separado de si é demorado, enquanto a separação física, propriamente dita, é instantânea. Em nossa cultura, os procedimentos ligados ao nascimento com sua ênfase

se na rapidez e controle, muitas vezes atrapalham o percurso dos pais na trilha para se apoderarem desse novo papel, levando-os a duvidar da sua capacidade de cuidar de seus filhos.

Na atualidade, gestação e parto são vistos como eventos somente realizáveis pela mulher mediante a assistência da medicina. O corpo humano perde na comparação com a máquina e, portanto, precisa de cons-

Vera Iaconelli é psicóloga, mestre em psicologia pela USP, aluna do curso de formação em Psicanálise pelo Instituto Sedes Sapientiae, coordenadora da Gerar Escola de Paris.

Há relativo
consenso
em psicanálise
sobre o caráter
profundamente
significativo
da experiência
do parto
no psiquismo.

tantes correções de seus desvios biológicos. Todo o aparato hospitalar, que está diretamente ligado à história da industrialização e do capitalismo, vem sendo criticado há décadas e, no entanto, encontra incriveis resistências para ser modificado. Exemplificando: no Brasil, as possibilidades de uma mulher primigesta, de classe média, ter um parto por via cesariana atingem 80%. Embora seja este um percentual condenado pela OMS¹, tem sido quase impossível minimizá-lo na prática. Em contrapartida, na rede pública, onde o reembolso do parto cirúrgico passou a ser menor, a situação vem se invertendo. É importante termos claro que o contexto atual da situação de parto vem de uma idéia de maternidade como fábrica, parturiente como máquina e bebê como produto². Entretanto, não é nosso intuito discutir aqui esses temas, amplamente debatidos pela obstetrícia contemporânea; pelo contrário: buscamos lançar luz

sobre aquilo que não é discutido, quando se fala sobre parto: as demandas inconscientes que essa situação suscita e que atravessam o campo ligado ao tema da sexualidade, não apenas no que diz respeito à parturiente, mas a todos os envolvidos, incluindo-se ainda a ideologia que permeia a situação hospitalar.

O atendimento ao parto é um dos exemplos mais notáveis da forma pela qual se lida com as questões da subjetividade na modernidade, pois nele o espaço para elaborações do vivido mostra-se subtraído e evitado. Para além de modismos das técnicas médicas, a modernidade imprime à cena de parto sua forma própria de lidar com o corpo, com a sexualidade e com a morte.

A impossibilidade de criar um ambiente que dê conta das experiências vividas no parto afetará perniciosamente as etapas fundamentais que se seguem. Como bem nos aponta Winnicott³, essas experiências dão os subsídios da relação de vínculo entre mãe e bebê e, conseqüentemente, estão na base da constituição do sujeito. A desconsideração, na atualidade, do tratamento que a mulher deveria receber na situação do parto com sua ênfase na tecnologia, na captação das imagens, na manipulação do corpo – negando sua história, sua erogenidade e sua subjetividade – cria um hiato no estudo dos distúrbios da formação de vínculo e no estudo das doenças psicossomáticas em recém-nascidos.

Há relativo consenso em psicanálise sobre o caráter profundamente significativo da experiência do parto no psiquismo. O que parece velado não é a importância do parto na vivência do bebê e dos pais, mas a questão de que a forma habitualmente aceita de se lidar com parto deve ser levada em consideração como variável facilitadora ou deletéria da elaboração dessa vivência.

Se à mãe cabe ser “suficientemente boa” a partir de sua capacidade de viver a “preocupação materna primária”⁴ e, se são essas as condições necessárias para a criação de um ambiente facilitador da construção de uma relação satisfatória entre psiquismo e soma no bebê, poderíamos supor que as condições do *ambiente oferecido à mãe* afetariam suas possibilidades de realizar essa tarefa? Sendo afirmativa a resposta, quando essa promessa não se cumpre, podemos incluir o ambiente do parto entre as possíveis variáveis desse fracasso? Winnicott é enfático a esse respeito, quando afirma:

“(...) médicos e enfermeiras (...) são necessários, e muito, quando as coisas vão mal do ponto de vista físico. Por outro eles não são especialistas nas questões relativas à intimidade que são vitais tanto para a mãe quanto para o bebê. Se começarem a dar conselhos sobre essa intimidade, estarão pisando em solo perigoso, pois nem a mãe nem o bebê precisam de conselhos. Em vez de conselhos, eles precisam de *recursos ambientais* que estimulem a confiança da mãe em si própria”.⁵ (grifo nosso)

Ana e Paulo⁶, pais de um primeiro filho planejado e desejado, cuja gestação transcorreu sem problemas, procuram ajuda do psicanalista, pois se sentem incapazes de amenizar o “sofrimento de seu bebê”. O choro típico desse recém-nascido é interpretado como grito desesperado, mesmo depois de o pediatra assegurar que ele é perfeitamente saudável. A cada pergunta sobre a rotina do bebê e seus comportamentos, Ana parece precisar de uma confirmação da enfermeira que ela contratou para ajudá-la. Ao longo da entrevista, vemos a desautorização dessa mãe que se percebe inepta em seu novo papel. O casal havia se preparado para um parto normal. No entanto, o que ocorreu foi uma cesariana⁷ de necessidade duvidosa. No decorrer do relato,



eles associam o susto da operação, geralmente justificada por um risco eminente de sofrimento fetal ou de morte da criança, com fantasias de incapacidade de cuidar do bebê. Em vez de serem ajudados em sua travessia de filhos para pais, eles têm nessa experiência a reiteração de sua tutela infantil perante o médico. A intervenção analítica serviu para desculpabilizar estes pais, para que eles se dessem conta de seus recursos e se sentissem capazes de ouvir e responder à demanda do bebê.

Citemos um depoimento de uma mãe de três filhos, cujo primeiro nasceu sem intercorrências, e cujo parto foi tido como bem gratificante pela mãe, mas que, na chegada do segundo, viu-se lidando com algo impensável: o desamparo na hora do parto.

“Fui dar à luz o meu segundo filho. (...) Chegando ao hospital, fui prontamente examinada, colocada em uma sala e deitada com contrações

fortíssimas. Logo em seguida, solicitaram a meu marido que fosse fazer a internação. Quando me dei conta, estava literalmente sozinha, com contrações fortíssimas e, lembrando, em um dos melhores hospitais do país. De repente, jorrou uma grande quantidade de líquido em minhas pernas. Havia rompido a bolsa, e eu continuava sozinha. (...) Depois de um tempo, que pareceu, uma eternidade⁸ fui assistida pelo pediatra neonatal que passava pelo corredor”. (Daí em diante ela relata uma série de situações de *stress*). “A anestesia não pegou, pois o cateter acabou envergando (...) Não havia um paninho na sala de parto para enxugar o suor que derramava no meu rosto”.

O depoimento prossegue com uma série de situações ansiógenas envolvendo a anestesia, o desconforto diante da falta de atenção às outras necessidades dessa mulher, que vieram a culminar com a dificuldade de aleitamento. Culpa e dúvidas com relação às necessidades desse segundo filho, que é uma criança saudável, surgem associadas à experiência do parto, vivida como angustiante e traumática. No nascimento do terceiro filho, essa mãe contrata uma enfermeira, especialmente para “estar ao seu lado”, sem intervir na parte médica, e relata o terceiro parto como uma experiência novamente gratificante. Será que esse simples relato é uma exceção e diz respeito a uma certa fatalidade? Infelizmente, não. Na imensa maioria das vezes, as parturientes têm seus bebês em situações paradoxais, onde o cuidado com o amparo psíquico não corresponde ao cuidado com o corpo. É tocante que nesse relato essa mãe coloque, lado a lado, a inesperada dor, decorrente de uma analgesia malsucedida e a falta *de um paninho para enxugar o suor que derramava de seu rosto*. Para além das dores do parto⁹, existe o desconforto do desamparo e do abandono vividos.

Relatamos casos em que a saúde dos pais supera a iatrogenia hos-

pitalar, embora deixe marcas que precisam ser elaboradas. Nem sempre a interferência hospitalar incide sobre psiquismos saudáveis. Porém, quando nos remetemos a casos em que há uma patologia anterior, a influência da experiência do parto tende a ser desprezada pelos profissionais em função do quadro psicopatológico.

Miriam Szejer afirma que “ao bebê cabe entrar na vida, à mãe, sair da gravidez”¹⁰, reconhecendo um processo de luto do *status* anterior de gestante e feto, que dá lugar ao de mãe e bebê como entes separados, em busca de delimitação. O olhar do psicanalista se volta para as intercorrências desse processo, que muitas vezes esbarra na impossibilidade de a mulher suportar a ferida narcísica diante da separação vivida no parto. O bebê, por sua vez, chega a somatizar o drama da escolha entre a separação da mãe e um funcionamento uterino eminentemente mórbido. Mórbido no sentido de, uma vez estando fora do corpo materno, a criança permanecer em busca de um estado pré-natal como recusa a toda adaptação que precisa ser feita devido à mudança de ambiente: respirar com os próprios pulmões, alimentar-se oralmente, ter vitalidade própria. Os quadros psicossomáticos, muitas vezes, revelam essa dificuldade com o aparecimento de anorexia, distúrbios respiratórios, depressão, apatia, icterícia renitente, distúrbios do sono.

O que buscamos enfatizar aqui é que esse delicado processo está inserido nas formas socialmente aceitas de se lidar com qualquer tipo de separação e luto, que vêm a ter, portanto, em seu bojo, a repercussão dessa ideologia.

Que elementos estão em jogo quando uma mulher dá à luz na nossa cultura? Isto é, quando ela vai, como comumente acontece, para a maternidade, a fim de ser assistida por uma equipe de médicos? Como lidamos com as ansiedades que essa

Miriam
Szejer
afirma que
“ao bebê
cabe entrar
na vida;
à mãe,
sair da
gravidez”

situação mobiliza, e que intervenções podem estar a serviço do velamento dessas ansiedades? Pode a psicanálise, “como um método de investigação” para evidenciar “o significado inconsciente das palavras, das ações, das produções imaginárias (sonhos, fantasias, delírios) de um sujeito” como define Laplanche¹¹, ajudar-nos a pensar as questões relativas a esse evento fundamental da existência, de maneira a lançar luz sobre as questões da relação entre mãe e bebê? Com efeito, mesmo na psicanálise, sobre a compreensão desse momento incidem vários tipos de preconceitos, tanto de forma sutil, quanto simplesmente por silenciamentos inquietantes.

Assim, o trabalho de alguns psicanalistas, a seguir citados, sobre maternidade, demonstra como a questão dos procedimentos médicos no parto é sistematicamente banida de suas interpretações. A forma como a parturiente é tratada, seja na especificidade de cada caso, seja pela rotina imposta, nunca é questionada por esses autores que tendem a deslocar a interpretação para o inconsciente da mãe. Trabalhando as questões do feminino e da maternidade, Marie Langer, por exemplo, nos aponta que:

“A gravidez e o parto constituem um episódio normal da vida procriativa feminina, pelo que se poderia supor que transcorrem na mulher sã sem maiores distúrbios. Mas, na realidade, em nossa sociedade, até há pouco não ocorria assim, e muito pelo contrário: os transtornos da gravidez, as dores, as dificuldades e angústias do parto eram tão freqüentes que se lhes considerava como fenômenos normais e quase inevitáveis. No entanto, um exame psicológico mais profundo revela-nos que esses transtornos *provêm de conflitos psicológicos e de identificações com outras mulheres já transtornadas em sua feminilidade.*”¹² (grifo nosso)

Langer¹³ afirma, com convicção, que os transtornos decorrentes da

A forma como
a parturiente é tratada,
seja na especificidade de cada caso,
seja pela rotina imposta,
nunca é questionada
por esses autores que tendem
a deslocar a interpretação
para o inconsciente
da mãe.

gestação e do parto dizem respeito a dificuldades de identificação da mulher com a sua feminilidade. Em seguida, nos apresenta com um capítulo em que, citando Helene Deustch¹⁴, oferece-nos uma interpretação que inclui aspectos inconscientes que podem estar sendo revividos pelos “homens”¹⁵, no papel de obstetras. No mesmo capítulo, aborda a questão do desamparo na hora do parto e os aspectos culturais que impregnam os procedimentos hospitalares como fatores iatrogênicos. No entanto, conclui esse mesmo texto com a seguinte afirmação:

“De todo o exposto, chegamos às seguintes conclusões: a gravidez e o parto são acompanhados de mal-estar, angústia e dor por *fatores psicogenéticos. Se conseguimos educar filhas sadias que tenham um mínimo de angústia e sentimento de culpa e que possam aceitar prazerosamente sua feminilidade*, podemos esperar que a gravidez e o parto sejam novamente o que são ainda em algumas socieda-

des ou para algumas mulheres felizes da nossa sociedade (...)”¹⁶

Novamente a ênfase recai sobre os fatores psicogenéticos, suplantando as limitações do alcance dessa “educação” particular, fruto de uma demanda social que lida com a vida da forma mais asséptica possível, com o intuito de evitar a insurgência da ansiedade frente aos conteúdos ligados ao erotismo e à morte. Essa interpretação tem efeitos notavelmente culpabilizadores da mulher.

Já Debray¹⁷ defende que, diante da angústia da situação de parto, a anestesia geral é, afinal, uma boa opção sem, contudo, atribuir a angústia da parturiente a coisa alguma além dos aspectos de sua subjetividade. Assim, interpretando as angústias pessoais da parturiente, sem levar em conta as iatrogenias hospitalares que incrementam estas angústias, Debray reitera a afirmação de que o parto é um evento cujas dificuldades dizem respeito a resistências individuais da mulher. A



O parto
não pode
ser refletido
sem considerarmos
sua inserção
na ideologia
moderna.

solução viável é a anestesia geral, o que reforça a idéia do parto como evento cirúrgico e da mulher como recipiente a ser esvaziado. A autora não atribui diferenças significativas entre o parto em vigília e o parto sob anestesia geral, mas, em seguida, dá voz a uma de suas pacientes:

“Parece-me justo indicar aqui o que a posição pessoal que acabo de formular pode ter de contestável. Com efeito, pouco após ter escrito essas linhas, tive o exemplo de uma jovem mulher, que, tendo tido dois partos por cesariana sob anestesia geral, sentia-se muito frustrada por ‘perder’ assim repetitivamente a vinda ao mundo de seus filhos. Quando, durante sua terceira gravidez, seu obstetra lhe propôs uma cesariana sob peridural, tanto ela quanto seu marido aceitaram com entusiasmo. Essa se passou muitíssimo bem, e a *alegria dos dois pais ao ver nascer seu terceiro filho foi de certo modo redobrada pelo fato de que se tratava de um*

primeiro filho, nascido após duas meninas.”¹⁸ (grifo nosso)

O parto ora é visto como episódio de uma certa *fatalidade* dos procedimentos médicos, ora como algo totalmente determinado pelas fantasias inconscientes da parturiente, sem que possamos pensá-lo como evento atravessado pela cultura, pelo corpo e pelo inconsciente no que ele tem de particular e de simbólico.

Há intervenções psicanalíticas em maternidades que trabalham os distúrbios do vínculo entre pais e bebês. Myrian Szejer¹⁹ tem relatos de interpretações feitas por ela na presença do bebê e dos pais que, de forma inequívoca, alteraram quadros psicossomáticos. No entanto, nenhuma dessas interpretações leva em consideração as condições de parto. Não considerando essa interferência, acabam, por sua vez, reiterando interpretações de cunho psicossomático baseadas apenas em ambivalências inconscientes.

O parto não pode ser refletido sem considerarmos sua inserção na ideologia moderna, que lida com a angústia por meio de subterfúgios do consumo, da amortização das sensações corporais, do controle sobre os afetos, da medicalização. Segundo Fuks:

“Na composição da personagem que identifica o sujeito, num cenário social concebido como espetáculo, a imagem do corpo ganha um papel de relevância. A exacerbção dessa lógica de sujeitos-fachada, constituídos de imagem, sem volume nem interioridade, terá fortes efeitos patogênicos que envolvem a corporalidade, tais como a anorexia-bulimia, compulsão e adição a práticas farmacológicas, fisioterápicas, cirúrgicas ou esotéricas de emagrecimento, rejuvenescimento, etc.”²⁰

Como entender o nascimento neste jogo de relações em que se imbricam a ideologia moderna que atravessa as subjetividades, as fantasias inconscientes ligadas à sexualidade e à morte revividas, e às vicissitudes de uma fisiologia?

À luz da psicanálise, que personagens estariam agindo na cena do parto? Que fantasmas podem estar sendo revividos não apenas pela mãe, mas por todos aqueles que se ocupam de cuidar dela? E, para além da fantasmática de cada elemento individual, o que a cena de parto diz da forma como lidamos com nossa sexualidade inconsciente ali apresentada? Podemos pensar a cena do parto a partir de um isolamento dessas questões? Estamos a serviço do quê, fazendo isso?

Seria o mesmo que interpretar os sintomas de anorexia e bulimia, tão comuns na atualidade, como decorrentes de relação de conflito da menina com sua feminilidade, de sua relação com a mãe fantasmática, sem levarmos em consideração que a anorexia é atravessada pelas questões da pós-modernidade, do consumismo, da imagem e, fato também visto até pouco tempo, como da ordem apenas da medicina, mas que passou a ser ampliado pelo olhar psicanalítico.

A mulher e o parto: algumas hipóteses de interpretação

Se hoje a mulher tem seu bebê como uma doente que precisa ser hospitalizada e medicada, é porque há algo da forma de se entender o nascimento que precisa ser discutido. Existe um deslocamento facilmente observável na seguinte frase: “o médico faz o parto”²¹. Não importando aí se ele se refere ao cirúrgico ou vaginal. Ele faz o parto. O que faz a mulher então? Deixa o bebê passar? Atrapalha o mínimo possível?

Quando uma comunidade lida com o nascimento acaba por fazê-lo, necessariamente, mediante a projeção de seus próprios fantasmas. O médico que “faz o parto” poderia estar se referindo a uma inversão do aspecto passivo/ativo, apontada por Freud²² como forma de lidar com as angústias de seu próprio parto. Fazer o parto de alguém

tira-nos da posição de bebê passivamente expelido pela mãe, e este procedimento seria uma forma de elaborar nossas angústias.

O que buscamos aqui não é tanto dar conta de todos os possíveis fantasmas envolvidos nessa situação, mas a necessidade de se pensar que as angústias vividas pela mulher que está dando à luz, já amplamente apontadas na literatura sobre o assunto, dizem respeito também às angústias inconscientes de todos nós, relativas a nossa experiência de nascimento, e que, portanto, há que se pensar o parto como lugar privilegiado da reencenação dos fantasmas de todos que dele participam, incluindo, além disso, o aspecto social representado pela instituição.

O parto é um evento psico-sócio-sexual. Segundo Freud, se tomássemos o ato sexual como ponto central para definir o conceito de “sexual”, talvez definíssemos como sexual:

“(…) tudo aquilo que, com vistas a obter prazer, diz respeito ao corpo e, em especial, aos órgãos sexuais de uma pessoa do sexo oposto, e que, em última instância, visa a união dos genitais e a realização do ato sexual. Com isso, (…), todavia, (…), o parto não constituirá algo sexual. Se, por outro lado, (…), tomarmos a função de reprodução como núcleo da sexualidade (…), correremos o risco de excluir toda uma série de coisas que não visam à reprodução mas certamente são sexuais, como a masturbação e até o mesmo o beijo.”²³

Dentro dessa discussão, sexo e maternidade podem ser vistos como conceitos excludentes. Na tentativa de discutir o feminino como algo além da maternidade, podemos incorrer no erro de pensar a sexualidade procriativa como antítese do erotismo. A sexualidade feminina é mais que a maternidade, mas a maternidade é uma das formas possíveis de expressão da sexualidade feminina, entre outras.

Em nossa cultura, a sexualidade exige privacidade; no entanto,

no parto a privacidade é inteiramente aviltada. Por quê? O corpo erógeno é negado, pois maternidade e erotismo são inconciliáveis. A deserotização do parto dá-nos pistas sobre os temores que podem subjazer a essa situação e sobre os mecanismos utilizados para lidar com essa ansiedade – não só pela mãe, mas por todos que participam do acontecimento.

Há uma interessante interpretação do simbolismo do parto, em Freud, quando ele cita Rank:

“Rank [1912a] indicou, por uma série de sonhos, que os sonhos de nascimento utilizam o mesmo simbolismo que aqueles com estímulo urinário. O estímulo erótico é representado nos segundos como estímulo urinário; e a estratificação do significado nestes sonhos corresponde a uma mudança que se sobrepõe ao significado do símbolo desde a infância.”²⁴

Essa imbricação entre o nascimento e erotismo, no uso comum

da simbologia, no caso a água, aponta para a passagem do bebê como correspondendo a passagem do pênis pela vagina. A fantasia infantil de que o bebê é um pênis roubado do pai e escondido no útero²⁵ está presente no temor de certas mulheres de que o parto seja uma realização incestuosa. Se meu bebê/pênis passa pela minha vagina, eu, que também passei pela de minha mãe, também estive onde sempre desejei, mas “nunca deveria ter estado”. Segundo Pinheiro, ao falar das fantasias sexuais que podem ser reeditadas no parto:

“Na gravidez, o impensável torna-se assim escândalo, escancarando este sexo da mulher que engendra, que se excita com o feto e que, ao parir, tem por meio dele uma relação sexual que a remete ao impensável da relação sexual do seu próprio parto. Sexo impensável do qual todos os seres humanos emanam.”²⁶

Revela-se aí uma dicotomia que leva a mulher a ter de escolher entre parir ou gozar, pois o erotismo no parto traz a marca do interdito. Afinal, em nossa cultura, o amor “materno” é visto como algo “puro”, entendendo-se puro como algo da ordem do não-sexual. Coube a Freud²⁷ o “sacrilégio” de apontar na relação entre mãe e bebê os aspectos da sexualidade da mãe atribuindo ao bebê o lugar de um “substituto de um objeto sexual completo”²⁸.

Pinheiro²⁹, citando Zaltzman aponta que: “Se o texto de Zaltzman nos obriga a pensar que o interdito do incesto foi violado de alguma maneira no próprio parto, veremos que a mulher, ao parir, repete essa vivência por meio do próprio sexo”.

O fato de o corpo da mulher que gesta ser visto como coisa é compreensível, assim, como forma de lidar com a angústia diante do impensável. À mulher cabe um lugar de resignação expiatória. A inibição da reivindicação de um outro lugar na cena de parto, lugar ativo e responsável por parte da mulher,

Revela-se aí
uma dicotomia
que leva a
mulher
a ter de
escolher entre
parir ou gozar,
pois o erotismo
no parto traz
a marca do
interdito.



Se o bebê
é visto
como algo
de valioso
tirado
da mãe,
talvez o parto
seja a hora
do acerto
de contas.

pode estar a serviço de uma culpa em protagonizar a fantasia incestuosa. Segundo Soifer:

“Tudo isso nos leva a postular que uma das maiores batalhas no momento do parto se trava no inconsciente, contra a proibição da sexualidade, e que a expulsão é sentida como uma situação sexual em si mesma. Portanto, a confusão entre o ato sexual e o parto se acrescenta à que explicamos anteriormente: a do próprio nascimento, da evacuação, de ser esvaziada, castrada. Assim, os momentos ulteriores constituem para a mulher um estado de confusão, *do qual emerge com a ajuda daqueles que a assistem e, sobretudo, do contato com a criança.*”³⁰ (grifo nosso)

A colocação final de Soifer, no que diz respeito à “ajuda daqueles que a assistem” implica um entorno que seja capaz de lidar com suas próprias angústias, a fim de, no mínimo, não incrementar as angústias da mãe. Mas, como estamos ten-

tando deixar claro neste trabalho, o mecanismo usado para lidar com estes conteúdos é o da negação e, neste ponto, a subjetividade da parturiente e seus fantasmas encontram eco naqueles que a assistem, dificultando seu processo de elaboração.

Não levar em consideração essa ampliação faz com que a mulher seja colocada, mais uma vez, como fonte de toda psicogenia, culpabilizando-a pelas possíveis doenças psicossomáticas de seus bebês, sem incluir outras variáveis.

Quando existem conflitos, eles dizem respeito não apenas a cada mulher em sua identificação subjetiva com as figuras parentais, mas a uma forma socialmente aceita de entender o bebê que a mulher leva dentro de si.

Se o bebê é visto como algo de valioso tirado da mãe, o pênis do pai que a mãe esconde dentro de si³¹, talvez o parto seja a hora do acerto de contas. O médico despoja a mulher do objeto roubado e o restitui à mãe-maternidade. A parturiente pode ver-se assim, aliviada de sua culpa. O médico “faz o parto”, tirando o bebê apressadamente da mãe – que em nossa cultura, é vista como suja, contaminadora. Os berçários, que inicialmente foram criados para isolar os bebês das mães possivelmente “infectadas”, pois não se fazia pré-natal para poder identificá-las antecipadamente, são prática corriqueira até hoje³², mesmo com todas as campanhas pelo alojamento conjunto. Há ecos nesta prática da idéia da mulher como ser sujo e contaminado. O bebê precisa ser imediatamente limpo, e o que pode pairar sobre essa prática é a idéia de vagina/cloaca de onde saem bebês/fezes³³.

A posição horizontal da parturiente (litotomia), na qual a mulher se deita de costas e coloca os pés em estribos, faz com que o esforço do parto seja antigravitacional e o bebê venha a ser empurrado para cima. Embora essa posição dê ao

médico um excelente campo de visão, acaba por fazer com que o períneo seja demasiadamente forçado, aumentando a necessidade de uma episiotomia (cirurgia realizada na musculatura do períneo para facilitar a passagem do bebê)³⁴. Posição amplamente criticada por atrapalhar a mecânica da descida do bebê, colocando a mulher sem fazer uso da força gravitacional, cujos efeitos podem ser mensurados até mesmo pelo uso de fórceps, encontra, no entanto enormes barreiras para ser modificada. Para além de uma certa medicina anacrônica, faz-nos pensar no lugar da mulher na hora do parto como o de alguém em posição inerte, com o intuito de dar espaço para quem faz o parto, no caso, o médico. Aparece o fantasma da maternidade como evento erógeno, pensamento inconciliável na nossa cultura, o qual busca, por meio de uma certa assepsia hospitalar, reprimir a emersão desse conteúdo.

Acompanhando gestantes que perderam seus bebês antes, durante ou depois do parto, percebemos quanto a falta de procedimentos adequados nessas situações acaba por revelar a negação da morte no que diz respeito ao nascimento. Em caso de morte, os procedimentos de luto, minimamente realizáveis em nossa cultura, tendem a gerar constrangimento e dúvida e precisam ser solicitados pelos pais. No nascimento, não há lugar social para o luto formal e muito menos para elaboração do luto simbólico. No entanto, o nascimento aponta para o fim da gestação, vivido comumente pelas mães como morte do bebê imaginário em benefício do bebê real. Muitas mulheres, durante o puerpério, contam sonhos recorrentes com pequenas variações onde um bebê falece, ficando um outro em seu lugar.

O espaço medicalizado e asséptico reservado ao parto, se não impede, tampouco facilita a elaboração desse luto³⁵.

Conclusão

Problematizar a cena de parto à luz da psicanálise, ampliando as interpretações que se restringem à subjetividade da parturiente, recolocando essa questão num espectro maior, que inclua uma certa forma de lidar-se com fantasmas do erotismo e da morte em nossa cultura, foi o que motivou este trabalho.

A cena de parto abre discussão para a forma de se lidar com as angústias de representações impensáveis, que ultrapassam a subjetividade individual da mulher, repercutindo nos procedimentos institucionais ligados aos cuidados com a parturiente.

Mais do que condenar esta ou aquela prática hospitalar, há que se refletir sobre os conteúdos inconscientes que podem atravessar esta situação, obscurecendo o olhar e a prática.

Entre os elementos apontados, vemos as questões relativas à dicotomia entre sexualidade e maternidade, que isolam a maternidade como evento procriativo pondo à parte uma questão crucial: pertencem à ordem sexual ou não? Se pertencem, a que sexualidade se referem?

A exposição da cena do parto, ferindo a privacidade, como forma de impossibilitar a elaboração da fantasmática erótica, não deixa espaço para a fantasia e para a elaboração dos conteúdos excitados pela experiência.

No bojo desses pensamentos evitados, pode-se supor o parto vaginal como revivência da experiência do interdito edípico, bem como da realização do desejo de roubar o bebê da mãe e o falo do pai e toda ansiedade decorrente do contato com este material: medo de retaliação, culpa, medo da morte. Estas ansiedades são revividas não apenas pela parturiente e seu companheiro, mas aparecem nos procedimentos da equipe hospitalar e da instituição. As inversões quanto aos papéis de passividade e ativi-

dade, por parte destas personagens, revelam uma cena subtraída, velada, da qual participam os elementos acima citados, representando uma forma característica na nossa cultura de lidar com as angústias inconscientes no que se refere à sexualidade e à morte. O surgimento do bebê, como um outro, exige dos pais um longo processo de elaboração do luto pelo bebê idealizado. Quanto podemos estar tornando-o ainda mais difícil por negá-lo?

Fica assim, um início de reflexão sobre os efeitos da negação dos conteúdos ligados ao erotismo e à morte no parto na formação do vínculo entre pais e bebês, e os distúrbios daí decorrentes. ■

NOTAS

1. Organização Mundial de Saúde.
2. R. Davis-Floyd, "The technocratic, humanistic, and holistic paradigms of childbirth", *International Journal of Gynecology & Obstetrics*, Official publication of The International Federation of Gynecology and Obstetrics – FIGO, vol. 75, (suppl. 1), 2001, p. 6.
3. D. Winnicott, (1956), "A Preocupação Materna Primária", in *Da Pediatria à Psicanálise*, Rio de Janeiro, Imago, 2000, p. 404.
4. D. Winnicott, op. cit., p. 401. Winnicott, neste texto, postula uma fase de extrema suscetibilidade da mãe às necessidades do bebê. Essa fase começaria no final da gestação e duraria até as primeiras semanas depois do parto. Dessa capacidade da mãe surge a possibilidade de o bebê encontrar um ambiente propício para um desenvolvimento sadio.
5. D. Winnicott. *Os bebês e suas mães*, São Paulo, Martins Fontes, 1994, p. 22.
6. Nomes fictícios.
7. Cesariana cuja justificativa lhes parece nebulosa, estando mais associada à conveniência da agenda do médico (a intervenção foi marcada às vésperas da viagem do obstetra para um congresso) do que às suas necessidades orgânicas. Diante da forte transferência que se estabelece com o médico, a tendência é resguardar a onipotência médica e atribuir a si toda a impotência.
8. A maioria das maternidades não prioriza o acompanhamento das parturientes, mas sim a excelência tecnológica. No entanto, bastam menos de cinco minutos para que uma mulher em trabalho de parto entre em situação de estresse por ficar sozinha e/ou por ser tratada de forma indiferente no entre-e-sai da equipe médica.
9. A questão da dor merece um espaço próprio para ser discutida, o que não poderá, infelizmente, ser feito no presente artigo, sob pena de lhe darmos um enfoque superficial. A analgesia não é opcional: ao contrário, é uma imposição social, e só por esse aspecto justifica-se um olhar mais atento.
10. M. Szejer. *Palavras para nascer: a escuta psicanalítica na maternidade*, São Paulo, Casa do Psicólogo, 1999, p. 118.

11. J. Laplanche. *Vocabulário da psicanálise*, 3a ed., São Paulo, Martins Fontes, 1998, p. 384.
12. M. Langer. *Maternidade e sexo*, Porto Alegre, Artes Médicas, 1981, p. 191.
13. M. Langer, op. cit., p. 191.
14. H. Deutsch, *La psicología de la mujer*, Edición Losana, Buenos Aires, 1947, p. 46, in M. Langer, op. cit, p. 210.
15. Há um equívoco recorrente em associar-se obstetrícia ao sexo masculino. Na experiência prática, não se observa qualquer diferença de tratamento ligada ao fato de as parturientes serem atendidas por médicos ou médicas.
16. M. Langer, op. cit., p. 222.
17. R. Debray, *Bebês/Mães em revolta: tratamentos psicanalíticos conjuntos dos desequilíbrios psicossomáticos precoces*, Porto Alegre, Artes Médicas, 1988.
18. R. Debray, op.cit, p. 32-33.
19. M. Szejer, op.cit, p. 46-50.
20. M. P. Fuks, *Mal-estar na contemporaneidade e patologias decorrentes*, texto cedido pelo próprio autor durante o curso Psicopatologia Psicanalítica e Clínica Contemporânea, s/d.
21. Não podemos generalizar essa postura irrefletida, embora seja alarmantemente corriqueira. Há profissionais, no entanto, que demonstram uma atitude crítica e consciente quanto a sua posição como médicos, no exercício da obstetrícia.
22. S. Freud, (1931), "Sexualidade Feminina", in *Obras completas*, Vol XXI, Rio de Janeiro, Imago, 1974, p. 271-272.
23. S. Freud, (1916-1917), Conferência XX, Vol. XVI, in op.cit, p. 355-356.
24. S. Freud, (1900), "A interpretação dos sonhos", vol V, in op. cit, p. 429.
25. S. Freud, (1924), "A dissolução do complexo de Édipo", Vol. XIX, in op. cit., p. 223.
26. T. Pinheiro, "Reflexões sobre a base do amor materno", in M. Hilferding, *As bases do amor materno*, São Paulo Escuta, 1991, p. 133.
27. "A relação de uma criança com quem quer que seja responsável por seu cuidado proporciona-lhe uma fonte infindável de excitação sexual e de satisfação de suas zonas erógenas. Isto é especialmente verdadeiro, já que a pessoa que cuida dela, a qual afinal de contas, em geral, é sua mãe, olha-a ela mesma com sentimentos que se originam de sua própria vida sexual: ela a acarícia, beija-a, embala e muito claramente a trata como um substitutivo de um objeto sexual completo". Freud, op. cit., p. 229-230. (grifo nosso)
28. idem.
29. T. Pinheiro, op. cit., p. 133.
30. R. Soifer, *Psicologia da gravidez, parto e puerpério*, Porto Alegre, Artes Médicas, 1980, p. 59.
31. S. Freud, *A organização genital infantil*, Vol. XIX, in op. cit., p. 183.
32. O sistema de alojamento conjunto, no qual a mãe fica com o recém-nascido em seu próprio quarto sob os cuidados e apoio da equipe da maternidade, ainda encontra dificuldades em ser implantada, apesar das campanhas favoráveis.
33. S. Freud, (1905), *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, Vol. VII, in op. cit., p.201-202.
34. A episiotomia é a única cirurgia realizada sem a autorização expressa do paciente. Como procedimento de rotina, é condenada pela OMS, mas realizada na quase totalidade dos partos em países onde as mulheres têm um histórico papel de inferioridade social. Maiores informações consultar: "Maternidade segura – Assistência ao parto normal – um guia prático", Ministério da Saúde, OMS/ SRF/ MSM/ 9624.
35. Recentemente, entrando em contato com um obstetra que acompanharia o parto de um bebê anencéfalo (com uma chance de sobrevivência de, no máximo, 12 horas após o nascimento), a psicanalista ouviu a seguinte exclamação de alívio, quando se identificou e disse que acompanharia o parto: " - Que bom que vai ter alguém para cuidar da gente na hora!"



A clínica dos farrapos:

por uma clínica psicanalítica das desorganizações¹

Rubens Marcelo Volich

Todo psicanalista já se viu confrontado com impasses, ou com efeitos iatrogênicos no tratamento de pacientes marcados por dificuldades na associação livre, pelo surgimento de silêncios e angústias indizíveis.

“... todo artista tem de ir aonde o povo está”.

MILTON NASCIMENTO

Voávamos em céu de brigadeiro...

Há dois anos em análise, três vezes por semana, Sofia sempre parecera à vontade, e mesmo entusiasmada com as viagens que emprendia por seu mundo interior. Não lhe era difícil iniciar as sessões, transitava bem de um assunto para outro, sonhava com frequência, acolhia minhas interpretações, encantava-se com suas descobertas.

Sofria também, é verdade. Sobressaltos, medos, tristezas... Surpresas que o inesperado de um lapso lhe preparara, ou que as vicissitudes da vida obrigavam-na a enxergar. Corajosa, ela as enfrentava, com as compreensíveis resistências que buscam, antes de tudo, prote-

ger-nos da dor. Nesses momentos, ela guardava um certo silêncio, respirava fundo e, pouco depois, reemergia, com os olhos marejados, mangas arregaçadas, prestes a voltar ao trabalho. Novas lembranças, expectativas. Novos mergulhos.

Durante dois anos, percorremos juntos as aventuras que vivera ao longo de seus 32 anos. Sofia viajava... O carro mal estacionado à porta do consultório a conduzia facilmente a sua admiração, quando criança, pela maneira segura de seu pai dirigir. Ouvindo os gritos das crianças brincando na casa vizinha, sem cerimônia, ela se convidava, junto com seu irmão e sua irmã mais novos, a participar de suas brincadeiras. Em um dia parti-

Rubens Marcelo Volich é psicanalista, doutor pela Universidade de Paris VII - Denis Diderot, professor do curso de Psicossomática do Instituto Sedes Sapientiae, autor de *Psicossomática - De Hipócrates à Psicanálise e Hipocondria - Impasses da alma, desafios do corpo*, (Casa do Psicólogo) e co-organizador e autor dos livros da série *Psicossoma* (Casa do Psicólogo).

cularmente tumultuado em que ficara sem comer, a fome sentida durante a sessão foi naturalmente saciada pelas lembranças de sua avó e de sua mãe, que sempre se esmeraram em mimá-la com as mais suculentas guloseimas. Até eu sentia água na boca...

Com efeito, não me era difícil acompanhar Sofia em seus devaneios, em suas lembranças, em suas associações. Ela as produzia como se eu não estivesse ali, porém seus relatos eram tão vivos, tão intensamente investidos, que era impossível não ser cativado por eles. Escutar Sofia era uma experiência esperada, que despertava em mim lembranças, sabores, cheiros, calafrios. Sessões intensas, em que o cansaço, de um e de outro, geralmente era reflexo de uma marcha que, apesar dos percalços, até então sempre avançara. Olhar para trás era uma experiência gratificante, ao constatar as distâncias em pouco tempo percorridas.

Naquele outono, porém, subitamente, o tempo virou. Deitada no divã, rapidamente, ela se transformara...

Aos poucos, as palavras foram se tornando difíceis, rarefeitas. Os silêncios, cada vez mais longos. As lembranças, cada vez mais escassas. As imagens, esmaecidas. Os sabores, insossos. Minha atenção, fugidia.

Suas feições, antes leves, tornaram-se sóbrias. Seus gestos, carregados. Seu olhar, perdido. Comecei a sentir saudades de Sofia.

Compreendia a causa de tal transformação. Com casamento marcado, Sofia vivia a ruptura amorosa de uma relação de oito anos. Surpreendia-me, porém, a violência dos efeitos que ela provocava.

Em três semanas, Sofia emudeceu. Suas faltas e atrasos à sessão aumentaram. Parecia indiferente às dificuldades de estacionar o carro e, mesmo, a uma mudança que eu realizara na sala de consultas. As crianças do vizinho passaram a brin-

car sozinhas, seus risos e gritos eram os únicos sons que ecoavam na sala. Sugeri que se juntasse a elas, que me acompanhasse, convidando-a para caminharmos, já que, naquele momento, ela não podia me convidar. Porém, meus comentários, minhas interpretações e mesmo minha pessoa pareciam não ter o menor interesse para ela.

Deitada no divã, de tempos em tempos ela balbuciava seu sofrimento. Sua fala, antes juvenil, fluida, fácil, arrastava-se então em tons monocórdios, num ritmo entrecortado, como correntes em um castelo mal-assombrado. Cada vez mais, a sombra da angústia parecia abraçar seu corpo, que, contorcido, parecia querer tomar a palavra. Era-lhe difícil distinguir entre a constrição daquele abraço e tantas dores que passaram a animar seu corpo. Uma dor mais intensa, porém, fez com que consultasse um médico, que diagnosticou uma úlcera estomacal em estado avançado. Nunca antes Sofia tivera um problema mais grave de saúde.

Nesse momento, sugeri a Sofia que reduzíssemos o número de sessões e que ela experimentasse sentar-se na poltrona. No início, ambos estranhamos a posição. Apesar da intensidade do processo que havíamos vivido até então, era como se nos encontrássemos pela primeira vez. Depois de algumas sessões, em silêncio ainda, ela me olhava com atenção, e até mesmo com uma certa curiosidade. Ela me estranhava, me reconhecia. Seu rosto parecia flutuar ao sabor desse movimento, contorcendo-se, distendendo-se. Depois de algum tempo, murmurou: *"Por quê?"* Sem pensar, respondi: *"Para te ver melhor..."* Uma enorme gargalhada de Sofia acompanhou a lembrança de uma história infantil. Voltamos a sonhar...

Lentamente, suas falas voltaram a se articular. Ela ainda me olhava, entre estranha e reconhecida. Pôde falar aos poucos de sua dor, do sonho depositado no casamento desfeito, do terror pelo rompimento de

Cada vez mais,
a sombra da angústia
parecia abraçar seu corpo,
que, contorcido,
parecia querer tomar a palavra.
Era-lhe difícil distinguir
entre a constrição
daquele abraço
e tantas dores
que passaram a animar
seu corpo.



uma relação da qual nunca duvidara. Falou também de outro pavor, insuportável, vivido no divã durante as semanas que se seguiram a seu rompimento amoroso. Aterrorizada, sentira-se cada vez mais solitária, incapaz de compartilhar comigo e mesmo de descrever seu terror. Sentira, desesperada, que também a mim perdia, paralisada, sem poder me ouvir ou reconhecer minha presença.

Algumas semanas depois, estranhando-me cada vez menos, sempre me olhando, ocorreu-lhe, pela primeira vez, a lembrança de uma cena infantil. Uma vez, aos quatro anos, sobressaltada e confusa, acordou no meio da noite ouvindo uma violenta discussão entre seu pai e sua mãe. Ambos gritavam, e, pelo barulho, objetos pareciam ser derrubados ou atirados ao chão. Sofia sentiu muito medo, não sabia se deveria se levantar da cama, ou esconder-se em baixo dela. Sem perceber, fez xixi no pijama, e ao pavor acrescentou-se a vergonha. Paralisada, não conseguiu dormir o resto da noite, sentindo-se suja, desconfortável e com frio por causa da roupa molhada.

No dia seguinte, com muito medo, contou para sua mãe o que vivera e perguntou-lhe o que havia ocorrido. Sua mãe, com os olhos tristes e vermelhos, tentou tranquilizá-la dizendo que nada acontecera, que provavelmente ela tivera um pesadelo. Sofia sabia que não fora um sonho, porém calou-se. Durante algum tempo, foi em sonhos que aquela cena se repetiu em sua vida.

Com o tempo, sumiram aqueles sonhos e as lembranças daquela noite. Com o tempo, intensificaram-se alguns costumes de sua vida. A espera ansiosa no final da tarde pela chegada de seu pai, a impossibilidade de adormecer sem as histórias contadas por sua mãe até quase a adolescência, a necessidade que tanto ela quanto seu pai a beijassem para que ela pudesse dormir.

Para Sofia,
voltar a sonhar sozinha
foi um pesadelo.
A angústia pelo sonho
desfeito tornou-se
cada vez mais intensa,
insuportável, terror,
clausura.

Apagaram-se, aparentemente, os traços daquela noite terrível. Sofia não se lembrava de nenhuma outra discussão entre seus pais e sempre considerou que eles fossem felizes juntos. Foi uma adolescente romântica, namorou, mas não encontrou naquela época nenhum rapaz que correspondesse ao homem de seus sonhos, por quem verdadeiramente se apaixonasse: um homem tranqüilo, acolhedor, que compartilhasse os mesmos gostos que ela, com quem nunca discutisse... Talvez por isso, pouco sofreu com as separações: sempre ficara triste, mas consolava-se pensando que fora melhor assim, pois dessa forma poderia continuar procurando por seu grande amor.

Foi quando, ao final da faculdade, conheceu Eduardo. Tranqüilo, dedicado, divertido, carinhoso, ele parecia desfilhar diante dela todos os atributos com os quais sempre sonhara. Seguro e confiável, sobretudo, ele a acolheu como ela sempre quis ser acolhida. Sua busca parecia ter terminado. Eram feli-

zes, seriam felizes. Viviam em harmonia, completavam-se, sonhavam os mesmos sonhos. Nada mais natural do que formalizar seu desejo de viver para sempre com aquele homem em quem sempre confiara.

Eduardo não tinha a mesma história que Sofia. Nem as mesmas certezas. Apesar de amá-la, duvidava. Apesar de acolher, também rejeitava. Apesar de sonhar, também temia pelo que sentia. Um dia o temor foi mais forte. Não lhe foi mais possível continuar sonhando com Sofia.

Para Sofia, voltar a sonhar sozinha foi um pesadelo. A angústia pelo sonho desfeito tornou-se cada vez mais intensa, insuportável, terror, clausura. Tudo perdia o sentido, e nada mais parecia valer a pena, nada mais parecia merecer ser compartilhado. Com ninguém. Nem comigo.

Desafios da clínica

Todo psicanalista, todo psicoterapeuta, já se viu confrontado com limites, impasses ou mesmo com os

efeitos iatrogênicos no tratamento de alguns pacientes. Nesses momentos, muitas vezes observamos a interrupção do discurso do paciente, dificuldades na associação livre, o surgimento de silêncios, de vazios, de angústias indizíveis, de momentos melancólicos, de atuações. Essas manifestações, mais ou menos duradouras, podem chegar, no extremo, a desorganizações mais profundas do funcionamento do paciente, a episódios psicóticos, a depressões graves, a somatizações agudas ou crônicas.

Freud sempre insistiu na especificidade do dispositivo clínico psicanalítico. Essencialmente, ele preconizava esse tratamento para as psiconeuroses, enquanto para as manifestações das neuroses atuais, e para os pacientes com doenças orgânicas a indicação desse dispositivo seria inadequada¹.

Segundo ele, os sintomas psiconeuróticos – obsessivos, fóbicos ou histéricos – são fruto do conflito entre uma representação que busca uma manifestação consciente e o recalque que impede que ela atinja esse fim. A ação terapêutica permite a retradução dessa formação de compromisso em seus termos originários. A energia investida e bloqueada no sintoma pode então ser reintegrada ao fluxo associativo, permitindo à representação recalçada aceder à consciência, superando a amnésia patogênica².

Por sua vez, as neuroses atuais obedecem a uma outra dinâmica, distinta do recalque. A neurose de angústia, a neurastenia e a hipocondria não apresentam formações de compromisso, formações substitutivas, conversões histéricas, nem sentido simbólico para os sintomas. Elas manifestam descargas comportamentais ou somáticas resultantes da impossibilidade ou da incapacidade de elaboração mental da excitação³. Muitas das manifestações atuais da subjetividade humana, como os estados *borderline*, os sintomas considerados “psicossomáticos”, os

O que fazer quando, mesmo a partir de uma indicação inicial adequada, desaparecem as condições que justificaram a indicação de uma psicanálise?

comportamentos impulsivos e destrutivos organizam-se em grande medida em torno dessas dinâmicas.

É verdade que os critérios clássicos para a indicação de uma análise, definidos por Freud, podem ainda ser utilizados no momento inicial de um processo psicanalítico. Porém, o que fazer quando, mesmo a partir de uma indicação inicial adequada, desaparecem as condições que justificaram a indicação de uma psicanálise, em função de dinâmicas mobilizadas pelo tratamento ou por acontecimentos da vida do paciente? Para essas pessoas, e mesmo em se tratando daquelas para as quais desde o início percebemos a inadequação da indicação de um tratamento psicanalítico, podemos ainda nos perguntar se a psicanálise nada teria a oferecer para aliviar seu sofrimento.

Sandor Ferenczi foi um dos primeiros a questionar as posições freudianas sobre essas questões. Ele sugeriu que as bases do dispositivo

psicanalítico, bem como suas referências teóricas seriam ainda pertinentes no tratamento das manifestações das neuroses atuais, e até mesmo para lidar com o sofrimento e com algumas das causas das doenças orgânicas dos pacientes. Para tanto, ele sustentava a necessidade de uma outra postura do analista e de modificações no dispositivo clínico⁴.

A partir de Ferenczi, muitos outros psicanalistas investigaram a possibilidade da utilização dos recursos da psicanálise na clínica dos pacientes não-psiconeuróticos, como psicóticos, *borderlines*, somatizantes, etc. O enriquecimento da teoria e da clínica psicanalíticas permitiu melhor compreender as fragilidades desses pacientes, a precariedade de suas vivências infantis e de seu desenvolvimento, o esgarçamento do tecido psíquico, as fragilidades narcísicas, a pobreza de seu mundo objetal e de representações.

S. Ferenczi, Ballint, M. Klein, R. Spitz, D. Winnicott e W. Bion destacaram-se entre aqueles que tentaram superar as limitações do enquadre psicanalítico clássico para responder às necessidades clínicas dos pacientes que apresentam tais características.

O reconhecimento da importância das relações precoces com a mãe para o desenvolvimento da criança, a melhor compreensão das fragilidades dessas primeiras relações, a constatação das limitações do trabalho associativo verbal, com a conseqüente exacerbação das manifestações comportamentais, da atividade motora, sensorial e somática determinaram várias das mudanças observadas no dispositivo terapêutico nas últimas décadas. O desenvolvimento da ludoterapia, da arte-terapia, das terapias conjuntas mãe-bebê, das terapias familiares, de grupo e corporais, do psicodrama e do relaxamento psicanalíticos são frutos diretos desses progressos.

Transformou-se também a posição do analista. A contratransferência ganhou importância crescen-



te como recurso para a apreensão e compreensão dos níveis mais primitivos de funcionamento. Continência, maternagem, reasseguramento, *holding*, a função do analista como ego-auxiliar do paciente deixaram de ser infrações graves à regra de abstinência do analista para se transformar em condições necessárias à instalação, e muitas vezes à própria sobrevivência do processo terapêutico dos pacientes narcísica e psiquicamente mais fragilizados.

A psicoterapia, considerada como uma “arte menor”, olhada com desprezo e desconfiança pelo *establishment* psicanalítico durante quase todo o século XX, ganhou seus títulos de nobreza tornando-se tema obrigatório em muitos encontros das maiores sociedades psicanalíticas, de todas as orientações, em todo o mundo. Subitamente, as posições de Winnicott, já defendidas desde 1947, de que a dimensão psicoterapêutica seria uma dimensão importante do próprio trabalho psicanalítico, foi reabilitada, ganhando notoriedade. Mais recentemente, Pierre Fédida rompeu veementemente com o desdém com que a psicoterapia sempre foi tratada no meio psicanalítico para revelar, na verdade, sua complexidade: “Uma psicoterapia é sempre uma psicanálise complicada”.⁵

Como, então, construir os instrumentos que permitam o exercício dessa clínica mais complexa em função da precariedade dos quadros de alguns pacientes, ou das características do trabalho terapêutico em meio institucional?

Do enquadre clássico à necessidade de sua transformação

Consideremos brevemente os pré-requisitos, as condições e as implicações do dispositivo clínico psicanalítico – o chamado “enquadre” – para compreendermos seus limites e a necessidade de sua transformação para o tratamento dos

pacientes que apresentam grandes fragilidades em sua organização psíquica ou que vivem momentos de intensa desorganização de sua economia psicossomática.

São conhecidas as principais características do *setting* psicanalítico clássico. Consultas individuais com frequência semanal variável (cada vez menor, como podemos observar), sessões com tempo fixo ou variável, duração indeterminada do tratamento, diferentes modos de pagamento de honorários. Geralmente, o paciente deita-se no divã, ficando o analista fora de seu campo visual. São importantes a não-familiaridade com o analista, bem como a sua neutralidade. O paciente comunica suas associações livres (“tudo o que lhe vem à cabeça”) ao analista que, por meio da atenção flutuante, é mobilizado por imagens, associações e sensações que se constituem como a matéria prima para as interpretações do material apresentado pelo paciente. A ver-

A
contratransferência
ganhou importância
crescente como
recurso para
a apreensão e
compreensão dos
níveis mais primitivos
do funcionamento
de Sofia.

balização é a via principal de comunicação entre ambos⁶.

Sabemos que mesmo o mais estrito respeito de todas as precauções técnicas com relação ao enquadre não garante nem é prova da existência de um processo analítico. O processo psicanalítico pressupõe, sobretudo, que um verdadeiro encontro ocorra entre o paciente e o psicanalista, que um investimento recíproco seja possível, que ambos possam apostar nas possibilidades de transformação, de um e de outro. A partir desse movimento, no contexto da transferência, as condições do enquadre e da relação podem propiciar a emergência dos conteúdos recalçados do paciente, a atualização e a transformação das fixações do passado, a consolidação dessa transformação graças ao trabalho de rememoração e de representação, a liberação de novas capacidades de investimento, o alívio do peso das compulsões à repetição. A análise promove os recursos do sujeito permitindo que ele possa experimentar e ampliar os prazeres auto-eróticos e objetivos, tolerar a frustração, desenvolver e ampliar as melhores possibilidades de simbolização e de representação⁷.

André Green ressalta que o aparelho psíquico é o espaço no qual a representação pode advir.⁸ A ampliação das condições para o desenvolvimento das funções representativas é um referente primeiro do trabalho psicanalítico. É esse um paradigma fundamental, útil, até mesmo no tratamento dos casos considerados “difíceis”, nos quais a atividade representativa encontra-se bastante comprometida. O processo terapêutico pode então ser essencialmente caracterizado como um *trabalho de figurabilidade*.

Como lembra Phillippe Jeammet, algumas vezes, as interpretações da resistência do paciente e da transferência negativa mostraram-se repetidamente inócuas, em função da ausência, mesmo que temporária, de uma base a partir da qual

algo pode ser transformado. Nesses casos, as modificações do enquadre podem ser uma alternativa importante para superar o impasse no trabalho terapêutico e reinstaurá-lo.

Observar, compreender e poder situar a relação do paciente com diferentes elementos do enquadre é uma parte essencial do processo psicanalítico, um importante instrumento da transferência e da interpretação⁹. A regressão e a capacidade de tolerar a frustração são dinâmicas centrais desse processo, mobilizadas pelo dispositivo psicanalítico.

**Regressões necessárias,
regressões iatrogênicas**

Deitado no divã, o paciente é convidado a retirar seu interesse do ambiente, abstrair a percepção dos objetos e a renunciar às gratificações imediatas, dinâmicas que propiciam o investimento dos processos alucinatórios, dinâmicas prototípicas das representações. A capacidade de suportar a frustração, a não-satisfação de desejos e de distinguir entre a realidade e a fantasia são condições necessárias que determinam o curso de tais dinâmicas. Essas, por sua vez, só podem organizar-se a partir da existência de um núcleo masoquista erógeno primário guardião da vida suficientemente constituído¹⁰. A posição no divã permite ao paciente subtrair sua pessoa ao olhar do outro-analista. Ele pode assim renunciar a colocar esse outro-analista como foco objetal primordial ou único para seu discurso, para suas fantasias, para seu desejo¹¹. Essas condições buscam favorecer tanto a associação livre do paciente como a atenção flutuante do analista, a *rêverie* onde se gestam as interpretações e as transformações buscadas no processo psicanalítico.

Muitas pessoas, de forma crônica ou passageira, não possuem os recursos necessários para o trabalho mobilizado pelo dispositivo psicanalítico. Elas apresentam grandes difi-

culdades no estabelecimento de vínculos significativos com seus semelhantes e parecem não dispor de uma economia psíquica minimamente estruturada que suporte os movimentos de investimento e desinvestimento, narcísico e objetal, necessários ao trabalho da transferência¹².

Ainda segundo P. Marty, as dificuldades de relação interpessoal são também reflexo da precariedade de estruturação e de organização dos sistemas tópicos (inconsci-

vistas à preservação de funções e da própria vida do sujeito.

A fragilidade dessas dinâmicas manifesta-se também por meio da rarefação da vida representativa, fantasmática e onírica que inviabiliza o trabalho livre-associativo. A escassez da matéria-prima representativa é acompanhada por uma desvitalização da dimensão afetiva do discurso e da relação terapêutica. O analista se depara, assim, com a carência do principal combustível que pode fazer

Há pessoas que apresentam grandes dificuldades no estabelecimento de vínculos significativos com seus semelhantes, e parecem não dispor de uma economia psíquica minimamente estruturada, que suporte os movimentos de investimento e desinvestimento narcísico e objetal.

ente, pré-consciente, consciente, Id, Ego, Superego). Como conseqüência, observamos a fragilidade da instauração do princípio de realidade, que dificulta a constituição dos movimentos regressivos e da tolerância à frustração, pilares do trabalho analítico. Nessas pessoas, são frágeis também os recursos para lidar com as exigências instintivas e pulsionais, e, principalmente, para promover a intricação necessária entre as pulsões de vida e de morte com

avançar o processo psicanalítico. São esses elementos que, desde Freud, sustentam as restrições de indicação de análise para pessoas com esses modos de funcionamento.

A contra-indicação da psicanálise para tais pacientes não se deve unicamente à dificuldade ou à impossibilidade de se beneficiarem do processo terapêutico devido à precariedade de seus recursos psíquicos e representativos. Mais do que isso, as condições de trabalho no



enquadre psicanalítico clássico e as dinâmicas que ele mobiliza podem até mesmo ser nocivas para esses pacientes. Para uma pessoa com recursos psíquicos relativamente bem organizados, as exigências de investimentos libidinais, a transferência, a regressão e as condições de frustração implícitas ao processo analítico são vias privilegiadas para colocar em movimento e promover o acesso ao recalçado, a superação de inibições e de fixações e o enriquecimento de

As condições regressivas do dispositivo analítico podem somar-se a movimentos contra-evolutivos, da ordem da desintração pulsional.

sua vida psíquica e libidinal. Para uma pessoa fragilizada, tais condições podem acentuar movimentos de desorganização e o esgarçamento ainda maior de um tecido vital já bastante comprometido.

Assim, as condições regressivas do dispositivo analítico podem somar-se a movimentos contra-evolutivos, da ordem da desintração pulsional, onde as regressões não encontram patamares de estabilização previamente constituídos por

fixações estruturantes, podendo converter-se em desorganizações progressivas graves e mortais. Como aponta P. Marty, a desorganização progressiva é fruto da precariedade do desenvolvimento ou de experiências traumáticas vividas pelo sujeito. Carregando as marcas da pulsão de morte, ela provoca o desaparecimento da hierarquia funcional das instâncias psicossomáticas¹³. Gradualmente, esse movimento contra-evolutivo provoca inicialmente a perturbação do funcionamento psíquico, podendo em seguida desencadear a intensificação de descargas automáticas e impulsivas pelo comportamento e, no extremo, atingir a desorganização de funções orgânicas, e, algumas vezes, a morte).¹⁴

A continência do enquadre face às desorganizações

A transformação vivida por Sofia novamente nos convoca.

Disponível, motivada, investida, desde o início ela se mostrou extremamente envolvida no processo psicanalítico. Sua demanda de análise era clara, suas entrevistas iniciais não despertaram em mim nenhuma questão que pudesse contra-indicar o prosseguimento de nossos encontros, do ponto de vista da transferência ou mesmo da adequação do enquadre.

Durante dois anos seu processo avançou a grandes passos. Suas associações fluíam com facilidade, navegava bastante à vontade em seu mundo interior, acolhia e digeriria bem minhas intervenções, mesmo aquelas que lhe eram mais dolorosas. As dificuldades e as resistências que encontramos nesse tempo nunca chegaram a ameaçar a continuidade de seu processo, tendo sido muitas vezes, ao contrário, um forte mobilizador de novas descobertas.

A ruptura de sua relação amorosa foi insuportável. Inesperada, ela fez explodir com uma violência surpreendente uma espécie de quisto

que durante todo o tempo da análise, e provavelmente durante toda sua vida, permanecera intacto, guardando vivas as marcas daquela briga noturna entre seus pais, da grave negação de sua percepção da discussão por sua mãe e todas as vivências perturbadoras que elas provocaram. Dupla ruptura, de uma paixão extremamente idealizada e do “quisto psíquico”, cujos efeitos foram devastadores. Em poucas semanas, Sofia, antes viva e próxima, transformou-se em um distante e estranho espectro. Apesar de meus esforços para chamá-la de volta, a olhos vistos volatilizavam-se as imagens de seu discurso, rarefaziam-se suas palavras, congelava-se o ar à nossa volta.

As mudanças de seu discurso e de sua expressão, a intensificação de suas sensações, de suas queixas corporais, de suas dores foram indicando, num crescendo, a degradação de sua economia psicossomática. A inocuidade de minhas intervenções, a distância progressiva que se instalava entre nós apontaram para a necessidade urgente de intervenções de outra ordem. A manifestação abrupta da úlcera estomacal desencadeou o sinal de alarme que determinou minha decisão de convidá-la a trabalharmos frente a frente e a diminuir a frequência de nossos encontros cuja proximidade, no meu entender, ela não tinha, naquele momento, condições de tolerar.

Como sabemos, a mudança no enquadre é arriscada no tratamento de casos graves. Com Sofia, surtiu efeito. Era diferente, dizia ela, ficar em silêncio no divã, e silenciar podendo olhar-me. As lembranças de tudo o que vivera na análise antes da ruptura com Eduardo pareciam cenas longínquas, de um passado remoto. Ela lembrava do entusiasmo que tinha pela análise, lembrava que gostava de mim, mas nada daquilo estava presente naquele momento. Sabia que eu não era um estranho, mas sentia que precisava me conhecer.

No jogo de esconde-esconde, sabíamos onde nos encontrar, mas era importante que nos procurássemos, como se não o soubéssemos. Foi em meio à brincadeira do estranhar-me e reconhecer-se que, num momento de estranhamento ela me perguntou “por quê?”. Naquele instante, ainda hesitante quanto aos efeitos do enquadre modificado, eu pensava na curiosa experiência que vivíamos, observando-nos, um frente ao outro, quando respondi “para te ver melhor...”

Sofia já estava longe, quando, com sua gargalhada, sinalizou-me que poderíamos prosseguir, novamente, nossa jornada interrompida. Ela não mais precisaria carregar, solitária, as marcas daquela terrível história infantil, a sua própria, e provavelmente muitas outras que assombram o universo da infância. Lentamente, voltaram as palavras, os sonhos, as lembranças e, em meio a um choro profundo, ela pode recordar e compreender as marcas e os significados daquela cena noturna que durante toda a sua vida ela precisara calar.

Da complexidade da clínica das desorganizações

Até o rompimento com Eduardo, nada indicava, no funcionamento de Sofia, algo que pudesse sugerir um núcleo mais profundamente desorganizado ou uma propensão à “somatização”. Não apresentava em sua história nenhuma tendência particular para adoecer, nunca sofrera de nenhum episódio patológico mais grave. Apresentava, segundo os critérios de P. Marty, uma excelente mentalização, uma vida representativa rica, permanentemente colorida por afetos, sonhava, associava, enfim, vivia com prazer, e também, algumas vezes, com angústias objetivas bem definidas¹⁵. Antes da desorganização, da intensificação de suas dores e do diagnóstico de sua úlcera, desencadeados pelo episódio

da separação, ela não seria, de forma alguma, caracterizada, segundo a maior parte dos autores, como uma “paciente psicossomática”.

A experiência vivida por Sofia não é, de forma alguma, excepcional. A irrupção de desorganizações das mais diversas intensidades, com manifestação de sintomatologia orgânica ou não, ao longo de processos psicanalíticos, é bem mais freqüente do que se costuma considerar. A falta de familiaridade do analista com essas dinâmicas, que escapam ao repertório clássico das neuroses, e mesmo o das psicoses, muitas vezes o leva a compreendê-las dentro da perspectiva da histeria e da conversão. Freqüentemente, essa leitura surte pouco efeito na continência do que é vivido pelo paciente e na transformação de sua dinâmica. Poucas vezes o analista considera que o enquadre terapêutico possa ser um fator que poderia estar aguçando o estado do paciente ou que, se modificado, poderia atenuá-lo.

Diante da gravidade da sintomatologia somática, muitas vezes o psicanalista ou o psicoterapeuta acabam por encaminhar seus pacientes a médicos e outros especialistas. É evidente a importância do diagnóstico e do tratamento médico de uma sintomatologia orgânica mais grave ou persistente apresentada por um paciente durante a análise. Porém, é também importante que essa sintomatologia, e as dinâmicas a ela subjacentes, possam encontrar continência no processo psicanalítico para serem, depois de estancado o movimento de desorganização, compreendidas e transformadas em manifestações menos ameaçadoras à saúde do sujeito.

Por outro lado, no meio médico, o cuidado do paciente raramente considera os movimentos de desorganização da economia psicossomática, a importância da dimensão relacional do encontro terapêutico para lidar com tais movimentos e a possibilidade de potencializar os recursos terapêuticos da medicina

por meio de enquadres específicos para lidar com essas dinâmicas. Constata-se, assim, o crescente mal estar do terapeuta – psicanalista, psicoterapeuta, médico e outros profissionais da saúde – não apenas diante dos pacientes que apresentam manifestações somáticas não conver-sivas, mas também de vários outros que desafiam, sabotam e fazem fracassar seus recursos terapêuticos, como nos quadros hipocondríacos¹⁶.

A inadequação, os riscos, e mesmo a nocividade do dispositivo psicanalítico clássico para o tratamento desses pacientes evidenciam a necessidade de transformar o enquadre terapêutico de forma a adequá-lo aos recursos e necessidades dos pacientes mais fragilizados do ponto de vista da economia psicossomática. A referência psicanalítica, porém, continua sendo importante. Como aponta P. Fédida, “em alguns casos a instauração da cura psicanalítica é, do ponto de vista da clínica psicopatológica, completamen-

Até
o rompimento
com Eduardo,
nada indicava, no
funcionamento de
Sofia, algo que
pudesse sugerir um
núcleo mais
profundamente
desorganizado ou
uma propensão à
“somatização”.



te impossível, mas ao mesmo tempo uma situação psicanalítica é teórica e tecnicamente exigida. Os pacientes ditos “psicossomáticos” se enquadrariam nessa categoria, no mesmo nível que os psicóticos, ou os que apresentam comportamentos psicopáticos”¹⁷.

Da mesma forma, na medicina e, em particular, nos serviços de saúde, é importante que o trabalho institucional crie condições para o acolhimento e o tratamento das desorganizações psicossomáticas por meio de enquadres terapêuticos específicos e adequados que permitam conter e interromper os movimentos desorganizadores que ameaçam o paciente e que, até mesmo muitas vezes, prejudicam o curso dos tratamentos clínicos, quimioterápicos e cirúrgicos clássicos. Nesse caso, não se trata de preconizar o tratamento psicanalítico indiscriminado em meio hospitalar ou em outras instituições de saúde. Porém, como sugere J. Bleger, é

importante que um pensamento psicanalítico possa ser promovido no meio médico de forma a ampliar a compreensão do paciente, incluindo os fatores psicodinâmicos no diagnóstico e na terapêutica, criando enquadres individuais e coletivos para lidar com eles.¹⁸

Das condições necessárias à clínica das desorganizações

Em seu tempo, entre as condições ideais para a realização de uma análise, Freud preconizava que o paciente evitasse realizar “grandes mudanças” em sua vida (casar, mudar de trabalho, de cidade, etc.)¹⁹ Ao mesmo tempo em que buscavam evitar que o paciente deslocasse ou atuasse na realidade desejos que deveriam ser elaborados da análise, tais recomendações eram também um prolongamento da organização do dispositivo clínico, com vistas a promover o movimento regressivo

necessário à investigação do inconsciente, ao espaço onírico da sessão, à instalação do processo transferencial/contratransferencial.

Muito já se discutiu a respeito das perturbações cada vez mais graves na constituição da subjetividade em nossos tempos. Nas condições de vida atuais, até mesmo com o aumento significativo da duração de uma análise, é impossível sustentar de forma indiscriminada tais recomendações. Ao contrário, vivemos tempos marcados pela alienação crescente do sujeito de seu desejo, pela intensificação de suas respostas cada vez mais automáticas às exigências externas, e pela urgência de satisfação exigida pelo sujeito e reforçada pela ideologia vigente. Em meio às turbulências do social e do econômico, à fragmentação dos laços sociais e pessoais, hoje, mais do que nunca, o processo psicanalítico seria provavelmente inviável se só pudesse ocorrer nas condições ideais preconizadas por Freud.

Poucas vezes o processo terapêutico transcorre em meio a um ambiente protegido, tranquilo, sem turbulências. Cada vez mais, terapeuta e paciente são obrigados a navegar em meio a violentas tempestades, contra as quais, frequentemente, nem mesmo o estrito respeito ao enquadre consegue criar condições mínimas de proteção e de pára-excitação, necessárias para que o trabalho associativo e de elaboração seja possível.

Sabemos das dificuldades, e, quase sempre, da impossibilidade de instauração de um processo terapêutico sem que haja uma demanda do paciente. Para muitas pessoas, procurar uma análise ou uma psicoterapia surge como mais um item do amplo leque de promessas mirabolantes de bem-estar e de cura que a sociedade moderna faz vislumbrar a seus membros. Para além de sua queixa do momento, alguns pacientes não se sentem implicados em um processo psicoterapêutico com vistas a melhor conhecer seu

Cada vez mais,
terapeuta e paciente
são obrigados a navegar
em meio a violentas
tempestades,
contra as quais,
freqüentemente,
nem mesmo o estrito
respeito ao enquadre
consegue criar condições
mínimas de proteção.

mundo interior. Muitos até mesmo vêm simplesmente solicitar, como numa sala de emergências, o alívio mais rápido possível para sua dor e seu sintoma. Poucos entre esses conseguem, passada a emergência, constituir uma demanda de análise.

Nas instituições de saúde, nos consultórios e mesmo na clínica psicanalítica, cada vez mais somos confrontados com pacientes trazendo frágeis ou nenhuma demanda. Demandas frágeis e inexistentes por serem tênues e incipientes as vias que lhes permitiriam aceder a seu desejo, rarefeitos os laços de sua relação a seu semelhante, condição na qual um desejo pode se constituir, e, eventualmente, buscar ser satisfeito. Apenas muito precariamente alguns conseguem alcançar a experiência de desejar e ser desejado.

Muitas vezes, esses pacientes até chegam encaminhados por profissionais sensíveis ao benefício possível de um processo psicoterapêutico. Porém, muitos desses pacientes não conseguem compreender o sentido desse encaminhamento. Eles o aceitam por submissão à «prescrição» de seu médico, tentando com frequência reproduzir na psicoterapia as condições da consulta médica, em função da transferência ainda depositada naquele médico a quem sua primeira demanda de alívio foi dirigida, e decepcionada.

A clínica das desorganizações se situa no âmago e em perfeita continuidade com a clínica psicanalítica. Nessa perspectiva, é possível, vislumbrando a constituição e o desenvolvimento humanos, reconhecer as condições do sujeito para avançar ou retroceder na utilização de seus recursos mais ou menos evoluídos para funcionar segundo estratégias e objetivos diferentes daqueles inicialmente determinados pela ordem anatômica ou fisiológica. A dinâmica pulsional é o melhor exemplo desse modo de funcionamento. Da necessidade fisiológica de alimentar-se para manter-se vivo emerge a possibilidade do prazer

erógeno independente dessa necessidade. Do desamparo constitucional surge a possibilidade de vincular-se de forma autônoma a outro humano. No sentido contra-evolutivo, a possível desorganização da economia psíquica pode degenerar na desorganização da ordem corporal, fisiológica e mesmo anatômica.

O objetivo da clínica das desorganizações é permitir a cada um encontrar seus melhores modos de funcionamento com relação aos recursos que lhe são imediatamente disponíveis. O horizonte terapêutico visa propiciar a evolução e o enriquecimento desses recursos e, em especial, dos recursos psíquicos e representativos, por meio de um trabalho de figuração, de criação e instalação do espaço onírico e lúdico. A descrição da instauração do espaço potencial e da constituição dos objetos transicionais, feita por D. W. Winnicott²⁰, é pertinente para a compreensão dos movimentos fundamentais dessa clínica.

Inicialmente,
o contato
com o paciente
visa a criação
de um espaço
de confiança
no qual
uma aposta
possa se
estabelecer.

Para alcançar tais objetivos, com os pacientes mais fragilizados, o terapeuta encontra-se diante da difícil e angustiante necessidade de inicialmente trabalhar num regime de urgência. Ele é convocado para lidar com funcionamentos mais primitivos do paciente, os quais podem até colocar em risco a integridade e mesmo a existência do sujeito.

Dos recursos do paciente ao enquadre na clínica das desorganizações

A precariedade desses funcionamentos e os riscos que eles comportam para o paciente determinam as necessidades de mudanças no enquadre psicoterapêutico. A especificidade dos recursos dos pacientes exige que o enquadre e a postura do psicanalista, do psicoterapeuta e mesmo do médico (se possível...) sejam modulados pelas oscilações evolutivas e contra-evolutivas dos modos de funcionamento psicossomático. Como sugere A. Green, o manejo do enquadre visa a facilitação da função de representação.²¹

Inicialmente, o contato com o paciente visa a criação de um espaço de confiança no qual uma aposta possa se estabelecer. Uma aposta que permita ao paciente depositar ali, naquele espaço, o que lhe é insuportável conter dentro de si, e na capacidade do terapeuta de tolerar aquilo que o paciente não tem condições de suportar. Uma aposta de que, por meio dessa relação, seja possível para o paciente nomear o que para ele era inominável. Aposta-se também na virtualidade de um desenvolvimento possível, no qual o paciente possa vir a desenvolver melhores recursos para lidar com seu sofrimento, seu desamparo, seu abandono, no qual possa vir a constituir, formular e tentar realizar desejos e demandas.

Muitas vezes, no inverno dos primeiros encontros, e por um bom tempo, tênues sinais, percepções e



A desvitalização
característica
de muitos pacientes,
a fragilidade de suas estruturas
narcísicas e de suas experiências
libidinais exigem um intenso
investimento do terapeuta
para que o tratamento
seja possível.

sensações brutas (ruídos, luzes, frio, calor), comportamentos, manifestações e doenças orgânicas são o único material apresentado pelo paciente. O espaço terapêutico constitui-se assim, desde o início, como um lugar onde as experiências mais primitivas, mais banais e mais concretas podem ser depositadas, na esperança de que, em algum momento, no contexto da relação com o terapeuta, elas possam germinar, florescer, frutificar e adquirir sentido por meio do trabalho de figuração.

Função estruturante, função materna

A relação terapêutica configura-se assim como um sucedâneo da função materna. Nos primeiros tempos do desenvolvimento infantil, cabe aos pais criar as condições para a emergência e para a aquisição das competências da criança. A partir do desamparo, da precariedade de re-

ursos e da completa incapacidade de sobreviver por si mesmo, o bebê conta inicialmente com os recursos parentais para, asseguradas suas necessidades vitais e afetivas básicas, adquirir e desenvolver de forma gradativa e cada vez mais autônoma seus próprios recursos. Assim, segundo P. Marty, a clínica dos pacientes com funcionamentos mais primitivos e fragilizados deve orientar-se da “*função materna à psicanálise*”²².

Inicialmente, o objetivo terapêutico é, sobretudo, criar condições para que, pela relação terapêutica, o paciente possa dispor de recursos representativos cada vez mais ricos e evoluídos de forma a diminuir o risco patológico e vital determinado pelas desorganizações.

P. Marty ressalta que, para alcançar tais objetivos, o terapeuta deve recorrer aos recursos mais essenciais de comunicação para o estabelecimento e para a continência da relação com o paciente. Espera-se que lhe seja possível promover

sua capacidade de “*identificação renovada com o paciente (a qualidade de sua empatia)*”, utilizar seus recursos verbais e não-verbais, e, mediante a posição face a face, tentar “*assegurar as primeiras bases de uma proximidade bilateral identificatória*”. Esses movimentos constituem-se como bases a partir das quais se organizam a reanimação libidinal do paciente e o desenvolvimento das instâncias tópicas do psiquismo (em especial do pré-consciente), que propiciam um melhor tratamento psíquico da excitação.

A desvitalização característica de muitos desses pacientes, a fragilidade de suas estruturas narcísicas e de suas experiências libidinais exigem um intenso investimento do terapeuta para que o tratamento seja possível. Nos momentos em que predominam os movimentos de desorganização, o processo terapêutico é solicitado de forma a propiciar ao paciente um verdadeiro movimento de *sedução estruturante*, com vistas à instauração e à organização das estruturas e dinâmicas psíquicas e libidinais mais primárias. Uma sedução primitiva e necessária – a exemplo daquela descrita por J. Laplanche²³ – que apresenta à criança os primeiros *significantes enigmáticos*, estruturantes e organizadores do desenvolvimento do sujeito, de sua vontade de saber, de suas dinâmicas narcísicas e objetais e de suas relações com o mundo.

A função materna, o *holding* do terapeuta, propiciam ao paciente a experiência de se sentir investido, promovendo dessa forma o estabelecimento progressivo da própria capacidade do paciente de investir. À medida que o espaço terapêutico se consolida como um ambiente de continência, e que o terapeuta se constitua como uma pessoa significativa para o paciente, podem estruturar-se no paciente as experiências de ausência e de presença, dialética em que se forjam as capacidades de alucinação, de fantasia, de sonho e de representação. Por

A indicação do divã
ou do dispositivo
face a face
resulta da avaliação
das condições da organização
pulsional e dos recursos
tópicos e representativos
do paciente.

meio dessas experiências, podem estruturar-se as primeiras organizações erógenas, os suportes narcísicos, e também consolidar-se os recursos de ligação entre as pulsões de vida e de morte, os núcleos masoquistas erógenos primários, que permitem suportar o sofrimento provocado por ausências e perdas, aumentando também a tolerância à frustração. Ao mesmo tempo, tornam-se mais densas e estruturadas as instâncias e dinâmicas psíquicas, bem como mais fluidas as dinâmicas e a circulação entre elas²⁴.

Com os pacientes mais fragilizados, que apresentam modos de funcionamento mais precários e fragmentados, com aqueles que vivem momentos de desorganização, as intervenções do terapeuta funcionam como balizadores, como andaimes a partir dos quais uma estrutura mais consistente e definitiva pode vir a se constituir. Tanto pela precariedade do material como pela inexistência de um terreno mais firme onde uma interpretação mais incisiva possa se ancorar, as interpreta-

ções mais profundas, de natureza pulsional, regressivas e de forte potencial conflitivo são desaconselháveis pelo risco de intensificarem os riscos de desorganizações mais intensas. Interpretações desse tipo ameaçam até mesmo provocar o desmoronamento daqueles frágeis andaimes.

Diante da precariedade de seu funcionamento representativo e fantasmático, o trabalho com esses pacientes convoca necessariamente o terapeuta a uma observação mais atenta e a uma maior inclusão em suas intervenções não apenas dos conteúdos verbais, mas também das manifestações motoras, perceptivas e sensoriais do paciente, assim como de elementos de sua realidade de vida. Como lembra Ph. Jeammet, no próprio desenvolvimento do sujeito, o trabalho representativo e o pensamento apóiam-se, sempre, sobre as primeiras experiências sensoriais, perceptivas e motoras²⁵.

Essa perspectiva encontra-se em perfeita sintonia com as conhe-

cidas colocações de Piera Aulagnier²⁶, quando aponta que as funções corporais são a matéria-prima das representações psíquicas, ressaltando que a atividade de representação é o equivalente psíquico do trabalho de metabolização, próprio à atividade orgânica. Portanto, segundo Aulagnier, a função materna é uma função interpretativa que pode propiciar à criança a transformação de suas experiências corporais, sensoriais e perceptivas em representações, fantasias, sonhos e símbolos. É a partir da qualidade das experiências de proximidade e de afastamento do corpo materno que essas funções e os recursos da criança poderão se desenvolver de forma mais ou menos satisfatória.

O olhar, corpo a corpo à distância

No espaço da sessão, as experiências de proximidade e de afastamento são vividas mediante a da relação transferencial, mas também são condicionadas pelas condições reais do encontro entre o terapeuta e o paciente, no divã ou na poltrona. A possibilidade de prescindir do contato visual, ou, ao contrário, a necessidade de sustentá-lo dependem dos modos de funcionamento do paciente.

A indicação do divã ou do dispositivo face a face resulta da avaliação das condições da organização pulsional e dos recursos tópicos e representativos do paciente. Inúmeros autores apontam que o encontro face a face é particularmente indicado aos pacientes *borderline* e aos que apresentam doenças somáticas constituídas no contexto de um movimento de desorganização progressiva²⁷. Ainda inspirados pelo paradigma do desenvolvimento infantil, eles apontam que a posição face a face constitui-se, na relação entre o terapeuta e o paciente, como um *corpo-a-corpo à distância*, necessário a esse



último para lidar com seus núcleos e experiências mais primitivas.

Essa posição facilita a constituição do espaço de continência e de apoio na sessão, permitindo moderar e melhor manejar frustrações e regressões potencialmente desorganizadoras. O contato visual facilita o exercício da função materna, e a constituição da relação especular que funda e organiza o narcisismo do sujeito²⁸.

A proximidade propiciada pelo olhar oferece um melhor manejo das experiências de proximidade e distância, de presença e de ausência que moldam a diferenciação com relação ao objeto e a emergência da experiência alucinatória, fantasmática e representativa. Confrontando a percepção de si mesmo com o olhar do outro modifica-se a relação do sujeito consigo mesmo, de forma propícia ao movimento de subjetivação e à simbolização de suas trocas com o outro. Fica assim facilitada também a organização dos

movimentos mais primitivos da identificação primária, das projeções e identificações projetivas²⁹.

A posição face a face é também um recurso que pode promover a “sedução necessária” ao tratamento desses casos. Descrevendo o processo terapêutico de dois casos descritos como “difíceis”, M. Aisenstein comenta,

“Diante da cena primitiva, ver e escutar encontram-se em um mesmo gradiente. Para algumas estruturas psíquicas, o ruído dessa cena não pode se transformar em figurações continentas, e, em vez de produzir excitações fecundas que enriquecem o aparelho psíquico, promovem a desorganização. Propícia à regressão, a posição do divã implica que a sedução da transferência seja aquela da ausência e do cenário imaginário. A privação visual é fundamental nesse processo e não deve provocar nem sideração nem uma excitação invasiva. A adoção do face a face parece mais relacionada a um outro

fantasma originário: aquele da sedução da criança pelo adulto. [...] Pode parecer ousado, e mesmo arriscado falar de uma sedução dos pacientes, porém o investimento deve ser provocado, e toda identificação necessita de investimento.”³⁰

Os pacientes fragilizados nos recursos de sua economia psicossomática exigem uma implicação e um investimento maiores no processo terapêutico. Uma exigência que alcança o próprio corpo do terapeuta, que funciona em ressonância com aquilo que, no paciente, não é passível de ser falado, verbalizado³¹.

A contratransferência é um meio privilegiado para a apreensão das dinâmicas pulsionais que se encontram aquém da representação. Ela pode ser considerada, do ponto de vista econômico, como um pára-excitações que permite manter a atenção em um nível estável, mas também permite representar um instrumento de percepção do qual é exigida uma fina mobilidade adaptativa. Como sugere P. Fédida, a “*contra transferência é um lugar de ressonância e de verbalização de tudo aquilo que se experimenta no tratamento*”³². Ao mesmo tempo, a dimensão corporal dessa experiência é particularmente proeminente, levando o autor a sugerir que a experiência hipocondríaca se constitui como um verdadeiro paradigma da clínica, mesmo médica, dos pacientes com sintomatologia somática³³.

A intensa implicação exigida do terapeuta no trabalho com os pacientes mais desorganizados em sua economia psicossomática é muitas vezes questionada e, até mesmo, criticada por aqueles que se afeeram, a todo custo, ao princípio de neutralidade terapêutica, aos dogmas de escolas. Essa implicação é, porém, inevitável, não apenas para tornar minimamente eficaz a clínica desses pacientes, mas, mesmo antes disso, para viabilizá-la.

Entretanto, é importante considerar que acolher não significa assumir a vida ou o desejo do outro.

Entretanto,
é importante
considerar que acolher
não significa assumir
a vida ou
o desejo do outro.
Compreender não significa
ser condescendente.

Compreender não significa ser condescendente. Compartilhar não implica em realizar concretamente aquilo que os limites do paciente impedem que ele mesmo realize. Aguardar o momento em que seja possível para o paciente receber e elaborar interpretações mais profundas, simbólicas, transferências e interpretações das resistências não significa omissão. A regra da abstinência do analista, preconizada por Freud, continua a ter função em sua essência, mesmo que uma implicação maior do terapeuta seja necessária para esses casos.

A referência à função materna, ao acolhimento e ao envolvimento que ela implica são fundamentais. Porém, é importante também considerar que o enquadre terapêutico, mesmo (ou principalmente...) em meio institucional, exige a privacidade, condição de continência para os excessos aos quais geralmente o paciente se encontra submetido. Se o paciente não possui recursos próprios para lidar com situações nocivas do ambiente ou de pessoas de seu meio, o terapeuta inicialmente aposta na capacidade do paciente de criar ele mesmo, pelo processo terapêutico, seus recursos de proteção, evitando, tanto quanto possível, intervenções diretas ou indiretas sobre o ambiente. Porém, algumas vezes, em situações extremas, quando, apesar dos progressos do trabalho terapêutico, o paciente ainda não é capaz de fazê-lo por si mesmo, pode ser necessário que o terapeuta realize tais intervenções sobre esse ambiente ou pessoas desse ambiente, como forma de preservar a integridade do paciente ou mesmo para evitar um risco maior a sua vida. Em alguns casos, a decisão é ainda mais delicada, pois de intervenções desse tipo pode depender o próprio prosseguimento do trabalho terapêutico.

É compreensível a polêmica existente em torno dessas últimas considerações, ou mesmo, de forma geral, a polêmica sobre a ade-

quação do referencial psicanalítico para a compreensão e o tratamento dos pacientes com características acima descritas. Porém, diante desses últimos, a clínica das desorganizações nos lança, claramente, um desafio: aceitarmos e nos conformarmos de forma indiscriminada com as preconizações técnicas pautadas pelos egos ideais institucionais, ou nos arriscarmos ao desconforto de nos vermos envolvidos no corpo-a-corpo, perigoso, mas necessário, que viabiliza a aproximação do sofrimento do paciente e promove a estruturação do sujeito, principalmente o mais fragilizado.

A gargalhada de Sofia ainda ecoa em meus ouvidos.

Quando eu ainda me preocupava com a pertinência técnica da mudança que promovera no enquadre terapêutico, ela, naquele momento já bem mais à frente do que eu, lembrava-me de seu prazer recuperado, de sua gratidão por libertá-la de seu silêncio, convidando-me, novamente, a brincar. ■

NOTAS

1. As idéias aqui apresentadas foram desenvolvidas a partir da discussão com os colegas da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) e do Instituto da Mama do Rio Grande do Sul no simpósio "As linguagens do corpo e as escutas possíveis", e no encontro promovido pelo Círculo Psicanalítico de Pernambuco sobre o tema "Dos impasses da clínica a uma semiologia psicossomática da angústia", ambos em 2003. Agradeço a eles pela inspiração deste artigo.
1. S. Freud (1904), "O método Psicanalítico de Freud", *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud (E.S.B.)* VII, p. 257-266.
- _____, "Sobre o início do tratamento" (1913), *E.S.B. XII*, p. 164-192.
2. S. Freud (1895), "Sobre os fundamentos para destacar da neurastenia uma síndrome específica intitulada de 'neurose de angústia'", *E.S.B. III*.
3. S. Freud (1894), "As neuropsiconeuroses de defesa", *E.S.B. III*.
4. S. Ferenczi (1926), "As neuroses de órgão e seu tratamento", In: *Psicanálise III 1919-1926*, São Paulo, Martins Fontes, 1993.
5. P. Fedida, "Rêve, visage et parole. Le rêve et l'imagination de l'interprétation", in *Crise et Contre-transfert*, Paris, PUF, 1992, p. 131.
6. S. Freud (1912), "Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise", *S.E.B. XII*, p. 149-163.
- _____, (1913), "Sobre o início do tratamento", *S.E.B. XII*, p. 164-192.
7. Ph. Jeammet, "Le perçu, l'agi e la représentation dans le processus psychanalytique". In: Schaeffer J. et Diatkine G. (ed.), *Psychothérapies psychanalytiques*. Paris, P.U.F., 1998.
8. A. Green, *La causalité psychique. Entre nature et culture*, Paris, Odile Jacob, 1995.
9. J. Bleger, *Simbiose e ambigüidade*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977.
10. B. Rosenberg, *Masochisme mortifère, Masochisme gardien de la vie*, Paris, PUF, 1991.
11. M. Aisenstein (1998), *On est prié de ne pas tourner le dos*. In: Schaeffer J. et Diatkine G. (ed.), *op. cit.*.
12. Segundo a perspectiva evolucionista proposta por P. Marty, o organismo é permanentemente confrontado com excitações e estímulos internos e externos e com a necessidade de descarregá-los. Essa descarga pode ser essencialmente realizada por três vias: a *via orgânica*, a *ação* e o *pensamento*, que, nessa ordem, representam o grau hierárquico progressivo da evolução dos recursos da pessoa para responder a esses estímulos. Cf. P. Marty (1990), *A Psicossomática do Adulto*, Porto Alegre, Artes Médicas, 1994.
- _____, *Mentalização e psicossomática*, São Paulo, Casa do Psicólogo, 1998. Do ponto de vista da economia psicossomática, a possibilidade de utilizar os recursos representativos mentais (a fantasia, o sonho ou mesmo sintomas neuróticos), mesmo quando estão implicadas respostas orgânicas, é interessante por permitir poupar recursos do organismo e não comprometer seu funcionamento e sua integridade. Falhas no desenvolvimento e traumatismos perturbam e desorganizam a hierarquia evolutiva, que passa a se dar segundo modos mais primitivos de funcionamento. Cf. R. M. Volich, *Psicossomática - De Hipócrates à psicanálise*, São Paulo, Casa do Psicólogo, 2000.
13. P. Marty (1990), *op. cit.*
14. M. Aisenstein (1998), *op. cit.*
15. P. Marty (1998), *op. cit.*
16. R.M.-Volich, *Hipocondria - Impasses da alma, desafios do corpo*, São Paulo, Casa do Psicólogo, 2002.
17. P. Férida (1992), *op. cit.*, p. 131
18. J. Bleger, *Psico-higiene e psicologia institucional*, Porto Alegre, Artes Médicas, 1984.
19. S. Freud (1912), *op. cit.*
20. D. W. Winnicott, *O brincar e a realidade*, Rio de Janeiro, Imago, 1975.
21. A. Green, La double limite, *Nouvelle Revue de Psychanalyse*, 1982, n. 25, p. 267-283.
22. P. Marty, (1990), *op. cit.*
23. J. Laplanche, *Teoria da sedução generalizada - e outros ensaios*, Porto Alegre, Artes Médicas, 1988.
24. B. Rosenberg, *Masochisme mortifère, Masochisme gardien de la vie*, Paris, PUF, 1991. L. Kreisler (1992), *A nova criança da desordem psicossomática*, São Paulo, Casa do Psicólogo, 1999.
25. Ph. Jeammet (1998), *op. cit.*
26. P. Aulagnier, *A Violência da interpretação*, Rio de Janeiro, Imago, 1978.
27. M. Aisenstein, *On est prié de ne pas tourner le dos*. In: J. Schaeffer et G. Diatkine (ed.), *Psychothérapies psychanalytiques*. Paris, P.U.F., 1998. A. Green (1995), *op. cit.*, P. Marty (1990), *op. cit.*
28. J. Lacan (1949), "Os estádios do espelho com formador da função do Eu". In *Escritos*, São Paulo, Perspectiva, 1992
29. B. Brusset (1998), Relation de compréhension psychologique et écoute métapsychologique, in Schaeffer J. et Diatkine G. (ed.), *op. cit.*
30. M. Aisenstein (1998), *op. cit.*, p. 25.
31. R. M. Volich (2002), *op. cit.*, p. 243.
32. P. Férida (1992), L'angoisse dans le contre-transfert ou l'inquiétante étrangeté du transfert, in *Crise et Contre-transfert*, *op. cit.*, p. 171.
33. P. Férida, O hipocondríaco médico, In: Aisenstein M., Fine A., Pragier G. (org.) *Hipocondria*, São Paulo, Escuta, 2002.



A clínica psicanalítica das psicoses:

criação de possibilidades de existência

Alessandra Monachesi Ribeiro

Partindo do caso de um psicótico, atendido em uma instituição, esse texto visa a situar as construções delirantes no quadro da situação existencial do paciente.

Contar a clínica, viver a clínica... Como transformar em palavras e em escrita algo que é vivido como experiência complexa, repleta de nuances? Como narrar sem simplificar, como fazer com que a palavra não perca a carne e, com isso, a razão de sua existência?

A questão da palavra encarnada é uma que me instiga há tempos. Ela diz respeito à possibilidade de falar em nome próprio, apropriar-se de si mesmo e das experiências de vida, até onde isso seja possível. No mais, é responsabilizar-se pelo que lhe cabe e, também, pelo que permanece em si de inapropriável e para sempre estrangeiro.

O nome, a fundação, a assinatura... a palavra encarnada... diversas maneiras de enunciar um tema fundamental para a prática psicanalítica, especialmente

quando esta se dá no contexto de uma clínica das psicoses: *o tema da análise como criação da possibilidade de uma existência singular*. Existência entendida aqui como a condição de desejar, sonhar, falar em nome próprio ou, em outras palavras, de existir enquanto sujeito. Este é, a meu ver, aquilo de que a psicanálise trata – ou o que ela possibilita. Se quisermos ir adiante nessa linha associativa, poderíamos pensar que se trata da verdade de cada sujeito, a verdade do desejo inconsciente com que cada pessoa é confrontada e da qual se torna, por assim dizer, responsável. A psicanálise viabiliza essa responsabilidade por si mesma, até em relação ao que se lhe escapa.

Alessandra Monachesi Ribeiro é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, mestre em Psicologia Clínica pela PUC-SP.

Encontramo-nos,
em uma instituição pública
de saúde mental,
frente a um homem
cujo diagnóstico
é de psicose.
Ele tem cerca de 40 anos
e está há muito
tempo em tratamento
nessa instituição.

Escolhi apresentar trechos de um caso clínico de psicose, um dos primeiros em que tal problemática se evidenciou para mim, tendo funcionado como um fio condutor do tratamento. Cabe ressaltar, no entanto, que não vejo essa temática como exclusiva dessa clínica, mas antes ela parece servir para o campo psicanalítico como um todo. Portanto, na medida do possível, tentarei ampliar o alcance desta questão do âmbito das psicoses para aquele mais abrangente, da clínica psicanalítica.

É certo que existem diferenças evidentes entre neurose e psicose, trabalhadas em vasta literatura.¹ Essas se relacionam, *grosso modo*, às diferentes formas de constituição do eu e também aos diferentes modos como o psiquismo se organiza em torno de algum tipo de defesa. Há que se considerar também as peculiaridades na conformação de um *setting* psicanalítico, relativas ao enquadre institucional – no qual o indivíduo aqui apresentado foi aten-

dido. As condições de organização psíquica de cada sujeito, bem como os diferentes ambientes em que o tratamento pode ter lugar, criam distinções importantes. Contudo, não me deterei nesses pontos, a não ser naquilo em que se revelem imprescindíveis para a compreensão da reflexão que procuro aqui estabelecer.

O homem mais solitário do mundo

Encontramo-nos em uma instituição pública de saúde mental, frente a um homem cujo diagnóstico é de psicose. Ele tem cerca de 40 anos e está há muito tempo em tratamento nessa instituição – praticamente desde que ela foi fundada. Uma pessoa de ombros caídos, segurando uma pastinha em uma das mãos, o rosto sorridente quase que permanentemente. Um rosto jovem, de criança, um jeito educado de se apresentar. Eu diria: bonzinho, obediente ou,

se preferir dar asas à imaginação, manso... amansado... assujeitado.

Início o relato deste caso de maneira dura, esquemática, quase circunspecta para tentar traçar um contorno para o incontornável em que essa pessoa se apresentava, tentar fazer, através da escrita, aquilo que o próprio trabalho analítico buscou fazer: delimitar um contorno, um entorno, um contexto e, com isso, o recheio, a substância dessa pessoa. De que era composto esse ser?

O “Homem Solitário” – como o chamarei – era alguém que se esparramava, se perdia nos outros. Atormentado pela constante troca entre ele e seu entorno, apresentava-se, mais do que trocando, vazado. Sabia dos outros e os outros sabiam dele através de uma comunicação telepática constante. Com isso, a invasão, a total falta de privacidade e de intimidade e, conseqüentemente, a não necessidade de palavras. Para que falar se já está tudo dito e sabido?

Esse “Homem” me procurou, em um dado momento, com o pedido de que pudéssemos ler seu prontuário. Já havíamos tido uma série de contatos anteriores em outros contextos de tratamento na instituição – ou seja, ele havia participado de um grupo psicoterapêutico em que eu era uma das coordenadoras, de reuniões familiares, acompanhamento terapêutico em projeto moradia, projetos de pesquisa sobre religião e sobre loucura, entre outros – e, após um período em que mal o via na instituição, aparece com essa demanda. O que ele me pedia?

O “Homem Solitário”, pareceu-me, pedia para saber de si mesmo *através das palavras dos outros*, daqueles que teriam autoridade suficiente para dizer acerca de quem ele era. Um pedido alienado e alienante, um pedido de que os outros dissessem a verdade sobre ele mesmo... um ponto de partida, apostei, para algum outro lugar.

De que forma um pedido desses poderia relacionar-se com o que chamei de criação da possibili-



lidade de uma existência singular? Aqui serão necessárias algumas considerações.

Parto do que chamei de pedido alienado por parte do “Homem Solitário”, e tal circunstância me remete a pensar na importância que vários autores em psicanálise atribuem ao outro para a constituição do eu. É na alienação aos cuidados, aos olhares e ao desejo do outro que o sujeito se constitui. É o ponto de partida para que ele possa, em algum momento, falar em nome próprio.²

Dada nossa condição de profundo desamparo, somos legados à dependência absoluta no início de nossas vidas, dependência de alguém que nos constitua, nos contorne, nos nomeie. O ser humano nasce – enquanto possibilidade – na alienação aos cuidados, aos olhares e ao desejo do outro. É ser dito pelo outro o que cria para ele a condição de, em algum momento da vida, poder dizer de si, falar por si mesmo.

A problemática do sofrimento humano parece residir exatamente no paradoxo criado por essa condição de extrema dependência *versus* a necessidade de criar algo próprio, de diferenciar-se e, em última instância, superar sua própria condição, mesmo que temporariamente, mesmo que de maneira parcial. O “Homem Solitário” inicia seu contato comigo, então, mediante que parece ser a seguinte demanda: “diga-me quem eu sou”. O enigma da Esfinge recolocado.

Como entender esse enigma a partir do lugar de analista?

Se se trata de um pedido alienado e alienante para a pessoa, o que podemos propor é um deslizamento, um trânsito entre a interrogação que é dirigida ao outro e a possibilidade de que ela retorne para o próprio sujeito.

O deslizamento possível

O “Homem Solitário” começa a ler seu prontuário. Letras difíceis,

A problemática do sofrimento humano parece residir exatamente no paradoxo criado por essa condição de extrema dependência *versus* a necessidade de criar algo próprio, de diferenciar-se, e, em última instância, superar sua própria condição, mesmo que temporariamente.

períodos fragmentados, informações parciais... Retorna inúmeras vezes aos relatos iniciais, quando era descrito como alguém violento, extremamente agressivo com sua família, uma pessoa de dar medo, que, a qualquer momento, sem razão ou motivo aparente, poderia partir para cima de qualquer um. Lia, lia e relia... um contraste com essa pessoa que ele se tornara.

Tornou-se manso e seu pai, a figura onipresente em sua vida. O filho era sua prova e testemunho acerca da loucura, estando sempre bem o suficiente para atestar que as “propostas alternativas ao hospital psiqui-

átrico” não são inócuas sem que, com isso, fosse ameaçada sua possibilidade de falar desse filho como um doente – já que ele nunca estava tão bem assim – o que revalidava as condições para seu engajamento enquanto um “pai de psicótico”. Filho vitrine do pai, vitrine da instituição, vitrine da antipsiquiatria. Vitrines são transparentes, e o “Homem Solitário” também o era, especialmente em relação ao pai, a quem contava tudo o que se passava consigo.

A princípio, eu também me sentia vazada com essa situação, à medida que percebia que não estávamos os três presentes em seus



TEXTOS

atendimentos – ele, o pai e eu – mas apenas um. E não era o “Homem Solitário”, mas o pai que falava através dele, reafirmando-se continuamente. Por que, então, o chamei de solitário, se ele parece tão acompanhado dos outros? Mantenhamos essa questão em mente.

O deslizamento se fez possível a partir do momento em que ele começou a escrever em seu prontuário. Como ele via, a cada nova sessão, que eu tinha anotado algo na data da sessão anterior (uma anotação sucinta, que atestava seu comparecimento, sem maiores detalhes), propus que ele mesmo o fizesse. Entendia que ele teria mais propriedade para fazê-lo, e essa proposta levou a uma abertura inesperada.

Uma ruptura, um salto, um risco calculado. O que pode surgir quando damos a palavra ao paciente?

Freud³ correu esse risco calculado quando, ao tratar de suas históricas, deu a elas a palavra sobre si mesmas. Seria mais fidedigno dizer

que elas a tomaram dele, exigindo que fossem escutadas. Ele aceitou o jogo, e o que decorreu daí foi a invenção da psicanálise. Ou seja, a criação de uma aposta de que existe ali uma pessoa que sabe sobre si mesma, especialmente naquilo em que se desconhece mais profundamente e que lhe dá sentido. Aposta no sujeito, no desejo, no inconsciente, no recalque, no sentido e na articulação entre todos esses termos na transferência. Uma aposta complexa essa que o analista faz e que se renova a cada dia, com cada analisando, em cada sessão.

Parece-me que a análise, como criação da possibilidade de uma existência singular, acontece justamente nesse risco, nesse salto. Ou seja, por meio da legitimidade que a análise confere à fala de quem fala (o analisando), à existência de quem ali se encontra – o que quer que isso venha a trazer como consequência – ela cria um lugar para que o singular daquela pessoa se instaure. A análise

enquanto lugar do analista, um lugar de reserva, daquilo que Figueiredo⁴ chama de “presença reservada”, possibilita o estabelecimento de uma relação (transferencial) em que o analisando pode vir a transitar do lugar de alienado para o lugar de sujeito.

Para o “Homem Solitário”, escrever em seu prontuário criou a oportunidade de adicionar sua letra àquelas que falavam dele e, com o passar do tempo, até mesmo sua assinatura. Pôde me contar sobre seus temas favoritos: o Egito antigo e o espaço sideral. Nesse ponto, interrompia-se e dizia: “aí é a viagem, né doutora?”. A voz do pai, novamente, lhe dizia, sempre que ele começava a falar sobre algo singular, “que ele estava viajando”. Eu insistia em que ele viajasse ali, durante suas sessões. Como seu maior sonho era embarcar numa nave espacial rumo às estrelas, um dia decidiu que eu iria com ele, eu e umas tantas pessoas que já o haviam tratado, além de seus colegas de instituição.

Contou-me, então, que viera das pirâmides do Egito e do espaço sideral, mais precisamente do Sol. Isso ocorrera em um tempo sem tempo, há tanto tempo atrás que nem podia me explicar como tal fato se dera. Trouxe alguns recortes sobre o Egito antigo, relatos de enciclopédia acerca das pirâmides, figuras, histórias. Começou a desconfiar que eu também tivesse estado lá, no Egito, nas pirâmides, por ocasião de sua origem.

Ao ser incluída em sua versão acerca de si mesmo – uma construção delirante que, como pude constatar ao longo do tempo, existia de longa data e ficara apenas esmagada pela voz do pai, que desqualificava sua fala – tornei-me testemunha do acontecimento de seu surgimento, testemunha do processo que o levou a poder nomear-se. Não apenas testemunha, mas, além disso, figura participante, inserida por uma transferência⁵ bastante peculiar no momento de sua constituição.

Para o “Homem Solitário”,
escrever em seu prontuário
criou a oportunidade de adicionar
sua letra àquelas
que falavam dele
e, com o passar do tempo,
até mesmo sua assinatura.



O “Homem Solitário”
não tinha tempo,
não envelhecia.
Isso não acontecia
de forma radical,
como pude
testemunhar
em relação a outros
tantos pacientes,
para os quais
o hoje se perpetuava
e nenhuma história,
nenhuma memória.

Neste ponto, terei de considerar as vicissitudes de ser o “Homem Solitário” um psicótico, e a maneira como isso delineava o que acontecia em seu tratamento.

As condições dadas pela psicose

Se mencionei a condição de profundo desamparo e dependência na qual nasce o ser humano, foi também para resgatar que uma maneira de entendermos a psicose seria considerarmos que, nesse momento inicial, algo acontece, e o

trânsito possível entre a dependência absoluta e uma condição mínima de independência e diferenciação se vê obstaculizado. Em outras palavras, estou considerando a psicose como o resultado de uma falha no trânsito entre o estado de alienação e a possibilidade de ser sujeito.

Agrada-me particularmente a formulação de Piera Aulagnier⁶ acerca desse tema. Para ela, o que não se dá para o psicótico, ou se dá de forma diferente do que para o neurótico, é exatamente a possibilidade de que ele se despregue da alienação primeira em que teve início. Não lhe é facultada essa possibili-

dade porque o outro não o nomeia como um outro também. Ou seja: a mãe o vê como apêndice de seu próprio corpo e não como um sujeito distinto, separado e, conseqüentemente, capaz de criar sua própria singularidade. Assim, ele fica prisioneiro dessa primeira condição, sem contorno, sem corpo, sem ato, palavra ou desejo que lhe pertença.

A catástrofe dessa situação é que não há nem como pensar que um sujeito se constitui ali, a não ser de maneira fragmentada. É como se fosse – ao menos essa é a imagem que consigo fazer a partir do contato com pacientes psicóticos – uma existência que ainda não se iniciou, uma vida em *pause* – como quando colocamos um CD para tocar e apertamos o botão de pausa – um estado de suspensão.

Suspensão no tempo e no espaço. O “Homem Solitário” não tinha tempo, não envelhecia. Isso não acontecia de forma radical, como pude testemunhar em relação a outros tantos pacientes, para os quais o hoje se perpetuava e nenhuma história, nenhuma memória, nenhuma conservação do que acontecera antes podia existir. Para o “Homem Solitário”, ao menos, algum tempo se tornara possível, principalmente por conta do tratamento que fazia – e aqui incluo tudo o que fez ao longo de todos os anos em que se tratou – e, mais ainda, por conta da legitimidade que ganhou para ele a construção que iniciava acerca de sua história. Ele se lembrava de mim, de outras pessoas, de situações que passáramos juntos, construía narrativas.

No entanto, sua capacidade de historicizar, de ter tempo, falhava em alguns pontos, principalmente no que dizia respeito a sua origem no Egito e no Sol, uma origem sem tempo e espaço. E sem conexão alguma com qualquer outra história de sua vida.

Esse buraco (que pode ter se tornado um nó, um ponto de amarração de alguma coisa ao longo do processo analítico, como veremos

adiante) aparecia através de uma imagem, uma foto que carregava consigo na carteira, e que sabia ser dele quando criança. Um retrato em branco e preto de um garoto sentado, de calças curtas e suspensório, arrumado e sorridente. Era ele mas... quem era? Quem era ele da foto? Quem era ele que me mostrava a foto? Como o garoto da foto se tornou aquele que falava comigo?

Quando perguntava isso para ele, um abismo se abria, e lá íamos nós, para um poço sem fundo. Ele não sabia, não porque não se lembrasse – o que seria bastante provável, se ele estivesse em uma outra condição – mas porque não existia nada ali onde eu o interpelava, nenhuma substância. Não havia nada que preenchesse esse abismo, que fizesse ponte entre o garoto da foto e o “Homem Solitário”, era um vazio puro, e a angústia insuportável ficava comigo, que era capaz de senti-la. Parece-me que é essa experiência que Lacan⁷ procurou definir com o conceito de forclusão, e da qual Winnicott⁸ se aproximou belamente ao refletir sobre um colapso que não foi vivido porque não existia quem pudesse vivê-lo na época em que ocorreu.

Assim, penso que não adiantava nada – para ele – que eu perguntasse do garoto da foto, do pai e da mãe do garoto da foto, de seus pais, suas irmãs, de sua origem como uma origem familiar, histórica, marcada pela sexualidade, pelo desejo e pelo limite. Quando eu fazia tais especulações, elas apenas serviam para mim, para que eu pudesse me aproximar das questões que ele trazia, para que eu pudesse manter minha aposta de que havia algo que era dito e podia ser compartilhado, mesmo que ele falasse em uma língua e eu em outra. Era possível, em alguns pontos, encontrar algo em comum. Era? Teremos deixar essa questão em suspenso, ao menos por ora, para considerar, então, a importância que adquire, para o psicótico, a tentativa que faz de suprir aquilo que não se constituiu para ele.

O delírio como possibilidade

Calligaris⁹ propõe que o mundo interpela o psicótico ao fazer a ele uma questão, mediante a qual demanda que ele se posicione desde uma função paterna para respondê-la, ou seja, que ele se referencie, se posicione no mundo. Mas o psicótico é um errante, ele não tem ponto de referência a princípio, e o que acaba por acontecer é que, por vezes, frente à questão, ele terá de

própria história, e não um posicionamento em relação a eles. (Quero dizer com isso que, diferentemente da problemática neurótica que demanda um reposicionamento, ele constrói tudo de novo). Mas não é a mesma coisa? Penso que sim e não. Parece que o delírio tenta ser a mesma coisa, tenta suplementar, preencher o buraco que ficou. Mas não é a mesma coisa, porque se monta sobre uma base esburacada. O delírio do “Homem Solitário” não é a

Ao lhe ser dada a voz,
o ‘Homem Solitário’
constrói...
um delírio.
Ele toma posse
de si ao fabricar um delírio,
uma versão de si
e da própria história,
e não um novo posicionamento
em relação a isso.

construir uma resposta. Essa resposta seguirá o modelo das respostas, guardando as peculiaridades que os recursos psicóticos possibilitam. A construção do delírio insere-se no contexto das repostas possíveis, e foi mediante esse contexto que o “Homem Solitário” pôde tomar posse de si mesmo.

Ao lhe ser dada a voz, o “Homem Solitário” constrói... um delírio. Ele toma posse de si ao fabricar um delírio, uma versão de si e da

mesma coisa que o fantasiar neurótico, apesar de os dois serem construções singulares que visam alguma apropriação do sujeito por si mesmo.

Nesse sentido, o delírio – como foi entendido desde Freud¹⁰, como tentativa de cura – aparece justamente como o campo em que alguma história, alguma memória, alguma versão de si mesmo se dá, o que lhe garante algum tipo de inscrição, de participação na comuni-



dade humana, mesmo que, com esse tipo de formulação, um tanto do compartilhar fique inviabilizado, posto que permanece o caráter extraordinário da construção delirante. Ou seja, o delírio traz consigo o paradoxo de possibilitar a comunicação, tentativa de criar um sentido, uma versão de si e do mundo e, concomitantemente, manter um certo alheamento desse mundo compartilhado, um certo isolamento que a certeza absoluta delirante traz, uma versão em que aquele sujeito parece jogar todos os papéis – ou ao menos determiná-los – sobrando poucas brechas para um “de fora” participar.

Dessa maneira, o delírio pôde se constituir na ponte inexistente para o “Homem Solitário” entre ele e ele mesmo. Conforme, em suas sessões, era legítimo que viajasse, sua história das origens ganhou mais substância, mais detalhes e até algumas derivações. O “Homem” trazia para os atendimentos não apenas os recortes sobre o

antigo Egito, mas também novos recortes, trechos de jornal e de outros textos sobre o espaço sideral e sobre astronomia, os quais lia comigo e me explicava constantemente.

Certa vez, trouxe um livro de capa azul, chamado *O Universo*. Líamos nele as explicações de como nasce o universo. Reparei, com o tempo, que o livro tinha um autor – Carl Sagan – cujo nome havia sido coberto à caneta, na mesma cor da capa. Um livro sem autor, do qual o próprio “Homem Solitário” reivindicava a autoria. Então, quando lia para mim trechos do livro, percebi que ele fazia algumas pausas estranhas – como se engasgasse. Tropeçava nos nomes dos autores das coisas, das teorias, nomes dos cientistas, dos descobridores, nomes que ele pulava sistematicamente.

Parecia que a questão do nome, da autoria, ficava anunciada pelo silêncio, pelo negativo, por seu avesso, por não aparecer. Ninguém era autor de nada do que ele trazia

para lermos nas sessões. Não havia nomes. Ele seria o autor de tudo? E, se assim fosse, nenhum autor ou um único autor para tudo não levariam ao mesmo lugar, um lugar desértico, sem pessoas, sem outros, inóspito, sem condições de existência? É possível, neste ponto, entender o que fazia desse homem, tão vazado pelo mundo, alguém tão solitário.

Concomitantemente aos livros, recortes e histórias sem dono acerca do espaço, o “Homem Solitário” trouxe um papelzinho, escondido no meio de outros – que agora passavam a falar sobre a luta antimaniacomial, os congressos que frequentou e a vitrine de seu “velho pai” – uma carta da mãe, na qual ela dizia que tinha ido visitá-lo, mas ele não estava em casa, pois tinha viajado para algum evento, o que a deixava muito feliz. Será que ela ficou feliz por não tê-lo encontrado ou por ele ter saído?

A mãe aparece dentre os escombros do pai. Fala-me, então, da sua namorada, um segredo bem guardado a sete chaves, tanto quanto aquele de sua origem, que ele custou a me revelar. Sua namorada era a Madonna – a cantora pop americana – que morava no andar de cima ao da casa dele e que ia para sua cama de noite. Tudo muito obscuro, truncado, mas ela existia e estava lá. Sua mãe eram muitas mães, uma mãe multiplicada por um número infinito, com quem ele mantinha pouquíssimo contato. Seu pai imperava, seus pais haviam se separado, ele morava com o pai. Dizia-se que, quando ele se mudou para a casa do pai, melhorou muito, deixou de agredir as pessoas, de ter tantas crises.

Madonna é a forma pela qual os italianos denominam a mãe de Jesus, o que aparece frequentemente nos títulos de pinturas e esculturas que retratam Nossa Senhora. O “Homem Solitário” namorava a Madonna e sobre isso pairava um silêncio quase sufocante. Ela praticamente o invadia, à noite, na cama. Quando disse a ele que Madonna é

Fala-me, então,
da sua namorada,
um segredo bem guardado
a sete chaves, tanto quanto
aquele de sua origem, que ele
custou a me revelar.
Sua namorada
era a Madonna –
a cantora pop
americana.

o nome da mãe de Jesus, a ligação entre a Madonna namorada, a Madonna mãe dele, as muitas mães e eu se aprofundou ainda mais, e ele, então, cogitou que eu pudesse ser a Madonna. Ainda mais com meu sobrenome italiano...

O “Homem Solitário” largou os livros, os recortes, os textos. Passou a trazer seus cadernos, nos quais anotava muitas coisas. Escrevia, copiava... um caderno aos pedaços, no qual tantos pedaços dele e dos outros se encontravam ali inscritos. O que me chamava atenção era sua letra, sua escrita, sua forma de marcar o papel, de escrever, de riscar... Trechos copiados, trechos escritos, perguntas, respostas. Escreveu-me um poema, que acho já ter ouvido nalgum outro lugar. Anotou frases, muitas frases que eu disse ao longo das sessões. Pôs meu nome ao final das minhas frases. Anotei algumas frases dele e pus seu nome ao final delas. Uma parte do caderno tornou-se esse intercâmbio de frases, letras e autorias... todas assinadas.

A minha inclusão em suas construções pareceu aprofundar-se, o que me colocava em um lugar bastante delicado – o lugar da transferência psicótica. Se, por um lado, tal inclusão propiciava que ele produzisse, falasse, pensasse, delirasse – ou seja, se a relação transferencial viabilizava suas tentativas de existir – por outro lado pairava sempre o risco de que eu me tornasse uma presença esmagadora, sufocante como a Madonna, onipresente como o pai, a única ali a desejar, e a quem ele deveria submeter-se. Preocupava-me que isso pudesse se repetir ali, em seu atendimento e, mais ainda, que se repetisse sem que pudesse ser elaborado de alguma maneira.

Porque, se a análise propicia que o sujeito se apresente com o que ele é, incluindo a repetição, ela também busca favorecer – justamente pelo fato de o analista não ocupar o lugar que o paciente lhe destina – que o que se inicia como

repetição possa encontrar algum outro caminho, uma brecha.

O que me mantinha no meu lugar, em relação ao “Homem Solitário”, era o fato de cada um de nós falar uma língua diferente, estrangeira ao outro. Eu ficava excluída da língua dele e ele da minha, o que servia de anteparo a uma adesividade absoluta passível de ocorrer na psicose. A diferença estrutural (é a isso que me refiro como diferença de línguas) fazia guardar uma certa distância, a distância necessária para a análise. Eu estava, portanto, incluída e excluída de seu delírio, e ele se encontrava na mesma situação em relação às minhas traduções. Winnicott¹¹, a esse respeito, aponta que faz interpretações porque isso o coloca em uma condição de exterioridade em relação ao paciente. O erro, o desencontro garantem a não-adesão, um cuidado fundamental para a clínica das psicoses.

Além da diferença radical entre a analista e o analisando, um outro

fator importante para manter uma brecha em relação à repetição e à manutenção de seu estado alienado foi a questão do segredo. Por ser alguém vazado, invadido e esparramado em seu entorno, parecia que o “Homem Solitário” não conseguia ter qualquer privacidade consigo mesmo, em relação a seus pensamentos e aos outros. Essa condição se evidenciava na relação com o pai, para quem contava tudo o que acontecia consigo. Eu lhe perguntava se ele não tinha segredos, alguma coisa só dele, que ele não contasse para ninguém. Não havia essa possibilidade. Até que, em determinado momento de seus atendimentos comigo, ele me diz de algo que não vai me contar. Pode ser algo relativo à transferência, pode ser que o que ele guarde consigo seja algo que não pode dizer para mim, acerca do que se passa na relação comigo. No entanto, o que me parece mais importante é o fato de ele criar um segredo, um

Se a análise propicia
que o sujeito se apresente
com o que ele é, incluindo a repetição,
ela também busca favorecer – justamente
pelo fato de o analista não ocupar
o lugar que o paciente
lhe destina – que o que se inicia
como repetição possa
encontrar algum outro caminho,
uma brecha.



Em uma sessão posterior,
se exalta e me fala,
visivelmente emocionado:
“você pensa que é fácil,
Alessandra? Você pensa que é fácil?
Eu fui para o espaço e voltei.
Não é fácil voltar... eu podia
ter ficado lá para sempre,
mas eu tô aqui...”

espaço privativo seu, ao qual eu não tenho acesso, o que lhe dá uma certa opacidade. Já não está apenas como vitrine mas, por vezes, opaco, impossível de ser adivinhado a não ser naquilo em que se revele.

A função do analista e a criação de um lugar para o psicótico

O lugar do analista me parece delicado. Ele cria um ambiente e as condições para que o outro exista ali. Talvez seja do âmbito do desejo do analista desejar que o outro aconteça, que a pessoa que o procura exista. Isso pode se dar por meio da fala e, algumas vezes, por meio de toda e qualquer condição que o analisando crie para comunicar algo.

Entendo que o analista aposta nesse algo, aposta que há algo a ser comunicado e, mais do que isso, experimentado e esse é – me parece – o limite do que pode apostar,

para não se tornar aquele que supõe seu desejo ao outro e o mantém na condição de alienação repetitiva dos inícios da constituição do sujeito. Dali em diante – do querer que o outro exista, da criação das condições para isso e da disponibilização de si para isso – basta. É o ponto em que o analisando intervém, toma algo para si e caminha. O analista não sabe exatamente o que vai surgir daquilo que propicia, mas aposta que pode surgir algo. Mais do que isso seria sair do seu lugar de quem desconhece. Penso que sua função é a de acompanhar e sustentar... o que está longe de ser pouca coisa, ou coisa fácil...

Um dia o “Homem Solitário” suspirou e disse: “puxa... acho que eu envelheci” e seu rosto já não estava tão petrificado no sorriso de sempre. Pelo contrário, estava sério, pesado, um peso que o tempo dá às pessoas, um peso da vida. Reparei que haviam alguns cabelos brancos na sua cabeça.

Mudamos de sala, para uma sala ampla, com uma mesa grande no centro e muitos materiais plásticos. Ele começou a fazer uma colagem, com figuras do espaço sideral e do Egito, naves, foguetes e tudo o mais que encontrava nas revistas. Nesses dias, eu tinha a impressão de que ele estava chorando em silêncio, mas não via lágrimas escorrem pelo seu rosto. Ele se lembrou de uma cena – algo entre a fotografia que guardava na carteira e a pessoa que era hoje – ele e as irmãs brincando no parque em frente ao museu do Ipiranga. A mãe os levava. Lembra-se disso como um momento bom, de prazer e felicidade. Pela primeira vez lembra de algo com sua mãe e irmãs. Lembra também de quando era adolescente e gostava de AC/DC, uma banda de rock, e queria tocar guitarra. Lembra dos amigos, da turma que tinha então.

Em uma sessão posterior, se exalta e me fala, visivelmente emocionado: “você pensa que é fácil, Alessandra? Você pensa que é fácil? Eu fui para o espaço e voltei. Não é fácil voltar... eu podia ter ficado lá para sempre, mas eu tô aqui...”

Existe uma música do David Bowie, “Starman”, que ganhou uma versão em português feita por um grupo da década de 1980 chamado “Nenhum de nós”. Em português, ela se chama “Astronauta de Mármore” e diz algo assim:

“A lua inteira agora é um manto negro / O fim das vozes no meu rádio / São quatro ciclos no escuro deserto do céu / Quero um machado pra quebrar o gelo / Quero acordar do sonho agora mesmo / Quero uma chance de tentar viver sem dor

Sempre estar lá e ver ele voltar / Não era mais o mesmo, mas estava em seu lugar / Sempre estar lá e ver ele voltar / O fogo teme a noite como a noite vai temer o fogo / Vou chorar sem medo / Vou lembrar do tempo / De onde eu via o mundo azul”.¹²

O “Homem Solitário” me parece esse astronauta de mármore, que viajou para a Lua e voltou – ao me-

Do pedido alienado
à construção de uma história própria,
minha posição como analista
foi a de garantir
a sustentação
de um espaço em que tal
acontecimento se fizesse
possível, além de acompanhá-lo
ao longo do processo.

nos temporariamente – e não sabe o que fazer com a dor de ter voltado. É depois disso que ele me diz, em uma outra sessão: “sabe, Alessandra, eu acho que, na verdade, eu não vim das pirâmides do Egito e do Sol, não. Eu vim mesmo foi ali do Ipiranga (bairro em que morou durante boa parte de sua vida) e não lembro de como fui parar no espaço...” Um deslizamento possível ao que pareceu ser uma nova questão: “o que aconteceu comigo? Como é que fui parar no mundo da Lua?”

É necessário interrompermos esta narrativa neste ponto, para que possamos alinhar a história do “Homem Solitário” com o que eu chamava de *busca de legitimidade da existência* no início deste texto. Um outro motivo para a interrupção é que o processo terapêutico desse “Homem” também foi interrompido por ali, naquele momento, quando seu pai decidiu mudar-se de cidade e carregou consigo o filho, o que gerou, subsequente-

mente, uma série de telefonemas desesperados por parte do “Homem Solitário” que, com muito custo, parece ter conseguido constituir algum entorno em sua nova condição de vida.

Com esse excerto de caso clínico, procurei ilustrar como *o processo analítico pode criar condições para que exista algo próprio ao sujeito que ali se encontra*, através do que chamo de legitimação do que quer que surja desse sujeito, o que, de certa maneira, resgata a aposta inicial freudiana na existência de um sentido. Do pedido alienado à construção de uma história própria, minha posição como analista foi a de garantir a sustentação de um espaço em que tal acontecimento se fizesse possível, além de acompanhá-lo ao longo do processo.

Sustentar, acompanhar... parece-me que o lugar do analista pode ser esse de legitimar que a pessoa exista ali, qualquer que seja essa existência, um lugar de disponibili-

dade para o outro naquilo que ele tenha de mais singular.

Na busca pela apropriação de si, pela própria verdade, pelo que Piera Aulagnier chama de “falar em nome próprio” ou pelo que estou chamando de “poder existir”, parece-me que a psicanálise joga um papel importante, tem algo a oferecer. E isso não apenas no que tange à clínica das psicoses. Assim, a busca de um lugar de existência não deixa de ser questão, uma questão para a clínica psicanalítica, uma questão própria à condição humana. Como, do lugar de que partimos, podemos nos tornar alguém? ■

NOTAS

1. Texto baseado em apresentação pública realizada para o processo de admissão ao Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae e na dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Psicologia Clínica da PUC-SP, para a qual tive uma bolsa de estudos do CNPq.
1. Para uma discussão mais aprofundada desses eixos nos quais concentro as distinções entre neurose e psicose, remeto o leitor à leitura de A. M. Ribeiro, *Em busca de um lugar: itinerário de uma analista pela clínica das psicoses*, dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Psicologia Clínica da PUC-SP, São Paulo, 2004.
2. Refiro-me principalmente aos textos de P. Aulagnier e D.W. Winnicott acerca do assunto, os quais foram trabalhados em A. M. Ribeiro, op. cit.
3. S. Freud, “Estudos sobre a histeria” (1893-1895), in *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de S. Freud*, Rio de Janeiro, Imago, 1996, Vol.II.
4. L.C. Figueiredo, “Presença, implicação e reserva”, in L.C. Figueiredo & N. Coelho Jr., *Ética e técnica em psicanálise*, São Paulo, Escuta, 2000.
5. Cabe ressaltar que, ao mencionar a transferência, tenho em mente a transferência psicótica tal qual conceituada por M. Klein, H. Rosenfeld e M. Little, entre outros. A partir desses autores, podemos considerar que a relação que se estabelece entre analista e paciente, quando o segundo é um psicótico, apresenta-se com uma tonalidade intensa, fusional, rápida, desconsideradora da alteridade, e projetiva.
6. P. Aulagnier, “Observações sobre a estrutura psicótica”(1964) in *Um intérprete em busca de sentido II*, São Paulo, Escuta, 1990.
7. J. Lacan, *Seminário 3 – As psicoses(1955-56)*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar editor, 1988.
8. D.W. Winnicott, “Fear of breakdown”(1963), in *Psycho-analytic explorations*, Cambridge, Harvard University Press, 1997.
9. C. Calligaris, *Introdução a uma clínica diferencial das psicoses*, Porto Alegre, Artes Médicas, 1989.
10. S. Freud, “Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranóia (*Dementia paranoides*)” (1911), in op. cit., Rio de Janeiro, Imago, 1996, volXII.
11. D.W. Winnicott, “Os objetivos do tratamento psicanalítico” (1962), in *O ambiente e os processos de maturação – estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*, Porto Alegre, Artes Médicas, 1990.
12. Nenhum de Nós, “Astronauta de mármore”, faixa extraída do CD *Cardume*, 1989.



Regulamentação das psicoterapias: o precedente francês

Fernando Aguiar

O artigo retoma as discussões que, a propósito da regularização das psicoterapias pelo parlamento francês, mobilizaram direta ou indiretamente as comunidades profissionais.

“Il se présente cependant quelques complications dont la loi ne se soucie pas, mais qui, par là même, réclament d’être prises en considération. Il s’avérera peut-être que, dans ce cas, les malades ne sont pas comme d’autres malades, que les profanes ne sont pas à proprement parler des profanes, et que les médecins ne sont pas exactement ce qu’on pourrait attendre des médecins et ce sur quoi ils pourraient fonder leurs prétentions. Si cela peut être prouvé, on sera fondé à exiger de ne pas appliquer la loi au cas présent sans modification”

S. FREUD, “La question de l’analyse profane”, in: *Œuvres complètes*, v. XIX, Paris, PUF, 1994, p. 6.

“Ce que les institutions psychanalytiques ont à repenser, dans leur charte même, dans leur mode de fonctionnement sociopolitique, c’est d’abord le rapport à

l’État. Dans chaque pays, les institutions se définissent par rapport à l’État – en France, en particulier”

J. DERRIDA, in Derrida, J. & E. Roudinesco, *De quoi demain... Dialogue*. Paris, Flammarion., 2001, p. 297.

Em 14 de outubro de 2003, a Assembléia Nacional francesa aprovou sem debate a chamada “emenda [amendement] Accoyer”. Apresentada pelo deputado de mesmo nome e uma semana antes adotada por unanimidade pela “Comission des affaires sociales” – como parte do artigo 18 do projeto de lei Mattéi relativa à política de saúde pública –, a

Fernando Aguiar é professor Adjunto do Departamento de Psicologia – UFSC. O presente trabalho foi realizado com o apoio do CNPq, uma entidade do Governo Brasileiro voltada ao desenvolvimento científico e tecnológico.

De que se trata quando falamos das psicoterapias? Quem tem o direito de se dizer psicoterapeuta?

emenda dispenha que as diferentes categorias de psicoterapia (um “instrumento terapêutico”) fossem fixadas por decreto do ministro da Saúde e exercidas por médicos psiquiatras ou médicos e psicólogos com as qualificações requeridas e estabelecidas pelo mesmo decreto. Para os profissionais não titulares dessas qualificações, e em atividade depois de cinco anos, previa-se uma avaliação de seus conhecimentos e práticas por um júri, cujas composição, atribuições e modalidades de funcionamento seriam fixadas em conjunto pelos ministros encarregados da Saúde e do Ensino Superior.

A emenda ainda rejeitava a idéia de uma profissão de psicoterapeuta, como propunha o projeto de Mme Gilot, de 2001, e mesmo a proposição de lei do próprio deputado, de 1999, que, visando ser parte integrante do código da saúde pública, reservava o uso do título de psicoterapeuta aos psiquiatras e psicólogos. Mas a busca de uma

normatização das práticas psicoterapêuticas é ainda anterior: “Por volta de 1994, a *Association française de normalisation* (AFNOR) já havia sido interpelada pela *Fédération française de psychothérapie* (FFdP) no sentido de codificar as psicoterapias”¹. Concretizada em 1994, por meio de um encontro que reunia “os pontos de vistas de diferentes atores”, a *démarche* resultou em duas conclusões: a necessidade de elaborar trabalhos referentes à profissão de psicoterapeuta e de informar ao “consumidor” sobre o lugar da psicoterapia fora do campo médico.

Na mesma época, questões de fundo foram colocadas pela *Fédération française de psychiatrie* (FFP): de que se trata quando falamos das psicoterapias? Quem tem o direito de se dizer psicoterapeuta? Há necessidade de um estatuto? As psicoterapias devem ser reembolsadas? Como fica o caso particular representado pela psicanálise?

Abortada, a proposição de 1999 do deputado Accoyer e de 80 de seus colegas prosseguiu na forma de um colóquio nacional em 2000, do qual participou certo número de especialistas e cujas reflexões resultariam na emenda finalmente aprovada em 2003. “Ponto importante: a noção de ‘título de psicoterapeuta’ é abandonada”. Antes disso, em 2001, essa noção fora ainda retomada em 2000 pelos deputados Verdes, cuja proposição suscitou reações violentas, em particular do *Syndicat national des psychologues* (SNP), que denunciou “o *lobbying* virulento praticado por profissionais duvidosos”. Já em reação à proposição de 1999, o sindicato havia precisado que a dimensão psicoterapêutica dos psicólogos tinha sido inscrita na circular de 1985, mas que, além disso, “os psicólogos não são uma profissão de saúde no sentido legal do termo”. Desde então, “o mundo dos psy, inclusive dos psicólogos, começa a se agitar e a se inquietar”² – agitação que chega ao

auge com a aprovação da emenda Accoyer, em 2003.

Das posições dos profissionais atingidos pela emenda Accoyer

Diversas foram as reações dos profissionais implicados, em certos casos, mesmo no interior de cada categoria. Os *psiquiatras* de um modo geral sustentaram a posição (favorável) da *Association française de psychiatrie* (AFP), presidida por C. Vasseur, também psicanalista, que assessorou o deputado Accoyer em sua iniciativa. Considerando a necessidade de um enquadramento da prática da psicoterapia e da formação que a subtende, reivindicaram o retorno da psicopatologia clínica como pré-requisito de toda formação em psicoterapia e da psiquiatria humanista. Avaliaram que a psicoterapia é um tratamento entre outros, e que eles são os únicos a poder controlá-la e a prescrevê-la, ainda que não tenham uma formação nesse domínio. A posição da AFP, de apoio sem restrição à emenda, constituiu-se de toda maneira numa raridade entre as instituições: mesmo o *Syndicat national des psychiatres privés* (SNPP) solicitou uma revisão do texto, sublinhando ainda o lugar particular ocupado pela psicanálise – “que não é uma psicoterapia, ainda que ela possa produzir efeitos terapêuticos” – como referência incontornável na prática psiquiátrica, “até mesmo em outras abordagens psicoterapêuticas”³.

Entre os *psicólogos*, a *Association française des psychologues cliniciens* (AFPC) foi uma das raras associações que se manifestou abertamente pela retirada da emenda Accoyer – de resto, um procedimento impossível, haja vista a unanimidade da votação –, além de se colocar contra toda legislação sobre o “sofrimento psíquico” que não passasse por um prévio trabalho de reflexão e confronto⁴. As outras associações – *Fédération Française*



des psychologues et de psychologie (FFPP) e *Société française de psychologie* (SFP) – sustentaram posições bem mais moderadas. Ainda que com reservas sobre a aplicação do decreto, colocaram-se em acordo quanto à proteção dos usuários avançada pela emenda. Aderindo ao objetivo de confiar aos psiquiatras e psicólogos o tratamento do sofrimento psíquico, mas temerosos de se verem limitados em sua liberdade de prescrição, os psicólogos reivindicaram uma emenda que os preservasse de uma subordinação ao poder médico. Estimaram que a psicoterapia é uma especialização da psicologia, a ser realizada fora do curso universitário. Sobretudo, causou-lhes inquietação o fato de que as pessoas que solicitam um tratamento psicoterápico deverão antes submeter-se a uma avaliação de médicos que, em seguida, indicarão uma psicoterapia de sua escolha.

Os outros profissionais mencionados – uma parcela importante dos *psicoterapeutas* em exercício, representados pelas *Fédération française de psychothérapie* (FFdP), *European Association for Psychotherapy* (EAP) e *Association fédérative française des organisations de psychothérapie* (AFFOP) –, ainda que contentes com a possibilidade de “enquadramento”, demandaram não a retirada pura e simples do projeto de regulamentação das psicoterapias, mas uma emenda “substitutiva” que reconhecesse a profissão de psicoterapeuta. Sustentaram a diversidade dos métodos de psicoterapia e a livre escolha dos usuários. Diretamente visados, lastimaram as dificuldades a serem enfrentadas por ao menos metade de seus profissionais atingidos pela emenda, e as conseqüências disso decorrentes para os usuários, cuja demanda de escuta, de acompanhamento e de cuidado permaneceria sem resposta.

Entre os *psicanalistas*, categoria “profissional” não mencionada no texto, as reações foram matizadas, às vezes reproduzindo as di-

Entre os *psicanalistas*, categoria “profissional” não mencionada no texto, as reações foram matizadas, às vezes reproduzindo as divergências habituais ditadas pelas respectivas associações. De modo geral, pediram a retirada da emenda ou sua modificação.

vergências habituais ditadas pelas respectivas associações. De modo geral, pediram a retirada da emenda (ou sua modificação, depois de um amplo debate envolvendo todas as partes), sustentando que quaisquer eventuais disposições regulamentares suscetíveis de modificar seu estatuto atual – até o presente, o de uma “profissão” não regulamentada – poria em risco uma especificidade historicamente conquistada. Isto é, décadas de desenvolvimento e de prática que conduziram a profissão a uma auto-regulamentação sem a intervenção do Estado, na qual cada corrente ou escola do campo psicanalítico instaurou regras precisas de formação, de prática, de deontologia e de controle por profissionais mais antigos e competentes.

Agora, ante um inimigo externo comum, abriu-se a possibilidade de que a discussão de questões ligadas à transmissão, à formação, à “análise leiga” e à própria condução da análise – de fato na origem

de todas as rupturas, remotas ou recentes, e do grande número de associações e de instituições existentes hoje em dia – resultasse na reafirmação de princípios comuns, mesmo levando em conta afinidades particulares e divergências teóricas pontuais. Dito de outra maneira, tornou-se crucial a necessidade de explicitar sem ambigüidade para o público leigo o que diferencia a psicanálise do vasto domínio das psicoterapias, ao mesmo tempo que sustentava o corpo doutrinário que lhe permanece fundador, bem como a fecundidade do método freudiano.

Nos meios de comunicação, em particular na mídia eletrônica, o acontecimento propiciou entre as partes direta ou indiretamente implicadas uma discussão de grandes proporções, não fosse essa uma característica nacional. Contudo, para além das fronteiras francesas, mesmo européias, resta o óbvio interesse de acompanhar com atenção seus desdobramentos, resgatar sua história, que

remonta a pelo menos duas décadas, e dela retirar subsídios que, guardadas as especificidades de cada país, possam ser úteis às nossas próprias e hodiernas discussões. (Como se sabe, no Congresso brasileiro há um projeto de lei de regulamentação da profissão de psicanalista, proposto pelo deputado Éber Silva.)

Um pouco de história do lado dos psicanalistas...

Do lado da psicanálise, conforme o relato de J. Sédat, tudo começa em 1983 quando, aplicando as normas européias de regulamentação da T.V.A. (*Taxe à la valeur ajoutée*), uma instrução da “Direction générale des Impôts” (a D.G.I.) liberou da T.V.A. “todos os analistas” em atividades de cuidados e tratamento das pessoas e possuidores de um diploma de psicologia do tipo D.E.S.S (*Diplôme d'études spéciales supérieures*). Contra a decisão, a *Association freudienne de psychanalyse* (AFP) e um grupo de analistas entraram com recurso no “Conseil d'État”, sob a alegação de que se tratava de abuso de poder, por ser uma diretiva proveniente de um Ministério e não de uma decisão votada pelo Parlamento.

Argumento aceito, a solução tomada muitos anos depois (em 1993), foi a seguinte: psicólogos, psicanalistas e psicoterapeutas titulares de um dos diplomas requeridos na data de sua promulgação, e passíveis de ser recrutados na função pública, foram liberados da T.V.A. Disso resultaram sempre conforme Sédat, diferentes categorias de psicanalistas e dependentes de direitos diversos: os psiquiatras que exercem a psicanálise sob “clandestinidade psiquiátrica”, os psicólogos titulares de um D.E.S.S., que exercem a psicanálise sob “clandestinidade psicológica”, e a lista dos 215 analistas que foram liberados da T.V.A. pela “Comissão Gérolami”, mais os analistas sujeitos à T.V.A.

A referida Comissão Gérolami, criada pelo Ministro do Orçamento e pelo Ministro da Saúde, foi constituída por um grupo de analistas na condição de *experts*, entre os quais S. Leclair, C. Jeangirard, M. Assabgui, M. Czermak, M. Montrelay, C. Simatos e o próprio Sédat, pertencentes ou tendo pertencido (isso se passou depois da dissolução da *École freudienne de Paris*) a uma associação psicanalítica. À Comissão foi deixada a tarefa de definir os critérios aceitáveis que permitissem ao Estado reconhecer psicanalistas. Aceitos pela Diretora geral da Saúde da época e pelo M. Gérolami (“Conseiller-maître à la Cour de Comptes”, encarregado das finanças públicas), esses critérios foram os seguintes: formação pessoal (análise pessoal), controles (supervisões), seminários, eventualmente trabalho em instituição, trabalhos escritos psicanalíticos e, claro, última declaração de impostos (já que só é possível pedir isen-

ção de um imposto se ele foi pago anteriormente).

As informações sobre essa Comissão teriam sido comunicadas às diferentes associações e, durante nove meses (entre novembro de 1988 a julho de 1989), analisadas em torno de 500 postulações, das quais 215 aceitas. No fim desse trabalho, a Leclair e a Sedat, M. Gérolami sugeriu a criação de uma instância permanente que gerisse as interfaces entre, por um lado, os psicanalistas e as associações e, por outro, as instâncias governamentais (Ministério da Saúde, Delegação interministerial das profissões liberais, Ministério das Finanças ou do Orçamento). O nome “instância ordinal” teria sido pronunciado pelo próprio Gérolami.

Em 15 de dezembro de 1989, Leclair, tendo como co-signatários Ph. Girard, L. Israël, D. Lévy e o próprio Sédat, tomaram assim a iniciativa – mediante um artigo no jornal *Le Monde* (“L'adresse aux analystes”) e de uma carta enviada a todos os analistas cujos nomes estavam nas listas da Comissão Gérolami – de convocar os colegas franceses no sentido de instituir uma instância ordinal, com “uma organização ainda a inventar”, mas destinada a salvaguardar e manter a especificidade de sua disciplina. Com esse fim, isto é, não de demandar ao Estado a definição da qualidade de psicanalista, mas de se instituir como um interlocutor socioprofissional de um tipo particular⁵, foi criada a “Association pour une instance” (APUD)⁶.

Para alguns a palavra “ordinal” lembrava Vichy e seus dispositivos, alguns ainda em vigor. Embora situasse com precisão os problemas decorrentes da disseminação que atingia o movimento lacaniano e, indiretamente, o conjunto do freudismo francês, “...esse projeto era ambivalente por causa do emprego do adjetivo ‘ordinal’, que reenviava a ‘ordem’ e, portanto, à Ordem dos médicos: à idéia de uma possível instância legislatória que viria substituir-se

Aplicando
as normas
da T.V.A.,
a Direction
Générale
des Impôts
liberou
em 1983
todos
os analistas
dessa
contribuição



à liberdade associativa”⁷. Além disso, causou surpresa a todos, impedindo uma reflexão serena sobre a possibilidade de gerir os assuntos psicanalíticos⁸. Reticências de uns e de outros⁹, a proposta não prosperou porque, como quer Silvestre, cada associação preferiu manter obstinadamente sua autonomia, cada qual na certeza de ser a melhor; e organizada em torno de um líder ou de alguns líderes, tiveram pouco interesse em partilhar um poder suposto¹⁰.

Uma das primeiras tarefas da APUI teria sido colocar à disposição de todo psicanalista e do público em geral uma informação completa sobre as práticas, os modos de funcionamento e os usos de um conjunto de profissionais que se reclamam da mesma disciplina. A obra, chamada “État des lieux de la psychanalyse” e lançada em 1991, articulou-se em torno de cinco grandes temas: o quadro e o dispositivo, o curso e a formação, a extensão da psicanálise na sociedade, as relações da psicanálise e do Estado em alguns países, enfim, o estatuto jurídico da psicanálise. Ela teria mostrado ao mesmo tempo a força do movimento e a necessidade de um questionamento permanente dos limites da psicanálise.

Em 2000, a mesma associação apresentou um “Projet pour une charte des psychanalystes”, por ocasião dos “États généraux de la psychanalyse”, realizados na Sorbonne, em Paris. O corpo deste documento constituía-se de uma apresentação do método psicanalítico, precedida de uma exposição de motivos (que nos interessa aqui mais particularmente referir). Tratava-se de levar em conta que novos dados sociais e culturais marcaram a evolução do movimento psicanalítico; que desde os anos 1960 aumentou o número de psicanalistas e de associações psicanalíticas, cuja diversidade, se fecunda, poderia colocar em risco a existência de princípios comuns; que, para além dos consultórios privados, os psi-

Em 2000,
a APUI apresentou
um “Projet
pour une charte
des psychanalystes”,
por ocasião
dos “États
généraux
de la
psychanalyse”.

canalistas exercem suas atividades, sobretudo, em instituições médico-psicológicas ou médico-sociais – sob o risco da medicalização da psicanálise – e às vezes em estabelecimentos de formação ou de ensino; que, dado o crescimento do número de analistas e a extensão generalizada da psicanálise para além dos consultórios privados, esta prática, assentada na teoria psicanalítica, é muitas vezes inserida no vasto domínio das psicoterapias, cuja regulamentação, incluindo a psicanálise – o que coloca como determinante a questão de sua especificidade bem como de sua transmissão – então principiava nos Estados europeus; que, enfim, definida como uma profissão liberal, a psicanálise é muitas vezes assimilada a uma profissão paramédica não regulamentada, e submetida a regimes fiscais diversos segundo a origem universitária do psicanalista em questão.

Visando expor e tornar público o conjunto dos princípios fun-

damentais da prática psicanalítica, com os elementos de ética e de deontologia por ela implicados, esta “Charte des psychanalystes” tinha assim como alvos, primeiro, informar aos que se interrogam sobre a situação psicanalítica como lugar de demanda, assim como sobre a especificidade da prática psicanalítica; segundo, possibilitar seu engajamento na afirmação e na defesa da psicanálise e, sobretudo, do método inaugurado e promovido por Freud; enfim, constituir-se como elemento de referência para os psicanalistas, seja para enfrentar as novas e atuais estruturas de funcionamento de sua profissão, seja para capacitá-los a responder a eventuais disposições regulamentares capazes de modificar o estatuto atual da psicanálise.

Como vimos, a proposição de Leclair sofreu inúmeras contestações e foi motivo de suspeições diversas. “Leclair, pare de sonhar”, exortou Clavreul, também nos “Estados gerais da psicanálise”, em 2000¹¹. Sabe-se dos conflitos no meio psicanalítico, em que a questão do poder não está ausente, as cisões, as rivalidades mais ou menos importantes; ainda assim, ao longo dos anos as diferentes escolas, em particular as freudianas e as lacanianas, cessaram com os anátemas e passaram a se falar cada vez mais¹². A emenda Accoyer, atropelando esse processo, teve assim talvez o mérito de desencadear e aprofundar ao longo de três meses um intenso e apaixonado debate entre as partes concernentes, bem como um movimento generalizado de protesto.

A emenda Accoyer, seus desdobramentos e as reações dos psicanalistas

As autoridades francesas entenderam que um “vazio jurídico” possibilitava que pessoas, insuficientemente qualificadas ou mesmo não qualificadas, mas autoproclamando-

se “psicoterapeutas”, pudessem causar danos a pacientes (erros de diagnósticos, tratamentos inadequados, etc.) que, “por definição”, são vulneráveis e mais frágeis que outros, e correm o risco de ter suas “patologias agravadas”. Em princípio, o psicoterapeuta pode ser psiquiatra ou psicólogo; na prática, ninguém precisa de diploma para se dizer “psicoterapeuta” – basta afixar uma placa. (segundo o Ministério da Saúde, seriam entre 20.000 e 30.000 os psicoterapeutas na França.)

Se todos se puseram de acordo quanto ao objetivo, o mesmo não se pode dizer quanto aos meios. “O que a emenda propõe é reservar o título de psicoterapeuta aos psiquiatras, médicos e psicólogos. Os adversários dessa limitação estimam que ela será ineficaz quanto à proteção do público, mas que além disso acarretará efeitos perversos”¹³ (Bert, 2004, p. 6). Afinal, nenhum médico e nenhum psicólogo que pretendam exercer de maneira eticamente digna a psicoterapia consideraria suficiente sua formação universitária. “Que garantia esperar do diploma?” foi a questão freqüentemente colocada pelos debatedores.

De sua parte, e orgulhoso conforme a reportagem do *Libération*, o deputado Accoyer conta haver pensado inicialmente na necessidade de um diploma de psicoterapeuta: “Eu evoluí e me pareceu mais judicioso desenhar um enquadramento, com uma formação mínima, e comissões que validassem qualificações”¹⁴. Suas tratativas começam em 2001, ao tentar associar sua emenda a B. Kouchner, o então ministro da Saúde, que defendia uma lei sobre os direitos dos doentes. Mas o ministro preferiu encaminhar a *experts* a tarefa de avaliar as diferentes técnicas de psicoterapia. Alguns meses mais tarde, o relatório dos doutores Piel e Roelandt recomendava que o “curso de psicoterapeuta” fosse seriamente enquadrado e validado pela universidade ou escolas de mesmo nível.

Cada vez
mais científica
e tecnológica,
a medicina
também
emudeceu na
mesma
proporção.

Ainda que não implicados diretamente na emenda Accoyer, foram sem dúvida os psicanalistas que primeiro e mais fortemente se manifestaram. J.-A. Miller (2003), diretor do departamento de psicanálise da Universidade Paris VIII, membro da “Causa freudiana” (ECF) e genro de Jacques Lacan, contesta que os 5.000 psicanalistas, os 30.000 psicoterapeutas em exercício ameacem a saúde pública – se o risco existe, ele é mínimo, e o que se quer é provocar pânico. Afinal, o terapeuta em que o paciente depositou confiança foi-lhe certamente recomendado por um de seus próximos, por um médico, por um psicólogo escolar, por um trabalhador social¹⁵. Na reportagem do jornal *Libération*, Miller considera que a emenda, mais do que proteger o público, serve a outras causas: visaria, em primeiro lugar, satisfazer às pretensões dos *lobbies* psicoterapêuticos, e sua impaciência crescente de legitimar os procedimentos do “psy-

business”. Em segundo lugar, pôr um termo à influência dos psicanalistas, que muitos consideram excessiva e nociva a seu projeto de assujeitamento ao suposto “bem comum”. Em terceiro lugar, predeterminar e encurtar os tratamentos em função de diagnósticos iniciais apressados, com as piores conseqüências para os pacientes. Enfim, impor o reino da “avaliação” em todos os níveis da sociedade; em uma palavra, tratar-se-ia, a seu ver, da aplicação de uma concepção neomundialista de reforma universal das práticas sociais e governamentais, em voga desde a queda do muro de Berlim¹⁶.

Para Sédat, como vimos fundador com S. Léclair e outros da APUI e membro do *Espace analytique*, a emenda não pode ser compreendida senão sob um contexto ligado à ideologia da penúria que hoje prevalece na França. Ela parte da constatação de uma carência de psiquiatras, da necessidade de fechar os hospitais e de ir ao encontro dos usuários. Na falta de psiquiatras, utilizam-se os psicólogos; de quebra, a psiquiatria recupera dessa maneira seu domínio sobre a psicoterapia, como prática meramente auxiliar. A seu ver, todos sairiam perdendo, mesmo os psicanalistas¹⁷. Miller lembra, por sua vez, que a psicanálise, a psicologia clínica, os psicoterapeutas nada têm a ver com a medicina. Cada vez mais científica e tecnológica, a medicina também emudeceu na mesma proporção, o que explica que, independentemente dela, a psicanálise tenha se desenvolvido em todos os lugares, seguida pelas psicoterapias e pela psicologia clínica. Ele questiona que se queira medicalizar esse campo “por um golpe de força legislativo”, mostrando-se cego e surdo para com o fenômeno “psi”, a seu ver, um fenômeno da civilização¹⁸.

Ainda mais precisa, Roudinesco sustenta que a medicina científica abandonou o domínio da subjetividade, e a psiquiatria a ela integrada – que se ocupou durante



dois séculos da loucura e dos “transtornos mentais” (as psicoses) – é hoje caracterizada por uma prática eminentemente psicofármica e voltada para a avaliação de comportamentos. Como resultado verifica-se em todos os lugares a ampliação do grande mercado da ilusão terapêutica: além das seitas (nos Estados Unidos e no Canadá assimiladas às religiões, mas sujeitas, na França, a leis severas), multiplica-se o número de charlatães, esotéricos, curandeiros, homeopatas, iridólogos, magnetizadores, astrólogos, etc., que hoje se encarregam do sofrimento e da miséria dessa sociedade que ela chama, com propriedade, de “depressiva”¹⁹.

Na França, em particular, visouse o enquadramento de técnicas psicoterapêuticas a serviço de algumas seitas. Mas, como denunciam associações – por exemplo, a “Association psychothérapie et Vigilance” –, não apenas contra elas partem denúncias das “vítimas” (ou de membros de suas famílias) de “terapias abusivas e desviantes”. A lei de regulamentação das psicoterapias, como toda lei, tem caráter universal – atingem a todos, até mesmo os psicanalistas.

Para A. Fine, presidente da *Société Psychanalytique de Paris* (SPP) e, como apresenta a reportagem do *Libération* (cf. Favereau, 2003b), “freudiano ortodoxo”, a emenda Accoyer não é uma inimiga dos psicanalistas. Primeiro, porque ela evita que estes sejam “colocados no mesmo barco” onde cabe todo tipo de coisa. Segundo, porque essa questão levou ao estabelecimento de contato entre toda uma série de outras escolas. Ainda assim, a seu ver, essa emenda “universaliza” um pouco demais a formação, de tal modo que é preciso cuidar para que as comissões designadas para julgar as experiências de uns e de outros não sejam compostas unicamente de universitários, mas também de membros das sociedades psicanalíticas. Para ele, a SSP nada teria a temer na questão da formação²⁰.

Em meio à enorme repercussão (jornal, rádio, televisão e *net*) que se seguiu à aprovação da emenda Accoyer, outras emendas foram ainda apresentadas. No Senado, onde os debates ocorreram em janeiro de 2004, optou-se pela proposta do senador Giraud, que, reservando o uso do título de psicoterapeuta aos profissionais inscritos no registro nacional dos psicólogos, prevê para essa inscrição o registro numa lista (elaborada pelo representante do Estado) no departamento de domicílio profissional. Outra emenda, depositada pelo senador Gouteyron, preconizava a criação de um “Conselho nacional das práticas terapêuticas relativas ao psiquismo”, principalmente com competência em matéria deontológica. Enfim, quatro outras emendas demandaram a retirada pura e simples da proposta Giraud.

O ministro da Saúde, J.-F. Matéi, depois de se reunir com representantes de numerosas organiza-

ções profissionais, declarou contar com o Senado para aperfeiçoar algumas disposições do texto, em particular no que diz respeito ao enquadramento das psicoterapias. Por sua vez, o próprio deputado Accoyer reconheceu que “o debate evidenciou que várias disposições da emenda poderiam ser revistas em um espírito de acordo, abertura e realismo”. Enfim, com a discussão em curso no Senado, o Partido Socialista pediu a retirada desta ou de qualquer outra emenda e expressou o desejo de que antes fosse criada uma “missão de avaliação que permita apreciar a importância efetiva das práticas duvidosas e dos charlatães de todo tipo”, evitando assim que se lançassem dúvidas sobre “conjunto das práticas terapêuticas existentes”²¹. Seja como for, como o Senado e a Assembléia nacional não votaram o mesmo texto, previa-se então, para abril de 2004, seu retorno à discussão pelos deputados. Mas é o bastante, no que

No Senado,
onde os debates ocorreram
em janeiro de 2004,
optou-se pela proposta
do senador Giraud,
reservando o uso
do título de psicoterapeuta
aos profissionais inscritos
no registro nacional
dos psicólogos.

Ao fim e ao cabo,
 neste país em que o campo
 psicanalítico priva de uma
 representação social
 não existente noutros lugares,
 o próprio deputado Accoyer
 e o ministro Mattéi
 acabaram por reconhecer
 que a psicanálise
 seria uma psicoterapia
 à parte.

se refere aos trâmites legislativos, para nos interrogar sobre o que está em jogo nesses novos tempos em que se impõe à psicanálise definir-se em sua relação com o Estado.

É fato que o estatuto atual de psicoterapeuta na França, conferidos pelos diplomas de médico, psiquiatra ou psicólogo (que hoje em dia, seja para a instituição analítica, seja para as instâncias públicas, não é mais “leigo”), permite a muitos, como sublinha Silvestre (membro-fundador do *Campo lacaniano*), passar da psicoterapia nas instituições à psicanálise no consultório particular – sem que as exigências de formação tenham sido minimamente preenchidas. Ela observa que isso seria do conhecimento dos legisladores, e que muitos deles, particularmente na Europa (seu artigo é anterior às manifestações desencadeadas pela aprovação da emenda Accoyer) estariam se organizando para elaborar um estatuto dos psicoterapeutas, no qual incluiria de

bom grado os psicanalistas. Há quase um século mantendo seus dispositivos próprios de formação, a psicanálise ver-se-ia assim obrigada, se não a renunciar a suas prerrogativas historicamente adquiridas, ao menos a defender e reivindicar o direito de se colocar como uma exceção.²²

Ao fim e ao cabo, neste país em que o campo psicanalítico priva de uma representação social não existente noutros lugares²³, o próprio deputado Accoyer e o ministro Mattéi acabaram por reconhecer que a psicanálise seria uma psicoterapia à parte; mas, sendo um tratamento, também sustentaram a necessidade de sua validação e de controlar seus profissionais, em particular em início de carreira. Em 12 de dezembro (2003), em reunião com representantes de diversas associações psicanalíticas, o ministro exigiu, em troca da “especificidade” psicanalítica, a entrega de uma lista [*annuaire*], comum a todas as associações, com

os nomes de seus membros, o que foi recusado pela ECF.

A idéia de um “Annuaire” havia sido mesmo formulada por Melman, da *Association Lacanienne Internationale* (ALI) – a bem da verdade, envolvendo todos os psicoterapeutas. O estabelecimento de uma lista preservaria, segundo ele, o caráter contratual da relação (permitindo ao público se orientar com conhecimento de causa e de escolha), da mesma maneira que o limite de engajamento do Estado num domínio em que a liberdade, devidamente esclarecida, de cada um seria interpelada. A seu ver, poderia ser exigido de cada psicoterapeuta assinalar na sua placa: certificado (para os psicoterapeutas com formação universitária) ou não certificado (para aqueles com formação independente)²⁴.

Entre os psicanalistas, pode-se então prever, e antes mesmo que a reforma se cumpra, o surgimento imediato de uma nítida divisão – posto que não são todos “regularmente inscritos” nessas listas – e de um suposto benefício para os “regulares”. Em princípio, como vimos, eles nem são mencionados na emenda, e como tal poder-se-ia mesmo falar de sua valorização em relação aos médicos e psicólogos. Na prática, trata-se de um cruel dilema: inscritos na lista de uma das associações psicanalíticas, eles estariam dispensados da inscrição na lista dos psicoterapeutas, já que psicoterapeutas por assimilação legal. Não inscritos, não seriam também considerados psicoterapeutas em termos legais – logo, “psicanalistas selvagens”. A questão é então saber se eles teriam realmente o direito ao exercício, ou se a lei reservaria o exercício das psicoterapias aos psicoterapeutas e incluiria a psicanálise nas ditas terapias...

No meio psicanalítico, a discussão sobre a formação do psicanalista tem uma longa história. As divergências existentes em torno dessa questão são mesmo, como as-



A posição
de Freud,
que se preocupava
com a
não-subordinação
da psicanálise
a qualquer
profissão,
não deixa
nenhuma margem
a dúvidas.

Por que a emenda Accoyer envolve os psicanalistas?

Em seu artigo acima mencionado, Silvestre lembra que no início da história da psicanálise o problema da regulamentação profissional se colocava, em todos os lugares, na seqüência de um processo impetrado contra um psicanalista por exercício ilegal da medicina. Foi assim com Reik, na Áustria, em 1926 e, podemos acrescentar, na própria França, com Clark-Williams, psicanalista não psicóloga e não médica, cujo julgamento fez da psicanálise durante 25 anos, de 1953 a 1978, uma prática ilícita.²⁵ A posição de Freud, que se preocupava com a não-subordinação da psicanálise a qualquer profissão, não deixa nenhuma margem a dúvidas: para ele, no que diz respeito à psicanálise, o profano é o médico que não fez análise; quem fez uma análise e se beneficiou de uma formação apropriada não é mais um profano, seja ele médico ou não.²⁶

Lacan sustentou a posição freudiana, mesmo que temesse ainda mais a psicologização da psicanálise. A IPA, por sua vez, não seguiu Freud (ou o *negou*) – sobretudo nos Estados Unidos, que, além de tudo, às voltas com o problema doméstico de charlatanismo médico, optou por subordinar a psicanálise à medicina.

A questão do exercício da análise leiga ou profana [*Laienanalyse*] é assim a primeira das razões pelas quais a reforma (que em princípio entraria em vigor seis meses após sua passagem pelo Senado) concerne à psicanálise e a faria correr um “perigo de morte”: se os psicanalistas têm necessidade de conhecimentos em psicopatologia (e quase nada da medicina *tout court*), são-lhes fundamentais os conhecimentos provenientes de muitos outros domínios (a filosofia, a lingüística, a literatura, a mitologia, a história das religiões e das civilizações, etc.). Torna-se psicanalista quem passou por uma longa análise “pessoal” –

ser médico ou psicólogo nunca foi uma condição.

Em segundo lugar, porque coloca a psicanálise no mesmo nível de outras práticas acusadas de charlatanismo. Enfim, porque propagaria a idéia segundo a qual a experiência analítica não visaria senão a terapêutica. Se já para os psicólogos a psicoterapia não se limita apenas ao tratamento de transtornos mentais e inclui também uma dimensão preventiva, é o freudismo que, mais radical, denuncia esse desejo de curar a qualquer preço. A reforma ignora assim os fundamentos mesmos da *démarche* psicanalítica, cujo processo, individual, não pode ser codificado, planejado, regulamentado e unificado pelos controladores da saúde mental²⁷.

No fundo, uma ameaça externa (que não prescinde das divisões internas) sempre em vias de se renovar. Na França, país onde a partir de 1949 e pelo menos até 1968/1969 a psicologia e a psicanálise partilharam uma história indissociável no âmbito da universidade, foi sempre tentador para ambas as partes, como escreve Ohayon (em seu livro definitivo sobre o assunto, de 1999), designar um inimigo comum, o poder médico, contra o qual eles deveriam se unir. Como essa união não se concretizou, a autora questiona se teria sido de fato o poder médico o inimigo principal, ou o inimigo comum.²⁸

Na França, quem seriam os psicólogos? Trata-se de um caso único no mundo: conforme Anzieu, em fins dos anos 1970, os psicólogos clínicos constituindo maioria, 2/3 dos professores da habilitação em psicologia clínica eram psicanalistas²⁹. Contudo, em 1993, Huber conclama a psicologia clínica francesa a se libertar da “fixação pela psicanálise”, abandonar suas “querelas locais” e retomar “o diálogo com a comunidade científica internacional”³⁰ (p. 11). Ohayon, na condição de historiadora, afirma que “entre os psicólogos e os psicanalistas, o

sinalado, as maiores responsáveis pelas cisões que marcaram o movimento francês, mas só por desconhecimento ou má fé se afirmaria que a formação dos psicanalistas não repousa em regras precisas (vale repetir, códigos de deontologia, procedimentos de validação, análises didáticas, técnicas de avaliação, seminários, estágios clínicos, etc.), ainda que diferentemente estabelecidas pelas escolas de psicanálise, e segundo critérios mais ou menos democráticos (e a história das instituições psicanalíticas e a história da psicanálise *tout court* estão intimamente ligadas). Entre os lacanianos, essa é mesmo uma discussão ainda não resolvida. Em todo caso, seriam muitos os psicanalistas que há duas décadas (pelo menos na França) debatem a necessidade de um mínimo de organização que lhes seja comum, temerosos das dificuldades de se manterem à margem das regras oficiais de formação e de exercício.

nó do conflito tocava o poder e o lugar social. A hegemonia da doutrina freudiana, percebida como um perigo mortal pelos psicólogos, enrijeceu sua oposição” e os levou a se abrigar sob as asas do behaviourismo, do cognitivismo e, hoje, das neurociências. Por sua vez, “os psicanalistas recusaram a idéia mesma de uma síntese, vivida como um comprometimento, uma degeneração e uma redução de sua doutrina no psicologismo”, de tal forma que a era do afrontamento teria sido substituída pela do evitamento entre os dois protagonistas em questão, ambos prisioneiros do mesmo dilema: “permanecer em sua torre de marfim ou existir social e visivelmente, abrindo-se para os riscos do diálogo com as outras disciplinas e para aquele, mais temível, da vulgarização”³¹.

A questão da regulamentação das psicoterapias, que debuta em solo francês (mas que não deixará de se espalhar em seguida pelo mundo), colocará à prova a necessidade e a urgência desse diálogo no âmbito mesmo da “comunidade psi”, desta vez forçado pelos poderes públicos – um embate (político-teórico-epistemológico) considerável, inédito e necessário para todas as partes. Nesta oportunidade, parece que a psicanálise se confrontará não apenas com o campo médico, mas também com o psicológico³². Primeiro, porque a psicoterapia ou, na expressão freudiana, tratamento psíquico – o tratamento que começa pelo próprio psiquismo, por meio de procedimentos que atuam em primeiro lugar e de imediato sobre a alma humana, mediante o uso de palavra e conduzidos sob sugestão (transferência, em psicanálise) – diz respeito principalmente aos psicólogos, seja pelo seu maior número em relação aos psiquiatras, seja por sua impossibilidade legal e intrínseca de prescrever medicamentos. Deve-se ainda levar em conta, no âmbito da universidade, o papel hegemônico a ser desempenhado

Segundo Silvestre,
a questão da regulamentação
profissional do psicoterapeuta
se deve impor de maneira
crucial para a psicanálise
quando for necessário
decidir em termos
institucionais se a psicanálise
é ou não uma
psicoterapia.

pelos psicólogos nas referidas comissões avaliadoras de profissionais psicoterapeutas.

Segundo Silvestre, a questão da regulamentação profissional do psicoterapeuta se deve impor de maneira crucial para a psicanálise quando for necessário decidir em termos institucionais (e demonstrar a pertinência da argumentação para além dos pares e intramuros) se a psicanálise é ou não uma psicoterapia, ou ao menos em que medida ela se distingue das outras e ser, como tal, merecedora de um estatuto diferenciado. Na verdade, tratar-se-ia de uma dupla dificuldade: além de dar conta da especificidade de sua prática, ela deve explicar por que essa particularidade não se presta a nenhuma modalidade de inscrição social. E tudo isso sob o efeito de uma pressão exterior (do público, de alguns serviços administrativos e aparelhos do Estado) e de eventos oriundos do interior mesmo do movimento analítico.

Seu raciocínio: a formação psicanalítica, bem como a necessidade de assegurar a especificidade da psicanálise em relação à medicina e preservá-la de toda usurpação, esteve sempre a cargo das associações psicanalíticas. E independentemente das cisões, todos estariam de acordo desde 1920, com a política de Berlim, que ela se faria por uma análise pessoal, uma ou várias supervisões e ensino teórico. Lacan, como Freud, achava que o efeito terapêutico da análise não era o alvo primeiro; mas, dirigindo-se a sujeitos em sofrimento, a questão da garantia da análise se coloca face às psicoterapias diversas e em proliferação, envolvendo uma responsabilidade, pois se trata de proteger o sujeito que está na posição de paciente.

Quer se queira ou não, o futuro da psicanálise estaria ligado ao fato de os psicanalistas formados serem caucionados como psicoterapeutas face às diversas formas de psicoterapia do mercado – pois se



trata, sim, de mercado, sublinha a autora, a preocupação dos legisladores em regulamentar a psicoterapia e/ou a psicanálise.

Silvestre lembra ainda ser o estatuto legal da psicanálise uma preocupação de Lacan desde 1953, quando a criação do Instituto de psicanálise (ou seja, a formação dos analistas) na *Société psychanalytique de Paris* (SPP) se fez acompanhar de um pedido de reconhecimento pelos poderes públicos e de um diploma, jamais obtidos. Foi justamente em função da exigência da IPA em excluir Lacan e Dolto da lista dos analistas didatas que se produziu, como sabemos, a primeira cisão no movimento psicanalítico mundial. A preocupação sobre os critérios de qualificação dos analistas e sobre a garantia de sua formação e de sua prática teria permanecido em Lacan ao se perguntar permanentemente sobre o que é uma análise e o que é um analista. Por outro lado, a necessidade de afirmar o estatuto específico da psicanálise caminhava junto com a preocupação de seu reconhecimento social. Daí suas trocas com o mundo intelectual de seu tempo, seu esforço para que ela pudesse ter um espaço no mundo psiquiátrico ou médico assim como na Universidade, sem se deixar subordinar. Extraterritorialidade em relação aos outros saberes nunca significou, a seu ver, enclausurar-se numa associação de psicanalistas voltada para si mesma. Seu seminário foi dado *fora* de sua Escola – no hospital Sainte-Anne, na Escola Normal Superior, na Faculdade de Direito – e dirigido a todos e não apenas aos psicanalistas.

Dois vetores o teriam orientado: o da qualificação do analista, a garantia oferecida por sua formação; e o da própria experiência analítica, da qual a psicanálise resulta e que faz com que o analista não se autorize senão por si mesmo. Houve em seguida a busca de procedimento de verificação dessa “autorização”, o

Para Major,
ainda que o texto
da emenda Accoyer
vise explicitamente apenas
os psicoterapeutas,
ele introduziu uma profunda
ambigüidade
em torno do termo
“psicoterapia”.

“passe” [*la passe*], introduzido em 1969 em sua Escola – e contestado pelo Quarto Grupo [*Quatrième Groupe*]. Com o passe, segundo Haddad, Lacan teria almejado o testemunho de jovens analistas, motivo pelo qual recusou a oferta de Dolto, que se oferecera, exortando outros colegas veteranos a fazer o mesmo, de se deixar avaliar em sua capacidade de teorizar sobre sua análise pessoal. Ou nas suas próprias palavras, conforme registrado no nº 23 do boletim interno da Escola Freudiana de Paris – “o que pode vir à cabeça de alguém para se autorizar analista. Eu queria testemunhos, naturalmente não tive nenhum... Bem entendido, esse passe é um completo fracasso”³³. Pelo menos até então...

O fato é que a dissolução de 1980 gerou inúmeros agrupamentos, com seus próprios procedimentos de qualificação, com ou sem passe. Ainda assim, em que pese o fato de que cada grupo “pense possuir a verdadeira parte de Lacan”,

alguns começaram a discutir diante da ameaça de legislar sobre a profissão de psicoterapeuta. Para Silvestre, haveria uma posição comum: *a psicanálise não é uma psicoterapia* e ela deve manter total independência, seja em relação à medicina, seja em relação à psicologia, permanecendo os analistas responsáveis por sua formação e autorização.

Para Major, ainda que o texto da emenda Accoyer vise explicitamente apenas os psicoterapeutas, ele introduziu uma profunda ambigüidade em torno do termo “psicoterapia”. Freud também usou o termo no seu início, o que sugere “certa continuidade na história da ação terapêutica da palavra na relação médico-paciente”, mas sem deixar de sublinhar o quanto sua disciplina “subvertia profundamente essa relação”, ao criar mecanismos que não a limitasse à pura influência do médico. Depois de Freud, multiplicaram-se as numerosas formas de psicoterapia, “que não fa-

zem mais do que restituir a autoridade da consciência e do poder da sugestão, que eram o apanágio das psicoterapias antes da descoberta das leis do funcionamento psíquico”. A prática dos psicanalistas, mesmo que, por diversas razões, não se limitem ao dispositivo clássico, não deve ser confundida com a prática das “novas antigas psicoterapias”.

Os “Estados gerais da psicanálise”, que contou com a participação de um número expressivo de psicanalistas de todas as tendências, afirmou assim, em primeiro lugar, a especificidade de sua disciplina em relação a todas as psicoterapias atualmente praticadas; em segundo, sua independência em relação aos poderes públicos e sua oposição a uma regulamentação pelo Estado diferente daquela já em vigência na formação universitária, em nome de uma completa “liberdade de expressão, num espaço de franqueza circunscrita, e necessária à aquisição, pelo sujeito social, de uma verdadeira responsabilidade”³⁴.

Já para Silvestre, se a psicanálise tem um efeito... terapêutico – e Freud, como se sabe, escreveu que sua invenção “era efetivamente uma terapia como outras”³⁵ –, isso parece conduzir a uma espécie de impasse: ou bem a psicanálise não é uma psicoterapia e deve então dizer o que ela é – e nesse caso, os psicanalistas jamais estarão de acordo quanto a isso. Se pelo contrário a psicanálise é uma psicoterapia, então a profissão terá o mesmo estatuto das profissões paramédicas e, como essas, estaria sujeita aos mesmos encargos da seguridade social e das leis fiscais em vigor. O que não lhe parecia possível é se beneficiar de prerrogativas *ad hoc*. Sendo legítimo não querer se confundir com o restante das outras psicoterapias, tampouco se pode recusar o benefício terapêutico proporcionado pela psicanálise aos que a procuram.

Há que considerar ainda os futuros psicoterapeutas formados pe-

los departamentos de psicologia das universidades, cujo ensino na França, como se sabe, deve muito à psicanálise. Com pertinência, mas provocativa em mais de uma direção, Silvestre questiona: não seria melhor afirmar que para se dizer psicoterapeuta é preciso fazer uma psicanálise, que essa é a única formação que importa, e talvez mesmo ser psicanalista? ■

NOTAS

1. D. Col. & P. Conrath, “L’amendement Accoyer. Un électrochoc pour les psychothérapies”, *Le Journal des Psychologues*, n. 214, 2003/2004, p. 6.
2. D. Col. & P. Conrath, op. cit., p. 7.
3. D. Col. & P. Conrath, op. cit., p. 9.
4. Cf. N. Sébastien, “Légiférer sur les psychothérapies? Pas des psys au rabais”, *Association française des psychologues cliniciens* (AFPC), 2004 (<http://www.psychologues-cliniciens.org>).
5. S. Leclaire (org.), *État des lieux de la psychanalyse*, Paris, Albin Michel, 1991.
6. J. Sédat, “La psychanalyse et l’état. Les inscriptions sociales du psychanalyste”, *Journal français de psychiatrie*, n. 12, 2000 (<http://www.etatsgeneraux-psychanalyse.net/archives/texte237.html>).
7. E. Roudinesco, *Jacques Lacan. Esquisse d’une vie, histoire d’un système de pensée*, Paris, Fayard, 1993, p. 555.
8. J. Sédat, op. cit.
9. E. Favereau, “Tous les psys en pleine cure de loi”, *Libération*, 25/10/2003.
10. D. Silvestre, “Réglementer la psychanalyse?”, *Link*, n.º 10 (*Qu’est-ce qu’une psychanalyse lacanienne?*), s. d. (<http://www.champ-lacanian.org/fr/archives/lk10/L10DSilvestre.PDF>).
11. J. Clavreul, “Os psicanalistas gostam de ordem”, *Estados Gerais da Psicanálise*, 2000 (http://www.estadosgerais.org/gruposvirtuais/gostam_de_ordem.shtml).
12. E. Favereau, “Divisions du côté des analystes”, *Libération*, 25/10/2003.
13. C. Bert, “Un status pour les psychothérapeutes?”, *Sciences Humaines*, n.º 145, 2004, p. 6.
14. Cf. E. Favereau, op. cit.
15. J.-A. Miller, “Avis au public”, *Bulletin spécial Accoyer*, n.º 2, Agence lacanienne de Presse, 20/11/2003, (http://www.forumpsy.org/Resource/ALP2_2.html).
16. Cf. E. Favereau, op. cit.
17. Cf. E. Favereau, op. cit.
18. J.-A. Miller, Avis au public, op. cit.
19. E. Roudinesco, “Les faux-semblants de l’amendement Accoyer”, *Le Monde*, 24/11/2003.
20. Cf. E. Favereau, “Divisions du côté des analystes”, op. cit.
21. *Apud* D. Col & P. Conrath, op. cit., p. 10.
22. D. Silvestre, op. cit.
23. “A França permanece [...] o único país no mundo onde foram reunidas, num período de cem anos, todas as condições necessárias para uma implantação maciça da psicanálise em todos os setores da vida cultural, tanto pela via intelectual, como pela via médica, e, a esse respeito, o lacanismo é o sintoma dessa exceção à medida que ele se construiu em plena consciência como uma subversão, uma transgressão e, portanto, como o herdeiro de um ideal de constatação da ordem estabelecida, nascida da Revolução francesa por um lado, da luta dreyfusista por outro.” (Roudinesco, *Jacques Lacan. Esquisse d’une vie, histoire d’un système de pensée*, op. cit., p. 556).
24. Ch. Melman, “Remarques amicales au Docteur Accoyer”, (ALJ), 05/12/2003 (http://www.freud-lacan.com/articles/article.php?url_article=cmelman051203).
25. “1978 é a esse respeito um ano juridicamente importante para a psicanálise. Em primeiro lugar, o tribunal correccional de Nanterre reconhece, por um julgamento de 9 de fevereiro de 1978, no caso ‘Auscher dit Dienal’, que a psicanálise é uma atividade profissional *à part entière*, isto é, independente pela especificidade de seu método e de seu objeto. Isso feito, o juiz penal, efetuando na circunstância uma reversão na jurisprudência, não assimila mais a psicanálise à medicina. Portanto, ele não mais considera o exercício da psicanálise pelos não-médicos como sujeito às penas previstas no artigo 372 do Código Penal pelo exercício ilegal da medicina” (S. Leclaire, op. cit., p. 246).
26. S. Freud, “La question de l’analyse profane”, in *Œuvres complètes*, v. XIX., Paris, PUF, 1994.
27. B.-H. Lévy, *apud* B. Delatre, “La psychanalyse française en ‘danger de mort’ Mobilisation”, *La Libre Belgique*, 10/11/janeiro/2004.
28. Cf. A. Ohayon, *L’impossible rencontre. Psychologie et psychanalyse en France (1919-1969)*, Paris, La Découverte, 1999.
29. Cf. D. Anzieu, “La psychanalyse au service de la psychologie”, *Nouvelle Revue de Psychanalyse*, n.º 20, 1979, p. 59-75.
30. W. Huber, *L’homme psychopathologique et la psychologie et psychologie clinique*, Paris, PUF, 1993, p. 11.
31. A. Ohayon, op. cit., p. 416-417.
32. Para Roudinesco, a partir de 1965 crescerá enormemente o número de antigos estudantes em psicologia na totalidade dos grupos freudianos de todas as tendências: “Essa terá sido o último avatar – o mais feroz – da grande luta engajada por Freud em favor da *Laienanalyse*: o triunfo da psicologia sobre a medicina” (E. Roudinesco, *Jacques Lacan. Esquisse d’une vie, histoire d’un système de pensée*, op. cit., p. 384).
33. G. Haddad, *Le jour où Lacan m’a adopté*, Paris, Grasset, 2002, p. 325.
34. R. Major, “La psychanalyse est-elle sécurisable?”, *Magazine Littéraire*, n. 428, 2004, p. 32-33.
35. S. Freud, “Nouvelle suite des leçons d’introduction à la psychanalyse”, in *Œuvres complètes*, v. XIX, Paris, PUF, 1995, p. 236.



Emílio Marcos Rodrigué

Furacão freudiano

Tarefa difícil esta de apresentar o multifacetado analista Emílio Marcos Rodrigué. Afinal, são 82 anos de uma vida eletrizante, devidamente registrada com sua veia literária em livros¹ e artigos que passeiam da autobiografia às experiências profissionais e às formulações teóricas.

Rodrigué encarna a ortodoxia da Psicanálise da IPA dos anos 40-50-60, que é estilbaçada nos 70. Ele é o pequeno príncipe do Rio de la Plata,² brilhante membro da segunda geração da Associação Psicanalítica Argentina que, com tranqüilidade, vestir-se-á com a ortodoxia e a formalidade desses anos que desembocarão em rupturas que apontarão tanto para a heterodoxia e transgressão pessoais como, em especial, para o importante questionamento político da instituição psicanalítica oficial que resultará no movimento Plataforma e seu irmão, Documento.

Filho da aristocracia rural argentina, encaminha-se para o curso de medicina e, precocemente, acolhe suas pretensões de se tornar analista. Com aproximadamente 20 anos, inicia análise com o eminente Arnaldo Rascofsky mas, aos 25, já estará na Londres do pós-guerra e da grande controvérsia Anna Freud – Melanie Klein, deitando-se seis vezes por semana no divã de Paula Heimmann durante os quatro anos de recesso e formação analítica. Atende crianças e faz supervisão com Mrs. Klein, observa grupos conduzidos por Bion, além de ter

como analistas-supervisores Herbert Rosenfeld, Donald Winnicott, Hanna Segal, John Rickman... Enfim, a vanguarda psicanalítica da época. Quando parte de Buenos Aires em 58 para um novo recesso de quatro anos, desta vez nos EUA, já estava consagrado analista-didata empunhando a tocha kleiniana. Esse novo período sabático será fundamental para uma virada filosófica, pois vive o contato intenso e transformador com a filósofa Susanne Langer, além de trabalhar na comunidade terapêutica pioneira de Austen Riggs (leia-se Robert Knight, Rappaport e Erik Erikson).

Na volta à Argentina, imediatamente assume a presidência da APA, totalmente identificado à ideologia elitista e restritiva da instituição: um mandarim ingênuo, como ele mesmo já se intitulou, que também quase chega à vice-presidência da Internacional. De um lado, temos os poucos didatas para dar conta da grande demanda de formação apenas facultada aos médicos. De outro, posta-se uma crescente geração de psicanalistas gestada à margem da sociedade “Oficial” constituída de psicólogos e psiquiatras que fazem formação paralela desenvolvida em escolas privadas, hospitais e serviços públicos. É a época de Pichón-Rivière, de Bleger, da psico-

Realização: Andréa de Carvalho, Bela M. Sister, Cristiane Sammarone, Mara Selaibe, Maria Cristina Ocariz, Sívio Hotimsky, Susan Markuschower.

logia social, dos grupos operativos, da militância política nas instituições de saúde mental.

Em 71, quando 40 didatas e jovens candidatos da corrente kleiniana renunciaram em massa à APA, questionando politicamente a instituição para que se democratizasse internamente, bem como clamando pela recuperação de uma ideologia revolucionária quanto ao lugar da Psicanálise na sociedade, Rodrigué está entre eles sacudido pelo contato com a intelectualidade de esquerda portenha.

1974. Em pleno governo democrático peronista, grupos paramilitares de direita começam a repressão que culminará no golpe militar de 1976. Ele deixa a Argentina em ato análogo ao de Marie Langer e de muitos outros membros de Plataforma, dando início a uma diáspora. São tempos andarilhos ou de psicoargonauta (como quer Rodrigué) no circuito Rio-São Paulo-Salvador-Madri-Valência-Medellín-Caracas. Com Martha Berlín, sua mulher na época e que tinha sólida formação psicodramática, fazem um ambicioso projeto de formação analítica na Bahia, pela via grupal, que fez dele o pioneiro da psicanálise local. Dessa experiência-carroço vingou robusto movimento lacaniano. O mestre virou discípulo dos próprios discípulos, com eles aprendendo Lacan.

Nesses tempos heréticos, de afastamento da ortodoxia analítica, Rodrigué, que já tinha seu papel de vanguarda em grupos e comunidades terapêuticas nos anos 60, faz virada para o trabalho corporal a partir de sua estada em Esalen, meca californiana das práticas alternativas (bioenergética, psicodrama, técnicas grupais e corporais, filosofia oriental). Rodrigué conduz inúmeros laboratórios e muito influenciou corporalistas cariocas e paulistanos.

Os ventos soprados foram trazendo-no cada vez mais amiúde para a sua carinhosamente apeli-

ada Roma Negra, até fincá-lo de vez em Salvador. Terra encantadora que respira magia, foi por ele descoberta nos anos 1970 num terreiro de candomblé de Itaparica... e redescoberta nos 1980 nos braços de um grande amor e ao som do doce murmúrio do mar de Itapuã... quando ele novamente se afina com Freud e escreve uma bela biografia do mestre maior. E a história continua...

Uma pena ter sido o contato virtual do e-mail o único recurso viá-

“

A psicanálise
não envelheceu

isso tudo
assim.

Ela ainda
é bonita

e graciosa.

vel de comunicação entre ele e nosso grupo de entrevistas... Rodrigué é nitroglicerina pura!

Percorso: Após 60 anos exercendo o ofício de psicanalista, como o senhor considera hoje o alcance e os limites da psicanálise levando em conta o tratamento de neuróticos, psicóticos e perversos?

Emílio Rodrigué: A psicanálise não envelheceu isso tudo assim. Ela ainda é bonita e graciosa. Não preci-

sou de plástica alguma. Fizemos avanços no tratamento das psicoses; as perversões, penso eu, sempre foram o lado escuro da lua; e as neuroses são nosso ganha-pão. A leva atual de analistas é menos prepotente e mais sensível ao sofrimento humano.

P.: O senhor sustentaria que ainda hoje uma análise tradicional é válida?

E. R.: Se por tradicional entendermos cinco sessões de cinquenta minutos semanais, a análise tradicional acabou. Há muito tempo eu não trato ninguém nessa frequência. Concordo com Canetti que o tempo do mundo se acelerou de tal maneira que hoje uma análise tradicional é composta de duas sessões de 30 minutos – se não for adotado o *short cut* lacaniano. Mas, no essencial, o modo de se analisar continua o mesmo.

P.: Em seu livro *O Paciente das 50.000 Horas*, que inaugura seu rompimento com a IPA, o senhor coloca uma questão que vale a pena ser retomada no contexto atual da formação de analistas: “Quanta ferrugem acumulamos em nosso amadurecimento?”³ Qual é a qualidade dessa ferrugem constatada? Que conselhos o senhor daria a um analista principiante?

E. R.: Em 1970 o assunto da ferrugem foi uma metáfora. Eu busquei estabelecer um contraste entre um aviador com 50.000 horas de voo e o psicanalista da mesma faixa etária. Nos anos 1960 a psicanálise estava enferrujada por conta da *ego-psychology*. As coisas mudaram. Como eu já disse em outra oportunidade, no Maio Francês de 1968 Marx morreu e Freud, ferido numa ruela da *Rive Gauche*, foi salvo por Lacan. Agora há quem pense que desta vez Lacan foi ferido nessa ruela... Duvido que Jacques-Alain Miller, com sua IPA afrancesada, possa resgatá-lo.

P.: Nesse mesmo livro, o senhor se refere à sintaxe interpretativa “sim.....mas”, associada aos seus primeiros 25 anos como analista. Numa entrevista realizada em 2000,⁴ o senhor



declara que a sua sintaxe interpretativa deixou de ser “sim...mas” e tornou-se “isto e também...”. Poderia nos falar em que mudança de concepção clínica consiste essa nova sintaxe?

E. R.: O analista tem de ser metonímico, o fluxo de significantes tem de fluir. O “mas” é um entrave e traz consigo uma certa violência interpretativa. Em meu vocabulário clínico eu excluí o “não” e quase todos os “sim”, mas posso dizer, alegoricamente, “sempre” ou “nunca”.

P.: Passados 32 anos de seu rompimento com a *IPA*, que lugar o senhor atribui a ela nos dias atuais? E às outras instituições de formação?

E. R.: Sou muito ambivalente em relação à *IPA* – não tanto quanto com o Vaticano, mas quase. Em 1912, Jones convenceu Freud a formar a sociedade dos Senhores dos Anéis, integrada por Abraham, Ferenczi, Sachs, Eitingon e o próprio Jones. Essa sociedade secreta manteve as rédeas da Psicanálise internacional até a morte de Abraham, em 1924. Nesse momento, então, nasce o dogma, as hierarquias e o politicagem da *IPA*, como tinha de ser (ou como sempre é).

P.: Atualmente, com quem o senhor se percebe dialogando clínica e teoricamente? Poderia nos falar um pouco do contexto contemporâneo da psicanálise?

E. R.: Como eu sou um franco-atirador, sem grupo próprio, eu dialogo demais dentro e fora do Brasil. Na Bahia, sou o mentor do *Colégio da Psicanálise* – de Urânia Tourinho Peres – e algo parecido frente ao *Espaço Moebius* de Aurélio Souza. No Rio de Janeiro Joel Birman e Carmen Lent são gente boa. Em São Paulo, Sara Hassam e, *malgré tout*, Manoel Berlinck. Fora, em Buenos Aires, a lista é longa, mas sem dúvida com Fernando Ulloa, Sergio Rodriguez e Hernan Kesselman. Na França dialogo com Radmila Zygouris e a divina Roudinesco. Na Itália, com Cláudio Néri. Na Espanha, com Nicolas Caparros, com pequena ajuda da Internet.

P.: O que levou o senhor a se interessar pela psicoterapia de grupo? Em 1950 o senhor considerava psicanálise esse tipo de psicoterapia?

E. R.: Enquanto me formava em Londres tive a oportunidade de observar grupos de Bion e de Jacques. Foi uma experiência e tanto que levei de volta a Buenos Aires, junto com a análise de crianças. Ambas ramificações me fascinaram.

Eu gostaria de sublinhar a era freudiana: ela vai de Breuer a Lacan,

pela obra de Freud, Melanie Klein, Bion e do grupo de terapeutas que seguia os princípios da *Tavistock Clinic*, de Londres.

A partir de quando, e em função de que princípios, necessidades de sua prática clínica e idéias a respeito do sofrimento dos pacientes que o consultavam, o senhor incorporou outras modalidades clínicas e começou a trabalhar nos denominados laboratórios?

E. R.: Crianças, grupos, laboratórios têm horizontes independentes. Meu interesse pelos laboratórios nasceu em torno de *Esalen* e também em minha experiência com Comunidades Terapêuticas em Austen Riggs. Foram meus anos heréticos.

P.: Como o senhor articulou sua clínica nos laboratórios – influenciada por suas experiências em Amsterdam, em Esalen – com os fundamentos metapsicológicos e conceituais da psicanálise freudiana? Poderia falar sobre sua experiência de “aplicar técnicas alternativas sob uma regência psicanalítica” (in *El laboratorio individual*).⁵

E. R.: Não se articulam ou se se articulam, eu não os articulei. Os laboratórios individuais são um tema à parte que merece todo um artigo. Considero que se trata de um destilado de minha experiência para focar problemas pontuais.

P.: O senhor deixou de lado o trabalho com crianças? Seus laboratórios são praticáveis com elas?

E. R.: Eu não deixei o trabalho com crianças. As crianças me deixaram por falta de demanda. Nunca pensei em um laboratório de crianças. Obrigado pela idéia. Será possível?

P.: O senhor escreveu sua autobiografia – *El libro de las separaciones*⁶ – e inúmeros livros seus abordam aspectos ou momentos autobiográficos que oscilam entre o confessional e a auto-análise – “a psicanálise aplicada a mim mesmo”, tal como o senhor definiu na contracapa de *A Lição de Ondina*. Gostaríamos de saber o que o move a par-

Eu comecei minha análise pessoal em 1943 e levo 61 anos sob a égide freudiana.

de Jung a Adler, passando por Stekel, de Melanie Klein a Anna Freud, de Bion a Moreno, de Abraham a Zilborg. De Mário Fuks a Octavio Souza, de Renato Mezan a Emilio Rodrigué. A árvore freudiana é grande...

P.: Na primeira época de seu trabalho com grupos, o senhor seguia o postulado básico do núcleo argentino de terapeutas de grupo (Grinberg, Rodrigué, Langer e outros) e considerava o grupo como uma unidade social, influenciado

tilhar suas experiências pessoais e analíticas. Qual o sentido dessa escrita? O que o senhor privilegia nela?

E. R.: Boa pergunta. Eu comecei minha análise pessoal em 1943 e levo 61 anos sob a égide freudiana. A psicanálise foi a minha tutora, algo assim como minha espinha vertebral. Certa vez eu escrevi: “Sou analista dos pés à cabeça, eu penso psicanaliticamente, eu vivo psicanaliticamente, eu psicanaliso psicanaliticamente, eu escrevo psicanaliticamente”. A escrita é minha auto-análise, como tem de ser.

P.: Em seu livro *A Lição de Ondina*, de 1983,⁷ o senhor afirma que “o corpo resistencial recobre e veste o corpo erógeno” e que “é preciso vencer esse invólucro cortado de acordo com nossa mediocridade”, pois considera a resistência como “o homem médio, meio termo, que o indivíduo carrega consigo, o afável burguês interno”. Como o senhor pensa, hoje, a relação entre o corpo erógeno e suas vestimentas?, a relação entre pulsão e defesa?

E. R.: Mudei. Se fosse (re)escrever sobre isso eu faria, hoje em dia, uma apologia da mediocridade. Se desconstruímos o narcisismo, encontramos com esse homem médio, essa pessoa íntima nossa que escova os dentes todos os dias. A mediocridade é nossa base de sustentação. *El Hombre Mediocre* de José Ingenieros⁸ é parcialmente responsável pela imprensa ruim. Será que minha atual posição é um lastro da velhice?

P.: Ao nos reportar ao “Furacão Kleiniano”,⁹ o senhor afirma que tanto o objeto interno, tal como o concebeu Melanie Klein, quanto o objeto pequeno “a” de Lacan “representam o ‘resto’ de uma perda”. Mas – o senhor observa em seguida – há uma diferença entre ambos: enquanto o pequeno “a” é “irredutível à simbolização”, o objeto interno é, justamente, a “matriz do símbolo”.

O senhor poderia nos falar mais da questão da perda levando em conta essa diferença entre os dois

conceitos fundamentais relativos às obras de Melanie Klein e Lacan?

E. R.: Não, não dá. Meu Lacan tem pernas curtas e cansadas de realmente saber o que ele disse. Já sei, trata-se de um pensamento medíocre.

P.: Em *Sigmund Freud - o século da psicanálise*, publicado em 1995, o senhor escreve que “O homem (...) não tem paz porque sabe de sua morte. Enquanto o homem for mortal, será infeliz ‘na base’.”¹⁰

Em 1996,¹¹ dois meses após o Congresso *AMORTE*,¹² o senhor diz que “teríamos de fazer uma rediscussão bastante radical desse maniqueísmo entre pulsão de vida e pulsão de morte, teríamos de pensar o que é isto de dizer que a pulsão de morte leva à morte” e que seria preciso reconsiderar se o prazer se liga à queda da tensão de modo que, “em última instância, a felicidade esteja na morte.”

Passaram-se nove anos desde então. Como o senhor pensa, hoje, essa dualidade de que Freud jamais admitiu abrir mão?

E. R.: Não admitiu, mas no fundo ele abriu mão. A dualidade de Freud nunca foi uma total e irrestrita dualidade. Foi quase um recurso retórico, uma forma de aprimorar sua dialética. Não compartilho a idéia de Freud de que a pulsão de morte nos leve à morte. A menos que a morte seja nossa última felicidade, será que nosso pavor da morte é uma marca, geneticamente inscrita, de nosso instinto de vida?

P.: Em *Sigmund Freud - o século da psicanálise*,¹³ o senhor nomeia o capítulo em que reflete sobre a identidade epistemológica freudiana de “O Pulo do Tigre”. Nesse capítulo, o senhor aponta uma “pane fundamental” na concepção de Bernfeld e Jones. Esse é um dos exemplos em que o senhor compara a sua visão da vida e obra de Freud com outras leituras realizadas por outros autores. Quais principais diferenças o senhor aponta entre a sua obra e a de outros biografos de Freud?

E. R.: Não posso resistir à tentação de promover *meu* Freud. Marie Huret, do *Le Monde*, escreve: “Rodrigué é um escritor, coisa que Ernest Jones não é; Rodrigué é um psicanalista, coisa que Peter Gay não é”.

Música para meu ouvido narcíseo. ■

NOTAS

1. Seus principais livros são: *Psicoterapia de Grupo – Enfoque Psicanalítico* (1956) (junto com Marie Langer e León Grinberg); *O Contexto do Processo Psicanalítico* (1965) (com Geneviève Rodrigué); *O Antiyo-yo – Nova Proposta Amorosa* (1977) (juntamente com Martha Berlín); *O Paciente das 50.000 Horas* (1977); *A Lição de Ondina – Um Manual Psicanalítico de Sabedoria* (1983); *Gigante pela Própria Natureza* (1991); *Sigmund Freud – O Século da Psicanálise* (1995); *El Libro de las Separaciones* (2001).
2. Como ele se autodenomina no livro *El Antiyo-yo – Nova Proposta Amorosa*, Rio de Janeiro, Imago Editora, 1977.
3. E. Rodrigué, *O Paciente das 50.000 Horas*, Rio de Janeiro, Imago Editora, 1977, p. 32.
4. Jornal Página 12, <http://www.pagina12.com.ar/2000/suple/psico/>
5. Texto escrito em espanhol em julho de 2003 e que se encontra em www.psychanalyse-in-situ.com/boite_a/ERodrigue.html.
6. E. Rodrigué, *El Libro de las Separaciones* Buenos Aires, Editorial Sudamericana, 2001.
7. E. Rodrigué, *A Lição de Ondina – Um Manual Psicanalítico de Sabedoria* Rio de Janeiro, Imago Editora, 1983.
8. José Ingenieros, cientista multifacetado, nascido na Itália em 1877, emigrou para a República Argentina em 1893. Médico, sociólogo, escritor, professor universitário, humanista e político, faz parte do primeiro movimento que instaura a psiquiatria no país. Chamado de *médico-psicólogo*, tem participação na difusão do freudismo no começo do século XX e funda a *Sociedade de Psicologia de Buenos Aires* em 1908. Quando morreu, em 1925, era um dos intelectuais de maior peso na cultura argentina e latino-americana.
9. E. Rodrigué, *Sigmund Freud – O Século da Psicanálise*, São Paulo, Editora Escuta, 1995, Vol. III, p. 69.
10. E. Rodrigué, *Sigmund Freud – O Século da Psicanálise*, São Paulo, Editora Escuta, 1995, vol. II, p. 432.
11. Participação de Rodrigué na mesa *Formas Simbólicas e Trabalho Analítico* ocorrida em 26.09.96 e que integrou o evento organizado no Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae *Acontecimento Estético na Clínica Psicanalítica*. Essa participação foi publicada na seção Debate da *Revista Percurso* nº 27.
12. Congresso realizado em Salvador, Bahia, em julho de 1996.
13. E. Rodrigué, *Sigmund Freud – O Século da Psicanálise* São Paulo, Editora Escuta, 1995, Vol. I, p. 192.



Chaim Samuel Katz

Charles Melman

Catarina Koltai

Mário Pablo Fuks

Psicanálise e cultura: uma herança freudiana?

Desde a descoberta do inconsciente freudiano, as implicações das transformações históricas e sociais na constituição da subjetividade tem convocado a psicanálise a pensar seu lugar na cultura. O debate deste número retoma esta interrogação ao investigar a posição do psicanalista contemporâneo em relação à delimitação do seu campo de atuação. Convidamos psicanalistas que têm demonstrado preocupação e interesse em pensar as relações entre o coletivo e o individual, o sujeito e sua inserção política social, para responder à seguinte questão:

Na busca de compreender os enigmas do psiquismo humano, Freud demonstrou interesse e preocupação em relacionar o funcionamento psíquico do sujeito com os grandes eventos da humanidade. Seu empenho pode ser constatado em vários artigos. No

apêndice de “Reflexões de atualidade sobre a guerra e a morte” (1915), a carta a Frederik van Eeden (1914) revela, em poucas linhas, o esforço de Freud em de-

Chaim Samuel Katz é psicanalista, doutor em Comunicação (UFRJ), escritor (*Nazismo e psicanálise, psicanálise e instituição, ética e psicanálise*, entre outros).

Charles Melman é psicanalista e psiquiatra, foi um dos principais dirigentes da École Freudienne de Paris. É o fundador da Association Lacanienne Internationale e autor de numerosas obras e textos, entre eles *Novos estudos sobre a histeria e o homem sem gravidade. Gozar a qualquer preço* (2003). Editor da Revista Passages.

Catarina Koltai é socióloga e psicanalista, professora na graduação e pós graduação da Faculdade de Ciências Sociais da PUC-SP. Autora do livro *Psicanálise e política, o estrangeiro*, Ed. Escuta 2002 e Organizadora do livro *O Estrangeiro*, Ed. Escuta 1998.

Mário Pablo Fuks é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise, professor do Curso de “Psicanálise: teoria e clínica”, coordenador do Curso de “Psicopatologia Psicanalíticas e Clínica Contemporânea”, todos no Instituto Sedes Sapientiae de São Paulo.

monstrar como as categorias conceituais formuladas pela psicanálise podem explicar as crueldades e as injustiças cometidas pelas nações mais civilizadas. No livro “Psicologia das massas e análise do eu” (1921), afirma que na vida anímica do indivíduo as relações com os outros (família, sociedade, etc.) aparecem “com total regularidade”, portanto a psicologia individual é simultaneamente psicologia social.

Diante da obra fundadora, a psicanálise contemporânea arca com a crítica recorrente de restringir sua produção teórica ao campo da clínica individual e de não oferecer hipóteses que contribuam no debate e na análise das questões macro-estruturais.

Sérgio Paulo Rouanet, por exemplo, em entrevista concedida à Revista *Percurso* no. 34, sugere que apesar da ampla produção teórica da psicanálise contemporânea, são poucos os trabalhos psicanalíticos voltados à compreensão dos fenômenos sócio-políticos e do mal-estar na cultura de nossos tempos.

Será que a psicanálise efetivamente se encontra hoje dissociada do contexto histórico e das angústias do mundo contemporâneo? Será que a herança freudiana em atribuir à psicanálise um potencial teórico capaz de analisar e compreender os grandes conflitos da humanidade não foi sustentada?

De seu ponto de vista, a produção psicanalítica pós-freudiana contribui para a compreensão dos grandes problemas do nosso tempo relacionados com o imperialismo, o terrorismo, os fundamentalismos, ou a última palavra ainda pertence a Freud, mesmo que ele não tenha presenciado as mesmas atrocidades que nos atingem?

Entre o reconhecimento da implicação do sujeito psicanalítico na cultura e a unanimidade em relação à presença das teorizações psicanalíticas a respeito de questões da cultura contemporânea encontramos nos textos que seguem diversas

elaborações que marcam a riqueza do pensamento psicanalítico.

Susan Markuschower
e Sílvio Hotimsky

Chaim Katz: 1- Gostaria de encontrar na carta de Freud a van Eeden a certeza colocada na vossa pergunta, acerca da “preocupação [de Freud] em relacionar o funcionamento psíquico do sujeito com

“

Aprendemos
que não há Uma
potência, teórica
ou de poder,
que pudesse
tomar conta
ou dar conta de
Um Saber ou
Justiça
universal.

”

os grandes eventos da humanidade”. Talvez me engane, outra vez mais, mas não me lembro de um único comentário imediato de Freud sobre os eventos que marcaram sua época como, por exemplo, a I Guerra Mundial, onde dois de seus filhos (Martin e Ernst) combateram diretamente, além de seu genro (Max Halberstadt), que foi ferido e se tornou inválido, e de um sobrinho, morto em combate. Do mesmo modo que a psicanálise viu a

maioria dos seus membros ativos participar dessa guerra e nada fez para teorizá-la diretamente, até mesmo porque ocuparam por vezes campos nacionais em oposição.

Quanto à Segunda Guerra, Freud teve que fugir no nazismo, presentificado na sua própria casa e na invasão contra a Psicanálise, a IPV e a editora; ele acompanhou a noite dos cristais (Kristallnacht, de 9 de novembro de 1938), jamais ignorou os pogroms alemães e a violência contra os judeus (qual a análise conjuntural dele acerca do episódio acontecido com seu pai, da kipá, do solidéu atirado na lama?), sempre soube da existência dos campos de concentração e de extermínio e também não pôde levar suas quatro irmãs para o exílio inglês (elas terminaram assassinadas pelos nazistas). Onde seus escritos “universais” sobre tais temas? Universalidade passa pelos detalhes, aprendemos com Guimarães Rosa....

2. Aprendemos que não há Uma potência, teórica ou de poder, que pudesse tomar conta ou dar conta de Um Saber ou Justiça universal. Hölderlin nos ensinou que Deus ou os deuses se retraíram do mundo e só nos restou a forma pura da Lei para nos com-formarmos; mas essa não tem uma realização única, sabemos-lo os menos paranóicos. Mais próximo de nós, Paul Celan afirmou que Deus se fez silêncio na Shoá, se ausentou inteiramente: donde a impossibilidade de representar ou estetizar aquilo que permanecerá para sempre nas sombras. Deveria a psicanálise ocupar o divino lugar, ligar o “indivíduo” ao “coletivo”? O que homogeneiza a chamada “massa”, a morte permanente do Pai? Como fazemos hoje para entender coletivos sem vergonha nem culpa, que ignoram que O Pai deveria estar morto para que existisse a chamada civilização, grupos que se fazem sem ter um Pai morto como ancestral?

Os psicanalistas tivemos de aprender que, ao lado de “não ce-



der sobre seu desejo”, os chamados “sujeitos” se constituem também enquanto *Bemächtigungstrieben*, apoderamentos pulsionais insistentes, permanentes e expansivos; e que outras ordens de reuniões (*Versammlungen*) são possíveis, ainda que caóticas.

Se a psicanálise freudiana mostrou a organização psíquica da crueldade e a emergência do regime desejante das injustiças, não queiramos encontrar nos escritos publicáveis (tornados públicos) de Freud a ligação entre os processos psíquicos mais gerais e eventos específicos, postos em conjunturas diferenciadas. Tal crítica já foi enunciada por Nietzsche, quando disse que aos eleatas era impossível postular as antinomias dos erros naturais. Já eu imagino poder vivê-las simultaneamente (mesmo Credo de muitos iluministas, penso eu). Freud (disse-nos Yovel) foi um iluminista sombrio. Em direção às Luzes, clamado simultaneamente pela obscura disrupção pulsional (digo eu, CSK).

3. Portanto, nossas questões comuns, as psicanalíticas, se dão em planos diferentes. Penso que, primeiramente, trata-se de situar a ordem do questionamento. Se a chamada “clínica individual” nos importa, sem dúvida temos que nos lançar a ela. Mas a clínica psicanalítica não é unicamente uma inclinação (*klinein*) sobre o divã. Nem basta postular que o “Eu” só se constitui desde um “outro” para afirmar simetrias mecânicas entre “indivíduo” e “massa”. Por exemplo, há que perguntar porque se deu a transformação da “tipologia” histórica – que motivou Freud a inaugurar a psicanálise – num processo bastante diferenciado, a obsessão (por ele próprio, Freud, elaborado), marcada por características obsessivas e de reprodução; até sabermos que na contemporaneidade são as fobias, paranóias e melancolias que nos marcam – enquanto processos psíquicos mais importantes – de modo insistente. E isso não

se inscreve, desde sempre, numa “individualidade” que simetrize grupalmente. O medo “individual” que têm nossos analisandos (e nós, claro) dos “bondes” de menores assaltantes nos grandes centros urbanos é produzido desde UMA persona? É um processo que sempre existiu no inconsciente, um inconsciente prévio e que daria conta de quaisquer processos? Não, claro que não. Os psicanalistas também temos de elaborar simultaneamente os

“ “

A psicanálise
sabe que não
há “unidades”
básicas, pois
o que chamamos
de *indivíduo*
é sempre
inconsciente.

” ”

processos psíquicos desses menores do bonde, cujas sexualidade e morte se produzem de modos diferenciados. Se não o fazemos, assim não há esta experiência de universalização necessária, estamos de acordo.

Portanto, eu chamo-a-favor (*pro, vocare*): tal elaboração (que aqui indiquei) não é geopolítica? Isso diz respeito ao terror, ao descentramento da cidade, à eliminação de fronteiras nacionais, à tomada dos processos de subjetivação por

grandes mecanismos de controle. Ou será que para falar de Terror será *sempre* preciso citar Robespierre, Gavrilo Princip, bin Laden, Bush?

Talvez eu questione demasiadamente essa simetria entre o que se chama de “individual” e “de massa”. Certamente, penso ser difícil sustentar um conceito de “indivíduo”, quando sabemos o regime das pulsões, especialmente o que Freud chamou de “compulsão à repetição”. O que nos coloca, de saída, a pensar no estatuto dos conceitos e categorias. Já o sabemos, todos, da inadaptação da teoria psicanalítica ao regime usual das teorias: a psicanálise é um saber paradoxal.

São poucos os trabalhos psicanalíticos voltados à compreensão dos fenômenos sócio-políticos e do mal-estar na cultura de nosso tempo. Será que a psicanálise efetivamente se encontra hoje dissociada do contexto histórico e das angústias do mundo contemporâneo? Será que a herança freudiana em atribuir à psicanálise um potencial teórico capaz de analisar e compreender os grandes conflitos da humanidade não foi sustentada?

4. Permitam-me pensar um pouquinho diferente. É que retornamos à vossa afirmação acerca de uma simetria entre “indivíduo” e “de massa” e de questionar acerca do que são fenômenos sócio-políticos. Há que realizar uma passagem, um processo, uma transição diferenciada entre o registro do que se pensa ser os elementos simples (os indivíduos, as singularidades, os participantes de um coletivo, etc.) e seu modo diferenciado de se organizar em múltiplos. A psicanálise sabe que não há “unidades” básicas, pois *o que chamamos de indivíduo é sempre inconsciente*. Também, quando inconscientes se expandem – a compulsão à repetição e as disrupções são também da ordem expansiva – criam-se novas formações, que não se deixam reduzir a unidades básicas.

Ainda assim, mesmo que quiséssemos postular um indivíduo

centrado num processo psíquico nuclear, lembremo-nos que o Freud múltiplo nos ensinou, em 1921, que a afirmação de que “o humano é um animal de rebanho (*Herdentier*), deve ser corrigida, [pois] que é muito mais *um animal de borda* (*Hordentier*), um indivíduo pertencente a uma horda conduzida por um superior” (*GW*, XIII, p. 135).

Por isso, o chamado mal-estar não é o mesmo, ainda que postulamos e saibamos sua insistência permanente. Talvez, em muitos momentos de nossas teorizações, os psicanalistas não soubemos questionar adequadamente sobre a multiplicidade dos mal-estares e suas diferenças. Mas é disso que se trata, mesmo quando alguns pensem que essa é uma vertente clínica “de divã”. É essa a passagem *possível* de uma psicologia individual para uma coletiva. Trata-se de um processo que não tem como ser deduzido de uma prévia e vasta teoria geral, que antecederesse nossas investigações concretas. Insisto, inexistente essa isomorfia entre os regimes do que chamaríamos de psicologias individual e social. Seria “o mesmo” o inconsciente das famílias ditas nucleares normativas e as famílias homossexuais contemporâneas? É o mesmo o inconsciente dos meninos nascidos nas famílias regulares das classes médias e o inconsciente dos meninos bósnios, cujo nascimento, desde mães que foram estupradas por croatas, os faz permanentemente excluídos, crianças que “nem podem nascer” pois lhes falta a autenticidade da geração?

É diante dessas questões que o psicanalista freudiano se põe. Assim como Freud se postou diante de questões não homogêneas, que ele teve que criar em níveis diferenciados durante seu pensar. Não tenho dúvida alguma de que foi Freud quem nos ensinou que as chamadas pulsões de morte não apenas são um regime específico de desligamento pulsional (*Entbindung*), como - e isso é o que

importa para a realização e uma teoria mais generalizada - são outra forma de ligação, de realização do desejo. O que deixa a última teorização freudiana como um “saber insuportável”, positivando os desligamentos e a crueldade.

Assim, nosso grande desafio é a questão da Soberania. Soberania é resistência a si mesmo, é postular um pensamento posto unicamente na claridade e na afirmação de UM poder único, que eliminaria os pro-

“

Assim,
nosso
grande desafio
é a
questão
da Soberania.

”

cessos pulsionais. Em honra a uma centralidade edípica unitária, se quer recusar o mais importante que Freud nos ensinou: que a psicanálise é inconsciente, transferência, resistência. Só assim podemos colocar a Soberania em questão, pois esta quer se afirmar desde mecanismos de saber e poder absolutos e absolutistas, ignorando a existência do mal e das resistências.

Se meus argumentos têm algum valor, ser psicanalista hoje é

perseguir e afirmar a multiplicidade e não reduzir ao Uno. Sair da imediatividade do divã (a que sempre retornamos!) e estatuir a produção transferencial, resistencial, inconsciente das famílias, aglomerados, instituições, dos grupos em rápido deslocamento que assolam a classe média a que pertencemos, asilos, creches, escolas, hospitais, a questão da dilatação da morte e o novo estatuto dos velhos (idosos, desculpem-me!), da precoce “adultização” das crianças, etc. É elaborar a comunicação e transmissão em alta velocidade e a formação de outros modos de subjetivação, que não mais se centram em elementos topológicos fixos, pois criam novos lugares e outras modalidades temporais.

Mas isso, perdoem-me, isso se faz em “tom menor”, mas de um modo tão importante como os que Freud nos formou (*Ausbildung*, desde a *Bildung*).

Herança? “Aquilo que herdaste de teus pais, conquista-o, para fazê-lo teu”.

5. Quanto ao terceiro ponto, para pensar as questões sobre terrorismo, invasão do Iraque, queda das torres, nazismo, até questões institucionais que nos são afeitas, não podemos nos esquecer da vasta questão da tortura, que foi muitíssimo elaborada entre nós e sobre cuja eliminação ou mitigação pudemos agir mais diretamente. Para ficar em termos próximos, penso nas teorizações brasileiras em ensaios, livros e lições de muitos de nós, bem vivos e importantes: Hélio Pellegrino, Joel Birman, Jurandir Freire Costa, Octavio Souza, Betty Fuks, Neusa Santos Souza, Contardo Calligaris, Benilton Bezerra, Maria Rita Kehl, Catarina Koltai, Luís Claudio Figueiredo, Suely Rolnick, Jorge Forbes, Daniel Kupermann, Peter Pal Pelbart, Míriam Chnaiderman, Manoel Berlinck e, nosso conhecido e comum amigo, Renato Mezan. Suas contribuições nos carregam para outro regime teórico, que respeita a atualidade



e seus chamados, mas se elaboram também desde o regime atemporal da psicanálise.

Charles Melman: Lacan dizia: “O inconsciente é o social”. Por quê?

Simplesmente porque o recalque, que é o que alimenta o inconsciente e o que gera as neuroses, faz parte dos traços de moralidade exigidos para uma dada cultura e, no melhor dos casos, a família não faz senão transmitir à criança esse imperativo social.

Diga-me quais são seus interditos e eu lhe direi a que comunidade você pertence: é elementar.

Mas pode haver mais do que isso.

A história política de uma comunidade considerada conserva, de fato, a memória da legitimidade ou não da autoridade que, entre outras coisas, dita sua moral.

Assim, em certos casos, recusar a restrição de gozo implicada no recalque esperado pode se tornar a comemoração de uma oposição cívica geral a um poder usurpado.

Não duvidamos que, com essa inconstância que deslegitima a autoridade, as próprias relações intra-familiares podem se encontrar pervertidas.

Vocês conheceriam uma sociedade em que, eventualmente, esse tipo de conseqüência poderia ser observada?

Caterina Koltai: Antes de mais nada, gostaria de agradecer a Sérgio Paulo Rouanet por sua muito bem-vinda provocação ao nos convocar, enquanto analistas, a relacionar o inconsciente freudiano com as transformações sociais e históricas do mundo contemporâneo, uma vez que não podemos nos esquecer de que, além de uma terapêutica do sujeito, à psicanálise é também uma teorização da relação do sujeito com o mundo em que vive, razão pela qual as transformações sociais interessam a psicanálise tanto em sua prática quanto em sua teo-

ria. A responsabilidade do analista se situa tanto na clínica quanto no social, uma vez que nenhum sintoma se forma sem essa implicação social, à condição que diga respeito ao real. Freud sempre recusou a clássica distinção entre individual e singular, de um lado, coletivo e social, do outro. Ao longo de toda sua obra, a experiência da subjetividade, enquanto discurso do inconsciente, que é a própria psicanálise e a experiência do laço social, en-

“

Freud
morreu antes
de Auschwitz
e Hiroshima,
não chegou
a conhecer o
pior.

”

quanto discurso do político, são muito menos antinômicos do que podem parecer a primeira vista.

Muitos dos avanços freudianos, nesse sentido, foram respostas às injunções da História - Primeira Guerra Mundial, crise econômica, movimentos de massa e ascensão do nazismo - que lhe permitiram testar a operatividade de seus conceitos psicanalíticos. Não por acaso ele nos legou a idéia de que há um mal-estar na civilização, que ele é estru-

tural e não conjuntural, à medida que diz respeito ao trágico da existência humana.

Seu livro *Mal-estar na civilização* (1929) foi durante certo tempo criticado pelos analistas, numa época em que os problemas técnicos pareciam se impor e ocupar a frente da cena, os analistas tendo cada vez mais dificuldade em acompanhar Freud à medida que ele insistia em enraizar o sujeito em sua própria realidade pulsional: a da pulsão de morte. Hoje sabemos, que mais que um texto sociológico ou elucubração filosófica, *Mal-estar na Civilização* é um texto que questiona a psicanálise como práxis, situando-a no mundo e atestando o desejo de Freud.

O descentramento efetuado pela psicanálise, da ordem do mundo para a realidade psíquica, implica um deslocamento do ser do mundo para o ser do desejo e coloca a questão da implicação do sujeito no político que Lacan aprofundou em sua articulação *psicanálise em intenção - a problemática interna da psicanálise - com sua posição no século, a que chamou de psicanálise em extensão*.

Assim, Rouanet tem de certo modo razão: durante muito tempo o grosso da produção teórica dos analistas girou em torno da clínica individual, mas tenho a impressão que já há um certo tempo, conseguimos ultrapassar uma certa visão ingênua que reduziria a psicanálise ao estudo do desenvolvimento normal e patológico do indivíduo, deixando às outras ciências humanas o estudo de tudo aquilo que diria respeito ao coletivo, até porque, quer queiramos quer não, somos interpelados pelos acontecimentos, obrigados a refletir sobre a violência, a guerra, o terrorismo ou a segregação, já que são sinais de um mal-estar na civilização cujos efeitos o analista acolhe em seu consultório sob a forma de sintoma.

Vocês nos perguntam se a última palavra ainda pertenceria a

Freud. De certo modo sim, pois como acabo de dizer foi ele que nos indicou o caminho, mas não podemos esquecer o que a psicanálise deve a Lacan nesse sentido.

Freud morreu antes de Auschwitz e Hiroshima, não chegou a conhecer o pior. Auschwitz foi um acontecimento maior individual e coletivo, posterior à metapsicologia freudiana, que marcou o desmoronamento da civilização ocidental em sua função de defesa do indivíduo contra o reino da morte, desmoronamento esse que passou, a partir de então, a fazer parte da herança humana.

Coube a Lacan avançar nessa questão ao levar em consideração a subversão introduzida pelos campos de extermínio, chamando nossa atenção para o fato que o discurso da ciência reforça necessariamente a segregação e que o desenvolvimento tecnológico só poderia se dar em detrimento do sujeito. Essa percepção fez com que pudesse prever o agravamento dos processos de segregação, ao afirmar que o nazismo, longe de ser um acidente monstruoso, deveria ser visto como o precursor de um processo desencadeado pelo remanejamento dos grupos pela ciência.

É o que estamos assistindo, infelizmente. Dos conflitos que marcaram o século XX herdamos um ódio irreduzível que não cessa de se repetir, e o terrorismo atual, fundamentado em reivindicações religiosas e identitárias de uma extrema violência, tem em comum com a experiência dos campos o fato de querer abolir a noção de humano, fazendo dele “outra coisa”.

Freud já havia chamado nossa atenção para o conflito existente entre religião e psicanálise. Lacan, com sua reavaliação do discurso da ciência, chamou nossa atenção para o fato de que no futuro o conflito não seria mais apenas entre psicanálise e religião e sim entre essas e a ciência. Segundo ele, se a religião viesse a triunfar, a psicanálise

desapareceria, se triunfasse aliada à ciência, não haveria como evitar o pior. É o que temos presenciando em nossos dias, com a luta fundamentalista que parece assumir múltiplas formas e conhecer distintos graus de virulência, sempre em nome de Deus e de um Absoluto, num desprezo total da própria vida e da dos demais.

Voltando mais uma vez a questão que nos foi colocada, creio que foram os analistas, não necessaria-

“

A partir
dos anos 1970,
muitos analistas
da América
Latina
questionaram a
profissionalização
e a omissão
que questões
sociais.

”

mente lacanianos, mas marcados por seu ensino, os primeiros a voltar a se interessar pelo social e político. Afinal não podemos nos esquecer do aforismo laciano de que o *inconsciente é o social*. A produção francesa nesse sentido é grande. Aqui no Brasil prefiro não citar nomes, com medo de cometer alguma injustiça e me esquecer de alguém, mas instituições como a APPOA (Associação Psicanalítica de Porto Alegre), a Escola Brasileira de Psicanálise, os

Foruns do Campo Laciano e o próprio Sedes tem incentivado essas discussões, como podemos constatar em publicações recentes e, *last but not least*, neste, número da *Percurso* no qual fomos convocados a nos posicionar a esse respeito.

Mário Pablo Fuks: A idéia de Sérgio Rouanet, de que, apesar da ampla produção teórica da psicanálise contemporânea, são poucos os trabalhos psicanalíticos voltados à compreensão dos fenômenos sócio-políticos e do mal-estar na cultura de nossos tempos, é no mínimo surpreendente no que se refere ao movimento psicanalítico na América Latina. Surpreende sobretudo por ser Rouanet não somente um conhecedor destacado da psicanálise, mas também um intelectual latino-americano. Se, por um lado, a afirmação reforça o chamado realizado por René Major na convocatória à constituição dos Estados Gerais no final dos anos 1990, chama a atenção que não mencione a quantidade de trabalhos sobre esses temas que foram apresentados tanto no encontro de 2003, no Rio de Janeiro¹, como no de Paris, em 2000, e nos três encontros latino-americanos realizados sucessivamente em São Paulo e Buenos Aires.

A partir dos anos 1970, muitos analistas da América Latina questionaram a profissionalização, a crítica presente em suas instituições e sua omissão em questões sociais e políticas, conduzindo a rupturas e reposicionamentos.² Esse movimento ganhou visibilidade na Argentina e Uruguai e, num segundo tempo, no Brasil. Foi a partir desse momento que os escritos de Freud sobre sociedade e cultura começaram a sair verdadeiramente de seu reduto nas estantes, e ganharam potência nova como instrumentos de análise da realidade social e política em suas dimensões individuais e coletivas. Resgatou-se uma perspectiva do social como totalidade e da história como processo, explorando suas



afinidades com as concepções marxistas e apostando na contribuição da psicanálise para uma teoria da ideologia. Podemos destacar, nessa perspectiva, os trabalhos J. Bleger, M. Langer, L. Rozitchner e de outros analistas dos grupos Plataforma e Documento. Também houve trabalhos sobre ideologia na linha lacaniano-althusseriana.

No longo período de governos militares, os analistas tiveram a experiência da violência ditatorial e do terrorismo de estado, a cultura do medo e o exílio externo e interno e, quando puderam, escreveram sobre isso. Exploraram em todas as suas dimensões as relações dos sujeitos com o poder, a alienação, o desamparo e a crueldade presente nessas situações sociais de alto impacto traumático, mas aplicáveis também a outros contextos. M. Viñar, J. Freire Costa, Gilou García Reinoso e Hélio Pellegrino³, entre outros, demonstraram como a perda de vínculos, a deterioração e a quebra do sistema de ideais, bem como o fim de projetos coletivos, impõem uma subjetividade fragilizada, quadros de verdadeira “demolição” da identidade e uma cultura de violência e medo, entre outros efeitos. Essa linha de trabalhos apresenta uma evidente continuidade do espírito da intervenção e combate no campo político, cultural e social que caracterizou o trabalho de Freud. Há neles um empenho forte e determinado em incluir a dimensão clínica, construir elementos conceituais que re-signifiquem e ampliem, ao mesmo tempo, a totalidade do campo psicanalítico. A edição 7 de *Percurso* (1991), dedicada à questão da violência, mostra uma série de trabalhos de autores brasileiros e argentinos que se inscrevem nesse perfil. No final desse período, ainda, surgiram alguns trabalhos de fôlego que permitem uma apreensão histórica e panorâmica do pensamento psicanalítico sobre a sociedade e a cultura, como os de os de R. Mezan e

J. Birman, no Brasil, e E. Galende na Argentina.

Em relação ao tema da “cultura de guerra”, o trabalho de Hanna Segal “O silêncio é o crime verdadeiro” (Imago, 1985) ocupa um lugar muito especial, por sua aguçada análise, utilizando conceitos freudianos e kleinianos, das ilusões narcisistas, onipotentes e mortíferas, e dos mecanismos inconscientes arcaicos que entram em jogo nas situações bélicas contemporâneas.

“

É raro
hoje em dia
encontrar
algum trabalho
psicanalítico sobre
patologias
contemporâneas
que não lance mão
do conceito
de “sintoma
social”.

”

Acompanhando-se de profusa documentação, demonstra sua presença nos discursos e práticas vigentes nas cúpulas governamentais e militares, tanto na intervenção no Vietnã como nos preparativos para o confronto nuclear durante a Guerra Fria. Essas informações e análises permitem antever, já desde o período Reagan, os traços característicos e a importância numérica dos grupos de extrema direita e ideologia religiosa fundamentalista que ganharam

poder e notoriedade no governo Bush. O título do trabalho aludia também ao silêncio da comunidade analítica, em sua maioria fora da Alemanha, “quando o fenômeno nazi nos olhou diretamente na cara”. O livro de Ch. Katz sobre *Psicanálise e nazismo* aporta muitos elementos para o conhecimento e a elaboração dessa última questão.

Nos últimos anos, a produção teórica tem recaído, em sua maior parte, sobre os estudos a respeito de subjetividade e contemporaneidade. Em muitos trabalhos, as chamadas patologias contemporâneas são tomadas como sintoma analisador das macroestruturas sociais dominantes. É raro hoje em dia encontrar algum trabalho psicanalítico sobre patologias contemporâneas que não lance mão do conceito de “sintoma social”, e que não parta do conceito freudiano de *mal-estar* para estabelecer relações entre câmbios sociais, configuração cultural e sofrimento psíquico.⁴

Freqüentemente, a ênfase é colocada sobre os efeitos da globalização neoliberal, aprofundando a destruição traumática de laços e referências simbólicas – anteriormente apontados – e promovendo uma individualidade narcísica adicta ao consumo, à exaltação egóica do espetáculo e ao fetichismo tecnológico como mecanismo de recusa do sofrimento.⁵ Tem sido destacado o papel ideológico e a profunda incidência na vida das pessoas do avanço estratégico do biopoder.

Apagadas as marcas identitárias, esvaída a temporalidade e a elaboração historizante, perturbados ou bloqueados os processos intersubjetivos de reconhecimento e reciprocidade, a alteridade tende a eclipsar-se comprometendo o sentido de realidade e de existência. Algumas das conseqüências são a exacerbação da intolerância em relação às diferenças, o agrupamento massificante entre idênticos, a adesão a certezas dogmáticas e maniqueístas e a agressividade dos con-

frontos especulares, que podem corresponder à ativação de um laço e mecanismo paranóico de escoamento da tensão narcísica e à obtenção de um sentimento de consistência ontológica. Esses traços podem ser reconhecidos como sintoma tanto no âmbito das formações coletivas e dos acontecimentos sociopolíticos, como em diversos quadros que se fazem presentes na clínica. Podem ser reconhecidos e explicados, com a condição de admitir e afirmar sua complexidade, sua historicidade e a necessidade de contar com outras referências, evitando assim as armadilhas do reducionismo.

Ocupar-se de questões clínicas ou micropolíticas não significa, assim, a elisão de um pensamento mais abrangente, macro-estrutural. Ao contrário, pode ser um caminho de aproximação ao pensamento sociológico e filosófico contemporâneo, que faz delas um objeto importante de reflexão. Nesse âmbito desenvolve-se também um debate que tenta superar os impasses do pós-modernismo, e que pode ter importância para reencontrar, na psicanálise e também nas práticas sociais e políticas contemporâneas, a dimensão utópica – “no bom sentido” – de que fala Rouanet.

No contexto do Departamento de Psicanálise do Sedes, o grupo de “Psicopatologia e Contemporaneidade” vêm trabalhando nesse tema há três anos, tendo elaborado materiais de circulação interna a partir de suas leituras e discussões. Está em estudo a maneira de levar a público seu trabalho.

A produção da psicanálise latino-americana de trabalhos voltados para o social e o político foi e continua sendo importante. Talvez o contraste entre essa produtividade e o aparente desconhecimento de que ela parece ser objeto, também coloca uma questão e um desafio para a psicanálise. Por que essa produção não se expande e ganha reconhecimento público maior? As re-

sistências externas que foram extensamente analisadas por Rouanet na sua conferência desempenham sem dúvida um papel importante. Mas também operam as resistências interiores apontadas por ele, dentro do próprio movimento psicanalítico. Essas resistências estão distribuídas de forma desigual em toda a extensão do campo psicanalítico institucional, em função das opções assumidas, dos caminhos percorridos individual e coletivamente e dos

“

Ocupar-se de questões clínicas ou micropolíticas não significa, assim, a elisão de um pensamento mais abrangente, macro-estrutural.

”

projetos em que se envolveram. Há uma problemática derivada do duplo modo de existência da psicanálise: a de *prática singular e privada*, e aquela outra, em que a psicanálise se manifesta no *domínio público* por meio da teoria, de suas instituições e na relação com o social e com o político.⁶ Essa duplicidade pode ser encarada de forma cindente e anuladora, ou ser processada de forma criativa e enriquecedora, seguindo o exemplo

de Freud. Entretanto, a fragmentação dentro do próprio movimento por sectarismos de escola e disputas de mercado, as dificuldades para assumir sua historicidade e as tendências à retração e ao isolamento – mecanismos privilegiados de subjugação – podem fazer obstáculo não somente para a produção, mas também para seu reconhecimento quando ela se realiza, e vir a enfraquecer sua manifestação e sua presença no espaço público mais amplo e compartilhado. ■

NOTAS

1. Ressalto o excelente trabalho de Betty Bernardo Fuks http://www.estadosgerais.org/mundial_rj/port/trabalhos/1_Fuks_25230803_port.htm mencionado na conferência ministrada por Rouanet no 2º Encontro Mundial Rio/2003
2. Ocupei-me recentemente dessa questão na mesa de abertura do Encontro do Rio. Ver em: http://www.estadosgerais.org/mundial_rj/port/cb_m_fuks.htm
3. VIÑAR, M. e M. *Exílio e tortura*, São Paulo, Escuta, 1992. Costa, J. F. *Violência e psicanálise*, Rio de Janeiro, Graal/Paz e Terra; “Narcisismo em tempos sombrios”, in Birman, Joel (org.), *Percursos na história da psicanálise*, Rio de Janeiro, Taurus, 1988; “*Psicanálise e moral*”, São Paulo, EDUC, 1989. Garcia Reinoso, G. “Violencia y agresión o bien violencia y represión?”, in *Cuestionamos*, Buenos Aires, Granica, 1971; *Le psychanaliste sous le terreur*, Paris, Ed. Matrice, 1971. Reeditado sob o título de “*Matar la muerte*”, in *Psyché* nº 1, Buenos Aires, 1986. Pellegrino, H. “Pacte oedipian et pacte social” in *Le psychanaliste sous le terreur*, Vignieux Matrice, 1988; “*Os incêndios do nada*”, *Folha de São Paulo*, 10/9/1986.
4. São importantes, a respeito, os trabalhos de J. Birman, C. Calligaris, Ch. Katz, M. R. Kehl, E. Losicer, S. Bleichmar, J. C. Volnovich, e muitos outros, as pesquisas e publicações dos núcleos psicanalíticos das pós-graduações da PUC e USP, nos congressos e publicações em torno à Psicopatologia Fundamental, assim como a produção dos diversos grupos que articulam a psicanálise com o pensamento de Deleuze, Guattari, Castoriadis, Michel Foucault, Derrida, Agamben e outros.
5. Fuks, M. P. “Questões teóricas na psicopatologia contemporânea”, in Fuks, L. B. & Ferraz, F. C. (orgs.) *A clínica conta histórias*, São Paulo, Escuta, 2000; “Nos domínios das neuroses narcísicas e em suas proximidades”, in Fuks, L. B. & Ferraz, F. C. (orgs.) *Desafios para a psicanálise contemporânea*, São Paulo, Escuta, 2003; “O sofrimento e a contemporaneidade”, V Congresso Brasileiro de Psicopatologia Fundamental, Campinas, Set./2000
6. Ver Convocatória dos EG 2000; temas propostos: As instituições analíticas, tema 3.



O livro de Emília Steuerman, recentemente traduzido para o português e publicado no Brasil, ocupa uma posição bastante singular.¹ Não apenas a psicanálise é trazida para os debates que agitaram a filosofia do século XX, como é apresentada como um interlocutor de relevo, capaz de transformar as bases da discussão e abrir novas perspectivas. Ademais, a psicanálise não comparece apenas ou principalmente em sua vertente freudiana original, mas também a partir desta renovadora genial do freudismo que foi Melanie Klein. Por esta razão, aliás, o livro, que em sua versão inglesa pertence a uma série intitulada *Problems of modern european thought*, sai no Brasil pela Imago e com uma pequena apresentação de um dos mais ativos disseminadores da psicanálise kleiniana entre nós, Elias Mallet da Rocha Barros. Ao cruzar o oceano, o livro parece ter cruzado também as fronteiras que separam as discussões filosóficas sobre razão e ética e o campo do pensamento e da clínica psicanalítica. Não se trata, em absoluto, de uma travessia indevida. Bem ao contrário: a própria autora, na página de agradecimentos, reconhece sua dívida para com a teoria e com a clínica psicanalíticas – que ela experimentou na condição de paciente. Foram estas aproximações intelectuais e vividas com a psicanálise que lhe permitiram, na condição de filó-

A psicanálise e os impasses da filosofia contemporânea

Resenha de Emília Steuerman, **Os limites da razão: Habermas, Lyotard, Melanie Klein**, trad. de Júlio Castañón. Rio de Janeiro, Imago, 2003, 188 p.

sofa, percorrer de forma original as trajetórias e os impasses de Jurgen Habermas e Jean-François Lyotard, autores a quem ela dedicou diversos outros trabalhos no campo estrito da filosofia.

Em que pese sua simpatia para com o esforço habermasiano de renovação da razão a serviço de uma refundação da ética, desde sua tese de Doutorado na Universidade de Londres², Maria Emília Steuerman dedicava-se a apontar seus limites e, mais ainda, identificar os usos restritivos e enviesados que Habermas fazia da psicanálise freudiana, usos que de uma certa forma a desfiguravam. Tal como é o caso do autor alemão, também no francês Lyotard a renovação da razão esteve a serviço de um redimensionamento das questões éticas e políticas, o que parece ser o que mais atrai Emília Steuerman. Não há como reduzir a importância e oportunidade dos trabalhos destes dois autores em um mundo tomado pelas ameaças de violência e, eventualmente, pelos remédios ultraautoritários e ainda mais violentos

que o mal que procuram erradicar (vide a reeleição de Bush!). A renovação da razão (que deveria deixar de ser monológica para ser dialógica) e o reconhecimento de seus limites – tanto no que tange aos “outros da razão”, como no reconhecimento da diversidade das formas históricas do “racional” – tornam-se necessários para que possamos conceber um mundo menos cruel, menos totalitário e mais respeitoso diante das diferenças, das diversidades culturais e das singularidades humanas; mais apto, enfim, a lidar com as alteridades. No entanto, ao retirar a Razão – com “R” maiúsculo – da supremacia incontestada e abstrata que gozava no projeto filosófico e político da modernidade para trazê-la ao campo das práticas sociais e linguageiras em suas particularidades históricas e em suas dimensões corporais e concretas (o que inclui as necessidades, os afetos, os desejos, etc.), ao destituir a Razão de sua pretendida transcendência e universalidade, os riscos são enor-

mes: a voga do irracionalismo e de um certo culto ao corporal e à diversidade em estado puro podem, justamente, impedir que da crítica ao velho racionalismo venha a emergir uma razão renovada e mais humana. Esse parece, ter sido, por exemplo, o limite do projeto filosófico de Lyotard. Por outro lado, a retomada do racionalismo em novos termos, como faz Habermas, principalmente depois de sua guinada lingüística, parece apenas breçar o próprio movimento renovador que o aproximara da hermenêutica e, mais tarde, de Wittgenstein e da pragmática. Assim, entre a contingência das razões e a necessidade da Razão, entre o universal e o particular, entre a Razão, as outras razões e os outros da razão (suas condições materiais, biológicas, sociais etc), a filosofia moderna oscila produzindo, às vezes, uma argumentação crítica eloqüente e eficaz, mas raramente avançando na construção de uma nova racionalidade e de uma nova ética. Estas questões são equacionadas nos primeiros três capítulos do livro, intitulados respectivamente “A crítica da razão: Habermas e Lyotard”, “A guinada lingüística de Habermas” e “A guinada lingüística de Lyotard”.

É no contexto desta encruzilhada que Maria Emília Steuerman procura mostrar como a psicanálise freudiana foi usada – e de certa forma, abusada – por estes autores, embora ao fim e ao cabo eles não

lhe tenham reservado nenhuma posição destacada em seus pensamentos maduros (talvez pudéssemos aí identificar formas dissimuladas de resistência à psicanálise...). Nossa autora defende a tese, porém, de que uma consideração profunda e meticolosa de Freud e Melanie Klein (o que ela realiza no capítulo 4, intitulado "Freud e Klein") traria à filosofia contemporânea elementos indispensáveis para o bom enfrentamento de seus problemas e impasses.

Na tradição estritamente freudiana, a questão do inconsciente, de seu estatuto teórico e clínico, do conhecimento que se pode obter dele e, mais ainda, das transformações que a clínica pode efetuar nas relações entre a consciência e o inconsciente (o que não supõe de forma alguma a redução do segundo à primeira) poderiam orientar o filósofo em sua discussão do que pode ser realmente uma renovação da razão que inclua seus limites como condição de possibilidade efetiva da própria razão. Ou seja: o inconsciente (e o mundo dos afetos) não é apenas um outro da razão, mas uma base efetiva para toda a atividade do pensamento racional.

Na vertente kleiniana das chamadas "relações de objeto", Emília Steurman parece ainda

mais à vontade e capaz de maiores contribuições, baseando-se tanto nas obras de Melanie Klein como nas de seus seguidores, algumas bem recentes. Parece-nos, aliás, que os momentos em que a autora introduz o viés kleiniano são os mais elucidativos e inovadores de seu trabalho. Isso ocorre de forma particularmente feliz na sequência das análises que faz dos movimentos de Habermas e Lyotard em direção às questões éticas (capítulos 5 e 6). Ao tratar das questões da ética – em especial, da possibilidade e da necessidade de uma justificativa racional para a tolerância com a diferença e a diversidade, e da convivência com a alteridade – a partir da contraposição das posições subjetivas estudadas por Melanie Klein e denominadas de esquizo-paranoide e depressiva, Maria Emília Steurman não só apresenta Melanie Klein a seus leitores filósofos (o que não é nada fácil), como desenvolve uma argumentação que não fica em nada a dever ao que se poderia exigir em rigor e argúcia a um psicanalista kleiniano. Ela nos oferece excelentes argumentos em defesa de uma de suas teses principais: a relação de objeto própria da posição depressiva é a base afetivo-cognitiva do pensamento e das atividades de conhecer objetivamente o mundo e os outros sujeitos em termos de suas diferenças e de sua autonomia. Da mesma forma, o redimensionamento de

um pilar do freudismo – o complexo de Édipo, lido pelos kleinianos seja como uma tragédia do conhecimento e do conflito entre o saber e a vontade de ignorar (Steiner), seja como a condição quase transcendental para uma relação de objeto madura e para as atividades intelectuais criativas (Britton) – dá o máximo alcance à incidência do pensamento de Melanie Klein no debate contemporâneo sobre razão, ética e justiça.

O que a autora consegue demonstrar de forma límpida e esclarecedora é que todas as conquistas do pensamento e da razão (com r minúsculo) dependem de arranjos afetivos e emocionais inconscientes que estruturam as subjetividades humanas ao longo de processos de vida muito precoces. No entanto, este condicionamento histórico e emocional da razão não a desqualifica enquanto tal, apenas aponta para as suas bases e condições de possibilidade, sem que alguma forma de irracionalismo venha a lhe tomar o lugar. Bem ao contrário, Freud e Melanie Klein são herdeiros e promotores da Ilustração; longe de a repudiarem, levam-na ainda mais longe, criando para tal uma lógica que na teoria e na prática clínica transforma continuamente as relações entre a razão e seus limites.

Trata-se, enfim, de um livro que pode, e deveria, interes-

sar ao leitor filósofo que se disponha a fazer um contato com problemas da filosofia contemporânea pelo viés inusitado da psicanálise. Naturalmente, é também um livro endereçado ao psicanalista, principalmente ao que não se tenha ainda dado conta do potencial de pensamento embutido em suas teorias e em suas práticas clínicas. Finalmente, é um livro que pode interessar a quem quer que se aflija com os impasses da história e da cultura ocidental e se interesse por novos horizontes para pensá-los, como é o caso dos cientistas sociais. Para nenhum desses leitores, certamente, será uma leitura fácil, pois a autora mobiliza informações e argumentos de procedências muito distintas e que quase nunca se encontram reunidos de forma inteligível, tal como ocorre nos seis capítulos deste livro. Por isso mesmo, contudo, Emília Steurman consegue oferecer a filósofos, psicanalistas e cientistas sociais uma contribuição sumamente interessante e oportuna.

NOTAS

1. Na Inglaterra, foi publicado em 2000 pela Routledge como *The bounds of reason. Habermas, Lyotard and Melanie Klein on rationality*.
2. Da qual o leitor brasileiro pôde ter uma pequena amostra por intermédio de um artigo publicado em 1988 (Habermas e a psicanálise". Em S. A. Figueira (org.) *Efeito Psi. A influência da psicanálise*. Rio de Janeiro, Ed. Campus).

Luís Claudio Figueiredo é psicanalista, professor na USP e na PUC-SP



Esse novo livro de Bernardo Tanis expõe diferentes circuitos de solidão por meio do encontro de investigações histórico-sociais e da literatura moderna com a teoria e a clínica psicanalíticas. Apresenta a experiência contemporânea da solidão, revelando as tramas formadas por múltiplos fios existenciais, históricos e sociológicos.

Eu queria estar só de um modo inusitado, totalmente novo. O oposto do que vocês pensam: isto é, sem mim e, portanto, com um estranho por perto. (...) Assim eu queria estar só. Sem mim. Quero dizer, sem aquele "mim" que eu já conhecia ou pensava conhecer. Sozinho com um certo estranho que eu já sentia obscuramente não poder afastar para longe, que era eu mesmo: o estranho inseparável de mim. Com essa passagem Luigi Pirandello inicia a apresentação do desespero vivido por Vitangelo Moscarda, a partir da descoberta de que ele era mais (e menos) do que até então imaginava ser. No romance *Um, nenhum, cem mil*, de 1926, Pirandello revela as múltiplas facetas dos encontros e desencontros do personagem consigo mesmo, colocando em relevo o que há de solitário nessa experiência particular de contato. Apresenta uma situação existencial que acaba impondo, paradoxalmente, a impossibilidade da plena solidão. No refúgio solitário mais íntimo aparece a mais estranha das companhias. Para ouvidos acostumados à

Solidão: Dimensões de vida e morte

Resenha de Bernardo Tanis, **Circuitos da solidão – Entre a clínica e a cultura**, São Paulo, FAPESP/Casa do Psicólogo, 2003, 205 p.

psicanálise nada do que escreve Pirandello pode soar estranho. Gostaria de ressaltar, entretanto, o lugar central que a experiência de solidão ocupa na vasta trama de elementos que compõem a descrição, o reconhecimento e a construção da subjetividade moderna por Pirandello, o que nem sempre é reconhecido no campo das investigações psicanalíticas.

A habilidade literária do grande romancista e dramaturgo italiano revela, ao mesmo tempo, as vicissitudes de uma experiência individual com a qual podemos nos identificar, e o retrato das grandes transformações vividas no campo das experiências subjetivas a partir do início da era moderna. Distantes da época em que se vivia em sociedades fechadas, onde os valores centrais eram sempre coletivos e a experiência subjetiva era praticamente inexistente (ou melhor, estava ainda por ser "inventada"), a maior parte das sociedades modernas e contemporâneas parece caracterizar-se por um forte individualismo. Como uma das marcas das sociedades individualistas pode-se reconhecer as diferentes formas de isolamento que indicam a busca,

às vezes desesperada, por refúgios diante das exigências colocadas por outros seres humanos ou diante das exigências produzidas por suas próprias experiências subjetivas. Muitos desses refúgios podem ser descritos como voluntários e reconhecidos como "positivos", mas há que se reconhecer também aqueles que indicam a presença de um sofrimento patológico. Para além de reduções sociológicas, estatísticas, psicopatológicas e, por mais paradoxal que seja, até mesmo para além das reduções estéticas da solidão, caberia enfatizar o caráter simultaneamente indispensável e doloroso, ou ainda o caráter simultaneamente vital e mortífero de cada experiência de solidão.

Características de muitas experiências de solidão vividas na modernidade tardia, o desejo de solidão e as angústias de solidão que acompanham Vitangelo Moscarda, personagem de

Pirandello, em sua busca identitária, poderiam estar lado a lado com as importantes referências literárias e psicanalíticas que compõem os *Circuitos de Solidão* propostos por Bernardo Tanis em seu novo livro. Psicanalista com sólida experiência clínica, Bernardo Tanis, como ele mesmo explicita, transformou-se em visitador de solidões na construção deste trabalho engenhoso, originalmente uma tese de doutorado em Psicologia Clínica defendida na PUC-SP.

Diferentes circuitos de solidão são expostos por meio de uma química equilibrada produzida no encontro das investigações histórico-sociais e da literatura moderna com a teoria e a clínica psicanalíticas, revelando a riqueza de tramas formadas por múltiplos fios existenciais, históricos e sociológicos. Bernardo Tanis entende que seu trabalho revela um caráter híbrido de construção e pesquisa, ou em suas palavras, "o psicanalítico imbricado no social." Com isso, como o próprio autor parece reconhecer, não é fácil escapar das armadilhas gêmeas: ou bem se reduz o social/cultural aos exemplos particulares oriundos da clínica e de obras literárias, ou bem se acaba por diluir o que há de singular nas experiências de solidão no vasto caldo cultural/social. Ou seja, o desafio colocado para um projeto de pesquisa construído nesses moldes é o de preservar, de um lado, as exigências de caráter mais generalizante impostas pelas amplas visadas da genealogia e história da cul-

tura; e, de outro lado, trata-se de preservar as vicissitudes singulares das experiências de solidão, que em seu extremo não devem ser confundidas com os aromas de uma época. Pensar a partir da “história social encriptada no sujeito individual”, como propõe Bernardo Tanis, pode ser uma das saídas para essas armadilhas. Insistir na singularização da clínica psicanalítica com sujeitos que revelam suas experiências de solidão é outra. Fica-se reasssegurado das intenções do autor quando ele explicita que “como visitador não pretendo inventariar nem classificar solidões. Também não serei um colecionador.”

No primeiro capítulo do livro, a partir de uma investigação histórica da cultura ocidental, com ênfase na modernidade e na contemporaneidade, Bernardo Tanis procura mapear o lugar das experiências de solidão na construção da subjetividade moderna. Certo de que a solidão é um fenômeno cultural polifônico e polissêmico, reconhece a necessidade, seguindo as pistas indicadas por Richard Sennett, de um olhar mais atento para a construção moderna das categorias de eu, indivíduo e sexualidade, como meio para se reconhecer os circuitos de solidão engendrados nas sociedades modernas e contemporâneas. Nas páginas iniciais já se pode apreciar a seriedade e o

rigor que caracterizam os bons trabalhos de pesquisa em nosso meio acadêmico. Mas nem de longe essas características comprometem a fluidez de um texto que consegue aliar precisão a um permanente convite ao diálogo com o leitor. No segundo capítulo, construído a partir de uma seleção de contos que vão de Edgar Allan Poe a Kafka, passando por Machado de Assis, a marca do diálogo fica ainda mais evidente. Resumos dos contos, acompanhados de comentários, destacam imagens da solidão nas quais nos reconhecemos e que ampliam o diálogo entre autor e leitor, multiplicando os efeitos especulares promovidos pela boa literatura moderna em seu contato com a psicanálise.

O terceiro capítulo é dedicado ao tema “Solidão e psicanálise”. Bernardo Tanis retoma, em companhia de teorias psicanalíticas sobre a solidão, elementos centrais dos contos apresentados no segundo capítulo, acrescidos de ilustrações clínicas que acabam por ampliar os circuitos de solidão anunciados pelos exemplos retirados da

literatura moderna. A sólida articulação entre a experiência clínica e as proposições psicanalíticas de autores como Freud, Winnicott, Green, Dolto, Klein e Rank solidifica um campo de reflexão que o autor denomina “metapsicologia da solidão”. Entre as angústias infantis de separação e as angústias que envolvem as experiências de profunda indiscriminação eu-outro, emerge um campo fundamental de exploração teórica sobre a solidão, que talvez possa ter como principal epígrafe o delicado paradoxo proposto por Winnicott: “É um sofisticado jogo de esconder em que é *uma alegria estar escondido mas um desastre não ser achado.*”

O último capítulo, “Solidão e mal-estar”, procura estabelecer correlações entre traços centrais de nossa cultura contemporânea (tecnologia massificante e saídas narcísicas) e as experiências de solidão. São convocados para o debate exemplos retirados de filmes

recentes (como “Denise está chamando” e “Felicidade”) e teorizações da sociologia (por exemplo, os trabalhos de Giddens), visando ampliar o retrato das experiências de solidão no contexto das crises da subjetividade contemporânea. Longe de se alinhar aos autores que fazem dos discursos negativos e negativistas a sua maior forma de apelo ao leitor, Bernardo Tanis procura resgatar, sem otimismo cor de rosa, a positividade inerente às experiências de solidão. Mas aqui, winnicotianamente, a solidão aparece viabilizada por um outro. É a condição de estar só na presença de alguém, alguém que possibilite o estado inicial de isolamento (modelo da mãe suficientemente boa e, eventualmente, do analista) que aparece conjugada às formas criativas e transformadoras das experiências de solidão. Assim, talvez não seja exagero apostar, ao lado do autor, “na recuperação do potencial transformador e criativo da solidão, tanto no campo da subjetividade individual como no campo social.” Trata-se de revalorizar formas de experiências de contato assegurador e de separação vital. Nesse campo, alguns circuitos de solidão podem ser reinventados e ritmos mortais de solidão podem ser revertidos em ritmos vitais.

Nelson Ernesto Coelho Junior é psicanalista, professor/doutor, pesquisador e orientador dos cursos de graduação e pós-graduação do Instituto de Psicologia da USP.



O psicanalista como perito judicial

Resenha de Mara Caffé. **Psicanálise e direito. A escuta analítica e a função normativa jurídica**, São Paulo, Quartier Latin, 2003, 231 p.

O livro discute o imbricamento da psicanálise e do direito por meio de uma análise dos dispositivos teórico-metodológicos dos seus respectivos campos que produzem conflitos trabalháveis, seja pela escuta na transferência (no enquadre psicanalítico) seja pela resolução do litígio pela sentença judicial (no sistema judicial). A autora demonstra a criação de um novo conflito em um campo híbrido que é trazido à escuta pela atuação do psicanalista perito judicial em casos de Vara de Família.

O que a psicanálise e o direito têm em comum? Muita coisa, conforme a autora vai demonstrar em seu livro. Psicanalista do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae e perita judicial em casos de Vara de Família, Mara Caffé junta nesta obra suas reflexões sobre o dispositivo teórico-metodológico da Psicanálise e do Direito, aos quais seu trabalho está referido e conformado.

Originalmente tese de doutorado do Instituto de Psicologia da USP, o texto foi publicado na íntegra com prefácio de sua ex-orientadora, Marlene Guirado.

Trata-se de uma obra de cunho epistemológico, voltada para os discursos dessas duas instituições, mas a partir de uma modalidade concreta de atuação da psicologia, a jurídica. O recorte feito pela autora é o do exercício da função de perita psicóloga em casos de Vara de Família.

Entre outros méritos, esse trabalho está visceralmente comprometido com uma prática profissional que extrapola o interesse meramente acadêmico e busca defender tal prática por meio da “análise da produção discursiva instituída no cruzamento de dois modos distintos de saber, seus parâmetros

conflitivos e mesmo os paradigmas aí engendrados” (p. 20).

Mas do que se trata quando se fala em perícia judicial em Vara de Família? Utilizaremos as próprias palavras da autora:

A título de uma descrição bastante sumária, a perícia psicológica judicial é determinada quando o juiz se vê impossibilitado de compreender certas dinâmicas familiares em casos de separação conjugal litigiosa, posto que não obteve formação específica para tal, recorrendo, assim, à ajuda de um profissional competente no assunto. Com isso, o juiz visa obter os recursos necessários para a sua tomada de decisão. Na maior parte dos casos, a questão litigiosa judicial refere-se à guarda de menores e/ou à regulamentação de visitas dos pais a esses menores. Assim, após sucessivas audiências com as pessoas envolvidas no litígio, bem como consideradas todas as alegações e provas anexadas no calhamaço processual, o juiz, ainda incerto na compreensão do conflito em pauta, pode determinar um estudo psicológico das relações familiares. O juiz espera, então, que o perito psicólogo possa subsidiá-lo com dados esclarecedores sobre as condições psíquicas em que se encontram as crianças, bem como a dinâmica de suas relações com os pais. O perito irá proceder às investigações, realizando algumas entrevistas com os mem-

bros da família, formulando o seu relatório denominado “laudo pericial”, que será anexado ao processo judicial. Constitui-se aí mais uma dentre outras provas a serem apreciadas pelo juiz. (p. 20)

Talvez valha a pena, para quem não tem familiaridade com esse campo do direito, ir direto aos capítulos 3 (O trabalho de perito judicial) e 7 (A prática discursiva instituída no encontro entre a escuta analítica e a função normativa jurídica), em particular no item 7.1 (A cena judiciária na transferência com o perito psicanalista). A leitura dos casos exemplificados por Caffé (Cap. 7.1) dá uma boa idéia dos problemas e das situações com que o profissional é confrontado em tal posição.

Um alerta: a autora não se propõe a fazer um estudo das problemáticas familiares à luz da psicanálise¹ nem propor um modelo técnico à atividade pericial². Contudo, a abrangência do estudo extrapola o campo restrito às perícias em Vara de Família e diz respeito às demais situações que relacionam psicanálise e direito.

O livro apresenta todo o rigor exigido em uma tese aca-

dêmica, tendo ainda um caráter interdisciplinar, pois o diálogo dá-se entre a instituição da psicanálise e a do direito. Ressalte-se que a autora é muito cuidadosa em sua escrita (afinal o discurso é o seu foco de interesse), compondo seus argumentos *pari passu* à articulação teórica que vai procedendo para justificar a justaposição do conflito jurídico (litígio processual) e o conflito psíquico (neurose de transferência). A obra é escrita em uma linguagem fluida e acessível seja para o leitor que a tome com maior familiaridade pela psicanálise, seja para quem opera no meio jurídico.

Caffé trata de deixar bem claro os seus referentes metodológicos, cuidando para que a utilização de conceitos psicanalíticos não sejam transpostos de forma “selvagem” a um outro campo que lhe é estranho. Nesse sentido, apóia-se nas idéias de Guirado (1987, 1995, 2000)³³ GUIRADO, M.

Psicologia institucional. São Paulo: EPU, 1987, para definir o que entende por “instituição”, para buscar ferramentas metodológicas para a análise discursiva das práticas jurídicas do direito, para pensar a vinculação da dimensão institucional da prática discursiva (“formações discursivas”) e, finalmente, para pensar a singularidade na produção discursiva (o conceito de sujeito psíquico).

Uma vez esclarecida sua metodologia, a autora vai cuidadosamente realizando uma leitura do que seja o trabalho analítico na perspectiva de Freud (Cap. 2). Vai assinalando a construção do sujeito psíquico para a psicanálise no próprio bojo do dispositivo da escuta

analítica, demonstrando como as regras aí instituídas favorecem o surgimento da transferência como o motor do trabalho analítico.

Da mesma forma, analisa os conceitos e os procedimentos da prática jurídica (cap. 5). Este capítulo é particularmente esclarecedor ao profissional de saúde, leigo, portanto, no campo do direito. A autora demonstra a lógica que informa a prática jurídica a partir da análise de três expoentes: Hans Kelsen, Miguel Reale e Tércio Sampaio Ferraz Jr. Cada autor é representante de uma abordagem específica dentro do direito.

No capítulo 6 há uma interessante contraposição mostrada pela autora. Se a Psicanálise trata do conflito no plano da subjetividade, Caffé nos ensina que os procedimentos jurídicos tratam de circunscrever o conflito jurídico na forma mesma que ele tem solucionada pela sentença do juiz. Se existe a regra da associação livre para o analisando e a da abstinência para o analista, no plano jurídico existe a regra da exigibilidade (exige-se que as partes litigantes se comuniquem de forma ativa) enquanto o juiz se vale de um discurso normativo e sancionador. Produz-se, por meio dos dispositivos institucionais jurídicos, a “dessubjetivação” do discurso conflitivo das partes (p. 145).

Como se faz? Em primeiro lugar, as partes atribuem aos advogados a função de “tradução” de suas demandas, garantindo uma “absorção de insegura-

rança” (Ferraz Jr., 1973)⁴ e maior objetividade ao discurso gerado. Existe um tempo regulado entre a emissão e a recepção dos discursos promovidos pelos prazos protocolares. Exige-se o “dever de prova” das alegações “a partir do qual se garante que estas questões não se coloquem como ‘fortuitas’ e adquiram ‘seriedade’, uma vez que se processam em um ‘discurso racional’ (p. 152)”. No final, com o juiz dando uma sentença e terminando o conflito, o que se termina é “o conflito das partes apropriadas pelo discurso jurídico” (p. 154). Não é possível resumir este *tour de force* a que a autora procede dentro dos meandros dos procedimentos jurídicos. É de se elogiar a postura de consideração e respeito pelo discurso jurídico sem recair em uma crítica desqualificadora de tal discurso. Ao final de sua análise nos deparamos com uma compreensão mais bem fundamentada dos dispositivos institucionais dos operadores do direito.

Ato contínuo, a autora vai desmontar a sensação de familiaridade com os dispositivos analíticos por meio de sua demonstração de como o *setting* analítico cria aquilo mesmo que lhe é próprio: o conflito psíquico e o meio de resolvê-lo. Nas palavras da autora:

Procurar as condições de interpretabilidade dos conflitos significa, na prática clínica psicanalítica, configurar novos conflitos por meio de um peculiar manejo da relação transferencial. O conflito interpretável é, pois, o conflito fabricado artificialmente pelo manejo adequado das relações transferenciais. (p. 164)

O que a autora procura demonstrar por meio de sua

análise é que o conflito do sujeito que vem à análise também sofre uma apropriação pelo dispositivo analítico tendo em vista seu objetivo peculiar. São essas aproximações que fecham o cap. 6.

O capítulo 7 e final da obra traz agora a perita psicanalista, autorizando-se a proceder a sua análise de um “novo conflito”, não mais o conflito jurídico nem o conflito dentro do *setting* clínico, mas o que se dá na “cena judiciária” (p. 196) posta na transferência com a perita psicanalista. A escrita recebe um tratamento que lembra a própria estrutura do laudo: identificação, procedimento, análise e conclusão. Deixando ao leitor/juiz a tarefa de formar sua convicção a respeito da força de verdade da tese de sua autora.

Relembramos o que nos ensina Laplanche (1988)⁵:

O psicanalista só trabalha na realidade psíquica. Postula, portanto, a igualdade da fantasia e da realidade, no que se encontra, evidentemente desqualificado para legislar fora, para dar conselhos fora do seu consultório. Um homem mata outro, de automóvel, na estrada. Para o psicanalista, quaisquer que sejam as circunstâncias, a questão do assassinato está aberta e assim deve continuar; nossa função é mesmo abri-la imediatamente. Tanto assim que, no momento em que se passa à realidade efetiva, o psicanalista só pode emitir opiniões parciais, opiniões completamente conjecturais sobre as articulações do seu domínio e o da justiça. (p. 65)

A iniciativa de Caffé vem no sentido de enfrentar a demanda que a justiça coloca ao psicanalista estabelecendo sua prática a partir de um outro lugar que não o *setting* clínico clássico. O seu esforço pessoal parece resultado do desafio que seu exercício profissional lhe colocou, mudando definitivamente a forma como exerce e pensa a psicanálise. Esse livro é uma contribuição relevante e um incentivo a novas interlocuções entre psicanalistas, peritos ou não.

NOTAS

- Podemos contrapor este trabalho ao artigo clássico de Abraham “The history of an impostor in the light of psychoanalytical knowledge”. In: *Psychoanalytic Quarterly*, 4:570-587, 1935, no qual o autor atuou como perito psiquiatra na justiça militar e civil, buscando discutir por meio da Psicanálise como foi possível a alteração do quadro de psicopatia de seu periciando.
- Por exemplo, González, M. R., *Cuando los padres se separan. Alternativas de custodia para los hijos (Guía Práctica)*, Madri, Biblioteca Nueva, 2003, 284 p.
———. *Psicanálise e análise do discurso: matrizes institucionais do sujeito psíquico*, São Paulo, Summus, 1995.
———. *A clínica psicanalítica na sombra do discurso: diálogos com aulas de Dominique Maingueneau*, São Paulo, Casa do Psicólogo, 2000.
- Ferraz JR., T. S. *Direito, retórica e comunicação*, São Paulo, Saraiva, 1973.
- Laplanche, J. “Reparação e retribuição penais: uma perspectiva psicanalítica”, in *Teoria da Sedução Generalizada e outros ensaios*, Porto Alegre, Artes Médica, 1988, p. 60-71.

Sidney Shine é psicanalista, especialista em Psicologia Clínica e Psicologia Jurídica, doutorando em Psicologia (USP), psicólogo judiciário em Vara de Família no Foro Central de São Paulo.



Antes de ser reeditado em 2001, *Fernando Pessoa, aquém do eu, além do outro* (1982) de Leyla Perrone-Moisés, já se fazia fundamental à fortuna crítica do autor, merecendo leitura não apenas de especialistas, mas também dos interessados nas relações entre crítica, tradição literária e psicanálise. Em sua republicação, o livro ganha maior interesse com o acréscimo de uma segunda parte, dedicada à prosa, *O livro do desassossego* –manuscritos desordenados que vêm à luz em 1982 (até então apenas alguns fragmentos eram conhecidos...), reforçando o valor de Pessoa em nível internacional e reinstaurando discussões sobre sua trajetória inventiva.

Desde o início, há na proposta da ensaísta uma preocupação constante em focalizar diversas áreas do conhecimento que *giram* no interior da criação literária, sem que nenhuma seja *fetichizada* – procedimento teórico defendido por Roland Barthes e finamente posto em prática por ela na leitura do poeta. Adequada a seu objeto, tal escolha *metodológica* amplia as trilhas interpretativas da produção artística a ser rastreada, uma vez que esta suscita reflexões históricas, filosóficas, linguísticas, psicanalíticas, etc., obrigando o leitor a deparar-se, incessantemente, com o deslizamento de sujeitos em função da multiplicidade que persegue Pessoa.

Com efeito, não lhe basta assumir a autoria de seus versos como *ortônimo*: é preciso multiplicar-se em *heterônimos*, que se desdobram, no ano de 1914, em três grandes poetas com características e biografias particulares: Alberto Caeiro, Ricardo Reis e Álvaro de Campos – sínteses, no trabalho de Leyla, de diferentes ficções. O primeiro, um mestre bucólico, vincu-

Fernando Pessoa e a ficção do sujeito

Resenha de Leyla Perrone-Moisés,
Fernando Pessoa, aquém do eu, além do outro, São Paulo, Martins Fontes, 2001, 318 p.

lado à existência e à busca de fusão entre sujeito e objeto, constitui a “ficção da reconciliação” (p. 119); o segundo, um “neo-clássico estóico”, sabe que não alcançará resposta para o “vazio do sujeito”, aflorando como “ficção da renúncia” (p. 120); o terceiro, o mais rico por subversões e contradições constantes, configura-se “ficção da loucura” (p. 121) e, nesta, o ato de fingir se caracteriza como forma de conhecimento (“*Fingir é conhecer-se*”). Para a ensaísta, também Pessoa “ele mesmo” pode ser “ficção da defesa” (p. 118) ou instaurar-se nos interstícios dos demais como “ficção do interlúdio” (p. 28).

Entretanto, criar poetas não basta ainda a Pessoa, e sua inquietação o leva a construir o *semi-heterônimo* Bernardo Soares, ajudante de guarda-livros e autor de *O livro do desassossego*, espécie de “diário íntimo”, “projeto artístico” fragmentário, cujo eixo parece estar no desejo de “*Sentir tudo de todas as maneiras*” (p. 29/216)¹ – sensação explícita na lírica e reiterada na prosa. Dizer o mesmo sob várias formas é uma espécie de *artimanha* para tocar o *outro*, reforçando o conflito pessoano. E aqui se pode perceber

uma das convergências entre a obra literária escolhida por Leyla Perrone e seu próprio desejo de capturar, criticamente, o máximo possível; ou seja, semelhante a seu objeto, não lhe foi suficiente a análise poética da primeira edição, a ponto de anos depois ampliá-la, retomando a prosa polêmica de Bernardo Soares.

Nova aproximação entre a ensaísta e Pessoa aqui se sublinha: o gosto pelas formas breves. Poesia e fragmentos de um lado, capítulos/ensaios de outro. Além de professora e crítica literária, Leyla Perrone-Moisés foi jornalista cultural durante anos, adquirindo familiaridade com “a arte de condensar /.../ e se dirigir a um público culto, mas não necessariamente especializado.”² Escrever textos curtos e consistentes é seu modo pessoal de produzir crítica. *Aquém do eu, além do outro* evidencia um pouco esse perfil de Leyla, enquanto sua organização preserva autonomia aos textos que o compõem. Por outro lado, como tratam de aspectos constitutivos da obra do autor português, ganham unidade e outro olhar interpretativo capaz de

apresentar retornos, avanços, acréscimos e reelaborações, despertando o leitor para relações inusitadas.

A ordem linear dos capítulos pode ou não ser seguida, a escolha cabe ao leitor e a qualquer um dos integrantes da primeira parte, ou qualquer dos ensaios, da segunda, conduz ao multifário e fascinante universo de Pessoa. Difícil, todavia, escapar à curiosidade de conhecer o conjunto dos escritos, já que lacunas e fios antecipadores, presentes em um texto, são preenchidos ou recuperados em outro. Sem abdicar da complexidade de seu objeto, a literata suscita, por meio de uma escrita bastante clara, o desejo de (re)encontrar Pessoa. Vale lembrar que *Aquém do eu, além do outro* deixa entrever um traço marcante da recepção do poeta: não há trégua para o leitor seduzido por sua obra e ainda, vertiginosa, essa obra cria inquietantes paradoxos.

Expressivamente, dois capítulos (dedicados à poesia) “Pessoa Ninguém?” e “O Vácuo Pessoa” comportam, na própria nomeação, sugestões paradoxais, estabelecendo um jogo verbal entre o nome próprio, o ser humano e a negação de ambos, jogo em que se vislumbram aspectos recorrentes da poética de Pessoa, dentre eles o esvaecimento do sujeito e a *luta entre identidade e alteridade*, ilusório meio de escapar ao que o assombra e retorna em vários de seus versos: “*Não sou nada/.../Sou uma ficção*”.

O distanciamento necessário à análise da obra pessoana nunca permite respirar com tranquilidade absoluta, e o intrigante processo que nos enreda

se ancora tanto em seu desejo humano de constituir-se sujeito, quanto na impossibilidade de realizá-lo. A esse respeito, a ensaísta assinala que o poeta não oferece saídas, pois nunca as encontrou, mas consegue dar forma ao impasse, dizendo-o literariamente. E é aí, nesse dizer, que aflora o fascínio pela palavra e seus jogos quase *per-versos*, representativos de um problema a mais, ou seja, a tarefa impossível de se capturar a totalidade de sua produção.

Em linhas gerais, a questão marca os grandes autores, contudo o vate português a intensifica, ao insistir na tensão entre a ilusão da unidade e a multiplicidade imposta pelos heterônimos. Sintetizando o processo, Leyla Perrone propõe que a heteronímia se deve à “instabilidade essencial do Eu” e seu “desejo (no caso paradoxal) de ser um Eu mais consistente” (p. 108) e, ainda, para além da fértil imaginação artística, a heteronímia revela a ocultação de uma falta e de um excesso, aspectos deslocados para a contínua diversidade de Pessoa, condensados na entrega ao “*estoirar de viver*”, à “*explosão para dentro*” – constantes fulcrais em seus versos. Importa um dado singular: para a literata, a heteronímia não significa apenas “a multiplicação do mesmo em outros, mas o desencadeamento de uma alteridade tal que a volta ao Um se torna impossível” (p. 35).

Se não há inovação filosófica ou psicológica em ser vário e distinto, há uma modernidade radical em Pessoa, graças à experiência conflitante de *certo sujeito vazio* – ponto-chave a ser tratado pela ensaísta, que

percebe a importância da psicanálise para seu intento. Sem ignorar a história, a filosofia, a tradição literária ou aportes de outras abordagens (a ocultista, por exemplo), embora lhes imponha determinadas ressalvas, o enfoque da teoria freudiana e sua releitura por Lacan é o suporte interpretativo para tentar contornar tal sujeito e sua radicalidade. A trajetória crítica de Leyla configura-se das mais adequadas à obra escolhida, porque leva em conta a importância da *descoberta do inconsciente* para a noção de sujeito, iluminando, já em 1982, ângulos de Pessoa pouco destacados por outras vertentes críticas.

Nessa direção, alguns conceitos sustentam seu trabalho. À guisa de exemplo, menciona a concepção freudiana do eu como *construção imaginária* e sua retomada por Lacan, situando a idéia no âmbito da linguagem (é bom lembrar que, para ele, *o inconsciente se estrutura como uma linguagem*) e incorporando aspectos da Linguística (Jakobson, em especial). Dentre as confluências entre crítica literária e psicanálise, interessa à literata perceber o “eu como significante vazio” (p. 105) e seu aflorar na instância discursiva, dependendo desta para enunciar-se como sujeito: para ganhar sentidos o *eu* precisa adentrar a cadeia significante – no caso, a construção artística do poeta. Leyla também recorda que o sujeito lacaniano sempre se constituirá “alienado”, dependente do Outro (do código lingüístico) para configu-

rar-se, resultando, portanto, em “efeito da linguagem” (p. 107). Por sua vez, e de maneira relevante, a teoria do psicanalista francês se entrosa à experiência poética de Pessoa, relacionada ao *saber de linguagem* e ao desejo de constituir-se. Esses vínculos destacam um dado a mais na valoração das criações do autor: sua resistência ao tempo, seu encanto e permanência enigmáticos à luz de novas leituras críticas.

Além das ligações felizes entre aspectos teóricos da psicanálise e os escritos de Pessoa, a ensaísta contempla diferentes saberes, de modo a alcançar o máximo de conexão possível entre eles. Desde os capítulos iniciais, busca pensar o contexto histórico-social de Pessoa, as aproximações com autores renomados da tradição ocidental (Baudelaire, Dostoiévski, Hölderlin, Goethe, Hegel, Nietzsche, dentre outros), considerando, ainda, a complexa postura do poeta – “Gênio desqualificado” (47) – marcada pelo ceticismo irônico, pelo “niilismo europeu vivido à moda portuguesa” (p. 77) e pelos dados biográficos transfigurados pela palavra estética.

Contudo, um esclarecimento se faz necessário, quanto a críticas correntes em relação às intersecções entre literatura e psicanálise, com base nos traços da biografia de Pessoa. Apontar o poeta em *crise de identidade*, seus fortes elos com a língua inglesa, seu meio puritano ao lado das tendências homossexuais, sua modernidade e inteligência no ambiente morno de Portugal não significa tentar explicar a obra pela vida ou reduzi-la a uma espécie de exorcismo de fantasmas pessoais, mas uma forma de perceber o descompasso e

a *desproporção* de Pessoa diante de seu contexto ou, nos termos de Leyla Perrone, o “transbordamento” (p. 16) do poeta em sua época.

Logo, importa a *transfiguração* de toda essa experiência em lirismo. *Transbordei, não fiz senão extravasar-me*, ver-seja Pessoa. Reafirmo, conta aqui a transfiguração literária, contam os aspectos pessoais que vão além dos fatos em si, inscrevendo-se em sua poesia e gerando um processo inventivo no qual os heterônimos e *Pessoa ele mesmo* fazem parte de uma ficção sem limites ou unidade, uma *ficção de excessos*, conforme a ensaísta, cuja postura, ao valer-se da teoria psicanalítica do sujeito, contraria parte da crítica (a que intenta explicar a heteronímia pelo *mito do Criador e suas criaturas*) e valoriza a moderna radicalidade do poeta, insistindo na função de sua arte. Em linhas gerais, Leyla contrapõe: ao sentimento de aniquilação de Pessoa o seu fazer poético, ao jogo da inteligência o dos afetos (incluindo sua história desejante e reprimida), ao vácuo-Pessoa a incessante substituição de significantes que constituem “a linguagem plena de um desejo tenaz” (p. 137)

Antes de adentrar a prosa de Bernardo Soares, a literata dedica um capítulo/ensaio a Alberto Caeiro, apontando outro liame com a alteridade, ao abordar a tradição budista como uma espécie de saída para a *doença* ocidental que engole Pessoa. É em Caeiro que tal aspecto se instaura mais nitidamente, e é ele, ainda, que cria haicais, permitindo analogias entre alguns traços da poesia oriental e outros da poesia contemporânea. O texto “Caeiro Zen” aborda a recusa do mestre ao cristianismo, sua opção pelo paganismo, as questões



filosóficas e existenciais de suas produções aproximadas ao Zen, alguns dos primorosos haicais, ampliando as perspectivas de leitura da primeira parte de *Aquém do eu, além do outro*.

Entretanto, à primeira vista o capítulo pode sugerir uma ruptura com os anteriores, cujo fio interpretativo privilegiava a teoria psicanalítica do sujeito. Um olhar atento notará que, se Leyla busca um viés crítico mais adequado aos textos de Caeiro, ela não ignora os vínculos entre sujeito e objeto, ancorados no Eu, “base fundamental do Zen” (p. 166), articulando-os com o *eu* em Pessoa, base de sua poesia. Ora, diversificar as formas de apreensão do *eu* no interior dos heterônimos implica respeito às peculiaridades da proposta de cada um. A ruptura mencionada determina uma escolha, a de capturar a complexa questão do sujeito, graças ao apoio teórico que mais convenha à sua constituição na linguagem poética.

Em síntese, as distintas áreas visitadas por Leyla Perrone sublinham tanto um Pessoa que concentra inúmeros saberes em um verso, pronto a engendrar evocações para além dele, quanto um paradoxo fundamental: quanto mais o homem Pessoa se revela *desqualificado, alcoólatra e falho*, mais sua grandeza lírica exige reconhecimento. Inativo em aparência, dedica-se intensamente à tarefa de dar um lugar à poesia, num mundo que a considera inútil, alcançando, em última instância, o mito em *Mensagem* e a própria função da poesia, “que cumpre seu papel de arrancar

valores de onde eles parecem ausentes” (p. 80) – na afirmação da ensaísta.

Recobro, então, uma de suas observações iniciais, concernente à transformação de Pessoa-Ninguém em alguém, por meio do trabalho de ativar a linguagem e preservar sua integridade no sentido de precisão, sem perder a possibilidade de sugestões que essa linguagem oferece. Se o poeta concebia a língua “como arma fundamental ao imperialismo cultural que sonhava para seu país”, na prática sua obra o contradiz, já que integra culturas e abre “virtualidades insuspeitadas” (p. 89) de pensamento e ação. Perspicaz, ele declarava: *É a arte, e não a história, que é mestra da vida* e, sabemos, sua arte se desdobra em experiência a ser legada à posterioridade.

Herança infinita, a um tempo pertencente a todos, e *vacante*, pode ser retomada por modos distintos de leitura, dependendo de cada época. Seu impacto é tal que até os manuscritos desorganizados do semi-heterônimo desencadeiam grande fascínio nos leitores. *O Livro do desassossego* ganhou publicações apoiadas em reordenações *hipotéticas* de textos fragmentários, alguns encontrados em envelopes, outros escritos com *caligrafia críptica*. Os vários ensaios reunidos em *Aquém do eu, além do outro* não só tratam da prosa de Bernardo Soa-

res como “projeto inacabado” (p. 220), indefinido e belo, mas também estabelecem diálogos com os três heterônimos de Pessoa, além de pensar a tradição que o ancora (Poe, Baudelaire, Mallarmé, etc.) e refletir sobre questões relacionadas à psicanálise, dentre elas, a sexualidade, o voyeurismo, os registros lacanianos, o *unheimlich* freudiano etc.

Contudo, interessa salientar algo de Soares que atrai especificamente os psicanalistas: sua preocupação fundamental em *dizer bem* (p. 218) – algo próximo ao desejo da psicanálise, se pensarmos na prática do divã e na busca de dar forma ao *inter-dito* ou reconfigurar o *mal-dito*. Logo, a confluência ocorre pelas formas de *dizer bem*, já que para Bernardo Soares – semelhante ao analista – tal intento ultrapassa as regras gramaticais ou concepções da tradição dos gêneros literários. De certa maneira, tal alternância instaura a diferença entre a expressão do poeta e a voz da psicanálise (pontuação e rearranjo verbal): a primeira é arte, a segunda não.

Se ambas privilegiam a linguagem, suas formas de elaboração são distintas, tanto que cabe a Soares, e não ao analista, preocupar-se com a tradição dos gêneros. Importa, porém, a convergência entre as duas e seus maiores elos, os que envolvem a vida e a cura pela arte. Que arte? pode-se indagar. A de dizer bem e, mais, a de dizer bem artisticamente! Fina leitora, Leyla lembra que ficção, tal-

vez, seja a palavra a dar conta do “modo como o inconsciente se diz na poesia” (p. 114) e encerra seu livro articulando todos esses vínculos com uma citação textual de Bernardo Soares, sugestiva do caminho pelo qual Pessoa teria se salvado: *A maioria da gente enferma de não saber dizer o que vê e o que pensa*. Acrescento que, se cabe à arte revelá-lo, aos analistas e aos críticos cabe pontuá-lo numa saudável aproximação de conhecimentos, reconhecendo suas singularidades.

Leyla Perrone-Moisés entendeu sua função como leitora crítica e a cumpriu – e entro em seu jogo do “dizer bem” – *beneficamente*: em linhas gerais, porque foi umas das primeiras a valorizar, no Brasil, as confluências teóricas entre literatura e psicanálise que contemplam Lacan, sem temer o emprego literal de sua terminologia ou ressalvas da crítica consagrada. Mais especificamente, porque tal perspectiva lança luz sobre ângulos da obra pessoana, obscuros para outras modalidades críticas. Guardadas as devidas proporções, sua postura parece análoga à dos poetas que, segundo ela, ao encontrar o caminho exato das palavras, exercem um *papel benfazejo* (p. 318).

NOTAS

1. Todas as citações da obra de Fernando Pessoa aqui recobradas se encontram no livro de Leyla Perrone-Moisés, ainda que, por vezes, com contextualizações diferenciadas.
2. Em seu *Inútil Poesia*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000, p.11.

Cleusa Rios P. Passos é professora de Teoria Literária e Literatura Comparada da USP.

É comum se experimentarem algumas formas de resistência à leitura do texto kleiniano. Uma delas, mais explícita, deve-se ao que Smirnoff descreveu como *carnificina*, *baile sangrento*, em que o *visceral* – em suas diferentes versões – ocupa o lugar principal. Não foi, pois, por mero acaso que Lacan a batizou de *tripeira inspirada*. Outra – menos explicitada – deve-se à maneira como mistura, sem qualquer aviso prévio, descrições experienciais, clínicas e especulações metapsicológicas, confundindo bastante o leitor. “Não se distinguindo um plano do outro, a tendência é para certo dogmatismo, pois quase tudo o que Melanie Klein afirma aparece como totalmente fundado na observação – e esta seria indiscutível” (p. 53). No entanto, sua obra é leitura obrigatória para qualquer psicanalista sério, seja ele freudiano, de linhagem francesa, americana ou inglesa. Basta dizer que autores do porte de Winnicott e Bion, sem a passagem por ela, não seriam quem são. Melanie é, nesse sentido, quase tão essencial à psicanálise quanto o próprio Freud.

Entretanto, como poucos se dão ao trabalho de ler os seus textos com o cuidado necessário, disseminam-se as simplificações de seu pensamento. Assim, é corriqueiro tomar-se a sobreposição/dominância das posições por uma evolução linear (da *esquizo-paranóide* evolui-se para a *depressiva*, pura e simplesmente) e banalizarem-se os mecanismos de defesa primitivos (quando a no-

Melanie Klein: a “tripeira inspirada” em versão iluminista

Resenha de Elisa Maria de Ulhoa Cintra e Luis Cláudio Figueiredo, **Melanie Klein – Estilo e Pensamento**, São Paulo, Escuta, 2004.

ção de *identificação projetiva*, generalizada, perde a sua singularidade e rigor).

Também a clínica kleiniana é capaz de provocar narizes torcidos, desde o célebre relato do caso Richard (*Narrativa da análise de uma criança*) em que – sem a menor cerimônia e sem quaisquer mediações – na interpretação de Melanie, uma estrela do mar virava um bebê voraz e uma planta marinha, seios maternos (isso, apenas à guisa de exemplo). Lacan falava num *greffe* (enxerto), operado pela palavra do analista no psiquismo do paciente.

Numa vertente oposta, os analistas kleinianos sempre formaram um mundo à parte, num nível de ortodoxia beirando, por vezes, o fanatismo.

Esta é, talvez, a maior vantagem dos autores deste livro: não serem kleinianos. Tendo um trabalho teórico-clínico mais inspirado pelo *Middle Group* inglês (e nos últimos tempos por André Green, em sua tentativa de fazer a mediação desses autores com Freud), mas reconhecendo os méritos de Melanie, possuem um nível de distanciamento que lhes permite, além de uma pesquisa ri-

gorosa de sua obra, sua avaliação destituída de partidarismos.

Mas talvez a sua maior riqueza seja de outra ordem: a capacidade de traduzi-la num estilo muito mais requintado, onde as misturas kleinianas são sempre temperadas por discussões esclarecedoras, seja da origem histórica do conceito, seja de sua articulação (e transformações subseqüentes) no todo da obra. Esse estilo – que prima pela capacidade de iluminar a obra kleiniana, buscando as *razões de ser* de cada conceito na construção teórico-clínica, sem permitir que essa racionalidade destrua as sombras imanescentes ao pensar da autora – é que associa a um *iluminismo sombrio* (parodiando Inês Loureiro, ao descrever a obra freudiana)¹. A alusão a Freud é aí proposital: é como se este livro nos permitisse apreciar a obra de Melanie Klein, num estilo muito mais próximo àquela elegância exibida pelo criador da

psicanálise no desenvolvimento do seu texto. E, como os autores consideram Melanie “uma espécie de iluminista radical” (p. 173), é como se a sua teoria encontrasse, aqui, uma relação mais consonante entre conteúdo e forma (tal qual possivelmente seria, tivesse Melanie tido uma formação universitária). Isso possibilita um afrouxamento de todas aquelas resistências comumente produzidas pela obra kleiniana, além de lhe restituir uma complexidade e um rigor que permaneciam obscurecidos por tantas simplificações do seu pensamento.

O livro inicia-se com uma introdução de Elias Mallet de Rocha Barros, ressaltando as qualidades e articulações internas do texto. Seguem-se alguns esclarecimentos dos autores sobre o projeto de escrevê-lo, em que explicitam sua não-filiação kleiniana e, ao mesmo tempo, seu reconhecimento da grande importância da obra de Melanie, agradecimentos a colaboradores, etc.

“Melanie: algumas informações introdutórias” constitui uma pequena biografia de Melanie Klein, desde seu nascimento em Viena, em 1882, até a sua morte, em Londres, em 1960. Penso que a maior importância desse capítulo seja realizar uma articulação importante entre eventos da vida da autora e a sua produção. A aplicação do método psicanalítico em seu filho caçula Erich (numa época em que esse tipo de intervenção não era condenável), gerou o seu primeiro texto escrito,

além do ingresso na psicanálise. A perda do filho Hans, em 1934, numa escalada de montanha (num tipo de morte que poderia ser interpretada como suicídio) funcionou como pano de fundo para suas elaborações teóricas sobre o luto. E não seria irmos longe demais – embora o livro não afirme isso, em momento algum – vemos na relação conturbada com sua filha Melitta (que, também psicanalista, atacou a mãe/rival de todas as formas possíveis) um ingrediente indispensável nos seus escritos sobre a *inveja*. No todo, ficamos com a impressão de alguém capaz de tirar proveito do sofrimento e de usá-lo de forma criadora, ainda que com algum viés inevitável?

“Melanie Klein, a psicanálise e o movimento psicanalítico internacional: dados históricos”, como o próprio título revela, descreve as várias etapas da obra kleiniana, pontuando a sua atuação pelas várias cidades que habitou (Budapeste, Berlim e Londres). Enfatiza, entretanto, a morada londrina: a oposição que sofreu dos freudianos (especialmente do grupo liderado por Anna Freud e da filha Melitta, aliada a Edward Glover); a formação do seu grupo de apoio e a difusão de sua obra pelo mundo³.

“Apreciação introdutória do estilo de pensamento e de escrita” descreve-nos, justamente, as resistências inspiradas pelo estilo kleiniano (aquilo

de que falei no início desta resenha), enfatizando, entretanto, a importância dessa *psicanálise do infantil*, reveladora dessa criança-presente-no-adulto “...com quem precisamos desesperadamente entrar em contato, não só como reserva vital, como fundamento de nosso idioma mais arcaico, precioso recurso contratransferencial que pode ser colocado a serviço de nossos pacientes” (p. 56).

“Pequena reconstituição da história dos sistemas kleinianos” constitui o capítulo central do livro, sendo, por isso mesmo, o mais longo. É percorrendo-o que percebemos toda a complexidade da obra kleiniana, aqui descrita por meio de diferentes sistemas que, através do tempo, compuseram-na.

Desde a década de 1920, Melanie preocupa-se com a desmesura da mente do bebê: excesso pulsional, *voracidade* lançada sobre os objetos e capaz – por um movimento reflexo – de produzir um superego precoce (o *devorar* retornando e internalizando-se como *ser devorado*). Trata-se de um recém-nascido, assaltado por violências pulsionais sem ter, ainda, um aparelho psíquico pronto para lidar com elas⁴. “Lei da selva” (em que predomina a pulsão de morte, destrutiva, devoradora), reino de objetos parciais a serem meramente consumidos, transbordamento libidinal de partes do corpo infantil sobre esses mesmos objetos, produzindo as primeiras relações simbólicas: complexidade desse universo de trocas incessantes, formado pelo

bebê e seu mundo. Ódio e destrutividade (devoração) preponderando nas etapas pré-genitais, cedendo lugar, paulatinamente, ao amor e à consideração quando o bebê se torna capaz de reconhecer a mãe e, por consequência, um terceiro *estranho* (não-mãe), tendo origem a primeira triangulação e as relações do objeto total (com o cuidado e o desejo de reparação). E a mãe, vista como ego-auxiliar necessário, capaz de conter os transbordamentos pulsionais do bebê: quem disse que Melanie, à sua maneira, não considerava o ambiente?

Na década de 1930, acontecem – além das primeiras sistematizações sobre a técnica kleiniana – as teorizações sobre os dois tipos de angústia: a persecutória e a depressiva. O mecanismo de projeção passa a ser considerado o mecanismo principal de interação da criança com o ambiente, sua forma de distribuir amor e ódio sobre ele. Também é caracterizado o conceito de *posição*, que designa “uma nova colocação perante o objeto. Na posição paranóide, estar diante do objeto indicava o seu consumo e, inversamente (...), o medo de sua perseguição, pois as partes excluídas e maltratadas vinham a se tornar uma fonte de ameaças. Na posição

depressiva, estar diante do objeto é antes de tudo reconhecê-lo como alguém que desejo preservar e que posso perder” (p. 80). Mas o desejo de preservar e reparar os objetos danificados pode ser solapado pelas defesas maníacas, que desejam realizar isso magicamente, pela mera anulação dos ataques realizados. Pois, reparar o objeto danificado implica inserir os processos psíquicos no tempo e na transitoriedade, tomando necessária a elaboração do luto já que, com isso, sempre algo se perde e algo se ganha. O luto implica, nesse sentido, a “aceitação de uma morte e de algum tipo de renascimento” (p. 93). É pela necessidade de negar a morte que as defesas maníacas ganham espaço. E é pela firme introjeção de um objeto bom, que a capacidade de amar e reparar da criança poderá sobrepujar as defesas maníacas e os retornos frequentes à posição paranóide. Por *objeto bom* entende-se “...o nome da experiência de satisfação introjetada e convertida em uma fonte de bem-estar e segurança...” (p. 84). Com o objeto bom firmemente introjetado, a estabilidade interna cria melhores condições para a aceitação da transitoriedade mundana.

Na década de 1940, a posição esquizóide recebe o seu nome definitivo: *esquizo-paranóide*, cunhando-se o conceito de *identificação projetiva* e ressaltando-se os mecanismos es-

quízoides e os paranóides. Na identificação projetiva, dada a violência das pulsões, partes insuportáveis do *self* (designando aqui um conglomerado egoíde) são cindidas e projetadas no ambiente, para que este realize algum tipo de processamento desses aspectos não tolerados. Essas cisões separam o bom do mau, o amor do ódio, protegendo o ego frágil pelo isolamento (mecanismos esquizóides). Mas os aspectos maus projetados tendem a retornar de forma persecutória (mecanismos paranóides). As cisões do ego (ou excisões, melhor dizendo) criam um empobrecimento e um estado de desintegração egóica, podendo levar à esquizofrenia. É, novamente, o apelo à introjeção do objeto bom que irá garantir a possibilidade de gradativa integração egóica. Mais adiante será desenvolvida a idéia do entrelaçamento e sobreposição das duas posições: esquizo-paranóide e depressiva, durante toda a vida, sendo mais correto se falar em *dominância* alternada de uma delas, em diferentes períodos de vida.

Na década de 1950, ocorrem, finalmente as elaborações sobre *inveja* e *gratidão*. O conceito de inveja é aquele que mais enraíza o pensamento kleiniano na dimensão biológica, dada sua articulação à *intensidade da voracidade* infantil (que ela acha poder estar ligada ao metabolismo e ao equilíbrio hormonal do recém-nascido), bem

como à descontinuidade entre vida intra e extra-uterina, por meio do nascimento (outro acontecimento constitucional), quando um estado de plenitude é perdido. A equação aí é: quanto mais intensa a voracidade, maior a insatisfação, com conseqüente ressentimento, ódio e desejo de atacar o objeto frustrante. Diferentemente de Freud, que descreve a inveja como inveja do pênis, para Melanie ela é, primariamente, inveja do seio, só posteriormente, e por deslocamento, passando a englobar a equação seio-pênis (como símbolos de *vida*). Com a maior integração do ego e o surgimento da culpa e do desejo de reparação, a inveja tende a ceder lugar à gratidão. Se a inveja estraga a fruição do objeto pelo desejo de destruí-lo, a gratidão é, ao contrário "...o fundamento da apreciação do que há de bom nos outros e em si mesmo" (p. 133).

"Considerações gerais sobre alguns aspectos do conjunto do sistema kleiniano" aprofunda a articulação entre os seus conceitos, nas transformações sofridas pela teoria, tecendo considerações sobre a grande importância do *corpo* na teoria kleiniana (as sensações corporais compondo o tecido mais arcaico da *fantasia inconsciente*), avaliando diferenças de Freud (posição central da *inveja* para um, do *desejo* para o outro; diferentes concepções do complexo de Édipo), de Winnicott e Bion, etc.

"A clínica kleiniana: estilo, técnica e ética" descreve a clínica do *aqui e agora* (o que isso significa, de fato) e as habilidades necessárias ao analista kleiniano, bem como os riscos que carrega de se tornar um clínica *intrusiva* e *autoritária*. Finaliza falando-nos sobre a *introjeção do vínculo parental* (finalidade maior da análise kleiniana), paradoxo da "aceitação de uma dependência fundamental dos objetos de cuja aliança se está sempre parcialmente excluído" (p. 187).

"O pensamento kleiniano sobre sociedade e cultura: vida institucional, ética, política e estética", finalmente, aborda concepções do grupo kleiniano referentes à vida em sociedade, à ética do bem-estar comum e à estética (produções de obras de arte e bens culturais), garimpando uma bibliografia pouco conhecida e divulgada.

No final, temos a sensação de estar diante de um desses universos misteriosos, turbilhonantes, feitos de circunvoluções complexas, em que assistimos o caos pulsional gradativamente tomar forma, a partir de um fundo ilimitado. Caleidoscópio da vida.

NOTAS

1. *Iluminismo sombrio* designa aí, em Freud, a "...tênue divisória que separa o fascínio pelo não-racional da intenção de dominá-lo e esclarecê-lo", num "jogo complexo entre sombra e luzes" (Loureiro, Inês *O carvalho e o pinheiro – Freud e o estilo romântico*, São Paulo, Escuta/Fapesp, 2002, p. 349).
2. Os autores revelam o quanto Melanie, em função de uma forte depressão, nunca conseguiu cuidar de forma satisfatória dos dois filhos mais velhos, Hans e Melitta (que ficaram praticamente abandonados por ela e confiados à avó materna), tendo somente realizado isso com o caçula, Erich. Isso pode lançar luz sobre várias questões: a morte (suicídio?) de Hans e o ódio invejoso com que sua filha Melitta a atacou durante anos a fio. Em mim, mobilizou, além disso, a impressão de que a tendência kleiniana em afirmar uma base constitucional para a inveja pode ter advindo, *em parte*, de uma dificuldade própria em reconhecer e elaborar o seu quinhão de responsabilidade na produção da inveja de Melitta (já que deu a Erich e à psicanálise um investimento amoroso que não pôde dar à filha). Nesse sentido, a teorização biologizante pode ter funcionado como um ótimo mecanismo de defesa contra a culpa. Conjeturas de um analista com fortes tendências winnicottianas, tenho de confessar...
3. Aliás, esse conluio entre Melitta e Glover – que era seu analista – na difamação de Melanie nos evidência, já nessa época, o quanto analistas usavam de seus poderes transferenciais em lutas pelo poder.
4. Aí jaz, talvez, a maior diferença de Winnicott, para quem o recém-nascido ainda não experimenta – *por natureza* – quaisquer transbordamentos ou conflitos pulsionais; apenas possui *necessidades básicas* que precisam ser atendidas e uma *continuidade-de-ser* que precisa ser preservada pela *mãe suficientemente boa*.

Alfredo Naffah Neto é psicanalista, mestre em Filosofia pela USP, doutor em Psicologia Clínica e professor titular pela PUC-SP, no Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica.



Invenções do feminino

Resenha de Malvine Zalcberg, **A relação mãe – filha**, Rio de Janeiro, Campus, 2003, 205 p.

O livro resenhado trata da especificidade da relação mãe e filha no processo de a menina tornar-se mulher. Nele, a autora, depois de retomar os últimos desenvolvimentos teóricos de Freud e Lacan sobre a sexualidade feminina, aborda com profundidade e originalidade o tema da relação da menina com a mãe, ponto crucial em torno do qual a feminilidade se constitui.

Somos capturados, já na introdução do livro *A Relação Mãe-Filha*, pela angústia de uma jovem mãe que sucumbe a algo mais forte do que ela ao agir com violência contra seus filhos. Esse é o ponto de partida de Malvine Zalcberg para a viagem teórica que empreenderá nesse belo livro.

A autora, que situa o cerne da questão de sua análise no fio da relação com a mãe, da qual nenhuma separação efetivamente se deu, nos faz antever que é de sua clínica que parte para a exploração desse campo teórico pouco percorrido antes dela. A inevitável separação a se dar entre uma mãe e uma filha, no caminho de esta tornar-se mulher, será o eixo principal desenvolvido por Malvine.

A recuperação da teoria freudiana sobre a sexualidade feminina se fará na forma de um acompanhamento precioso dos movimentos teóricos de Freud. Sua ênfase recairá principalmente na mudança que o levará, depois de um extenso período em que atribui o acesso da menina à feminilidade às vicissitudes de sua relação com o pai, a considerá-lo, sobretudo, em sua relação com a mãe.

O outro marco investigativo da autora são os textos de Lacan. A função paterna – operação simbólica que regula as posições do menino e da menina na família e na sociedade –

é tomada pela autora como o ordenador da constituição do sujeito de ambos os sexos, sem deixar, no entanto, de apontar, para a especificidade dessa operação no caso da menina. A intervenção simbólica do pai, que deixa a mesma marca de identificação viril para ambos os sexos, e que no caso do menino é resolutive de seu Édipo, deixa na menina um resto, que a relança à mãe na busca de uma identificação que só poderá ser encontrada ao lado desta.

É esse mesmo resto que leva a autora a pesquisar a originalidade do desenvolvimento teórico subsequente de Lacan acerca da sexualidade feminina, no qual situa a constituição da feminilidade “entre duas mães” (p. 15). Seguindo Lacan, ela percorrerá as bases teóricas de onde obterá sustentação para a tese por ela desenvolvida neste trabalho: a de que a possibilidade de uma filha constituir sua feminilidade com inventividade e criação se funda na possibilidade de sua mãe viver sua dupla condição de mãe e mulher.

Malvine Zalcberg, ao longo dos sete capítulos que compõem seu livro, aponta para os preconceitos teóricos de Freud, determinantes do seu atraso na compreensão da especificidade da sexualidade feminina: “a história da teoria freudiana sobre a sexualidade feminina desenvolve-se em torno do deslocamen-

to da preeminência exclusiva do pai no desenvolvimento psicosexual da mulher para dar lugar também à relevância da mãe, esta considerada por Freud, em seus últimos textos, um dos eixos da neurose da filha” (p. 17). Estes lhe custaram a demora em ver que, no que diz respeito à menina, sua concepção inicial do Édipo, na qual o primeiro objeto de amor para a menina é o pai, a mãe sendo-o apenas para o menino, contrariava sua primeira teoria sobre a sexualidade, na qual a mãe constitui o primeiro objeto de amor para ambos os sexos. Anos de desenvolvimento teórico serão necessários, até que Freud se proponha à revisão e ao aprofundamento de suas concepções sobre a sexualidade em geral, e da feminina em particular. Para a autora, Freud precisará se curar da crença adquirida em seu contato inicial com a histérica: de que poderia, por meio dela, ter acesso ao saber sobre a mulher para descobrir que nem tudo sobre a mulher pode ser dito e para se deparar com a especificidade de uma sexualidade que não encontra a contrapartida que ele julgava existir com a sexualidade masculina.

Zalcberg situa em 1923 o início da revisão da teoria freudiana da sexualidade com a retomada de uma questão que já ocupava Freud desde o tempo dos *Três Ensaios sobre a teoria da Sexualidade* (1905): a de que a mulher não é um ser dado desde o início e que para tornar-se-o ela terá diante de si um árduo e contínuo trabalho de mudança de sexo e de objeto. Ela também lembra o quanto Freud, nesse momento, ao referir o sexo da menina ao menino, encontrava-se longe de reconhecer que isso se dava não em função de uma suposta sexualidade masculina em si, e sim porque a menina assim se constitui na sua relação com a mãe, uma vez que, independentemente do sexo anatômico ao qual pertence, toda criança é sempre “menino” para a mãe, por constituir um substituto fálico para ela. Somente a partir da introdução da primazia do falo na teoria em substituição à primazia do pênis, o que ocorre apenas nos anos 1920, é que a falta da mulher pode passar a ser pensada em termos simbólicos, e não mais em termos imaginários. Só no decorrer dos ajustes teóricos que vai fazendo é que Freud dá nova dimensão à necessidade de a menina renunciar à sua sexualidade ativa para tornar-se mulher, entendendo que com essa renúncia ela não visa somente a uma aproximação com o pai, mas sobretudo afastar-se da mãe, separar-se dela. A autora, ao ocupar-se dessa questão, aproxima-se do que constitui o interesse central do seu trabalho: o tema da separação necessária e infundavelmente adiada a se dar entre uma mãe e uma filha no processo de tornar-se mulher. Ela retoma a mesma ques-

tão que ocupava Freud nos últimos anos de sua obra, quando, depois de se perder nos labirintos da pergunta sobre *o que quer a mulher*, ele passa a se interessar em entender por que a menina tem tanta dificuldade de se separar da mãe. Malvine o faz, no entanto, com o nítido propósito de avançar nas teorias freudianas, e é aí que mais ganhamos com seu texto, dado o fôlego invejável com que ela mantém a interlocução com o texto freudiano, com o vivo interesse de quem tem, em sua prática clínica com mulheres, questões a responder.

Malvine nos lembra o quanto as observações clínicas de Freud nos casos da jovem paranóica, em 1915, e da jovem homossexual, em 1920, foram fundamentais na descoberta de que a filha tem na mãe, e não no pai, seu primeiro objeto de amor, e para a conclusão de que a ligação edípica da menina com o pai é secundária em relação à que é vivida pré-edípicamente com a mãe, ligação primária exclusiva e fundamental, que não tem nenhuma contrapartida no menino.

Mas, antes da “menina” vem o “sujeito”, e é no texto de 1920, *“Psicologia das Massas e Análise do Eu”*, que a autora, apoiada na leitura que Lacan faz desse texto, localiza em Freud o lugar da identificação fundante da subjetividade. Lugar da identificação primária a um traço paterno que dá à criança de ambos os sexos acesso a um lugar simbólico. Condição mínima indispensável para que a criança possa sair da assujeição ao desejo materno e advir como sujeito, essa primeira identificação, possibilitadora de uma primeira separação, que é viril porque é recebida do pai, terá destino diferente no meni-

no e na menina. Enquanto o menino, por meio dela, obtém suporte para sua identidade à saída do Édipo (ela lhe dá o direito ao falo), a menina terá de continuar procurando sua identidade de mulher, já que essa identificação, sendo masculina, nada lhe diz sobre a especificidade de seu sexo.

Mesmo tendo reformulado em pontos-chaves sua teoria sobre a sexualidade feminina, Freud, no ponto em que interrompe sua teorização, encontra-se pouco otimista quanto às possibilidades da menina, na constituição de sua feminilidade. Ele descobre nela o mesmo *empuxo à virilidade* que marca o menino à saída do Édipo, e é na masculinidade original da menina, em sua relação com a mãe, que ele vê as causas da dificuldade.

De acordo com a autora, Freud lega duas questões básicas do desenvolvimento da feminilidade à psicanálise: “Por que é tão difícil para uma menina separar-se de sua mãe?” e “como uma relação demasiado intensa com a mãe pode impedir uma menina de tornar-se mulher?” (p. 48) Desse legado Malvine se faz herdeira. Esse é inegavelmente o fio do seu compromisso, e é para cumpri-lo que ela se vale do texto de Lacan “...por ser ele dentre os analistas pós-freudianos o que mais se dedica a retomar, aprofundar e enriquecer o patrimônio legado por Freud a respeito do processo pelo qual a feminilidade se constrói para uma mulher, em um movimento de inventividade e criação” (p. 14).

Os conceitos de alienação e separação, as duas operações constitutivas do ser humano, têm lugar de destaque entre os conceitos lacanianos usados por Malvine na sua argumentação teórica, por considerá-los úteis para abordar os esclarecimentos introduzidos por Lacan no exame da relação mãe e filha.

Alienação é a operação do primeiro momento da constituição do sujeito e significa que a criança, ao nascer, encontra-se totalmente dependente do mundo de significação e de desejo de um outro, no caso a mãe (p. 54). Nesse modo de funcionamento, é da mãe que a criança espera todas as satisfações, sem ter de pedir nada. Naquele que sobrevém a esse, a separação, a criança terá de passar a pedir o que deseja. Terá de, de forma organizada, num conjunto de signos, demandar aquilo que deseja. “Alguma coisa é perdida quando a criança, atendida até então sem ter de pedir, passa a ter de endereçar seu pedido em forma de demanda ao outro” (p. 57). Momento de ruptura entre a necessidade que em princípio pode ser atendida e a demanda que nunca poderá ser totalmente satisfeita, já que esta, por tratar-se sempre de uma demanda de amor, não visa o encontro de um objeto com qualidade e substância.

Seguindo a autora na leitura do texto laciano, sabemos que o fato de a mãe poder atender tanto as necessidades biológicas quanto amorosas da criança, constitui um dos motivos pelos quais ela é elevada à categoria do Outro, o que deixará a criança completamente subjugada a ela, a não ser pela função mediadora do pai. Para Lacan é dessa função, que dá lugar à operação de separação, que depende a criança tornar-se sujeito.

Sabemos ainda que a intervenção do pai simbólico, de uma só vez, proíbe a criança de continuar na posição de submissão ao desejo da mãe e nomeia

para ela o objeto do seu desejo, fazendo com que este deixe de lhe fazer enigma. E que, se por um lado essa intervenção é libertadora para a criança, por outro lhe coloca a questão de saber sobre seu ser, já que nesse processo ela perde o lugar de falo materno.

A busca de fundamento que acompanha o sujeito por toda sua existência, marca desta alienação fundamental ao Outro, é, de acordo com a autora, ainda mais dramática no caso da menina, porque ela, além da falta que caracteriza todo ser falante, ainda se resente da falta específica de seu sexo. Nela, a demanda dirigida ao pai por um significante específico de seu sexo feminino, e por um lugar simbólico, é duplicada pela demanda de amor incondicional que dirige à mãe, o que faz no afã de obter compensação para sua dupla falta como sujeito e como mulher. Aí está situada, para a autora, a causa da maior dificuldade da mulher em renunciar às demandas do Outro, tornando mais sinuoso e complexo o caminho da formulação de seu desejo, já que, para a emergência deste, a demanda precisa não ser completamente satisfeita.

Para a autora, o resto inerente a toda operação de separação efetuada a partir da introdução da metáfora paterna será mais difícil de ser significado pela menina do que pelo menino, porque ela, nesse processo de perder o lugar de falo materno, teme perder tudo ou perder-se. É para não se perder que ela terá pela frente a tarefa de criar um significado novo para seu ser de mulher, e de aprender a lidar com o paradoxo que lhe será para sempre inerente: mesmo não sabendo suportar bem a falta, ter em seu caminho, para tornar-se mulher, de buscar o vazio como condição de desejar (p. 77)



A tese da autora ganha corpo quando, depois de afirmar que cabe à mãe preservar para a criança a falta em que ela é necessariamente introduzida pela intervenção simbólica do pai, pergunta se a mãe saberá/poderá suportar a própria falta que ela vê duplicada na filha. Nessa questão a criança fica pendente da postura da mãe face à castração, que poderá ter mais dificuldades em deixar de atender às demandas de uma filha, evitando confrontá-la com a falta por ela reativar mais facilmente sua própria problemática da falta feminina (p. 79)

Assim como Lacan, Malvine considera que a criança é tomada pela mãe como compensação para a falta de significante próprio ao seu sexo e como objeto de gozo em sua fantasia. Considera também que essas duas vertentes de falta na mãe, as quais a criança é chamada a preencher, repercutem na criança, tanto no nível da constituição de seu inconsciente quanto na formação de sua fantasia. Ser o falo para a mãe é a condição de possibilidade para que a função pacificadora do pai possa se exercer: de esclarecer para a criança que o objeto de desejo da mãe é o falo, e não ela mesma. Esse esclarecimento é que conduzirá a mudanças na relação da criança com a mãe, ajudando-a na escolha de seu sexo de maneira singular (p. 94).

A menina não sai da situação de engodo na qual entrara pela identificação fálica da mesma maneira que o menino. A autora entende que, abandonar a posição fálica em relação à

mãe, saída de um destino totalmente alienado, traz para a menina uma questão sobre sua existência. A resposta que ela dará a essa questão, assim como sua estruturação subjetiva, dependerá do encontro com o pai na palavra da mãe, endosso necessário para que este possa estabelecer a lei para os seus filhos.

A nostalgia vivida pela menina ao final de seu Édipo é para Malvine a corroboração da tese lacaniana de que a metáfora paterna, no caso da mulher, opera apenas parcialmente, que ela é em parte submetida à castração e em parte não, pois o significante viril que ela recebe do pai à saída do Édipo, que lhe dá estrutura de sujeito, não lhe dá acesso a um significante específico de seu sexo feminino.

Lacan, da mesma forma que Freud, demorará a reconhecer o lugar prevalente da mãe na sexuação de uma filha. É nesse contexto teórico que a autora situa sua afirmação de que uma mulher busca um homem na qualidade de um significante, como uma maneira de ficar totalmente ao abrigo do simbólico, como o homem está. Somente na segunda parte do seu ensino é que Lacan conclui que a articulação falo-castração não é suficiente para dar conta do Édipo feminino. A metáfora paterna, que no caso da menina revela-se em parte inoperante, deixa um lado da mulher sem cobertura simbólica, sem isso querer dizer que ela fique fora do registro simbólico e sim que a mulher, além da divisão que atinge a todo sujeito falante, é marcada por outra específica a seu sexo: em parte ela é atingida pela castração e em parte não. Em decorrência disso ela é em parte sujeito e em parte não.

É percorrendo o final do ensino lacaniano que a autora aborda o campo em que se situa o que é mais específico da sexualidade feminina, o que fica além das palavras, mais além do falo, o que permite à mulher ter acesso a um gozo a mais do que o gozo fálico ou gozo sexual, gozo este, sobre o qual nada pode ser dito por se situar fora da linguagem, no campo do real.

Malvine entende que a menina, mais do que o menino, tem a sua subjetividade marcada pela dupla condição de a mãe estar e não estar submetida à castração e que seu futuro depende de que a lei simbólica, personificada pelo pai, opere regulando o seu lugar na fantasia da mãe, proibindo a esta tomá-la como objeto de seu gozo, única forma de interferência nos efeitos devastadores que essa relação pode alcançar. Ela entende ainda que a ameaça de voltar a ocupar junto ao Outro uma posição de submissão sempre paira para o sujeito, e que é para escapar dessa ameaça que a criança, independentemente da ajuda que recebe do pai, reage separando-se do objeto que ela é na fantasia da mãe, impondo-lhe sua perda. Esse movimento de separação que engendra o sujeito deverá ser inúmeras vezes repetido, para que a criança adquira consistência como sujeito. "Quanto menos separada ela for da mãe, tanto mais, depois, como mulher ou como homem, sente-se sem consistência própria, e tanto mais temerá o risco de o Outro submetê-lo novamente a seus desígnios" (p. 135).

No capítulo IV, no ponto em que passa a ocupar-se do olhar da mãe sobre a criança (p. 136), Malvine toca o cerne da problemática da relação mãe-filha. Entrar no mundo, submetida ao olhar do Outro, é condição estrutural para a criança de ambos os sexos, só que para o menino será mais fácil se liberar do fascínio exercido por esse lugar de objeto de desejo da mãe graças à intervenção do pai, que a saída de seu Édipo lhe ratifica o direito ao significante viril. Já a menina, devido ao resto deixado em seu Édipo pela metáfora paterna, permanece mais suspensa ao olhar do Outro. "Ela faz do olhar da mãe seu suporte identificatório para dele retirar o que precisa para constituir sua feminilidade" (p. 139).

A menina precisa ter sido o objeto que se revela no olhar para saber que ocupou um lugar na fantasia da mãe. Não ter ocupado esse lugar de objeto desejado para sua mãe ou, ao contrário, não deixar nunca de ocupá-lo, acarreta na filha seqüelas difíceis de sanar, e seu empenho em fazer-se objeto de satisfação para ela diz respeito ao seu modo de forjar-se uma identificação feminina, já que não conta com um significante do seu sexo.

No capítulo V do livro, Malvine Zalcborg chega ao que considero a essência de seus desenvolvimentos teóricos. Nesse ponto ela se introduz no seio da relação que se estabelece em torno da sexualidade da mãe e da filha. "As meninas emaranham-se desde cedo na sexualidade da mãe, e esta, por meio da filha, experimenta muitas vertentes de sua própria sexualidade" (p. 146).

Malvine fala daquilo que nos é familiar, que encontramos na vida e na clínica das mulheres. Ela fala das filhas que nunca se casam inteiramente, tão compromissadas estão na relação com a mãe. Das filhas que por medo de perder o amor da mãe nem tentam se separar dela. Fala do mistério da sexualidade que fascina a filha desde muito cedo e que a faz procurar algo no corpo da mãe, sem saber o quê. Fala da falta que a menina descobre no corpo da mãe, para a qual ela não encontra um nome. Da procura da menina por um traço visível no corpo da mãe que, ela espera, venha lhe revelar algo acerca do seu. Fala-nos da confusão de corpos que aprisiona mãe e filha, quando não contam com a intervenção salvadora do pai, único com quem se pode contar, ainda que só parcialmente, para que não seja trágico o desfecho dessa relação.

Para a autora, uma mãe se mantém mais facilmente separada de um filho, sem confundir-se com ele, deixando-o livre para realizar seus projetos, do que da filha, sobre quem a mãe muitas vezes, numa “abusiva apropriação narcísica” (p. 168), exerce enorme poder, dificultando-lhe saber de quem e para quem são suas realizações. Dessa indiferenciação de projetos entre mãe e filha, esta última muitas vezes não pode se libertar, sob pena de despertar na mãe o ódio subjacente à re-

lação idílica em que ambas se encontram presas.

A imagem especular, nas palavras da autora, é a primeira vestimenta com que o olhar da mãe veste a criança. Essa imagem, que precisará ser confirmada pela palavra da mãe para formar a base da matriz do eu do sujeito, tem no caso da menina um desdobramento. Para encontrar sentido para o seu ser mulher e para o seu corpo, ela precisará voltar-se ainda uma vez para a mãe a fim de certificar-se de que esta reconhece a especificidade de seu corpo feminino. Será no acolhimento dado pela mãe ao seu corpo, marcado pela falta de uma definição clara e pela falta de um significante especificamente feminino, que ela encontrará possibilidade para começar o processo de constituição de uma identidade feminina (p. 180). Acolhimento que a mãe só poderá dar ao corpo da filha se ela antes tiver dado ao seu, se ela antes tiver constituído uma feminilidade para si mesma e tiver participado dos *jogos da mascarada na comédia dos sexos*. Só assim ela poderá introduzir a filha nos jogos de mistério e dissimulação que esta precisará para atingir uma definição própria de mulher.

A *mascarada*, recurso que, ao mesmo tempo em que ajuda a mulher a esconder a falta de uma identificação específica de seu sexo, ajuda-a na construção de uma que, segundo a autora, é a maior contribuição dada por Lacan ao entendimento da sexualidade feminina – conceito tomado de Joan Rivière – que o definiu como o mecanismo por meio do qual uma mulher finge ser mulher para proteger uma masculinidade ameaçada – é para Lacan a possibilidade que

uma mulher encontra de se fazer amada e desejada por aquilo que ela não é. Nas palavras da autora: “A mascarada indica à mulher que ela é tanto mais desejável quanto sua falta, coberta por um véu, sugere mais do que mostra”. (p. 184)

Zalcborg, fiel aos últimos desenvolvimentos de Lacan sobre o tema da feminilidade, considera que, ainda que seja no campo *mais-além* do falo em relação à especificidade da feminilidade, se desenhe para a mulher, é na referência ao falo que ela precisa encontrar a cobertura simbólica que a proteja de cair no “nada” para o qual a sua indefinição corporal aponta. Cobrindo-se e enfeitando-se, a mulher permite ao homem fetichizá-la, fazer de seu corpo, e dela mesma, falo, objeto de desejo, fazendo-se assim, parceira do homem na *comédia dos sexos*, ele ao modo de ostentar uma potência viril, estando ela ao modo de mascarar uma falta.

Ela nos diz que a filha, para construir sua feminilidade, observará cuidadosamente a mãe, perscrutará a expressão de seu rosto, a postura de seu corpo, a forma como ela o cobre ou o revela, como em essência ela procura fazer-se objeto de desejo do homem (p. 186).

Entendemos, com Malvine Zalcborg, que é nesse espelho no qual a menina primeiro foi olhada, que ela em seguida se olhará para mais tarde inventar-se, e que a criação de uma feminilidade possível pela filha depende em grande parte da mãe ter sido capaz de “criar algo onde nada existe”, no sentido de uma primeira identidade feminina, de ela ter tido receptividade

ao corpo da menina, de tê-lo envolvido pelo olhar e pelas palavras.

Todo esse processo dá mostras da forte ligação que une mãe e filha. Essa ligação, estreita demais, a unir mãe e filha, precisa ser perdida, e para isso é com a disposição da mãe em perder a cumplicidade que as duas mantiveram na sua infância, e que a filha precisa contar. Malvine desfaz mitos. A mãe precisará se libertar da crença de que ela pode transmitir feminilidade à filha. A transmissão da feminilidade é ilusão da mãe. Foi ao longo dos anos da infância, quando mãe e filha privaram de intimidade, que as bases de sua futura identificação feminina foi sendo construída. Chegado o tempo, é permitindo seu distanciamento que a mãe estará ajudando a filha a se separar dela para tornar-se mulher à sua maneira.

O livro de Malvine Zalcborg, este que nos provê de farto material literário e de referências cinematográficas sobre a relação mãe-filha, além dos inúmeros exemplos tirados de sua clínica, encerra-se com traços poéticos. Ao fazer sua contribuição ao tema do feminino, renova o convite à criatividade que mantém a escuta no diapasão necessário à captação das singularidades em jogo na invenção de cada mulher.

Marli Ciriaco Vianna é psicanalista, psicóloga, membro do Departamento de Psicanálise, membro do Grupo de Transmissão e Estudos de Psicanálise desse Departamento e professora do curso de Psicopatologia Psicanalítica e Clínica Contemporânea do Instituto Sedes Sapientiae.



Os impasses da reação terapêutica negativa

Resenha de Beatriz Mecozzi, **O Perigo de curar-se**, São Paulo, FAPESP/Via Lettera, 2003, 164 p.

A reação terapêutica negativa – descoberta clínica feita por Freud em 1919 – é um fenômeno de difícil manejo e avaliação. Difícil manejo por mostrar ao analista os limites de sua atuação, à medida que ali vê todo seu empenho ser tragado pelo gozo mortífero do paciente que insiste e persiste na compulsão à repetição. Difícil avaliação por levantar questões de complicado equacionamento: a paralisia de uma análise e seu subsequente rompimento deve-se à compulsão à repetição resistencial do paciente, que se manifestaria com todo e qualquer analista ou a reação terapêutica negativa se instala, cresce e produz efeitos em função das características específicas de uma determinada dupla de analista e analisando?

A reação terapêutica negativa é o espinhoso tema escolhido por Beatriz Mecozzi. Sobre sua escolha, ela se pergunta: “Por que escrever sobre isso? É legítimo que os leitores se perguntem por que me arrisco a publicar um texto que exala o paradoxo de expor as barreiras que não consegui ultrapassar. (...) Autocrítica pública precoce de uma escritora tardia? Autobiografia desnecessária, uma confiança escandalosamente reveladora de restos transferenciais não analisados em mão dupla? Quem sabe tudo isso e mais uma ponta de exibicionismo excêntrico, para aqueles que consideram a escrita psicanalítica um estilo a mais na impostura pós-moderna” (p.16).

Não é essa a impressão que o texto de Beatriz Mecozzi produz no leitor. Ele vai se de-

parar com um bem urdido trabalho de elaboração conceitual, no qual a autora minuciosamente vasculha textos freudianos e pós-freudianos à procura de elementos que a ajudem na compreensão dos casos de Vitta, Vlixem, o fotógrafo *flanêur* e Molly – casos truncados, nos quais a análise foi subitamente interrompida, deixando a analista apenas com um vislumbre de inóspitos e hostis mundos internos que rejeitaram sua presença.

Como diz Purificación Barcia Gomes na apresentação do livro, “essa atitude revela coragem, pois é raro, na literatura psicanalítica, depararmos com autores que se disponham a mostrar os bastidores de seu trabalho e seus eventuais insucessos”. (p.11).

Beatriz Mecozzi revê com cuidado os trabalhos freudianos sobre o sentimento de culpa inconsciente, a necessidade de punição, o masoquismo, os lucros secundários, a viscosidade da libido, a onipotência narcísica, as resistências, as oposições entre Eros e Tânatos, a pulsão de morte até se deter extensivamente nas considerações em torno da pulsão em termos de força (ponto de vista econômico) e de representação (sentido).

Diz ela: “Sabemos que a metapsicologia freudiana foi

construída na sua totalidade, de maneira que seu objeto, o inconsciente, seja explorado como ‘sentido encarnado, significação materializada, viva’ (Castoriadis, 1978:48) e, por isso, a psicanálise rompe com a ciência psicológica e psicopatológica da era positivista. (...) Não por acaso, a psicanálise, um saber que trata do sentido e da força que lhe dá pulso, (...) encontra problemas em sua teorização, diante dos moldes conceituais clássicos da ciência e da filosofia, colocando-se à margem do saber formal” (p. 92).

Por essa via, aborda a palpante questão epistemológica da psicanálise, passando por Ricoeur e apoiando-se em Monzani, que propõe uma epistemologia própria para o campo psicanalítico, “uma vez que toda a problemática que atravessa as leituras de Freud esbarra na busca de conciliação entre o discurso do sentido e o discurso energético” (p. 101).

Sem desconhecer a importância fundamental da força (fator econômico, energético) na

constituição da resistência, da reação terapêutica negativa, nem a crise do conceito de representação na contemporaneidade, Beatriz Mecozzi termina por reconhecer a primazia da representação em todo suceder psíquico: “É bom lembrar que, para nós, psicanalistas, o único campo abordável é o da representação. O psíquico é representação (Bleichmar, 1986:133) (p.132)”.

Esse mesmo eixo (força e sentido) é usado por Beatriz Mecozzi para articular o arsenal da metapsicologia freudiana ao importante aporte da escola francesa, que amplia uma visão excessivamente centrada na pulsão e suas fontes internas e se abre para a decisiva importância do Outro na constituição do sujeito. Um dos autores dessa vertente é Aulagnier, que fala – baseada em Lacan – no “Eu antecipado no discurso materno (...) um Eu historicizado que inscreve a criança, desde o começo, em uma ordem temporal e simbólica” (p.26). Outro é Laplanche, que é convocado para falar da importância do desejo e da fantasia dos pais na constituição do psiquismo de seus filhos, ao lhes fornecerem as “metáboles” ou “significantes enigmáticos” (p.119).

Mecozzi segue Piera Aulagnier ao teorizar a relação entre a representação e a força, propondo uma equivalência entre a primeira e o processo de metabolização característico da atividade orgânica: “Nesse sentido, a metabolização é homogeneização de um elemento heterogêneo ao sistema, que o metaboliza e representa. No caso do trabalho psíquico, o ele-

mento heterogêneo absorvido e metabolizado não é um corpo físico, é elemento libidinal de informação veiculado pela experiência do vivido, pelo encontro da psique com o mundo. Assim, (...) a atividade de representação constitui-se pelo conjunto de três metabolizações: o originário, o primário e o secundário” (p.136).

Para Aulagnier, toda representação é representação de objeto e a atividade de representação é co-extensiva ao investimento libidinal com seu circuito prazer-desprazer. A atividade representacional gera prazer sempre que consegue abarcar seu objeto, ou seja, sempre que aproxima representação e objeto. Haverá desprazer sempre que esse movimento fracasse, quando houver impedimento para a aproximação entre representação e objeto. A capacidade de representar vai depender da qualidade das relações primitivas de objeto. Se com ele é estabelecida uma relação amorosa e prazerosa, há um desejo de ingestão e incorporação, ou seja, a representação se realiza a contento. Se a relação é desprazerosa, regida pelo ódio, há uma rejeição e desejo de aniquilação, e a atividade representacional não se realiza a contento. No registro do originário, mediante a instância psicografante, a persistência da necessidade ou o déficit do exercício da função materna são vividos

como auto-engendrados, daí que – no originário – o desprazer seja equivalente ao desejo de auto-destruição. Seria essa a primeira manifestação e representação da pulsão de morte, diferente do desejo de um retorno a um estado anterior a qualquer representação – ao Nirvana, ao silêncio da pulsão.

Diz Mecozzi: “Tudo acontece como se ‘ter de representar’ fosse corolário do ‘ter de desejar’ (Aulagnier, 1975:45) e, com isso, o sono, de um antes ininteligível para o pensamento e em cujo curso tudo era silêncio, é perturbado. Aulagnier é perspicaz ao observar que o ódio radical, originário, é contra toda atividade psíquica de representação” (p.141).

Isso leva a autora a afirmar que a reação terapêutica negativa se deve ao fato de que a análise, onde a função representacional é exercida com toda a intensidade (por meio da interpretação, da construção, da simbolização) passa a ser uma ameaça insuportável para aqueles que estão fixados em ou fundidos com primitivos objetos.

Beatriz Mecozzi cita ainda as elaborações de Betty Joseph, Stein, Pontalis e Leclair que, apesar de distantes dos referenciais teóricos de Aulagnier, chegam a conclusões semelhantes ao observar que os analisandos que respondem ao trabalho analítico com uma reação terapêutica negativa repetem na transferência o “apego desesperado a objetos primários marcados pela violência, falta de afetividade e compreensão”, dos quais não conseguem realizar o luto

que lhes propiciaria uma separação adequada. (p. 59). Esse objeto primário materno, objeto da mais extremada ambivalência, vai despertar desde o ódio assassino, revelado na tragédia de Orestes por Ésquilo, até as fantasias sexuais incestuosas mais proibidas, como no caso de Du Roc, descrito por Leclair: “Os muros que Du Roc ergue diante de sua mulher, sua ejaculação, sua análise, são, na verdade, representações da barreira nunca erguida contra sua mãe invasora, ativa, assim como foi seu desejo por ela” (p. 73).

Ou seja, a reação terapêutica negativa se instala quando o analisando, reatualizando essas relações primitivas na transferência, teme que a proximidade com o analista o faça reviver o ódio assassino ou a relação incestuosa fusional, simultaneamente desejada e temida. São situações insuportáveis que levam ao rompimento da análise.

Vitta, dissociada, narcisista, procura uma imobilidade que a afaste do sofrimento entrevisto quando fala de sua mãe depressiva e do pai inacessível. O fotógrafo *flâneur*, em meio à obnubilização causada pela drogadição e alcoolismo, inopinadamente aparece no consultório num horário que não é o seu, dizendo querer apenas ver se a analista está ali; sua atuação invasiva provoca uma forte reação contratransferencial na analista, que vive um estado de estranhamento e despersonalização, talvez uma forma que o paciente use para comunicar-lhe como se

sente quando fora do efeito da droga, uma criança presa a objetos inanimados e mortos que ele recupera em suas fotografias de natureza morta, os *stills*. Vlixem, um moderno Ulisses incapaz de se lançar nos mares da viagem analítica, já que está aprisionado na teia da mãe viúva e enredado na lembrança melancólica de um pai idealizado. Molly, que em sua afetada inapetência fingia nada desejar, pois o desejo a confrontaria com a falta, vivida como catastrófica.

Diz Beatriz Mecozzi: “Nesses casos fracassados de minha clínica (...) a aliança entre nós se partiu nos momentos em que a ação de Eros estava a todo vapor e algumas mudanças fundamentais eram iminentes. No entanto, não puderam aceitar minhas intervenções, nem conseguiram representar os afetos que pulsavam na transferência, porque tudo o que eu pudesse fazer ou dizer ameaçava seu equilíbrio instável, cujo controle buscavam manter a qualquer custo, por meio de suas denegações onipotentes assentadas num fundo de medo de que sua realidade psíquica veiculasse algum desastre, lançando ao caos”.

O livro de Beatriz Mecozzi faz pensar sobre questões clínicas e teóricas que nos envolvem a todos os praticantes da psicanálise.

Sérgio Telles é psicanalista e escritor, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, autor de *Fragments Clínicos de Psicanálise* (Casa do Psicólogo / EdUFSCar, 2003), *O Psicanalista vai ao Cinema* (Casa do Psicólogo / EdUFSCar, 2004), entre outros.



*Pane no sistema, alguém me
desconfigurou
Aonde estão meus olhos de
robô?
Eu não sabia, eu não tinha
percebido
Eu sempre achei que era
vivo (...)
Até achava que aqui batia um
coração
Nada é orgânico, é tudo
programado
E eu achando que tinha me
libertado...
Mas lá vêm eles novamente e
eu sei o que vão fazer:
Reinstalar o sistema
“Pense, fale, compre, beba
Leia, vote, não se esqueça
Use, seja, ouça, diga
Tenha, more, gaste, viva” (...)*

*Admirável chip novo,
música da roqueira baiana
Pitty, dedicada aos “profetas”
Asimov, A. Huxley e G. Orwell*

Sob o afluxo incessante de aportes tecnológicos, inundado pelas informações e imagens que são veiculadas, submetido a injunções econômicas, políticas e ideológicas que emanam de fontes invisíveis, perdido num campo de valores mutante e desprovido de utopias, o jovem sujeito contemporâneo tem o sentimento de estar fora de si, comandado por forças ou poderes indeterminados e externos ao seu desejo ou controle. A máquina biológica das ciências experimentais e seu *sistema nervoso autônomo* integram este sistema que lhe é transcen-

Admirável chip novo

Resenha de Lucia Barbero Fuks e Flávio Carvalho Ferraz (orgs.), **Desafios para a psicanálise contemporânea**, São Paulo, Escuta, 2003, 264 p.

dente, programando corações e mentes cujo funcionamento já “não é vivo nem orgânico”.

Os versos acima surpreendem ao expressar tal situação na primeira pessoa, soando como uma estranha “canção de protesto” diante do que seria a própria dessubjetivação. Numa existência que luta por adquirir algum sentido, o sistema que entra em pane é aquele imposto por “eles”, manifesto por enunciados imperativos dos quais nem o “seja” escapa, e, bizarra inversão, o fator desestabilizador é a emergência do sistema próprio de representações, que justamente deixa entrever o sujeito, embora “desconfigurado”.

Pitty é uma jovem que faz sucesso entre os muitos jovens, subjetividades imersas na vertigem das mudanças das últimas décadas, mediadas ou não por um entorno humano que se apresenta como anteparo ou pólo de questionamento. Por outro lado, os adultos se mostram desorientados, perplexos ou impotentes ao ter seu mundo de valores e projetos mais caros virados pelo avesso. A questão geracional é aqui central, já que os ideais de juventude que marcam a época faz dos jovens e adolescentes um modelo de subjetividade de nos-

soz tempos, refletindo a cultura “como um espelho ampliado” (p. 139). Mas se Dora ou Anna O. não puderam em seu tempo empunhar uma guitarra e gritar sua revolta, o “*I can’t get no satisfaction*” daqueles com mais de 30 talvez se afine mais com a insatisfação da modernidade e das históricas do século XIX do que com o inquietante mal-estar da atualidade.

De qualquer forma, trata-se sempre de efeitos de grande potencial traumático, numa época que poderia ser de transição, mas não chega a sê-lo, devido à falta de tempo e espaços de processamento e elaboração. Mas se o traumatismo pode paralisar e desencadear a repetição compulsiva, pode também, encontrando interlocução, num tempo segundo gerar frutos, ser fonte de saber e criação.

Numa comunidade analítica cuja marca é a consideração da historicidade nas formas de organização e sofrimento psíquicos, o resultado se vê aqui: deste terceiro livro da série que vem materializando os momentos públicos da produção do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae¹, pode-se dizer, talvez, que é o mais clínico de todos eles. Ao mesmo tempo, presta-se como um rico testemunho de nossa época: o mal-estar na civilização é sempre dos sujeitos,

cujos sintomas questionam a lógica instituída, como tentativa de resolução do desprazer gerado pela adaptação excessiva à cultura (p. 193).

A palavra “desafios” sublinha seu papel na constituição e desenvolvimento do campo analítico; especificamente, a atitude pela qual desafios vividos na clínica se convertem no motor das diferentes vertentes dessa prática: “método de pesquisa, modalidade terapêutica e teoria metapsicológica” (p. 9) Tematizando aquilo que na clínica atual escapa aos seus operadores “clássicos”, abre-se à revisão de alguns de seus pressupostos e ao mesmo tempo reitera a posição ética de seu fundador. O legado essencial de Freud é uma forma de conceber o saber que implica a crítica permanente das próprias construções, (p. 63) a escuta de indivíduos conduzindo ao questionamento das estruturas sociais, devido à relação conflitiva, potencialmente patologizante, entre anseios subjetivos e condições objetivas de existência, postulada em 1930, em *Mal-estar na civilização* (p. 193).

São 18 trabalhos organizados em seis eixos temáticos, apresentados por instigantes sínteses-comentários, que, juntos, dariam por si só uma resenha do livro.² Mas a viva e complexa trama de diálogo tecida pelo conjunto dos textos transborda esses recortes, remetendo a questões transversais à divisão original dos temas. Trata-se aqui de ecoar as ressonâncias que produzem entre si, o paladar das misturas, subtra-

indo algo do seu melhor – a densidade e o sabor singular de cada texto, seu ritmo e melodia próprios.

No diapasão geral dos trabalhos, o relato aprofundado de um caso é preterido por *flashes* ou breves citações clínicas, tentando captar o movimento geral das demandas atuais. Diante dos impasses existenciais e psicopatológicos da época, que escapam ao instituído teórico, impõe-se o recurso a saberes distintos da psicanálise, lembrando, nesse aspecto, os textos especulativos de Freud. Encontram em Débord (sociedade do espetáculo), Foucault (bio-poder), Baudrillard (realidade do simulacro), Roudinesco (sociedade depressiva), Benjamin (atrofia da experiência), Nietzsche e Deleuze (dança, ritmo, jogo, fluxo, alegria, riso), seus intérpretes críticos. No campo psicanalítico, Ferenczi, Winnicott e Lacan, e contemporâneos como Le Poulichet, Abraham e Torok, Galende, Birman e Rassial dialogam com a obra freudiana. Pode-se ainda inferir que adolescentes e mulheres protagonizam esses tempos de transformação, as últimas principalmente por meio das questões que atravessam a maternidade e as relações amorosas – as adolescentes grávidas em proporções estatísticas espetaculares, nesse sentido, figuram aí como uma curiosa condensação... ao lado das anoréxicas!

O muito cheio e o muito vazio vão delineando o perfil de um sujeito exteriorizado, inclinado à ação, raso em sua espessura subjetiva. Seu agir esvaziado de sentido pode ser

performático, catártico, compulsivo, violento ou circunscrito à discricção normótica. Sem parceiros em seu individualismo exacerbado, encontra-se em estado de atonia afetiva, tendendo às relações adictas com substâncias e com o outro. Descompromissado, movido pela instantaneidade das sensações e das aparências, distancia-se do indivíduo da modernidade que se apoiou nos vínculos e nas instituições para dotar sua vida de projetos e de sentido. (p. 73) A rigidez identitária e dos superegos, correlatas à racionalidade e disciplina do ideário moderno, cede lugar “à lassitude das formas e ao paradoxo de identidades amorfas”. (p. 118) O burguês que recalca os impulsos por uma lei interna e o controle social que exige renúncias cedem a uma forma de instância cuja ordem reduz-se a “deixar-se levar” e a um “goza” (p. 24).

As imagens plásticas repletam a leitura da contemporaneidade como tempos sombrios e como o cinzento mortífero de certos arranjos pulsionais. A paisagem metapsicológica do inconsciente do sonho, comparada ao polimorfismo dos quadros de Bosch, cede lugar à das neuroses narcísicas, correspondendo mais a um De Chirico – “grandes prédios monumentais isolados separados por imensos espaços vazios e silenciosos em que se recorta alguma figura humana, da qual não se sabe se o pouco que tem de humano não seria, justamente, sua sombra.” (p. 208). Um pá-

tio nu, cimentado e frio substitui o *playground* da infância na entrada da adolescência: no “jogo da verdade” que aí se encena, o beijo não deixa marca de prazer, e sim do impacto do trauma (p. 138)

Mas sobre o escuro desse pano de fundo vibram, notórias, as imagens musicais, centrais em alguns trabalhos, ou pontuando aqui e ali o seu conjunto – um contraponto? Questão indicada no comentário de Silvia Alonso acerca do seu “Novos Arranjos para a Melodia”, preferido a metáforas gastronômicas que poderiam convir ao espírito da época por sua referência à incorporação – mecanismo diferenciado da introjeção, evocado em vários trabalhos.

Freud referiu-se a uma “potente e primordial melodia das pulsões”, sinfonia universal cuja escuta não deve limitar-se à contingência de acordes culturais. “As condições da cultura marcam caminhos para as pulsões”, mas trata-se, ante os arranjos que a pulsão encontra dentro das atuais restrições e exigências, de não perder de vista suas características essenciais – um alerta quanto a qualquer naturalização em nome do novo (p. 227).

Os arranjos pulsionais nos protegem do que a pulsão tem de mais indizível e violento, representando “uma forma inau-

gural de sublimação” (p. 236), mas algo em nossa cultura dificulta quer os bons encontros, quer os bons arranjos, deixando-a circular loucamente pelo corpo panicado, ou aprisionando-a em circuitos repetitivos ligados a um objeto quase-necessidade, ou ainda estancando-a como libido no eu. Como devolver a pulsão à sua errância original – errância para com os objetos de satisfação, o que nela há de mais contingente – permitindo arranjos mais favoráveis, é a pergunta que ecoa por todo o livro.

Alcimar de Souza Lima mergulha no campo pulsional das relações mãe-bebê, universo “pré-representacional ou apresentacional” de fortes intensidades que paulatinamente encontrarão arranjos por meio dos ritmos engendrados nas experiências da dupla. Há fluxo e melodia nesse universo, cujo compasso, espécie de partitura musical, exerce uma função marcadora pela qual as sensações alcançam uma potencialidade simbólica essencial. Sua articulação com a estrutura aberta da linguagem encontra no constitucional freudiano o elo perdido: sensações e afetos carregam precipitados de gerações anteriores, a escuta podendo rastrear, neles, os lugares ocupados e desocupados pela ancestralidade. “*Fort-Da* transgeracional” organizado pelo ritmo e pela movimentação, cujo protótipo são as idas e vindas da mãe e depois o jogo como invenção ativa da criança com seu carretel (p. 26).

A eficácia da música real da voz e dos sons humanos (da



mãe, do torturador, do assobio que comunica os torturados isolados em suas celas, da cantoria coletiva dos presos no Brasil dos anos 1980) atravessa todo o trabalho de Fátima Vicente. Afirmção da função constitutiva da voz materna, ao lado do olhar, quando oferece aos significantes um leito de musicalidade desejante. Condição que permeia o sucumbir ou o resistir nas estratégias de sobrevivência à demolição subjetiva visada pela tortura, na qual o isolamento é um elemento decisivo, ao lado das sevícias corporais. O torturador fala numa língua de certeza que remete o sujeito, no seu desamparo, a um Outro primordial transmutado, malévolo e perseguidor, cujo poder absoluto faz do extermínio e da aniquilação possibilidades reais. Mas a voz da mãe titubeia e vacila, submetida à estruturação aberta da linguagem que barra as certezas definitivas: nota que falta, nota de passagem para que o sujeito seja escutado como desejante, a instantaneidade da audição sendo o substrato para que a “sonata materna” seja recebida incondicionalmente como “algo que me ouve” (p. 165).

Embalado sonoro impresso por uma mãe-ambiente “em rede”, plugada no mundo globalizado, mas também na sua ancestralidade e nas suas relações atuais. Insinua-se o convite a um deslocamento da escuta do analista para registros assemelhados do discurso, contemplando as fontes sensoriais da palavra na materialidade das variações da voz. O trabalho na transferência adquire o caráter de uma orquestração pulsional

realizada entre dois corpos, cujas intervenções privilegiam o movimento dos sentidos e não uma parada brusca significacional (p. 30).

De fato, o texto da canção de Pitty, lido em sua significação, perde o impacto conferido por sua voz de menina sobre a batida de guitarras rasgadas, sem nenhum axé ou concessão a baianidades faceiras incorporadas ao sistema. Sublinho também a sinistra coincidência entre os enunciados imperativos na cena da tortura – “os da obediência devida” – e sua forma social, a propaganda, presente no refrão: “*Pense, fale, seja...* etc.”

Novas formas de poder e controle sociais requerem outras estratégias de luta ou resistência. Queixas e demandas que não são inéditas na cena psicopatológica trazem como novidade sua insistência e predominância (p. 120), desafiando o corpo teórico e seus dispositivos clínicos. Depressões, adições, distúrbios alimentares, somatizações, a paranóia e a normopatía marcam, no conjunto nos trabalhos, a queda da expressividade das neuroses na dimensão patológica. Ilustrando mecanismos ou funcionamentos psíquicos mais amplos, tais quadros sintomáticos reiteram a delimitação nosográfica como preocupação psiquiátrica ao passo que colocam o psicanalista “no limite de uma clínica psicanalítica “clássica”,... do conceito de estrutura, no limite da transferência e, talvez,.... da analisabilidade.” (p. 118)

A distinção entre neuroses, psicoses e perversões é preterida à oposição entre neuroses de transferência e neuroses narcísicas, terceira linha-gem entre as neuroses e as

psicoses, com sua conflitiva peculiar (p. 203). Noções e conceitos da psicanálise situados aquém da fantasia e além do princípio do prazer passam ao primeiro plano: o traumatismo, as falhas na função simbolizante, o excesso e a desfasão pulsional e, no plano das defesas, os mecanismos de incorporação-devorção e a recusa (*Verleugnung*). Esboça-se uma clínica preocupada com as pré-condições da simbolização.

As depressões figuram como nova “doença moderna nervosa” como termo abusado e esvaziado de especificidade psicopatológica. Para Silvia Bolguese, o viés ideológico que liga a melancolia como traço da subjetividade burguesa à doença orgânica tratada por fármacos – mantendo um estado de “depressão normal”, produtiva e adaptada – convoca o analista a resgatar o seu significado. O humor freudiano abriria uma perspectiva diversa à dos “transtornos do humor”, justamente enquanto saída “rebelde” e sublimatória. Situado na relação entre ego e superego – herdeiro do processo civilizatório –, foca a questão nos embates do sujeito com a cultura, indagando de que modo a ordem social incide sobre os sujeitos que hoje buscam a via depressiva de resolução (p. 197).

Despojadas do *pathos* do luto, algumas depressões atuais seriam marcadas por “formas de recusa da realidade psíquica interna e externa” (aspectos sociais, do corpo, das relações

intersubjetivas), manifestando-se pelo vazio afetivo, estados ansiosos, queixas corporais e do sono, e o apelo a objetos-fetiches; pelo empobrecimento fantasístico e pelo caráter operatório do pensamento evocariam a “depressão essencial” de Marty (Fucks, M. p. 213).

Decio Gurfinkel propõe um operador clínico-teórico para o leque psicopatológico caracterizado por falhas na função simbolizante: o colapso do sonhar, inspirado pelo *breakdown* winnicottiano. Quadros aparentemente distantes se aproximam pela problemática comum de uma falha na organização do sujeito, seja do ponto de vista da primeira tópica (falha no aparelho psíquico, na psicossomática de Marty) ou da segunda (o eu, em Winnicott), preservados na clínica das neuroses (p. 180). A hipertrofia da ação presente nas afecções psicossomáticas se manifesta também nas adições, assumindo um caráter compulsivo-repetitivo que evidencia a pane do trabalho psíquico das representações e do próprio circuito pulsional, revertido do plano do desejo ao da necessidade. (p. 185) O trabalho psicanalítico, nestas condições, desloca-se da interpretação dos sonhos à função do sonhar em si mesma.

Outros trabalhos referem-se à instalação de panes representacionais circunstanciais, em momentos de esgarçamento que solicitam reordenamentos, tais como a passagem adolescente. (Souza, M. L. R., p. 144). O adolescente parece dispor de meios que entretanto estão como que suspensos, lembrando a sugestão de Mário

Fuks acerca de situações marcadas por impasses narcísicos: o *hard* do aparelho está intacto, mas falham as ligações que poderiam colocar o processo em marcha. Seu texto sobre as neuroses narcísicas detém-se especialmente no modelo incorporativo da melancolia e na recusa da realidade, defesa paradoxal diferente do recalque. “Introjetar é um processo; incorporar é uma fantasia”, que visa economizar a ratificação de uma perda que solicitaria ao psiquismo todo um remanejamento, equivalente a uma introjeção. Dinâmica próxima à teorização freudiana acerca do fetichismo, que evita a admissão da diferença sexual que imporia uma recomposição psíquica profunda dos aspectos narcísicos (p. 209).

Com efeito, a operação essencial da recusa é a suspensão do julgamento que permitiria introjetar as consequências de uma percepção. Sua relação com as experiências de despersonalização/desrealização se apóia na afirmativa de Freud, crucial para as patologias atuais, de que a atribuição de valor (bom-mau, eu-não eu) precede a atribuição de existência. Nas situações de confronto súbito – retorno pela percepção – com o recusado, o sentimento de realidade vacila, seja referido ao mundo externo (desrealização) seja ao próprio sujeito (despersonalização).

A introjeção se refere à identificação com traços parciais, à incorporação ao ingresso fantasmático de um objeto total dentro do corpo, ligando-se à concreção real do ato em qua-

ros como bulimias e toxicomanias (Alonso, S., p. 230). Processos incorporativos como forma de apreensão da realidade seriam promovidos na atualidade: em estado de fascinação passiva e hipnótica frente a imagens virtuais e idealizadas, o sujeito é levado a introduzir pela ingestão um novo objeto, “compacto e indiscutível”, no lugar do objeto perdido, bloqueando o processo introjetivo que implica mobilidade entre as dimensões narcísista e objetual. Modalidade identificatória que favorece também a incorporação de sintomas pré-fabricados, como forma aglutinadora (Uchitel, M., p. 125). A oferta de sintomas no mercado da mídia impõe como tarefa suplementar ao analista “devolver ao sujeito a possibilidade e direito a construir seus próprios sintomas”. (Ocariz, C., p. 110)

Modalidades da transferência, como os sintomas, não são a-históricas; os traços do sujeito contemporâneo se reproduzem na relação analista-analisando. Quais as condições de instalação da transferência quando a regra fundamental não se adequa pela dificuldade de associar livremente? Quando o silêncio do analista reverbera dramaticamente o vazio da simbolização (p. 97) e uma solidão já experimentada traumáticamente (p. 129)? O que define a intervenção analítica quando o predomínio de questões constitutivas e de falhas no recalque convidam mais às construções que à interpretação e seu dispositivo se recria na direção da versatilidade, da mobilidade e da experimentação? A incontinência e o excesso pulsional à margem das palavras no contexto da análise fazem indagar “sobre o objeto da repetição e as características da repetição em si” (p. 95)

Para Isabel de Vellutis, a questão não é alheia aos fenômenos transferenciais e se refere a dificuldades na representação dos objetos primordiais. O prolongamento do período inicial de ensaio e o investimento ativo no processo por parte do analista são pensados segundo o modelo de construção do objeto, como construção da categoria de ausência, intermediária entre presença e perda. Myriam Uchitel se dedica à discriminação de manifestações que escapariam ao âmbito estrito da transferência, afetando o analista por percepções sensitivas e corpóreas e do que é, induzido a dizer ou fazer, permitindo inferir sobre o funcionamento do paciente. Às vezes trata-se de contemplar “a repetição sem objeto à mercê de um movimento excitatório pulsional orientado pela necessidade primeira de controlar o estímulo”. (p. 128) A compreensão empática, os vínculos de apoio emocional onde o analista se presta como objeto idealizado, a inclusão do corpo na sessão (p. 129) são discutidas como estratégias. Cristina Ocariz privilegia o problema da relação compulsiva e voraz com os objetos movida por uma intensidade que busca enlaçar-se a qualquer custo. Quando o Outro da cultura se mostra inconsistente e arbitrário na circunscrição dos campos do desejo e do gozo, o analista é chamado a “introduzir significantes que separem o sujeito e sua demanda da busca de satisfação imediata, estabelecendo nova posição subjetiva... pela via do desejo e não submissão passiva ao gozo do

Outro” (p. 109). É o prazer, e não a inanição, o que se constitui como defesa contra o excesso: a interpretação cede lugar ao ato analítico, que trabalha com a insaciabilidade da pulsão, incluindo a interdição.

O adolescer figura como paradigma da perda da eficácia simbólica com o advento da modernidade, denunciando as impossibilidades do nosso mundo sustentar simbolicamente as passagens da vida (p. 140 e p. 54). Vivido como substituto e herdeiro dos ritos pré-modernos, evidencia que a migração do processamento de conflitos do social para o interior do sujeito o condena a solitárias travessias, que tendem a prolongar-se num estado de irresolução.

M. Laurinda Souza nomeia o terror do mundo contemporâneo e o profundo reordenamento da família, definido pela progressiva desautorização do lugar paterno e o incremento do poder dos filhos, como fatores complicadores. A fragilidade paterna “retorna especularmente nos filhos”. Nos quais a apatia ou a violência representam sinais de apelo à intervenção da autoridade incontestável de um pai ideal (p. 141-142). Num momento em que as duas gerações são confrontadas, em posições diferentes, com questões cruciais como a morte e a sexualidade, o trabalho de luto pode ser impedido por anulações mágicas de diferenças, impedindo, para ambas, a passagem e o encontro com a finitude.



Cleide Monteiro se ocupa do fenômeno colateral ao precoce ingresso na vida genital nos dias de hoje: a gravidez adolescente – indesejada? O encantamento dos pais em sua nova condição de avós indica que mecanismos de “desconhecimento” no adolescente quanto aos métodos contraceptivos podem operar também aí, na linha de uma recusa. No regresso do mundo social para o familiar que a situação exige, pais são reinvestidos de uma importância antes perdida, especialmente a mãe. Pergunta-se: o contexto da gravidez das filhas avalizaria a tendência ao prolongamento desta fase da vida tomada como ideal e idealizada também? Ou um filho, como representante fálico, é um objeto chamado a barrar o tempo adolescente e sua exigência de satisfação ilimitada e excesso consentido? Poderia ser uma tentativa de recomeçar o processo de outra perspectiva, invertendo alguns papéis?

Nos dois trabalhos a travessia da adolescência esbarra na hesitação dos pais em retirarem-se, abrindo essa possibilidade para os descendentes. A transmissão da lei do desejo para filhos crescidos implicaria que mãe e pai continuassem sendo um para outro homem e mulher; alijados de sua condição de adultos sexuados, desportos demais para seus filhos, falham nesta transmissão (p. 142). Mas isso esbarra na constatação de que na atualidade os desencontros predominam sobre os encontros amorosos, atingindo a conjugalidade.

As vicissitudes das relações e da sexualidade adulta em nossos dias são atravessadas pelo abalo das identidades tradicionais, impondo a tarefa de reelaborar um projeto identificador no campo da identidade sexual – o que esbarra no conflito entre as configurações do ideal de ego, referidas ao sistema de valores de gerações anteriores e as coordenadas atuais.

Assim, a quebra da trama simbólica que distribuía poder e prazer entre homens e mulheres não reverteu em maior satisfação afetiva ou erótica. Para Lucia Fuks, o poder protagoniza a cena e o desencontro estrutural entre as fantasias que presidem a aproximação erótica para cada um se transforma numa confusão de línguas. Ela, em conflito interno entre a matriz de identidade feminina recebida no modelo maternal e reprodutivo e as exigências estabelecidas por suas “conquistas”. Ele, exposto a fragilidades desconhecidas, resiste, perguntando-se (ainda uma vez!) o que quer uma mulher – agora distante do modelo de suas mães e que parece prescindir de seus cuidados e amor em sua autonomia sexual e financeira. A violência, que não é estranha ao campo do erotismo, escapa ao domínio da fantasia e se manifesta como agressividade e competitividade nas interações do casal. Porém, tanto o homem violento como a mulher passiva

são criações culturais: a atuação da violência visa recuperar um domínio sobre algo que se supõe padecer, e nos vínculos amorosos evidencia vivências de perda do poder que põe em crise identidades.

Para M. Aparecida Aidar, a sexualidade heterossexual “natural” tornou-se problemática, e a variedade das manifestações sexuais da atualidade valida indagar se, imposta culturalmente, encobria outras montagens ou se o momento propicia a emergência de *neosexualidades* como reinvenções reativas do erotismo. Sem desconsiderar a complexidade da noção de sexualidade em psicanálise – “a incerteza sexual é primeira à narcísica” e o mal-estar na sexualidade sempre se refere ao nosso, pela dimensão de incompletude que o outro lhe confere – sublinha a importância da vida sexual efetiva do adulto, para além das fantasias, introduzindo uma dimensão inexistente em versões anteriores, a qual pode ampliar as vias inconscientes (p. 69). Assinala ainda a confusão entre formulação inconsciente e formulação teórica na teoria sexual infantil do primado do falo: verdadeira para a criança fálica que insiste no adulto, neste não é necessariamente soberana. Aquilo que a teoria recalca produz efeitos clínicos, neste caso excluindo o polimorfismo que permitiria uma relativa mobilidade na ordem das representações. Indaga-se então sobre as

possibilidades de desestabilizar a equação simbólica falo-pênis, saída teórica e política que implicaria pensar um masculino não-fálico.

Rubia Delorenzo denuncia a estranha ausência de estranhamento, na atualidade, ante um corpo – próprio? – re-cortado e suturado por fios cirúrgicos, cujas cicatrizes denegadas poderiam evocar sinistros *Frankensteins*. Corpo cujo estatuto se constrói no bojo da genealogia da concepção da vida como processos físico-químicos, em sua relação com o poder. Reduzido a “material biológico de que se pode dispôr”, desalmado, se aparta das experiências da corporeidade forjadas longe dos centros urbanos e de sua pós-modernidade: corpos complexos cuja “realidade dupla, carnal e simbólica a um só tempo” é parte viva de uma cosmogonia cuja dimensão sagrada não é recalçada. (p. 152) O questionamento ético se estende da banalização das intervenções estéticas à medicina dita curativa – e suas amputações, próteses e implantes, prescritos sob o imperativo do prolongamento da vida. As dimensões simbólicas do corpo são amputadas em proveito de sua funcionalidade mecânica ou estética.

Em contrapartida, Ana Sigal convida a pensar sob quais justificativas e em que medida

a psicanálise pode articular essas dimensões naqueles que optam por servir-se dessa tecnologia, em casos extremos. Pode-se favorecer um apropriar-se subjetivo e crítico das práticas de fecundação artificial a serviço da vida – da mãe e de um bebê que possa amar como seu, “num momento em que seu corpo biológico trai o seu desejo” e no qual o destino da mulher não é circunscrito à maternidade. (p. 252) As incessantes mostrações do embrião e contagens de células dificultam a figuração própria ao processo primário e a imaginização do corpo do bebê como corpo erótico, demandando um trabalho de simbolização dessa filiação (p. 262).

Nelson da Silva indaga os modos de capitalização da pulsionalidade e desamparo humanos na sociedade da imagem, em seus efeitos sobre a economia libidinal. A marcha civilizatória determinou que o homem, ao erguer-se do chão poluído por seus próprios excrementos e centrar sua vida pulsional sobre a visão, recalcesse outras formas de satisfação, sublimadas diretamente para a cultura. A progressiva privação de elementos sensoriais – olfativos, táteis e na cinética corporal – no presente tecnológico, no entanto, exigiria um montante inédito de renúncias pulsionais, “reeditando na realidade a teoria freudiana do recalamento orgânico” (p. 244) No mundo virtualizado, no qual o sujeito é tão privado de corporeidade física como as mercadorias que consume, reduzidas a sua marca, a lógica do desejo é substituída pela da identificação, favorecen-

do a desfusão pulsional e seus efeitos mortíferos.

Aqui, o viés incômodo da teorização freudiana sobre a sublimação parece colidir com o convite à saída sublimatória apontada em vários trabalhos, abrindo um impasse. Mas a conceitualização da sublimação na psicanálise não é unívoca, convidando à pesquisa dos desdobramentos de duas vertentes abertas por Freud: dessexualização do alvo das pulsões ou saída independente do recalque, a qual cria objetos eróticos partilháveis culturalmente.³

Moisés Rodrigues desvela a dimensão paranóica do mal-estar atual, instalada pela definição de um eixo do mal “com rosto e geografia reconhecíveis”, desencadeando o determinismo circular entre o medo e o ódio. O campo privado dos fatos psicopatológicos articula-se com as forças da realidade social: a eclosão de crises individuais se desencadeia por estados de emergência do contexto social imediato ao sujeito – perspectiva que marca sua leitura do caso Schreber. O excesso do corpo paranóico é ditado por uma autoridade simbólica em crise, que paradoxalmente se manifesta em transgressora, obscena proximidade do sujeito, invadindo sua intimidade tomada como sede de manipulações violentas que exigem o gozo. A estabilidade e saúde do indivíduo e da sociedade dependem da eficácia das operações simbólicas pela qual o sujeito é investido no seu lugar na cultura, moderando a dimensão de “magia performativa” inerente à toda autoridade simbólica e seus mandatos (p. 20).

Freud se ocupou do material no contexto da crise inaugural da consolidação do movimento analítico, quando *rachas*

teóricos delimitavam um dentro e um fora do campo. Constatavação solidária à preocupação de Flávio Ferraz: o funcionamento normótico como corolário das tentativas de normalização nas instituições analíticas, criando um corpo institucional compacto, defensivo, paranóico. A natureza epistemológica da psicanálise não a torna imune às circunstâncias do mundo; o zelo corporativo pela manutenção de sua autenticidade pode inibir o livre pensar, numa situação análoga à normopatía em casos individuais: atrofia do campo de experiência do sujeito, em nome da evitação da dor e da loucura. A questão desafia a criação de mecanismos institucionais que não reproduzam os que prevalecem nas grupalizações do mundo contemporâneo: massificação e não favorecimento da criação individual e coletiva.

Entretanto, a grupalidade parece imprescindível no processamento de certas crises e situações traumáticas, encontrando na elaboração do poema épico pelos irmãos, que sucede o parricídio no mito freudiano, o seu paradigma (p. 212). A fratria e a amizade vêm sendo propostas como alianças possíveis num mundo desagregador. Num momento em as pertinências parecem descartáveis, esse livro pode ser recebido como uma espécie de canto coletivo, cujo papel em situações desfavoráveis da existência é mobilizar as potências próprias de cada um: semelhante ao humor em sua dinâmica e função, longe de representar uma saída maníaca ou evitativa, inclui a dimensão trágica,

mostrando que a alegria, em tempos sombrios, pode ser a “prova dos nove”.⁴ Para quem é parte deste coletivo, soma-se o prazer de reconhecer, nos textos, o rosto dos colegas.

NOTAS

1. Coletânea dos textos apresentados no terceiro Ciclo de Debates, em 2002, pelos professores do Curso de Psicanálise.
2. Os temas são, pela ordem: Loucura, corpo e sentido; Maternidade, sexuação e vínculos na atualidade; Mudanças na subjetividade e dispositivo analítico; Passagens e simbolização: impossíveis?; O sonhar, a depressão e a neurose narcísica; e, finalmente, A clínica psicanalítica ante os novos destinos da pulsão.
3. D. Kupermann, *Ousar rir - Humor, criação e psicanálise*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, p. 68.
4. Referência ao título do artigo de Maria de Fátima Vicente, “Nu com minha música” ou “A alegria é a prova dos nove”.

Nayra Cesaro Penha Ganhito é psicanalista e psiquiatra, membro do Departamento do Instituto Sedes Sapientiae, professora do Curso Psicopatologia Psicanalítica na Clínica Contemporânea deste Departamento, do Programa de Psicopatologia do NAIPPE-USP, Publicou *Distúrbios do Sono*, Casa do Psicólogo, 2001, Coleção Clínica Psicanalítica.



Este livro traz um breve panorama histórico das relações entre arte e psicanálise. Indica inúmeros pontos de confluência entre os dois campos mas também suas dissonâncias. Apresenta alguns conceitos psicanalíticos que abriram uma rica interface de diálogos mostrando de forma sintética algumas obras e movimentos artísticos do século XX que enriqueceram este debate.

“Freud, ele mesmo, é o primeiro a testemunhar de uma liberdade de espírito bastante excepcional, à qual só podemos render homenagem”

ANDRÉ BRETON¹

André Breton é uma espécie de dobradiça abrindo o livro de Tania Rivera. Espelhos em pedaços é o título do primeiro capítulo e vai nos mostrando as reverberações dos reflexos que os encontros e desencontros em torno da arte e psicanálise vão produzindo em um século de contágio mútuo. Contaminações que turvam as lentes, produzem zonas de ruídos, ampliam territórios de sombras, nos lançam enigmas que permitem, paradoxalmente, que possamos ver melhor. Pois que outra visão seria possível senão pelo foco de uma imagem turva e que ameaça se perder? No seu texto de 1928, *O Surrealismo e a pintura*, Breton dizia que considerava cada pintura como uma janela e cuja primeira preocupação era saber para onde ela

Vasos comunicantes: sintonia e dissonâncias entre arte e psicanálise

Resenha de Tania Rivera, *Arte e Psicanálise*,
Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2002, 74 p.

dava e o que mais lhe interessava eram aquelas janelas que abriam para algo de perder de vista.² É esse o horizonte que vai nos interessar, aquele que nos desequilibra e nos convida a ver aquela imagem-limite que se revela no quase instante de seu desaparecimento. Como lembra Jacques Lacan no Seminário sobre a ética da psicanálise, “a função do belo é precisamente a de nos indicar o lugar da relação do homem com sua própria morte, e de nos indicá-lo somente num resplandecimento.”³ A beleza, portanto, é constituída por essa natureza fugidia como evoca Jean de Loisy no magnífico catálogo da exposição *O Belo* realizada em Avignon na França em 2000.⁴

“A beleza será convulsiva ou não será”. Frase emblemática de Breton e que marcou época pois indicava uma outra atitude diante das formas do ideal quebrando definitivamente uma perspectiva do belo como har-

monia. Essa afirmação é provocativa, pois desfaz a idéia do belo como um campo de pouso sereno onde poderíamos nos deleitar com formas ideais que apaziguam os espíritos inquietos. A psicanálise vai introduzir um outro olhar sobre o belo: arrebatedor, ameaçador e por vezes até mesmo obscuro. O belo é uma das faces da verdade e portanto sempre surpreendente. A arte busca sempre novas imagens que possam nos despertar e permitir novamente pensar o mundo que vivemos. Em uma época em que o discurso da ciência ocupa todos os espaços firmando-se como paradigma único das formas de viver numa ânsia conquistadora sem precedentes nosso desafio é criar zonas de pausa para que possamos voltar a ver.

Tania Rivera, em seu belo ensaio, seguindo, portanto, a lição do pai do surrealismo, traz muitas perturbações ao leitor, pois desenha inúmeros pontos de sintonia e dissonâncias entre os dois campos. As dissonâncias foram resultado de um excessivo furor interpretativo por parte da psicanálise e so-

bretudo dos psicanalistas que tentavam buscar um lugar ao sol. É suficiente um breve percurso pela história deste diálogo, como nos apresenta a autora, para percebermos estes impasses. Menciona, por exemplo, a reação do famoso historiador da arte Meyer Schapiro criticando o clássico ensaio de Freud sobre Leonardo da Vinci. O mais importante, contudo, não parece ser buscar a harmonia entre discursos e práticas que, na verdade, respondem a contextos muito distintos. Tania Rivera nos mostra a riqueza dos atritos e dos desencontros que nos ajudam a compreender um pouco mais sobre o que move os processos de criação.

São vários os caminhos de leitura que podemos fazer: história de alguns psicanalistas e suas obras, história de conceitos que abriram o campo desta discussão, história de obras de arte que marcaram presença no cenário do século XX e que nos abrem um outro olhar sobre o ato criador. Em relação à história do diálogo entre arte e psicanálise vemos o quanto o dadaísmo e surrealismo andaram, por muito tempo, lado a lado com a produção psicanalítica. A influência sempre foi recíproca, mesmo considerando as críticas e questionamentos de um em relação ao outro. André Breton era frequentador assíduo dos textos de Freud. Jacques Lacan, por sua vez, registra em vários de seus textos o valor que encontrava na teoria da paranóia crítica pro-

posta por Salvador Dalí. Vemos claramente no famoso texto *A Psicose paranóia e suas relações com a personalidade* de Lacan esta influência.

Um ponto fundamental que seria preciso sublinhar e que parece ser o nó desta discussão gira em torno do conceito de ato, seja o de criação ou o interpretativo. Poderíamos dizer que o ato introduz uma espécie de fenda irreparável entre aquele que cria e sua obra. Por mais que tentemos “explicar”, “justificar” um pelo outro, há sempre algo que escapa pelo simples fato de que na dimensão do ato já temos de incluir o outro e os efeitos que a obra produz nos leitores, espectadores, analisantes. Há, portanto, uma espécie de parceria em toda criação que faz com que Marcel Duchamp tenha proposto que “são os espectadores que fazem o quadro”. Ora, percebemos aí que um mergulho na “subjetividade” de um criador, nos interstícios de sua história, nas artimanhas de seus desejos, nos impasses de suas hesitações, são insuficientes para dar conta de uma obra. Tania Rivera é muito precisa neste ponto apontando até mesmo certos exageros de Freud e de muitos de seus discípulos. Contudo, mesmo que Freud tenha demonstrado claramente sua antipatia e desinteresse pela arte moderna, sua obra (a psicanálise) não guarda essa distância.

Insisto: não podemos confundir autor e obra. A obra tem vida própria e está além das idiosincrasias, humores e preconceitos eventuais de seus autores. Se a opinião de Freud em relação à arte foi um tanto conservadora, o mesmo não podemos dizer de seus textos. Mesmo que Freud não tolerasse muito os expressionistas, me arriscaria a dizer que a forma de seus textos se aproxima muito do espírito deste movimento. Tania Rivera indica, de forma convincente, que finalmente precisamos fazer falar as obras e ouvir um pouco menos os sujeitos que as colocaram em cena. Poderíamos, então, nos perguntar: a obra fala? O que ela diz? Tais questões abrem o debate em torno da interpretação pois, em última instância, toda obra não deixa de ser uma pergunta dirigida ao mundo. Poderíamos afirmar, neste ponto, que interpretar não é trazer o sentido que falta, mas desequilibrar sentidos congelados. Como dizia Maurice Blanchot ao se referir à função da poesia, esta tinha como missão sacudir a poeira das palavras.

Tania Rivera descreve com uma riqueza de detalhes históricos os primeiros passos entre arte e psicanálise. Mostramos, por exemplo, o quanto os artistas no início do século XX

foram buscar novos parâmetros formais nas produções da arte africana, da arte *naïf* e mesmo nas manifestações pictóricas dos loucos internados. Os dois campos partilhavam de uma aposta na espontaneidade e no valor do inconsciente. Menciona o importante trabalho do crítico de arte e psiquiatra alemão Hans Prinzhorn, que em 1922 publicou o livro *Atividade plástica de doentes mentais*. Tanto a psicanálise como a arte buscavam uma expressão que pudesse tocar a natureza que está no interior, para lembrar a máxima de Paul Cézanne. A autora nos traz dados históricos relevantes que nos permitem perceber as dissonâncias entre intenção e expressão. Entre o pensar/desejar e o fazer há um mundo. O inconsciente vai ser o responsável por introduzir esse abismo. Freud já tinha insistido em uma idéia que todos nós sabemos: pensamos em uma coisa mas fazemos outra. Os artistas e psicanalistas se debruçam sobre este espaço que se cria entre intenção e expressão. Uma das melhores definições desta questão é de Marcel Duchamp, quando se refere no seu texto “O ato criador” ao valor artístico de uma obra. Ele propõe o termo de coeficiente artístico, dizendo que se trata de uma relação aritmética entre o que permanece inexpresso embora intencionado, e o que é expresso não intencionalmente”.⁵ O ato, portanto, abre brechas no discurso, fen-

das na imagem, interstícios no tempo compacto da vida automatizada e assim instaura algo de utopia: novos lugares. O espelho em pedaços, paradigma de um movimento como o cubismo que vem mostrar a marca da provisoriabilidade e da transitoriedade inaugurando um outro estilo de produção.

Tania Rivera não esquece de trazer em seu ensaio inúmeros nós cegos nesta história entre arte e psicanálise. Freud, como sabemos, não reagia com entusiasmo ao que via da arte moderna. E embora muitos artistas confessassem o entusiasmo ao ler Freud, como Max Ernst e Salvador Dalí, não faltaram também os que alfinetaram Freud, como o próprio Breton, em seus *Vasos Comunicantes* de 1932. Há uma outra dobradiça importante no livro e que diz respeito aos aportes do psicanalista Jacques Lacan. Ele introduz outras perspectivas de leitura, inéditas principalmente nas articulações em torno do conceito de sublimação. No seminário de 1960, *A ética da psicanálise*, Lacan vai propor pensar a sublimação como o movimento que eleva um objeto à dignidade da coisa. Tania Rivera lembra com muita precisão que “A coisa é um conceito que Lacan pinça em alguns poucos escritos de Freud, e com boa dose de influência de Heidegger, ele-

va à condição de ponto central da teoria analítica”.⁶

Dois artistas, em especial, servem de referência para o encaminhamento da conclusão do livro e deixam o leitor com sede de novas imagens. A autora faz referências a inúmeros trabalhos de Marcel Duchamp e Louise Bourgeois. Bourgeois, embora tenha sido quase contemporânea de Duchamp, só nas últimas duas décadas tem sido aclamada nos meios artísticos oficiais, sobretudo depois da grande retrospectiva no início dos anos 1980 no Museu de Arte Moderna de Nova York (Moma). Louise Bourgeois é uma artista americana de origem francesa e que de forma corajosa desvela em sua obra temas cruciais de nossos tempos, como o lugar da feminilidade, do corpo diante do traumatismo, do sexual diante da vida e da morte. Para quem talvez não se lembre, é dela a gigantesca aranha que podemos ver permanente em uma das extremidades do Museu de Arte Moderna de São Paulo. Sua vida é revelada de forma tão transparente, que nos causa grande surpresa. Tania Rivera explora com delicadeza alguns detalhes de sua história, sempre tendo o cuidado de não jogar tais informações numa camisa de força de entendimento psicanalítico. Falar dessa história é fundamental, pois Bourgeois faz uso

dela como material plástico para suas obras, como pedra, ferro, vidro e a tinta que usa em suas esculturas. No filme dirigido por Camille Guichard, de 1993, ela chega a afirmar que “a arte é a experiência, ou a re-experiência do traumatismo”. Sua obra nos produz um efeito tóxico, como lembra Freud em seu *Mal-Estar na Civilização*, ao dizer que a “fruição da beleza dispõe de uma qualidade de sentimento, tenuamente intoxicante”. Aqui, artista e espectador compartilham essa contaminação dos sentidos. Bourgeois chega a afirmar o seguinte: “Eu sou do gênero toxicômano, e a única maneira para mim, de renunciar a uma droga, é me lançar a uma outra que seja menos perigosa”.⁷ A arte cumpre aqui para ela essa função. A leitura do livro *Arte e psicanálise* me evocou uma imagem que me surpreendeu muito. Lembrei-me da primeira vez que vi um trabalho de Louise Bourgeois. Estava visitando a exposição *Documenta* de Kassel na Alemanha, em 1992, e senti um cheiro forte de madeira que vinha do canto de uma sala. Vejo um grande tonel de madeira e venho saber depois se tratar de um reservatório de água desses utilizados em alguns prédios em Nova York. Bourgeois diz também que

tal forma lembra muito seu primeiro atelier, que tinha tal formato. Esse trabalho ela intitulou *Líquidos Preciosos*. Ao penetrar na casa-tonel vemos muitos elementos: uma cama de ferro com água derramada no estrado, quatro colunas de ferro repletas de vidros recipientes, duas esferas em madeira cobertas por um grande sobretudo masculino, e dentro desse sobretudo uma roupa de criança onde está bordado *Merci/mercy*. Trabalho que nos inunda pela referência aos líquidos. A artista diz pensar em todos líquidos do corpo: o sangue, a urina, o leite, o esperma, as lágrimas, tudo o que verte do corpo pelos choques emocionais como o amor, o medo, o prazer, o sofrimento. Diz a artista: “Para mim, a escultura é o corpo. Meu corpo, é minha escultura. O vidro se torna uma metáfora dos músculos. Ele representa a sutileza das emoções, a mecânica orgânica e também sua instabilidade. Quando os músculos do corpo relaxam e sua tensão diminui, um líquido se expande. As emoções intensas tornam-se um líquido material, um líquido precioso”.⁸

A potência do diálogo entre psicanálise e arte continua viva em inúmeras publicações recentes de autores como Fredric Jameson, Rosalind Krauss, Georges Didi-Huberman, Hal Foster, René Passeron, entre muitos outros. Tania Rivera está

muito atenta a essa história, e a escolha de Louise Bourgeois para concluir o livro é também preciosa. A autora enfrentou um grande desafio que foi o de evocar inúmeras imagens sem ter nenhuma reprodução de obra impressa no livro. O leitor inquieto vai precisar fazer este percurso e quem sabe encontrará no caminho ainda outras e outras, e outras imagens. Esse livro surge como uma referência fundamental que fazia falta para arejar esse campo de discussão que durante muito tempo não conseguia se desvencilhar de Van Goghs, e Picassos .

NOTAS

1. A. Breton, *Les Vases Communicants*, Paris, Gallimard, 1955, p. 33.
2. A. Breton, *Catálogo Centre Georges Pompidou*, Paris, Musée National d'Art Moderne, 1991, p.16.
3. J. Lacan, *L'Ébrique de la Psychanalyse – Le Séminaire livre VII*, Paris, Seuil, 1986.
4. J. Loisy, (org.) *La beauté*, Paris, Flammarion, 2000, p. 16.
5. M. Duchamp, “O ato criador” in Battcock, Gregory, *A Nova Arte*, São Paulo, Perspectiva, 1975, p. 73.
6. T. Rivera, *Arte e Psicanálise*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2000, p. 41.
7. M.-L. Bernadac, *Louise Bourgeois*, Paris, Flammarion, 1995, p. 9.
8. M.-L. Bernadac, op. cit., p. 135.

Edson Luiz André de Sousa é psicanalista, analista membro da Associação Psicanalítica de Porto Alegre (APPOA), Professor do Departamento de Psicanálise e Psicopatologia e do PPG Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia da UFRGS. Professor do PPG Artes Visuais do Instituto de Artes da UFRGS.

Papers

Lacan and the “Zen” art of the psychoanalyst: a reading of the “Opening” of Seminar # 1

André Camargo Costa

In the first paragraph of his first Seminar session, Lacan uses the metaphor of the Zen master to delineate the epistemology of Psychoanalysis and introduce his particular perspective on the issues of the discipline. This paper investigates the curious association between the analyst and a figure from the Eastern tradition.

Urgency and the power of speech in analysis: trauma and the constitution of subjectivity

José M. Canellas Neto and Sandra Lorezon Schaffa

The authors discuss the role of language in the technique of Psychoanalysis. States of incapacity to associate are related to traumas, and a case is brought to illustrate how speech can be sustained in different levels of the subject's experience.

Lacan à Derrida

Frida Saal

Lacan and Derrida are among the most influential thinkers of the second half the 20th century. Both were labeled as “structuralists”, and both denied energetically that label. Late Mexican analyst F. Saal examines here the differences and points of approximation between the work of these two giants of French thought.

Mary Magdalen and Oedipus: are new narratives necessary in contemporary Psychoanalysis?

Giovanna Bartucci

Post-modern conditions impose specific patterns of constitution for subjectivity, which take their root at a specific “psychical place of the constitution of subjectivity”; they are equivalent to a process of foundation. The paper also examines Freud's description of psychic conflict and evaluates its adequacy to post-modern conditions.

Hiding

Suzete Capobianco

In “Oedipus at Colonus”, the tragic hero asks for rest in a foreign land, and, at the end of his journey chooses a place to die that becomes a *mystery*. Mystery is different from *enigma* because it defies decipherment; hence this reflection on “that which withdraws from knowledge”, and the conclusion that what is vital happens under the mantle of “disappearance”.

The mythopoetic marriage of Ted Hughes and Sylvia Plath: “Like a lariat”

Purificacion Barcia Gomes

This article focuses on the marital relationship between Ted Hughes and Sylvia Plath and its consequences on their creative work and lives. The “lariat” is the central metaphor around which the psychic representations are organised in order to analyse the different layers of the couple interactions: the instinctual, the artistic and the social ones. In this first part the author deals with Hughes' autobiographical, poetic and fictional production.

The mythopoetic marriage of Ted Hughes and Sylvia Plath (II): the sacrifice of the Goddess

Purificacion Barcia Gomes

Having analysed Hughes' psychic traits vis a vis this poetics, the author will focus in Sylvia Plath's development as a poet and wife. The couple entertained a vision of art and existence that favoured the dissolution of the ego into mysticism and nature. Sylvia Plath's identification with her husband's mythical projections on her had both a devastating effect that induced her into suicide and a manic excitement that erupted as overwhelming poetry.

Motherhood and eroticism in modernity: aspepsy of the unthinkable in the act of giving birth

Vera Iaconelli

This paper sheds light on contemporary ways to deal with the experience of giving birth, and shows how difficult it is to conciliate motherhood, eroticism and death. It re-evaluates analytic interpretations of the disturbances of maternity; these interpretations, based exclusively on the subjectivity of women, foster feelings of guilt, because they dismiss the cultural context in which those disturbances occur.

Dealing with rags – a psychoanalytic approach of disorganized states

Rubens Marcelo Volich

Every psychoanalyst has faced impasses or even the iatrogenic effects of some therapeutical processes. Long periods of silence, feelings of emptiness, moments of melancholy, acting-outs or organic symptoms are the hallmarks of these moments. The analyst is then forced to reevaluate the setting and the method of working with this kind of patients, to invent a “clinic of disorganizations” both similar to, and different from, usual psychoanalytic practice.

Psychoanalytic work with psychoses: creating possibilities of existence

Alessandra Monachesi Ribeiro

This paper presents a case of psychosis treated in an institution of mental health. It suggests that a psychoanalytic approach to the psychoses should privilege the creation of a “place to exist”, and that this can be based upon a careful employment of the patients own delusional constructions.

Regulating psychotherapies: the French precedent

Fernando Aguiar

As this issue begins to be discussed in Brazil, Mr. Aguiar brings to the fore the discussions that mobilized the professional communities involved with the practice of psychotherapy. The French Parliament passed recently a law that affected psychologists, psychiatrists, psychoanalysts and psychotherapists; the paper presents its basic tenets and the reactions and critiques that it provoked.

Interview

A Freudian Hurricane

Emílio Rodrigué

Argentinian analyst Emílio Rodrigué – who once analyzed Melanie Klein’s grandson – has had a unique career since he went on the couch in the forties. He has studied for a while with Suzanne Langer in the USA, and had a pivotal role in the discussions that eventually led to major reforms in the organization of the psychoanalytic world scene. Now living in Bahia, he presents here his views on of analytical practice and on the panorama of contemporary Psychoanalysis.

Debate

Psychoanalysis and culture: a Freudian heritage

Chaim Samuel Katz, Charles Melman, Catarina Koltai, Mario Pablo Fuks

Four analysts of different orientation cope here with a touchy issue: in what measure is today’s Psychoanalysis keeping up with Freud’s keen attention to cultural and social issues? Terrorism, fundamentalisms, modern atrocities, the violence – overt or discreet – that pervades contemporary life, are some of the subjects addressed in these short but stimulating contributions.

Book reviews

Psychoanalysis and the dead ends of contemporary philosophy

By Luis Claudio Figueiredo – review of Emília Steverman, *Os Limites da Razão: Habermas, Lyotard, M. Klein*

This book crosses the boundaries that usually separate Philosophy and Psychoanalysis. It criticizes Habermas’ understanding of Psychoanalysis, examines Lyotard’s use of it to renovate ethics and political thinking, and suggests that a careful consideration of Klein’s contribution could bring into Philosophy some much-needed tools to cope with its present problems and *culs-de-sac*.

Solitude: dimensions of life and death

By Nelson Coelho Jr. – review of Bernardo Tanis, *Circuitos da Solidão*

This new book by Bernardo Tanis discusses different forms of solitude, taken from a wide variety of situations, including fiction, psychoanalytic treatment and social circumstances. A theoretical elaboration is proposed to clarify why they are varieties of the same basic constellation, even if their appearance would not suggest this at a first glance.

The psychoanalyst as an expert in court

By Sidney Shine – review of Mara Caffé, *Psicanálise e Direito: a escuta psicanalítica e a função normativa jurídica*

The interface of Psychoanalysis and Law is here analyzed through theoretical and methodological issues involving the resolution of conflicts, both in a psychoanalytic setting (by

working transference through) and in the legal system (by a judge's sentence). The psychoanalyst who acts as an expert in court finds himself at the crossroads of these two areas, especially in cases involving families (divorces, adoptions, disputes among heirs, and so on).

Fernando Pessoa and the fiction of the subject

By Cleusa Rios P. Passos – review of Leyla Perrone-Moisés, *Fernando Pessoa, alguém do eu, além do outro*

Ms. Perrone-Moisés is the leading disciple of Roland Barthes in Brazil. Her book studies Pessoa's heteronyms in an effort to understand the poet's effort to "feel everything in every possible manner". Pessoa's attraction to the briefer forms of poetry is here reciprocated by a writing remarkable for its agility, which also takes the form of short chapters and essays.

Melanie Klein: the "inspired butcher" in an Illuminist version

By Alfredo Naffah Neto – review of Luis Claudio Figueiredo and Elisa M. Ulhoa Cintra, *Melanie Klein, Estilo e Pensamento*

This recension emphasizes the style of the book, whose authors present a clear introduction to Klein's ideas

from a general standing point that they name "somber Illuminism". Lacan had called her, half jokingly, "la tripière inspirée" – "an inspired butcher" – alluding to the weight of archaic elements and of primeval violence in her description of the unconscious. This book, feels Mr. Naffah, gives a balanced perspective on Klein's thought, exploring its internal logic and the origins of her concepts both in clinical practice and in a very personal reading of Freud.

Invention of the feminine

By Marly Ciriaco Vianna – review of Malvine Zalberg, *A relação mãe-filha*

What are the specific traits of the relationship between mother and daughter? Ms. Zalberg presents Freud's and Lacan's views on this issue and on feminine sexuality; then she turns her attention to that most central relationship, for it is around it that femininity is organized.

Dead and in the negative therapeutic reaction

By Sergio Telles – review of Beatriz Meccozzi, *O perigo de curar-se*

The concept of "therapeutic negative reaction" covers a broad range of phenomena associated with failure in the analytic process and ultimately based on the invincible force of the compulsion to repeat. This book reviews the literature on the subject and illustrates it with some clinical fragments.

Brave new chips

By Nayra C. P. Ganhito – review of Lucia B. Fuks and Flávio C. Ferraz (orgs.), *Desafios para a Psicanálise Contemporânea*

This collection addresses the new questions and demands that face analysts today, and which originate from the sweeping changes in social structures in the last few decades. Those demands – which could be described as "this side of fantasy and beyond the pleasure principle" – are taken as a pivotal point from which new theoretical elaboration and new clinical techniques can be developed.

Communicating vessels: symptom and dissonances between art and Psychoanalysis

By Edson L. A. de Souza – review of Tania Riviera, *Arte e Psicanálise*

Professor Rivera traces here a brief history of the relationships between art and Psychoanalysis, indicating points of convergence and of dissonance. Some psychoanalytic concepts that opened up a fruitful dialogue with the arts are then examined; from here, she turns her attention to particular movements and works that, during the last century, have contributed to enhance this dialogue with our discipline.

Colaboradores deste número

Andréa Carvalho Mendes de Almeida

Rua Mário Amaral, 210
04019-000 São Paulo SP
Fone: (11) 3889.9406
E-mail: andrea@construnet.com.br

Alessandra Monachesi Ribeiro

Rua Sampaio Viana, 75, cj. 505
04004-000 São Paulo SP
Fone (11) 3885.8755
E-mail: alemonachesi@gmail.com

Alfredo Naffah Neto

Rua Dr. Alceu de Campos Rodrigues,
309, cj. 73
04544-000 São Paulo SP
Fone: (11) 3045.3082
E-mail: anaffah@giro.com.br

André Camargo Costa

Rua Caçapava, 130
01408-010 São Paulo SP
Fone: (11) 3891.0852
E-mail: andreacamargocosta@hotmail.com

Bela Sister

Rua Maranhão, 584, cj. 42
01240-000 São Paulo SP
Fone: (11) 3825.3470
E-mail: belasister18@yahoo.com.br

Camila Salles Gonçalves

Rua Dr. Flávio Américo Maurano, 810
05656-020 São Paulo SP
Fone: (11) 3742.7185
E-mail: camila_salles@uol.com.br

Catarina Koltai

Rua Ministro Gastão Mesquita, 419
05012-010 São Paulo SP
Fone: (11) 3679-7964
E-mail: Caty@osite.com.br

Chaim Samuel Katz

Rua Garcia D'Ávila, 64, sl. 201
22421-010 Rio de Janeiro RJ
E-mail: chaimsk@globo.com

Charles Melman

76 rue des Archives
75003 - Paris - France
E-mail: melman@noos.fr

Cleusa Rios P. Passos

Rua Machado Pedrosa, 368
02045-010 São Paulo SP
Fone: (11) 6977.9762
E-mail: clerios@uol.com.br

Cristiane Sammarone

Rua Jesuíno Arruda, 676, cj. 128
04532-082 São Paulo SP
Fone: (11) 3168.9613
E-mail: crissam@uol.com.br

Fernando Aguiar

Rua do Calafate, 79/204
88040.008 Florianópolis SC
Fone: (48) 333.5247
E-mail: aguiarfe@hotmail.com ou
fabs@cfh.ufsc.br

Giovanna Bartucci

Rua Amália de Noronha, 383, ap. 109
05410-010 São Paulo SP
Fone/Fax.: (11) 3676.1441
E-mail: gbartucc@uol.com.br

José Martins Canelas Neto

Rua Baltazar da Veiga, 24
04510-000 São Paulo SP
Fone: (11) 3842.4769
E-mail : josecanelas@uol.com.br

Lilian C. R. Quintão

Rua Delfina, 65
05445-010 São Paulo SP
Fone: (11) 3812.9165
E-mail: equintao@terra.com.br

Luís Claudio Figueiredo

Rua Alcides Pértiga, 65
05413-100 São Paulo SP
Fone: (11) 3083.3731 / 3086.4016
E-mail lclaudio@netpoint.com.br

Mania Deweik

R. Honduras, 365
01428-000 São Paulo SP
Fone: (11) 3887.3557

Mara Selaibe

Rua Maranhão, 554, cj. 36
01240-000 São Paulo SP
Fone: (11) 3662.4640
E-mail: selaibe@terra.com.br

Maria Cristina Ocariz

Rua Maranhão, 554, cj. 78
01240-000 São Paulo SP
Fone: (11) 3666.0871
E-mail: cristinaocariz@uol.com.br

Mario Pablo Fuks

Rua Marqués de Itu 837, cj. 62
01223-001 São Paulo SP
Fone: (11) 3259.0922
E-mail: mfuks@uol.com.br

Marli Ciriaco Vianna

Av. Graúna, 183
04514-000 São Paulo SP
Fone: (11) 5533.4841
E-mail: marcivianna@uol.com.br

Nayra Cesaro Penha Ganhito

Rua André Dreifus, 390
01252-010 São Paulo SP
Fone: (11) 3872.25-60
E-mail: nayracpg@ig.com.br

Nelson Ernesto Coelho Júnior

Av. Prof. Mello Moraes, 1721, Bl. A
E-9, Instituto de Psicologia USP
05508-900 São Paulo SP
Fone/Fax: (11) 3288.8202
E-mail: ncoelho@usp.br

Purificacion Barcia Gomes

Al. Casa Branca, 652, cj. 53
01408-000 São Paulo SP
Fone: (11) 3082.0504

Rubens Marcelo Volich

Av. Washington Luis, 1527, ap. 122-B
04662-002 São Paulo SP
Fone: (11) 3862.7743 / 5686.2961
E-mail: volichrm@dialdata.com.br

Sandra Lorenzon Schaffa

Rua Cel. Irlandino Sandoval, 122
01457-010 São Paulo SP
Fone: (11) 3031.9215
E-mail: sandralorens@uol.com.br

Sérgio Telles

Rua Maestro Cardim, 560, cj. 194
01323-000 São Paulo SP
Fone: (11) 3283.5767
E-mail: setelles@uol.com.br

Sidney Shine

Rua Bertioga, 46
04141-100 São Paulo SP
Fone: (11) 5583.3374
E-mail: shine@usp.br

Silvio Hotimsky

Rua Ilhéus, 135
01251-030 São Paulo SP
Fone: (11) 3862.7743
E-mail: silviohotimsky@hotmail.com

Susan Markuschower

Rua Dr. Franco da Rocha, 488
05015-040 São Paulo SP
Fone: (11) 3672.9156
E-mail: susanmark@uol.com.br

Suzete Capobianco

Rua Itacolomi, 601, cj. 95
01239-020 São Paulo SP
Fone: (11) 3231.3983 / 3023.0638
E-mail: suzycapo@aclnet.com.br

Vera Iaconelli

Av. Padre Pereira de Andrade, 591
05469-000 São Paulo SP
Fone: (11) 3023.2895
E-mail: geraronline@uol.com.br

Normas para envio de artigos e resenhas

A apresentação de trabalhos para publicação na **Revista Percurso** pressupõe o conhecimento prévio e a aceitação, por parte do articulista, das seguintes normas:

1. Os trabalhos enviados para publicação na **Revista Percurso** deverão ser originais e inéditos, não sendo admitida a apresentação simultânea do mesmo trabalho a mais de um veículo de publicação, independentemente de sua característica de circulação impressa ou eletrônica.

2. Trabalhos anteriormente difundidos em simpósios, seminários, revistas estrangeiras, congressos e pela Internet só serão publicados quando oferecerem interesse específico e relevante. Neste caso, deverá(ão) constar o(s) lugar(es) e a(s) data(s) de publicação anterior(es).

3. Os trabalhos deverão ser encaminhados antecedidos por página de rosto da qual conste, exclusivamente, o título e o nome de seu autor; sua qualificação, endereço, telefone (incluir CEP e DDD) e e-mail; um resumo de cinco linhas, em português e inglês, que poderá ser aproveitado para abertura do texto na revista; e o número exato de caracteres com espaços do texto. O título deverá ser repetido encimando o corpo do trabalho, com omissão do nome do articulista, ou de qualquer sinal que permita identificá-lo, em todas as demais páginas, excetuada a página de rosto.

4. Os trabalhos deverão ser enviados em oito cópias, endereçadas à Coordenação Editorial de **Percurso**, ou entregues pessoalmente à Rua Amália de Noronha, 198, 05410-010 São Paulo SP. Não serão aceitos trabalhos remetidos sem cópias.

5. O Coordenador Editorial reterá a página de rosto dos trabalhos antes de submetê-los à Comissão Editorial, mantendo-se em sigilo o nome dos articulistas durante todo o processo de apreciação dos mesmos.

6. A Comissão Editorial poderá aceitar o original, recusá-lo ou reapresentá-lo o original ao articulista com sugestões para alterações de forma e/ou conteúdo, com a finalidade de alcançar coerência, clareza, fluidez e correção ortográfica ou gramatical do texto, ou para adequá-lo às normas de publicação e de diagramação de **Percurso**, particularmente no que se refere à forma das citações bibliográficas, sendo assessorada, nesta função, pela equipe de revisão.

7. É indispensável seguir os padrões gráficos utilizados por **Percurso**:

- o que merecer destaque deve vir em *itálico*;
- não utilizar sublinhado nem negrito;
- intertítulos em **negrito**;

- palavras estrangeiras e títulos de livros mencionados no texto: em *itálico*, sem aspas;
- títulos de artigos mencionados no texto: tipo normal, com aspas;
- citações: entre aspas. Caso a citação seja referida em nota ao final do artigo, o número desta nota, no texto, deve vir *após a conclusão da citação*. Exemplo: "... em Freud"¹.

8. Pede-se especial atenção para as **NOTAS**, que deverão vir no final do texto (não no rodapé), ser numeradas consecutivamente em algarismos arábicos, e referir-se exclusivamente aos textos mencionados no artigo. Não é preciso colocar bibliografia. É favor seguir escrupulosamente as regras indicadas abaixo:

a. nomes dos autores: devem ser grafados em ordem direta, com maiúsculas somente na inicial do nome e do sobrenome, seguidos de vírgula e do título do trabalho citado. Exemplos: R. Mezan, "O inconsciente segundo Karl Abraham"; N. Moritz Kon, "Proust e Freud: memória involuntária e estranhamente familiar"; S. Freud, "Construções em análise"; M. Klein, *Psicanálise da Criança*.

b. artigos e capítulos de livros: título entre aspas, sem sublinhar. Colocar em *itálico* o nome do livro em que aparecem, indicando nesta ordem: cidade, editora, ano de publicação e página citada, precedida apenas da letra "p". Exemplo: N. Bleichmar e C. Bleichmar, "Os Pós-Kleinianos: Discussão e Comentário", in *A Psicanálise depois de Freud*, Porto Alegre, Artes Médicas, 1994, p. 286. Caso se trate de uma revista ou periódico, colocar em *itálico* o nome da revista, indicando número ou volume, local de publicação, ano e página citada. Exemplo: R. Zygouris, "O Olhar Selvagem", *Percurso* nº 11, São Paulo, 1993, p. 12. (Não se usa *in* antes do nome de um periódico).

c. livros: título em *itálico*, indicando cidade, editora, ano de publicação e página citada, precedida da letra "p", mesmo que o trecho seja extraído de duas ou mais páginas. Exemplo: J. Greenberg e S. Mitchell, "Object Relations", in *Psychoanalytic Theory*, Cambridge, Harvard University Press, 1983, p. 377-380.

d. textos citados mais de uma vez: a partir da segunda vez inclusive, colocar apenas nome do autor, a expressão *op. cit.* em *itálico*, e a página citada. Exemplo: R. Zygouris, *op. cit.*, p. 13. Ou: Bleichmar e Bleichmar, *op. cit.*, p. 289.

9. No caso de resenhas: título da resenha, seguido da expressão "Resenha de", e *nesta ordem*: nome do autor, título da obra em *itálico*, cidade, editora, ano de publicação e número de páginas. Apenas o título da obra deve vir em *itálico*. Exemplo: Freud, o Fio e o Pavio – Resenha de Chaim Samuel Katz, *Freud e as Psi-*

coses: Primeiros Estudos, Rio de Janeiro, Xenon, 1994, 274 p. O nome e a qualificação do resenhador devem vir em página à parte, seguindo o solicitado no item 5 destas Normas.

10. Uma vez aprovados, os artigos deverão ser entregues em disquete com as correções finais, acompanhados de duas cópias impressas para controle. Pode ser necessária uma revisão de português; neste caso, ela deverá ser feita por conta do autor, *antes de entregar o texto definitivo*.

11. Os autores cujos textos forem publicados receberão dois exemplares da revista em que figura seu trabalho, além de dez separatas do mesmo.

12. Não serão devolvidos os trabalhos recusados; por este motivo, recomenda-se aos autores guardar có-

pia de seus textos.

13. O *copyright* dos artigos publicados pertence aos seus autores. Caso sejam publicados em coletâneas ou outros periódicos, solicita-se mencionar a primeira publicação na **Revista Percurso**.

14. Não serão publicados artigos que atentem contra a ética profissional, que contenham termos ou idéias preconceituosas, ou que expressem pontos de vista incompatíveis com a carta de princípios do Instituto Sedes Sapientiae.

15. Os artigos aceitos não serão necessariamente publicados de imediato.

16. As opiniões sustentadas nos trabalhos publicados pertencem exclusivamente a seus autores.

Onde adquirir Percurso

Ceará

Livraria da Lua

Av. Carapinima, 2200 lj. 121 B
Fortaleza
Fone: (85) 223-4336

Marília Ribeiro Alves

R. Esmeralda Mendes, 555
Água Fria – Fortaleza
Fone: (85) 273-0744

Goiás

Dimensão Editorial e Distribuidora Ltda.

R. 1121, nº 249 – setor Marisa
Goiânia
Fone: (62) 281-4135

Minas Gerais

Livraria do Psicólogo

R. Cuverlo, 132, lj. 27
Belo Horizonte
Fone: (32) 3273-5808

Ilcéa Borba Marquez

R. Alfen Paixão, 599
Mercês – Uberaba
Fone: (34) 3312-7761

Maria Elizabeth Borlido de Lima Pereira

Av. José Patrocínio Pontes, 641
Mangabeiras – Belo Horizonte
Fone: (31) 3223-4140

Pará

Lúcia Helena Silva Alves

Trav. Teófilo Conduro
Passagem 2 Américas, 16
Belém
Fone: (91) 259-2431

Rio de Janeiro

El Ateneu do Brasil Ltda.

Praia de Botafogo, 158, sl. 104
Rio de Janeiro
Fone: (21) 2552-4170

Livraria Picola da Vinci

R. Marquês de São Vicente, 52, lj. 166
Rio de Janeiro
Fone: (21) 2274-7595 / Fax: 2274-0314

Rio Grande do Sul

Livraria Kiesel Faculdade Unisinós

Av. Unisinós, 950 – Centro II
São Leopoldo
Fone: (51) 590-8575 / 590-1070

Livraria Ventura Livros

R. dos Andradas, 1332, lj. D
Porto Alegre
Fone: (51) 226-7075

São Paulo

Casa do Psicólogo

R. Mourato Coelho, 1059
São Paulo
Fone: (11) 3034-3600

FNAC Brasil Ltda.

Pç. Omaguás, 34
Pinheiros – São Paulo
Fone/Fax: (11) 3815-1099 r. 271

Livraria Cortez

R. Bartira, 317
Perdizes – São Paulo
Fone: (11) 3873-7111

Livraria Espaço Vôo Livros Instituto Sedes Sapientiae

R. Ministro de Godoy, 1484
Perdizes – São Paulo
Fone: (11) 3873-2314 r. 734

Livraria Hai-Kai

R. Armando Penteado, 44 – Pça. Vila-
laboim
Higienópolis – São Paulo
Fone: (11) 3663-4616 / Fax: 255-3852

Livraria Hai-Kai Centro Acadêmico de Psicologia – PUC/SP

R. Monte Alegre, 984, térreo
Perdizes – São Paulo
Fone: (11) 3663-4616 / Fax: 255-
3852

Livraria Moisés Limonad Pós-Graduação PUC/SP

R. Monte Alegre, 984
Perdizes – São Paulo
Fone: (11) 3871-2023

Livraria Pulsional

R. Dr. Homem de Mello, 351
Perdizes – São Paulo
Fone/Fax: (11) 3865-8950 / 3675-
1190

Livros Neli

R. Dr. Pelégio Lobo, 131
Guanabara – Campinas
Fone/Fax: (19) 3243-7649

Maura Book's

R. José Gonçalves Gomide, 545
Vila Guilherme – São Paulo
Fone: (11) 6909-1959

Oriana Livros e Periódicos: Instituto de Psicologia USP

Av. Prof. Mello de Moraes, 1721, Bl. B
Butantã – São Paulo
Fone: (11) 3037-0874
e-mail: orianalivros@hotmail.com

Para assinar *Percurso*

- **Assinatura anual:** R\$ 90,00 (dois números).
 - ˆ **Por telefone:** ligue para (011) 3816-3780, das 8:00 às 21:00, de segunda a sexta-feira. Você receberá uma ficha de compensação, que poderá ser paga em qualquer agência bancária.
 - ˆ **Por cartão:** ligue para (011) 3816-3780, nos mesmos horários. Tenha em mãos o número do seu cartão. Aceitamos Credicard, Visa e American Express.
 - ˆ **Por cheque:** envie seus dados pessoais e cheque nominal à *Revista Percurso* a/c Setor de Assinaturas, r. Paulistânia, 593, 05440-000 São Paulo SP.
- Ao efetuar sua *primeira* assinatura, você receberá como brinde um exemplar gratuito, à sua escolha, entre os números 5/6 e 30 inclusive, no limite dos nossos estoques.

AUTORIZAÇÃO PARA ASSINAR PERCURSO POR CARTÃO DE CRÉDITO

NOME: _____ DATA: __/__/__
ENDEREÇO: _____
CEP: _____ CIDADE: _____ ESTADO: _____
TELEFONE RES.: () _____ COM.: () _____
CIC: _____ RG: _____
E-MAIL: _____

Credicard: nº _____ val.: ____ / ____

Visa: nº _____ val.: ____ / ____

AmEx: nº _____ val.: ____ / ____

Quantidade de Parcelas: 1 2 5

Remeta este cupom por fax ou ligue, informando seus dados, para:

REVISTA PERCURSO – SETOR DE ASSINATURAS
R. Paulistânia, 593
05440-000 São Paulo
Fone: (11) 3816-3780/3816-1137

Você também pode copiar este formulário e enviá-lo para nosso e-mail:
percurso@uol.com.br